

**Relações entre o Brasil
e o Mundo Árabe:
construção e perspectivas**

Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil
Professor Celso Lafer

Secretário-Geral das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil
Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa

Presidente da Fundação Alexandre de Gusmão (Funag), interino
Embaixador André Mattoso Maia Amado

Relações entre o Brasil e o Mundo Árabe: construção e perspectivas

Seminário internacional realizado em Brasília-DF,
nos dias 6 e 7 de junho de 2000



CÂMARA DE
COMÉRCIO
ÁRABE
BRASILEIRA



BANCO ABC BRASIL S.A.
SUBSIDIÁRIA DO ARAB BANKING CORPORATION



PETROBRAS

As idéias, opiniões e propostas apresentadas neste livro são de responsabilidade exclusiva dos autores, não expressando, necessariamente, o pensamento ou as posições do Ministério das Relações Exteriores (MRE), da Fundação Alexandre de Gusmão (Funag), ou do Conselho de Embaixadores Árabes em Brasília.

R 382

Relações entre o Brasil e o Mundo Árabe: construção e perspectivas. – Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2001.

Anais do Seminário Internacional realizado em Brasília, em junho de 2000.

412p.

ISBN 85-87480-18-9 (broch.)

1. Mundo Árabe – Relações Exteriores – Brasil. 2. Brasil – Relações Exteriores – Árabes. I. Título.

CDD: 327.810538

Diretos de publicação reservados à

Fundação Alexandre de Gusmão (Funag)

Ministério das Relações Exteriores, Bloco H, Anexo II, Térreo

70170-900 Brasília-DF

Telefones: (0 xx 61) 411 6033/6034/6847

Fax: (0 xx 61) 322 2931

Site: www.funag.gov.br

e-mail: publicacoes@funag.gov.br

Impresso no Brasil 2001

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional
conforme Decreto nº 1.825, de 20.12.1907

Sumário

Apresentação	9	
Abertura do Seminário	13	
Palavras do ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil	19	
Palavras do secretário-geral das Relações Exteriores do Brasil	21	
PAINEL I		
DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES		
ÁRABE-BRASILEIRAS		25
<i>Aziz Nacib Absaber</i>	27	
<i>Ismail Majzoub</i>	55	
<i>Rezkalla Tuma</i>	81	
<i>José Galizia Tundisi</i>	87	
<i>Mamoud Samir Ahmed</i>	91	
PAINEL II		
GLOBALIZAÇÃO E REGIONALIZAÇÃO:		
PERSPECTIVA ÁRABE E PERSPECTIVA BRASILEIRA		95
<i>José Alfredo Graça Lima</i>	97	
<i>Jabr Hussein Dib Haj Omar</i>	113	
<i>Renato Baumann</i>	137	
<i>Larabi Jaidi</i>	143	
<i>Hélio Jaguaribe</i>	151	

PAINEL III	
PROCESSO DE PAZ NO ORIENTE MÉDIO	155
<i>Paulo Gabriel Godinho Delgado</i>	157
<i>Ahmad Ghnaim</i>	171
<i>José Carlos Brandi Aleixo</i>	183
<i>Abdel Raouf El Reedy</i>	195
PAINEL IV	
PAZ E SEGURANÇA INTERNACIONAIS E DESARMAMENTO	199
<i>Antônio José Vallim Guerreiro</i>	201
<i>Abdullah Fahad Al-Lehaidan</i>	219
<i>Antônio Carlos Pereira</i>	225
<i>Abdel Raouf El Reedy</i>	229
PAINEL V	
A DIMENSÃO ECONÔMICA DA GLOBALIZAÇÃO: VISÃO DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO	233
<i>Marcos Bezerra Abbott Galvão</i>	235
<i>Larabi Jaidi</i>	245
<i>Clóvis Brigagão</i>	253
<i>Rashed Taresh Al Qubaisi</i>	257
PAINEL VI	
INSTRUMENTOS PARA COOPERAÇÃO ECONÔMICA: O PETRÓLEO E OUTRAS OPORTUNIDADES	259
<i>Paulo Sérgio Atallah</i>	261
<i>Mustafa Hanifi</i>	271
<i>Luiz Fernando Furlan</i>	283
<i>Shihab M. Ghanem</i>	287

PAINEL VII

CULTURA E IMIGRAÇÃO ÁRABES: INFLUÊNCIA NA
SOCIEDADE BRASILEIRA 293

Oswaldo Mário Serra Truzzi 295

Charles Lotfi 341

Mário Chamie 353

Hanna Yousef Emile Safieh 359

PAINEL VIII

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
NO BRASIL E NOS PAÍSES ÁRABES 365

Paulo Sérgio Pinheiro 367

Khalid Naciri 391

Tullo Vigevani 393

Ahmad Soboh 401

Programa do Seminário: Relações entre o Brasil
e o Mundo Árabe: construção e perspectivas 405

Siglas 409

Apresentação

A realização do Seminário “Relações entre o Brasil e o Mundo Árabe: construção e perspectivas”, sob os auspícios do Ministério das Relações Exteriores, da Fundação Alexandre de Gusmão (Funag) e do Conselho de Embaixadores Árabes em Brasília, representou um marco na valorização de um momento especial da História comum de nossas nações, que precisa ser redescoberta, tanto em sua riqueza humana, quanto em sua densidade cultural.

Nossa História comum é a de séculos de aprofundamento de laços entre duas civilizações. De um lado, uma civilização milenar e transcontinental que, com sabedoria, irrigou solos áridos, elaborou instrumentos de navegação sem os quais seriam impossíveis as grandes descobertas, alcançou notáveis progressos na arquitetura, nas artes, na filosofia e na ciência, muito antes do Renascimento ou do Iluminismo ocidentais, e lançou pontes entre sociedades com seus métodos revolucionários de comércio. De outro lado, uma civilização jovem, tropical, que, sempre aberta ao mundo, tornou-se híbrida, pluriétnica e multicultural, e cuja força reside nessa facilidade de incorporar harmoniosamente ao seu acervo humano e ecológico contribuições de diversos fluxos migratórios, adaptando-as às condições desafiadoras do vasto Novo Mundo.

O ponto de partida de nossos vínculos é anterior ao estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e Egito, ou às viagens do imperador Dom Pedro II ao Líbano. Suas origens situam-se mesmo antes do fluxo migratório de sírios e libaneses desde as últimas décadas do século XIX. Na verdade, a mentalidade, a arte, a técnica e a cultura material árabes estão presentes desde a gênese ibérica do Brasil colônia.

Nos primeiros séculos de nossa formação nacional, étnica e cultural, como bem sublinha Gilberto Freyre, a marca da influência moura é muito forte em várias dimensões: nos valores e costumes da

família patriarcal; na arquitetura, com os pátios internos e seus chafarizes, as janelas altas, os balcões, os muros largos e os azulejos, elementos presentes tanto em habitações senhoriais quanto nos mais belos conventos e igrejas; na higiene dos banhos e na claridade e ventilação dos ambientes; nas técnicas de irrigação; e, de maneira muito especial, na própria fisionomia de tantos brasileiros.

As históricas visitas do imperador Dom Pedro II ao Líbano, em 1871 e 1876, estimularam o fluxo migratório de sírios e libaneses nas últimas décadas do Império e nas primeiras da República, em razão de circunstâncias políticas e sociais presentes no Oriente Médio. Desde então, os imigrantes árabes e seus descendentes têm enriquecido o já diversificado patrimônio humano do Brasil, aportando seu talento científico e sua vocação empresarial, comercial e industrial, dinamizando com métodos inovadores a economia, a ciência e a cultura nacionais. Aqui encontraram amplas oportunidades de prosperidade material e intelectual, tolerância religiosa e representação política. O Brasil, sempre acolhedor, reúne hoje a maior comunidade de sírios, libaneses e palestinos fora de seus países.

O relacionamento diplomático entre Brasil e nações árabes – corolário oficial desses laços socioculturais solidamente estabelecidos – iniciou-se em 1924, com o estabelecimento de relações com o Egito. Em 1946, foram inauguradas relações formais com o Líbano. Nas décadas seguintes, à medida que se emancipavam os Estados árabes, o Brasil estendia sua rede de embaixadas na região, com plena consciência da relevância dos novos atores do cenário mundial, buscando sempre ampliar a convergência de pontos de vista nos mais diversos temas da agenda global com base na comum condição de países em desenvolvimento que visam a melhorar sua inserção no sistema internacional. Nos anos 70, diversos fatores ligados à ordem econômica mundial produziram um aprofundamento dos vínculos políticos e econômicos entre nossos países. As duas últimas décadas do século XX não lograram, entretanto, sustentar o mesmo ritmo de desenvolvimento nos planos diplomático e econômico, tendo em vista dificuldades internas e da conjuntura internacional.

Tendo em mente todos esses aspectos, nosso Seminário sublinhou a riqueza da contribuição das nações árabes e seus descendentes na História brasileira. Os participantes procederam a uma reflexão abrangente das relações entre o Brasil e esses países, discutiram o precioso aporte humano da imigração, examinaram o atual perfil das relações diplomáticas e destacaram as perspectivas futuras em termos de potencial de comércio, investimentos e intercâmbio científico-tecnológico e cultural. O alto nível dos participantes – personalidades dos meios políticos, empresariais e acadêmicos – atesta o interesse recíproco em diversificar e aprofundar nossos laços e a relevância e a atualidade dos temas tratados.

Compartilhamos o sentimento de que muito pode e precisa ser feito para dinamizar o relacionamento entre Brasil e Países Árabes em todos os planos. O levantamento das possibilidades de incremento das trocas econômico-comerciais, dos investimentos e dos empreendimentos conjuntos demonstra que as relações entre os dois lados se situam muito aquém da capacidade de seus mercados e de suas necessidades de desenvolvimento. Nessa perspectiva, talvez o maior êxito de nosso seminário tenha sido despertar a consciência de todas as partes para esse fato. Como consequência imediata, um dos resultados práticos do encontro será a realização, em julho de 2001, do foro empresarial Brasil-Países Árabes. Por tudo isso, é com grande satisfação que convido o leitor a explorar os interessantes textos que se encontram neste volume.

Osmar V. Chohfi

Chefe-de-Gabinete do ministro de Estado das
Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

Abertura do Seminário

É com satisfação muito especial que venho ao Itamaraty para a cerimônia de abertura do Seminário “Relações entre o Brasil e o Mundo Árabe: construção e perspectivas”. O momento é, realmente, propício para uma reavaliação dessas relações.

Comemorando os 500 anos de descobrimento, o Brasil vive um ano 2000 de profundas reflexões sobre o seu passado, de cuidadosa análise de seu presente e de renovada confiança em seu futuro. Examinar, nesse contexto, as relações com os países árabes, que tão significativas contribuições prestaram à formação brasileira e a tantas outras, transforma-se em exercício estimulante e oportuno. Os temas a serem abordados nos painéis denotam a riqueza do legado árabe à formação do Brasil e o potencial de cooperação prospectiva entre os nossos países.

Além de constituir valioso exercício de meditação, pesquisa e estímulo ao conhecimento mútuo, o seminário deverá cumprir outro destacado objetivo: o de aperfeiçoar o relacionamento político-diplomático entre os nossos países. Não poderia, aliás, ser de outra forma. O diálogo entre os nossos Governos deve ser a tradução, em nível oficial, do entrelaçamento histórico entre nossas sociedades e culturas.

A influência árabe na sociedade brasileira é imediatamente perceptível, nos traços fisionômicos de tantos de nossos amigos: nos médicos que nos atendem; nos empresários e comerciantes que dinamizam a nossa economia; nos políticos, cada vez mais numerosos, que nos representam; nos professores e intelectuais que iluminam a nossa cultura.

Mas, a cultura árabe, como se sabe, já estava presente antes mesmo do início das correntes de imigração. Os portugueses que aqui chegaram, há cinco séculos, traziam, em sua bagagem, excelente técnica naval árabe, aprendida na íntima convivência na Península

Ibérica. E este é apenas um exemplo da contribuição do engenho árabe para a formação da civilização portuguesa e na construção da pátria brasileira.

Gilberto Freire, cujo centenário de nascimento estamos, agora, comemorando, em sua obra clássica, *Casa Grande e Senzala*, tece minucioso mosaico das contribuições mouras às culturas portuguesa e brasileira, desde a arte do azulejo, que tanto relevo ganhou em nossas igrejas, até noções de medicina, higiene, matemática e comportamento.

Os imigrantes vieram mais tarde e dedicaram-se, preponderantemente, ao comércio. O professor Oswaldo Truzzi relata, no ensaio intitulado “Sírios e Libaneses e seus Descendentes na Sociedade Paulista”, que os imigrantes operaram, na qualidade de pioneiros, uma verdadeira revolução nas práticas comerciais. A venda a prazo, segundo as condições do comprador; a redução da margem de lucro, compensada pela maior quantidade de unidades vendidas e a promoção de liquidações foram fatores de extraordinária dinamização do comércio, no interior do Brasil. De fato, não seria demais afirmar que foram os sírios e libaneses que, no Brasil, inventaram o comércio popular.

Os pioneiros não se limitaram, contudo, ao pequeno comércio. Cedo, tornaram-se proprietários de indústrias e redes de atacado. Investiram na educação das novas gerações e passaram a exercer as mais diversas profissões e atividades.

O embaixador Rubens Ricupero, em artigo recente, destacou o êxito extraordinário da integração e mobilidade social de libaneses, sírios e árabes em geral, que, em matéria de representação política, provavelmente, não encontra paralelo em outras comunidades estabelecidas no Brasil. Na legislatura passada, estimou-se que, pelo menos, oitenta parlamentares brasileiros eram de origem árabe.

O profundo entrelaçamento das sociedades árabes e brasileira encontrou ressonância e atualização nas relações diplomáticas entre nossos países. Já afirmou, com oportunidade, o chanceler Luiz Felipe Lampreia que a diplomacia é uma tarefa de permanente recriação da tradição e do patrimônio que o passado nos deixou.

O Brasil, em conseqüência, sempre manteve presença diplomática no mundo árabe, mesmo antes da constituição dos Estados modernos e independentes da região.

Inicialmente pautada por acordos relativos aos fluxos migratórios, a agenda diversificou-se, na medida em que se intensificaram os contatos bilaterais e se ampliavam as trocas comerciais. Nos foros multilaterais, ampla coincidência de pontos de vista sobre os temas do desenvolvimento e da reparação das desigualdades econômicas entre os países facilitavam o diálogo entre as nossas chancelarias.

Nas décadas de 1970 e 1980, a trajetória dos preços do petróleo colocou os países árabes em posição de maior evidência no cenário mundial. A solidariedade entre as nações em desenvolvimento e a busca de ideais semelhantes, nos fóruns internacionais, foram reforçadas pela conjuntura econômica então prevalecente.

Na época, as circunstâncias no Brasil e no mundo frustraram nossas tentativas de compensar os crescentes déficits comerciais decorrentes da importação do petróleo, com investimentos árabes no setor produtivo brasileiro.

Hoje, as condições brasileiras alteraram-se para melhor, e substancialmente. Estamos assistindo ao fortalecimento das bases do crescimento do nosso país. A consolidação da democracia de que a Constituição de 1988 é fundamento, ao lado da estabilização da economia brasileira, por meio do Plano Real, bem como dos crescentes investimentos que estão sendo realizados em projetos sociais, estão contribuindo, cada vez mais, para a melhoria das condições de vida de nossa população.

Apenas para dar um exemplo, é bom lembrar, por um lado, que os investimentos externos que estamos recebendo e que chegaram, em 1999, a trinta bilhões de dólares, demonstram a confiança no país. Por outro lado, a produção científica, no Brasil, cresceu quase trinta vezes, no intervalo de 26 anos. E verbas para esse setor estão sendo, agora, em maior volume, alocadas, graças, até mesmo, à regulamentação dos fundos que estão sendo feitas pelo Congresso

Nacional, de que é exemplo um recentemente aprovado, que vai permitir fazer que nós possamos, em parceria com a iniciativa privada, investir, cada vez mais, não somente na pesquisa aplicada, em parceria com o empresariado, mas em áreas sociais mais sensíveis, de modo especial, na saúde.

As políticas em curso, no Brasil, não esquecem os desafios e as oportunidades que a globalização está trazendo. Lembrou, recentemente, o presidente Fernando Henrique Cardoso que, queiramos ou não, a globalização econômica é uma nova Ordem Internacional. Precisamos aceitar esse fato com sentido de realismo. Do contrário, nossas ações estarão destituídas de qualquer impacto efetivo. Isso não significa, absolutamente, inércia política, mas uma perspectiva inteiramente nova sobre as formas de agir na cena internacional.

O contexto internacional, no limiar do Terceiro Milênio, exige o fortalecimento das relações do Brasil com seus parceiros e amigos. No caso do relacionamento árabe-brasileiro, os novos desafios estão acompanhados por perspectivas promissoras, tanto aqui quanto lá.

Fatos positivos têm-se sucedido no processo de conciliação entre os povos do Oriente Médio. E o Brasil acompanha, com especial interesse e satisfação, os avanços na construção da paz, segurança e estabilidade na região. A pacificação propiciará, estou certo, a intensificação das relações brasileiras com todos os países da área, com benefícios para as nossas respectivas sociedades.

Estou seguro de que os trabalhos que aqui terão início oferecerão oportunidade ímpar, para que se avalie o estado atual das relações entre o Brasil e o Mundo Árabe, para que se definam áreas de maior potencial para a intensificação das nossas relações e, sobretudo, para que se revitalizem os laços de nossa tradicional amizade. É o que desejam o governo e o povo brasileiro.

Desejo, também, frisar quanto reputo importante estejamos fazendo realizar este encontro, permitindo um diálogo, não somente entre os diplomatas acreditados junto ao governo brasileiro, mas também inserindo amplos segmentos da sociedade, não deixando de

mencionar a presença de congressistas, entre os quais o senador Romeu Tuma, que aqui se encontra, representando o Senado Federal.

E faço votos para que, deste encontro, nós possamos colher resultados concretos e positivos que venham a ensinar não apenas o melhor conhecimento do nosso passado, não apenas o melhor conhecimento das nossas relações diplomáticas, mas que venham permitir, também, por meio desses diálogos, iluminar o nosso futuro, criando condições para estreitar, cada vez mais, o nosso relacionamento e ampliar formas de parcerias que, espero, sejam cada vez mais intensas.

Assim, senhoras e senhores, declaro aberto este seminário.

Que todos tenham um bom trabalho! Muito obrigado.

Marco Antônio de Oliveira Maciel
Vice-Presidente da República Federativa do Brasil

Palavras do ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil

É com grande prazer que dou as boas-vindas aos participantes do Seminário “Relações entre o Brasil e o Mundo Árabe: construção e perspectivas”. Realização conjunta do Ministério das Relações Exteriores, da Fundação Alexandre de Gusmão (Funag) e do Conselho de Embaixadores Árabes em Brasília, o exercício tem por principal objetivo estimular a reflexão sobre o relacionamento do Brasil com os países árabes em todas as suas dimensões, na busca de meios e modos de promover um aproveitamento mais eficaz das potencialidades do intercâmbio.

Por um lado, a coincidência com as comemorações dos 500 anos do Brasil envolve esta iniciativa num simbolismo muito especial e destaca a importância da contribuição árabe para a formação da nação brasileira. O fato de realizar-se no ano 2000 realça, por outro lado, o sentido de futuro da cooperação entre nós. A presença de renomadas personalidades entre os palestrantes e também no público do Seminário são uma garantia antecipada do seu sucesso.

Bom trabalho para todos!

Luiz Felipe Lampreia

Embaixador, ministro de Estado das Relações Exteriores
da República Federativa do Brasil

Palavras do secretário-geral das Relações Exteriores do Brasil

É um grande prazer dar as boas-vindas aos participantes deste Seminário sobre as relações entre o Brasil e o Mundo Árabe no Palácio Itamaraty.

O legado da cultura árabe e a contribuição dos emigrantes árabes e de seus descendentes à formação da nação brasileira justificam plenamente nosso esforço para atualizar, para benefício mútuo, a parceria entre o Brasil e o Mundo Árabe.

A simbólica coincidência entre o advento do ano 2000 e a celebração dos quinhentos anos do Brasil oferece a estrutura e sublinha o significado que desejamos conferir ao Seminário: uma pausa para refletir sobre tudo o que sempre nos uniu e um estímulo a utilizar a vasta herança da história comum para ampliar nossas realizações.

Nosso Seminário não é, e jamais deverá ser, um fim em si mesmo. Ele é simplesmente um passo à frente, mais um passo em direção à melhoria do conhecimento mútuo, condição necessária para o avanço das relações entre nossos países. Os discursos dos próximos dois dias serão reunidos num livro, a ser publicado em português e árabe, e constituirá um inestimável repositório de informação à disposição de governos, instituições acadêmicas, sociedades – em suma, de nossos países. Estamos plantando uma semente em solo fértil. Estamos ansiosos para ver os resultados deste encontro.

Uma reunião econômica e comercial, que será realizada em São Paulo após o Seminário, permitirá aos especialistas árabes e brasileiros explorar os procedimentos para expandir nossa cooperação na área. É extremamente importante identificar os setores com maior potencial para aproximar ainda mais nossas

economias, de modo consistente. Nosso desejo é estabelecer um calendário de eventos que inclua a organização, em futuro próximo, de um “Fórum de Negócios do Mundo Brasil-Árabe”, uma seqüência do presente Seminário.

Mas essas tarefas não serão suficientes para nos satisfazer. Gostaríamos de aperfeiçoar o diálogo acadêmico, científico e tecnológico. Nosso intercâmbio nas artes deve alcançar os altos níveis que merece, explorando a insondável riqueza de nossos países nos campos musical, literário, visual, gráfico e cinematográfico – sem esquecer a culinária e os esportes. Não há limite para o que podemos realizar nesses campos, simplesmente tirando proveito da boa-vontade e da simpatia espontânea que unem nossos povos.

Este Seminário, além disso, constitui uma oportunidade para examinar questões além das relações entre Brasil e o Mundo Árabe. O Brasil pratica uma ativa política estrangeira, de caráter universal. Procuramos promover o estabelecimento de uma ordem internacional baseada no fortalecimento do multilateralismo, em oposição às tendências unipolares e fragmentadoras que aparecem na cena internacional. Seria útil explorar as possibilidades de convergência entre o Brasil e os países árabes nessa área.

Durante toda a organização e preparação deste Seminário, experimentamos a determinação positiva dos embaixadores árabes em Brasília de fortalecer os laços entre nossos países. Trabalhamos juntos, bem afinados, desde novembro passado. Gostaria de expressar os agradecimentos do Itamaraty aos embaixadores que estão aqui conosco hoje.

Estamos convencidos de que nosso trabalho será recompensado por sua produção nos oito painéis de que os senhores participarão hoje e amanhã. Eu também gostaria de estender os sinceros agradecimentos do Itamaraty – e aqueles, tenho certeza, do Conselho dos Embaixadores Árabes – aos participantes da reunião. Desejamos todo o sucesso em suas deliberações.

Senhoras e senhores, convido-os a se unirem a mim num brinde ao êxito do Seminário e à intensificação das relações entre o Brasil e o Mundo Árabe.

Muito obrigado.

Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa
Secretário-geral das Relações Exteriores da República
Federativa do Brasil

PAINEL I

DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES ÁRABE-BRASILEIRAS

Expositores

Aziz Nacib Ab' Saber – Brasil
Ismail Mohamad Dib Majzoub – Líbano

Debatedores

Rezkalla Tuma – Brasil
José Galizia Tundisi – Brasil
Mamoud Samir Ahmed – Egito

A grande experiência do povo, da sociedade e das elites culturais do Brasil com relação aos elementos adventícios, oriundos do Mundo Árabe está mais diretamente alicerçada no comportamento dos grupos sírio-libaneses que aqui se estabeleceram a partir dos últimos anos do século XIX, entre nós se fixando e deixando descendência.

Em verdade, qualquer apreciação de valores mútuos entre o Oriente e o Ocidente, com vistas ao caso objetivo dos contatos rácio-culturais dos elementos provenientes do Mundo Árabe, tem de ser feita, entre nós, com base na experiência efetiva desses agrupamentos, em seus contatos múltiplos com a gente e a sociedade brasileira. Participaram dessa grande experiência humana e cultural, mais de cem mil representantes do Oriente Próximo, por meio de um espaço de tempo cuja duração ultrapassa a meio século, tendo-se desenvolvido antes, durante e entre as duas grandes guerras, que assolaram a primeira metade desse atormentado século XX. O certo é que, no conjunto atual da população brasileira, existe um representante do Mundo Árabe para cada 150 brasileiros, e mais de dois descendentes para igual número de nacionais¹.

* Professor honorário do Instituto Avançados da Universidade de São Paulo (USP).

(Publicação original na Revista da Universidade de Campinas, ano VI, nº 17, p. 80-101, Campinas.)

¹ Entre 1871 e 1947, entraram oficialmente no Brasil 79.509 sírio-libaneses. Nada se sabe, entretanto, da porcentagem dos que realmente se radicaram no país, e nem tampouco sobre o número daqueles que não foram computados pelas estatísticas oficiais. A imigração iniciou-se com índices modestos: nos primeiros dez anos (1871-1880), penetraram oficialmente nos portos brasileiros apenas 1.946 sírio-libaneses. Nos dezessete anos seguintes (1880-1888), houve uma queda, que traduz um certo fracasso para as primeiras experiências que antecederam a abolição da escravatura e a proclamação da república. Nesse período de pouco mais de três lustros, entraram apenas 176 imigrantes daquela procedência.

A partir de 1888, embora por razões bem diferentes daquelas que se fizeram sentir em relação aos outros imigrantes, as coisas mudaram bruscamente. Em 1888, sobe para quase um milheiro o número de entradas (978), enquanto, em 1889, tivemos a penetração de 1.823 sírio-libaneses. Na década seguinte procuraram o Brasil nada menos de 15.321 sírio-libaneses (1890-1899), ao mesmo tempo em que a corrente de imigração italiana atinga o auge, com cifras impressionantes. E relação aos sírio e libaneses, o clímax da imigração iria se processar entre 1910 e 1914, nos anos que precederam a Primeira Grande Guerra, até o próprio ano de seu início. Nesses cinco anos,

Os personagens de fala árabe que participaram do contingente humano do Brasil são, em sua maioria, provenientes do Líbano e da Síria, onde dominam grupos étnicos, caucasóides, de procedência étnica um tanto variável, dotados sobretudo de concepções e tendências religiosas, heterogêneas e díspares. O denominador comum de seu estoque cultural baseia-se na língua e nas tradições, costumes e gêneros de vida, engendrados à sombra de um teatro geográfico também comum, que é o do mundo mediterrâneo. Essa a principal originalidade histórica e geográfica dos povos árabes que emigraram para as terras colonizadas pelos luso-afro-brasileiros na América Tropical. Provenientes de regiões ricas em tradições agrárias e dotadas de remotas vocações para o intercâmbio comercial, tais elementos dos confins do mundo mediterrâneo dedicaram-se predominantemente a atividades comerciais, ou, eventualmente, industriais, relegando a um plano secundário suas relações com as atividades agrárias. Decididamente, sírios e libaneses tiveram mais contatos com as cidades do que com os campos, e, sobretudo, contatos mais diretos com a gente brasileira do que com a terra e o ambiente geográfico, tropical úmido, desse grande país sulamericano.

vieram para o Brasil nada menos que 33.220 imigrantes sírio-libaneses (10.866 em 1914). É de notar que a maior parte das famílias sírias ou libanesas de São Paulo e do Brasil tem os seus mais remotos ascendentes ligados a imigrantes desse período.

De 1915 a 1919, diminuí sensivelmente a travessia do Atlântico, conseguindo vir para o Brasil apenas 1.972 sírio-libaneses. Muito embora os índices tenham aumentado a partir de 1920, daí por diante, de década para década, processou-se um sensível declínio: 1920-1929: 20.209; 1930-1939: 4.759; e 1940-1947: 1.005 imigrantes.

A despeito das restrições modernas à imigração no Brasil, a corrente sírio-libanesa adquiriu índices mais elevados que as de 1940-47, passando a oscilar entre 1.000 e 1.500 imigrantes por ano, constituída em parte por operários, em parte por agricultores. Uns e outros, entretanto, têm em mira a atividade comercial, esperando tão-somente a oportunidade necessária para abandonar as atividades obrigatórias especificadas no passaporte, a fim de se atirar às empreitadas comerciais. Aos imigrantes o comércio continua sendo a mais rendosa atividade oferecida pelo nosso país. Até 1947, os sírio-libaneses constituíram o 8º bloco de imigrantes vindos para o Brasil. É de se notar que as outras correntes, às vezes iniciadas bem mais cedo, apresentaram contingentes globais espetaculares. Os italianos, vindos a partir de 1836, atingiram, até aquela época, 1.513.151; os portugueses, vindos a partir de 1837, alcançaram a cifra quase idêntica de 1.462.117; os espanhóis, a partir de 1841, 598.802; os alemães, a partir de 1824, 253.846; os japoneses, a partir de 1928 (oficialmente), 188.622; os russos, a partir de 1871, 123.724; os austríacos, a partir de 1868, 94.453. Logo após, seguem-se os sírio-libaneses, perfazendo 79.509, de 1871 a 1947.

Desse último ponto de vista, a análise das atividades dos elementos sírio-libaneses no território brasileiro é um dos muitos exemplos do comportamento dos grupos levantinos nas zonas tropicais, onde, como se sabe, se dedicaram, em sua maioria, ao setor das atividades comerciais, assenhoreando-se da incômoda e rendosa categoria de intermediários e distribuidores. Trata-se, aliás, de uma atividade e uma posição intrinsecamente antipáticas, e nem sempre bem aceitas ou admiradas pelos elementos nacionais dos países de imigração. Quer nos parecer mesmo que o grande feito dos grupos sírios-libaneses no seio da sociedade brasileira está ligado à sua capacidade relativa de superação, perante essa atitude que a sociedade receptora do imigrante normalmente lhes poderia dedicar. Ao contrário, eles souberam criar um ambiente favorável para as relações pessoais e familiares, vencendo a natural reserva dos brasileiros em face de indivíduos de fala “arvezada”, que só serviam para o comércio e seus derivados. Muito cedo, eles e seus descendentes conseguiram de tal forma integrar-se às comunidades brasileiras que passaram a ser aceitos como elementos habituais da vida social do país adotivo e reconhecidos como elementos importantes da engrenagem econômica da nação.

Já foram destacados, mais de uma vez, alguns dos contrastes existentes nas características dos imigrantes sírio-libaneses no Brasil: trata-se de um grupo não muito numeroso e nem muito antigo em face dos outros contingentes de imigrantes atlanto-mediterrâneos vindos para o Brasil, porém, é um grupo que soube adquirir importância econômica nos quadros da sociedade brasileira, onde quer que ele se tenha implantado. Seus representantes têm posição proeminente ou destacada na economia das pequenas, grandes e médias cidades de quase todas as regiões brasileiras, onde o comércio às vezes está inteiramente em suas mãos. Embora não sejam tão numerosos quanto os seus colegas imigrantes de outras procedências, têm excepcional destaque econômico em setores do comércio e da indústria das principais aglomerações urbanas do país.

Contrastando, por seu turno, com essa verdadeira monomania comercial (existem sírios e libaneses que ainda julgam que a única

maneira de ascensão social é aquela que se faz por meio do comércio...), seus descendentes marcharam para um desdobramento extraordinário de atividades, conseguindo gradativamente participar de quase todos os principais setores da vida brasileira, embora adstritos ao cenário urbano, única herança de seus pais que nunca puderam superar. Na realidade, encontramos descendentes de sírios e libaneses nas mais variadas profissões liberais, assim como nos mais diversos níveis de ensino, ou relacionados com diferentes especializações científicas. Um bom número deles continua a desenvolver atividades comerciais de diferentes modalidades, e industriais, que vão desde o modesto setor das indústrias de “atelier” até as grandes fábricas têxteis ou usinas siderúrgicas. A integração e acomodação dos descendentes, apesar das modestas e pouco diferenciadas atividades de seus responsáveis maiores, parece ter sido mais ou menos completa e normal. Os filhos de sírios e libaneses no Brasil chegam a pecar até por excesso de desligamento e involuntária indiferença pela terra e pela gente da região de procedência de seus pais. Há, mesmo, numerosos exemplos de descendentes que procuram, por meio de palavras e atitudes, adquirir uma posição nacionalista brasileira mais rígida do que a de qualquer outro filho de imigrante de outras procedências. Auxiliados psicologicamente pela modesta posição política da pátria de seus pais nos eventos de ordem internacional ocorridos na primeira metade do século XX, os filhos de libaneses e sírios residentes no Brasil fizeram um esforço de abraqueiramento que acabou por atingir até os próprios familiares, nascidos nas distantes terras do Oriente Próximo. Essa, outra das originalidades que envolveram a imigração de elementos de fala árabe para o Brasil e que facilitou a aceitação dos imigrantes por parte das comunidades brasileiras, intensificando o processo de ocidentalização do país. Dessa forma, os libaneses que estavam sofrendo um incipiente processo de ocidentalização em sua terra de origem foram incentivados mais ainda em nosso meio, nessa mesma direção, perdendo muito de suas raízes e tradições árabes, por meio de um suave e rápido processo de assimilação.

Tendo vindo em grupos isolados, quando não inteiramente sob a forma de imigrantes avulsos, com predomínio de gente do sexo masculino, foram levados algumas vezes a casamentos fora de seu grupo étnico e lingüístico, o que facilitou sobremaneira a sua integração na sociedade e na família brasileira. Nesses eventuais casamentos, dominou o número de jovens de nacionalidade síria ou libanesa com moças brasileiras, fato que significou um grande corte na transmissão da língua e dos costumes alienígenas para a descendência. Para a maior parte desses casos, os filhos só aprenderam o português herdado da língua materna e adquiriram o *status* cultural da família brasileira, imposto pelo lado materno. Atirados às lides comerciais e acostumados a uma insípida distração, ditada pelas casas de jogos e clubes brasileiros das cidades onde habitavam, os pais pouco puderam fazer no sentido de influir na educação de seus filhos, deixando às mães a grande tarefa de os orientar e encaminhar na vida. A escola, em seus diversos níveis, e os grupos de vizinhança foram os fatores decisivos de seu abraqueamento e de sua ocidentalização, à revelia de qualquer das intenções e convicções mais íntimas de seus pais². Estas, algumas das explicações para a pequena profundidade de penetração das tradições árabes e mediterrâneas dos sírios e libaneses nas comunidades brasileiras. Resta em aberto, porém, discutir por que os grupos sírios e libaneses aqui chegados, provenientes de países de tradições agrárias tão arraigadas e antigas, dedicaram-se

² Infelizmente, porém, o número de casamentos entre jovens libaneses e moças brasileiras não foi percentualmente tão grande quanto se poderia supor por meio as considerações aqui tecidas. As tradições milenares imperantes para a escolha de cônjuges nas sociedades do Oriente Próximo, foram até certo ponto, transplantadas para o Brasil, com seus resquícios até os nossos dias. Dessa forma, o “casamento arranjado” pelos pais, parece ter dominado entre os imigrantes solteiros. Inúmeros foram os casos de se mandar buscar a noiva nas ancestrais comunidades da terra distante, costume que muitas vezes atingiu as raías do exagero, não raro ocasionando situações delicadas e conflitos sérios para a assimilação, pelo menos de um dos cônjuges. Mais tarde, os velhos chefes de família aqui radicados tentaram dar continuidade aos costumes tradicionais, pretendendo impor as mesmas diretrizes aos seus filhos brasileiros, reagindo constantemente aos novos padrões criados pelo “casamento romântico”.

Um fato de relativa gravidade para os destinos dos casamentos entre sírios e brasileiros é a demasiada interferência “pré” e pós-matrimonial exercida pelos membros mais retrógrados e sistemáticos das famílias dos imigrantes. Na maioria dos casos, os filhos de sírios têm uma tendência para obedecer cegamente seus pais – sobretudo sua mãe – impregnando-se, até a vida

exageradamente a um tipo de atividade e a um gênero de vida tão marcadamente comercial. Sondando tais questões, talvez tenhamos a oportunidade de salientar melhor alguns dos aspectos mais importantes da contribuição desses modestos habitantes do Oriente Próximo à vida de nosso país.

O ambiente geográfico original dos emigrantes sírio-libaneses

O Mundo Árabe possui um teatro geográfico que é uma mistura da ribeira mediterrânea e das bordas dos desertos norte-africanos e da Ásia Ocidental. Por toda a parte no território dos povos de língua árabe, faz-se uma transição rápida entre a paisagem mediterrânea, relacionada com climas temperados quentes, subúmidos e semi-áridos, e as ásperas paisagens subtropicais semi-áridas e áridas do cinturão de desertos afro-arábicos.

Embora situada numa latitude que, *grosso modo*, corresponde à da porção meridional do nosso Estado do Rio Grande do Sul, a Ásia Menor está sujeita a condições climáticas bem ásperas, apresentando temperaturas médias anuais ligeiramente mais baixas, associadas a um total de umidade duas a três vezes inferiores à daquela região subtropical brasileira, e sujeita a uma continentalidade

adulta, do seu modo de pensar e de seus hábitos, sem maior seleção crítica, e, por isso mesmo, comprometendo seriamente a futura felicidade conjugal. Referimo-nos sobretudo aos hábitos tradicionais ultrapassados, àquela arrogância étnica injustificável, à teimosia e às opiniões insensatas dos anciões que não mais podem ser reeducados para uma vida normal numa sociedade e num ambiente social tão radicalmente diferente daquele que caracterizou sua própria juventude. É de se lembrar, por outro lado, que o sistema de educação habitualmente adotado por um grande número de famílias árabes, a par de uma excessiva obediência às diretrizes impostas pelas mães, é de uma liberalidade paradoxal com os desmandos e as aventuras dos elementos do sexo masculino da família. Há sempre a possibilidade de se estragar o caráter e os hábitos de pelo menos um dos filhos, devido ao excesso de mimos e à falta de orientação afetiva e de fiscalização do seu comportamento fora do lar. Mais tarde, as conseqüências desses defeitos de educação não se fazem esperar, assumindo os mais desagradáveis rumos, em diversos setores da vida. A educação e orientação sexual, na educação familiar, por exemplo, é praticamente nula.

As animosidades das famílias em relação ao cônjuge brasileiro são prolongadas, muitas vezes, até depois do casamento, criando uma atmosfera interfamiliar carregada, hostil e doentia, com sérias repercussões na vida conjugal dos jovens casais. A recíproca, entretanto, é verdadeira, em muitos outros casos. Note-se que nem tudo depende das diferenças de tradições étnicas e psicológicas, mas sobretudo de diferenças culturais e sociais irredutíveis.

marcante. É assim que, aí, a amplitude térmica entre as temperaturas médias do mês mais frio e as do mês mais quente atinge mais de 15°, enquanto a amplitude das temperaturas médias dos dias de maior calor em face dos mais frios atinge índices superiores a 35°. A algumas dezenas de quilômetros do litoral libanês, na direção do interior, avizinham-se as paisagens semidesérticas e desérticas, com cinco a seis meses de secas absolutas, a despeito de totais de precipitação que variam entre 500 e 600 mm, um tanto superiores à das porções mais secas do nosso Nordeste semi-árido. Chove constantemente nos meses de inverno, de novembro a abril, e os meses de verão ficam sujeitos a uma aridez estacional das mais pronunciadas, com vários meses inteiramente secos. Em algumas localidades, as precipitações de inverno e primavera são 50 ou mais vezes superiores às de verão ou outono. Temperaturas elevadas são conhecidas no verão, a par de uma grande secura do ar e uma alta e prolongada luminosidade, fatos que redundam em conseqüências sérias para a natureza dos solos e da cobertura vegetal da região mediterrânea, criando paisagens inteiramente diversas daquelas que possuímos em nossas zonas subtropicais úmidas do Brasil Meridional.

O importante a reter, entretanto, é que entre o clima mediterrâneo de tipo sírio e os climas tropicais úmidos do Brasil Atlântico existe uma diferença ponderável, a qual importa em diferenças de ambiente climático, tipos de solos e modalidades de vegetação, assim como em sistema de drenagem. Por outro lado, a dominância de terrenos calcáreos no Líbano e na Síria completam o esquema das diferenças fundamentais, implicando uma superioridade inegável para os tipos de água potável daquela pequena região, em face do tipo de água dominante na maior parte do Brasil. Para o homem do mundo mediterrâneo, a água brasileira é considerada de tipo “fraco”, devido à quantidade diminuta de elementos derivados dos calcários, enquanto a umidade brasileira, sobretudo no inverno excessivamente árido do Brasil Sudeste e do Brasil Meridional, é considerada nocivo à saúde dos imigrantes provindos do ambiente subtropical subúmido e semi-árido.

A capacidade de defesa dos imigrantes sírios e libaneses e seus descendentes em face das doenças pulmonares é relativamente pequena, devido a tais circunstâncias bioclimáticas.

Por sua vez, o teatro geográfico que asila os povos de fala árabe comporta ambientes ecológicos que conduzem a gêneros de vida rústicos e tradicionais, extremamente homogêneos, por enormes espaços das terras ribeirinhas do Mediterrâneo. Dessa área, provém o complexo de atividades agrícolas que manteve a unidade agrária do mundo árabe mediterrâneo: a cultura do trigo e da vinha, da oliveira e do gergelim, associada a uma fruticultura tradicional que comporta plantações de maçã, pêsegos, pêras, figos e tâmaras. Isso tudo, por sua vez, associado à criação de carneiros, como animais fornecedores de matéria-prima e como elemento de nutrição. É de se notar que, na época em que se desenvolve a primeira grande fase da imigração sírio-libanesa para o Brasil (1900–1930), havia um elemento novo na paisagem agrária regional: plantações de amoreira e criação de bichos-da-seda, para a venda de casulos às fábricas da França e da Inglaterra, assim como para fornecer matéria-prima às indústrias pioneiras, instaladas na capital do Líbano, mais ou menos por essa época.

O certo é que, na paisagem rural das aldeias e comunidades sírio-libanesas do interior, dominavam atividades agrárias múltiplas, que forneciam trabalho a quase todos os membros jovens ou idosos, de sexo masculino ou feminino – das famílias numerosas e de padrão cultural modesto, dos aldeões tradicionais da região. No quadro das atividades familiares não propriamente agrárias, desenvolviam-se algumas indústrias domésticas e complementares de certa importância, que iam desde o fabrico do vinho e azeites, até o preparo caseiro do trigo para a alimentação. As pequenas cidades das zonas litorâneas e sublitorâneas do Líbano apresentavam, em seu equipamento urbano, instalações maiores para a moagem do trigo produzido nas regiões vizinhas, fábricas para o refinamento do azeite de oliveira e adegas para o fabrico de vinho. Os excedentes da produção agrária eram encaminhados para tais aglomerações mais bem equipadas, ou

enviadas para os portos costeiros, a fim de serem exportadas para as praças comerciais do Mediterrâneo ou do Atlântico.

A industrialização que afetara primeiramente algumas grandes potências da Europa Ocidental, a partir dos fins do século XVIII expandiu-se pelas grandes penínsulas do Mediterrâneo europeu, Europa central e Rússia, Escandinávia, só muito tardiamente alcançando a Ásia Menor, debaixo da influência francesa e inglesa. Nas cidades principais da Síria e do Líbano, a partir dos fins do século XIX, foram construídas fábricas de tecidos, sobretudo destinadas ao aproveitamento das aptidões locais do terreno da sericultura. Tais indústrias constituíram um primeiro ensaio de uma atividade, que depois seria ampliada pelos emigrantes do país, em terras distantes. Elas constituíram, também, oportunidades para o desenraizamento de alguns membros das famílias de aldeões, que foram tentar a vida na cidade grande, buscando ilusoriamente ambiente de maior conforto e maiores distrações. Não foram poucos aqueles que, por meio dessa experiência fabril, na categoria de humildes trabalhadores braçais, originalmente agricultores, aventuraram-se depois à travessia do Atlântico em busca de melhores dias e de uma vaga possibilidade de enriquecimento rápido. O contato com as grandes cidades litorâneas serviu para os desenraizar, criando um certo grau de marginalidade que, pouco depois, iria ser fundamental para transformá-los em emigrantes. Enquanto uns constituíram-se imigrantes por meio desses eventos e dessa “fórmula”, outros, depois, acorreram ao chamado dos pioneiros, na categoria de membros de famílias numerosas e pobres. Desfalques graduais foram-se processando, dessa forma, nas comunidades agrárias tradicionais, contribuindo para engrossar a corrente migratória que se estabeleceu ininterruptamente do leste para o oeste, por quase meio século.

É quase inútil exemplificar a odisséia modesta daqueles que se atreveram à grande aventura atlântica, deixando suas famílias, suas tradições e costumes, sua rústica paisagem cultural, para enfrentar as vicissitudes e os problemas inumeráveis que a condição de imigrantes destituídos de recursos lhes criava.

Os porquês da emigração e o comportamento dos ienes na terra brasileira

No momento histórico da instalação de correntes de emigração com destino à América do Sul, e ao Brasil em particular, a população do Líbano, como a da Síria, retratava bem o esquema cultural que vimos de traçar. Dominavam, na hinterlândia daqueles dois países, um pouco de atividades quase bíblicas, acrescidas de uns tantos reflexos da industrialização européia incipiente, a qual ali se fazia sentir como enorme retardo. A par desses fatores de trabalho tradicional, reinava uma grande inquietação religiosa, com tropelias e perseguições relacionadas à dura fase de dominação turca e do sentido belicoso da expansão maometana. As minorias católicas, do ramo maronita, viviam sobressaltadas, ante as provocações sucessivas dos drusos e maometanos. Nas grandes cidades, sobretudo, as lutas derivadas de concepções religiosas antagônicas e inconciliáveis atingiam proporções alarmantes, incentivando os principais responsáveis das famílias numerosas a buscar experiências em terras de além-mar, onde se respirasse outra atmosfera humana e econômica.

Os que saíram em maior número foram os membros de famílias numerosas de camponeses possuidores de pouca terra e sujeitos aos grandes proprietários rurais. Às vezes, vinha o próprio chefe de família, em uma experiência americana, na qual se associava um misto de aventura com esperança frágil de conquista de fortuna, a fim de melhorar o estado econômico dos familiares. Outros vinham tão-somente sob o pretexto de procurar recambiar os que saíram primeiro e que ficaram fora do seio da família por um tempo bem mais longo que o previsto. Não raro, por seu turno, foram os casos daqueles que vieram mais tarde, a chamado dos que fizeram algum sucesso na vida e necessitavam de companheiros para atender ao vulto de seus negócios, ou para gerir setores comerciais em desdobramento. Aos poucos, pretendia-se transferir o restante dos familiares que ficaram por demais divididos, tendo a separá-los o próprio Atlântico e mais o Mediterrâneo. Muitas e muitas vezes, os jovens solteiros forçavam

a vinda de moças sírias ou libanesas com a finalidade de casamento, atendendo aos interesses e compromissos inter-familiares tradicionais. E é de se notar que a capacidade de integração das mulheres, sobretudo sírias, nem sempre foi tão grande quanto a dos homens. Extraordinários, em alguns casos, foram os auxílios prestados pelos já radicados a fim de propiciar a vinda de seus familiares, próximos ou remotos, casados ou solteiros. Enviava-se dinheiro, repartiam-se negócios, facilitava-se, na medida do possível, a adaptação. Fastidioso seria enumerar os mil e um episódios singelos e as inumeráveis complicações em que se viram envolvidos os imigrantes sírio-libaneses, a fim de ajudar a parte de sua família que restou na longínqua “terra”. Difícil seria, por outro lado, dar a medida exata de seus sofrimentos quando, durante e após a Primeira Grande Guerra, perderam os seus entes mais queridos, durante a fase da gripe espanhola ou nos tempos mais críticos da guerra, em que faltou de tudo, principalmente alimentos. Para os que se encontravam em situação desafogada, na terra brasileira, tendo a mesa farta, tais episódios foram capazes de marcar existências.

Aos poucos, nas cidades e nos pequenos povoados, processaram-se os primeiros casamentos entre jovens imigrantes libaneses ou sírios e moças de modestas famílias brasileiras: um passo importante na sua integração. Estabelecidos com negócios, proprietários de casas, e casados, com prole numerosa, tais elementos sofreram um processo de abrasileiramento notável. Por intermédio da mulher e dos filhos, passaram a comportar-se como brasileiros, a despeito mesmo da nostalgia da “terra” e das preocupações esporádicas com os problemas da família distante. Em geral, foram excelentes chefes de família e bons pais, instalando em seus lares brasileiros um pouco do patriarcalismo herdado da sua região de origem. Dotados de uma ternura particular pelos filhos, por eles fizeram todos os pequenos e grandes sacrifícios impostos pela condição de pais, garantindo-lhes mesa farta e educação de primeiras letras. Mais tarde, entretanto, pretendiam que os filhos fossem comerciantes, seus substitutos na velhice. Nesse aspecto, porém, tiveram decepções amargas, porque

uma boa parte dos descendentes, por meio de sua própria iniciativa, seguiram os mais variados rumos na vida. Tal libertação da rotina comercial foi sempre facilitada para aqueles que tiveram a possibilidade de vencer a etapa do ensino médio, adquirindo horizonte cultural bem mais alargado que a de seus humildes responsáveis.

É de se notar que, junto com esses imigrantes típicos, vieram alguns outros, que representam uma minoria, menos de 1%, dotadas de maiores recursos intelectuais e econômicos e capazes de escolher melhor a área para a sua localização na terra brasileira. Os outros, que constituem a massa, enfrentaram todas as regiões, da Amazônia ao Rio Grande do Sul. Aquela minoria, entretanto, deu sempre preferência ao Estado de São Paulo, um dos três ou quatro pontos de maior capacidade de atração para os imigrantes euro-asiáticos nas Américas. Tratava-se de gente que sabia ao que vinha e dispunha de recursos mais seguros para garantir o sucesso de suas atividades na terra brasileira. Alguns deles eram profissionais liberais, recém-formados em universidades do Líbano e da Síria de base cultural norte-americana e francesa, ou da França.

Outros eram comerciantes de recursos próprios, dotados de um pecúlio inicial, outros hoteleiros e alguns poucos, industriais, ou filhos de industriais dotados de experiências pioneiras, tidas no próprio país de origem. Às iniciativas desse grupo selecionado e de escol, é que se deve a multiplicação de indústrias têxteis de algodão e de seda, no parque industrial paulistano. Possuindo modestos capitais iniciais e alguma experiência de indústria, tais imigrantes, à custa de muito trabalho e de um excepcional espírito de iniciativa, souberam multiplicar os seus capitais suas fábricas, aproveitando-se do campo ainda pouco explorado e do mercado interno brasileiro, ávido por produtos industriais de boa qualidade e bom preço. A guerra e as crises no comércio de importação criaram condições altamente favoráveis para o desenvolvimento desse tipo de atividade industrial. A isso aliou-se a existência de energia barata e abundante na região de São Paulo, mão-de-obra disponível, numerosa e pouco exigente, capitais acumulados na praça de São Paulo em função da cafeicultura,

esperando boas oportunidades para investimentos e, matéria-prima suficiente e de qualidade na hinterlândia paulista, além da facilidade de transporte desta por uma rede de circulação ferroviária, que fora preparada previamente durante a expansão do café.

O estado de São Paulo, portanto, oferecia condições excepcionais para as atividades industriais, e os imigrantes dotados de maior visão muito cedo souberam compreender o fato e dele tirar proveito. Enriquecidos, trataram de melhorar o seu padrão de vida, adotando rapidamente todas as novas modas das elites paulistanas. Construíram suas finas residências recorrendo aos padrões arquitetônicos dos mesmos mestres de obras encarregados de construir as mansões dos barões do café, procuraram residir nos melhores bairros, onde até há pouco tempo só habitavam famílias tradicionais, ligadas a troncos agrários. Deram demonstrações de sua generosidade, auxiliando a construção de monumentos, clubes e hospitais, participaram da vida social de São Paulo com toda a intensidade que lhes foi permitida e que o seu tempo disponível lhes possibilitou. Granjearam o respeito de muitos e a inveja de outros tantos, nunca se desligando do trabalho que edificara suas riquezas. Alguns poucos, exagerando sua condição de *nouveau riches* e levando vida nababesca, perderam fortunas e serviram de exemplo para o comedimento e o espírito conservador dos mais operosos e menos afoitos.

O Brasil encontrado pelos imigrantes pioneiros dos fins do século XIX

À chegada dos primeiros imigrantes sírio-libaneses no Brasil, dominava aqui, por quase toda a parte, o sistema de transporte animal para as ligações vicinais, nas regiões interiores do país. Dessa forma, salvo para as regiões já ligadas por ferrovias, que funcionavam como estradas de circulação geral, concomitantemente com as vias de circulação tradicionais, era imprescindível o uso de animais para o transporte de riquezas e a circulação dos próprios homens. As tropas numerosas levavam as mercadorias da fonte de produção para as

grandes cidades, as estações ferroviárias e os portos não servidos pelas linhas férreas. Na Amazônia, como ainda hoje, campeava a circulação fluvial, enquanto a maior parte do Centro-Oeste e as grandes áreas do interior do país só eram servidas pelo transporte animal.

Não existindo indústria nacional para atender às populações segregadas do interior, em matéria de mil e um pequenos produtos de uso habitual, faltava de tudo no equipamento doméstico. Os roceiros eram obrigados a longas caminhadas para se abastecer de tudo o que necessitavam, fazendo fervilhar as cidadezinhas comerciais nos dias de “mercado”, por ocasião dos domingos. O domingo não era, então, apenas o dia de se assistir à missa e ouvir as prédicas autorizadas dos párocos, mas era também o grande dia do comércio e das trocas. Vendiam-se produtos da lavoura e, em contrapartida, compravam-se mantimentos, fazendas e bijuterias. Foi nesse esquema – destruído em poucos anos pela circulação motorizada – que os mascates e os negociantes “turcos-árabes” se introduziram no país e venceram.

Nas regiões serranas segregadas havia campo para uma colocação direta dos produtos de uso doméstico mais habituais, relacionados ao mundo das fazendas e dos armarinhos – a isso se lançaram os imigrantes pioneiros, com suas malas rústicas, aos poucos ampliadas em canastras atreladas a dois ou três muares, auxiliados por ajudantes tropeiros. A receptividade dos brasileiros os encorajava, já que às vezes eles eram bem-vindos para resolver o abastecimento das comunidades muito segregadas. Eram recebidas, na maioria das vezes, como verdadeiros hóspedes, tendo voltadas para si e para suas malas e canastras as atenções de todos. Isto lhes valeu muito, já que suavizava a tarefa e preparava o terreno para, mais tarde, obterem uma freguesia amiga e certa, quando do estabelecimento de suas casas comerciais nas cidades. Antes de serem proprietários de lojas, eles já possuíam, de certa forma, amizades e relações suficientes para garantir o sucesso posterior de seus estabelecimentos. Afáveis e respeitadores, em suas peregrinações comerciais pelas regiões serranas segregadas, souberam granjear uma

certa estima e amizade por parte dos caboclos e fazendeiros, tendo vivido sempre em boas relações pessoais com eles e seus descendentes. Dessa forma, os que permaneceram nas áreas onde se iniciaram na vida de mascates, galgando aos poucos todos os degraus do comércio varejista de importância local e regional, fizeram pequenas e honestas fortunas. Os que se locomoveram muito, de uma cidade para outra, não puderam encontrar igual sucesso, já que, por princípio, não tinham o mesmo lastro de relações pessoais e a clientela certa e segura. Diz-se que quando um sírio antigo saía de sua praça amiga, até “pragas” se lhe rogavam! E, realmente, sua sorte comercial dificilmente se repetiria, sem que ele soubesse bem o porquê dos insucessos. Note-se que tais modestos comerciantes, afeitos ao comércio com as populações caipiras, simples e crédulas, nunca mais puderam se adaptar ao trato com uma clientela mais refinada e exigente.

Mascates e lojistas sírios nunca souberam bem o que fosse contabilidade comercial, vivendo apenas de uma empírica avaliação dos bens e estoques acumulados. Ao fim do ano, um rápido balanço lhes indicava se as coisas iam bem ou mal, e assim, teciam pequenos e não muito pretensiosos planos para o futuro. Em seu comércio com fazendas e armazéns, foram muito parecidos com os varejistas portugueses tradicionais, que, nas mais variadas praças do país, abasteciam as populações de secos e molhados, levando toda uma existência para adquirir uma situação econômica mais estável e cômoda. Não havia pressa de se fazer fortuna, tampouco existia uma especulação desenfreada e ambiciosa. Indiscutivelmente, apesar das aparências, era um sistema de trabalho dos mais honestos e úteis, pautado por um adormecimento nos lucros hoje considerado pueril. Desse ponto de vista a figura do mascate, cuja distribuição geográfica abrangeu quase todas as regiões do país, pode ser considerada como de saudosa memória, símbolo e relíquia de uma época pré-motorizada e pré-industrial, de há muito ultrapassada. Os motoristas de caminhões constituem seus herdeiros modernos, cruzando as longas e ásperas rotas dos planaltos interiores do Brasil, garantindo o abastecimento das áreas mais segregadas e distantes.

Se o mascate sírio desapareceu, restou por quase toda a parte o pequeno comerciante sírio-libanês, fiel ao comércio de fazendas e armazéns, os mais velhos cedendo lugar para os que vieram em levas mais recentes, ou para algum membro ou membros da sua descendência numerosa. Com isto, o sírio-libanês permanece, até hoje, no palco das atividades comerciais das comunidades pequenas e médias, fazendo um pouco das mesmas coisas que seus patrícios tão bem souberam executar no passado. Se, por um lado, ele nunca foi um agricultor típico ou um membro do campo, por outro, foi, indiscutivelmente, o fator de ligação entre o mundo rural e o mundo urbano, contribuindo para estreitar contatos e facilitar as relações de dependências.

Os imigrantes sírio-libaneses entrevistados pelos brasileiros

Na apreciação dos valores mútuos entre comunidades étnicas e culturais tão diferentes, há sempre oportunidade para se analisar os fatores adversos, que contribuem para denegrir ou desprestigiar os valores de um dos agrupamentos em face dos do outro. Por mais suaves e superáveis que tenham sido, não há que negar um certo número de fatores adversos que, em maior ou menor escala, pesaram nas relações recíprocas entre sírio-libaneses e brasileiros, nos últimos cinquenta anos. Uma análise desses fatores, ainda que rápida, conserva um certo valor para a caracterização dos heterótipos. Daí a tentativa que se segue.

Em primeiro lugar, há que insistir nos prejuízos de interpretação ocasionados pela própria preferência sistemática dos imigrantes sírios em relação à atividade comercial e aos percalços da sua intransigente posição de intermediários. Do ponto de vista do homem brasileiro comum, o imigrante árabe desses grupos sempre foi tido como um manhoso comerciante, amigo dos pequenos lucros fáceis e dotado de uma ganância constante em face de tudo que redundasse em dinheiro. E, muito embora a maioria deles fosse composta de operosos negociantes, honestos e trabalhadores, as sucessivas “quebras”

de estabelecimentos pertencentes a alguns deles, assim como algumas concordatas suspeitas e falências fraudulentas, contribuíram para enodoá-los perante a opinião pública. E custou muito separar o “joio” do “trigo” em relação às firmas sírio-libanesas que se dedicavam ao pequeno comércio.

Inegavelmente, a despeito do pioneirismo dos imigrantes sírios, sobretudo no que diz respeito ao abastecimento das regiões segregadas dos sertões brasileiros, seu espírito comercial serviu para criar eventuais antipatias inconseqüentes, na maior parte das vezes, muito embora sem provocar a reserva que os vendedores ambulantes de nacionalidade israelita provocavam. Os mascates sírios – de cidade, dos sertões serranos ou da beira dos rios amazônicos – sempre foram tidos debaixo de uma auréola de prevenção, e mesmo, desprezo por parte das elites nacionais. Por seu turno, quanto mais baixo o poder aquisitivo das populações sertanejas, e mais habitual a sua propensão para se amarrar a dívidas de pagamento problemático, menos bem vista era a figura dos incansáveis mascates (na Amazônia crismados de regatões).

Outro fator adverso foi o próprio nível cultural da maior parte dos imigrantes, em geral dotados apenas de primeiras letras – quando não analfabetos em face da sua própria língua – e incapazes de sofrer um novo processo de aprendizado com base na língua portuguesa e nas tradições luso-brasileiras. É comum entre os imigrantes sírio-libaneses solicitar-se aos patrícios mais instruídos a leitura de jornais árabes ou a redação de uma carta em língua árabe, destinada aos parentes distantes. Tais precárias condições de alfabetização pesaram até mesmo no isolamento, paradoxalmente facilitando sua integração na comunidade brasileira. Não tendo notícias constantes e informações esclarecidas sobre os grandes eventos internacionais e acontecimentos que afetaram a sua própria pátria de origem, perderam contato com a marcha histórica contemporânea do seu país, guardando na memória apenas os episódios, as paisagens e as conjunturas da época que precedeu de imediato sua partida. Os que partiram antes de 1919 odiavam os dominadores turcos e viram com muito bons olhos a proteção política e a civilização francesa, não

tendo olhos para acompanhar o desenvolvimento posterior do colonialismo europeu. Por outro lado, nunca puderam atinar bem com o significado do imperialismo econômico de fato imposto pela Grã-Bretanha, nem tomaram conhecimento mais completo do movimento sionista.

Se é que os sírio-libaneses eram culturalmente muito superiores aos caboclos brasileiros (de cultura “caipira”), eles nem sempre eram dotados de um padrão de vida similar ao das classes médias mais privilegiadas das cidades brasileiras do início do século. Pelo menos seu padrão cultural não era de inspirar superioridade ou admiração por parte das comunidades urbanas brasileiras dos fins da primeira fase do ciclo do café e muito menos para aquelas que viveram a segunda grande época da cafeicultura. De certa forma, a sua ocidentalização, do ponto de vista de hábitos e costumes (higiene, vestuário, modos de se servir de alimentos), viria a se completar no próprio Brasil da época, ao mesmo tempo que a velha civilização luso-brasileira atlântica evoluía para melhor. Tais condições culturais limitaram os horizontes dos imigrantes no plano da ascensão social. Os casamentos libaneses e sírios com moças brasileiras – ao contrário do que muitos pensam – fez-se na direção de pretendidas jovens de famílias simples e de condições econômicas modestas, de nossas pequenas cidades interioranas. Nas grandes cidades, os casamentos de sírios-libaneses ou de seus descendentes com moças de tradicionais famílias brasileiras orientaram-se pelo complexo caminho dos sentimentos dirigidos, aliados a interesses econômicos interfamiliares.

Certas tendências psicológicas também criaram embaraços: a teimosia dos velhos imigrantes, as explosões e os seus repentes temperamentais, o gosto pelas aparências, levando às vezes ao desperdício – fatos esses que serviram para criar um certo tipo humano nos quadros habituais das pacatas aglomerações urbanas brasileiras. Dinâmicos nos negócios, os imigrantes sírio-libaneses se revelaram conservadores e rotineiros nos outros setores da vida, só encontrando distrações em torno das mesas de jogo situadas em cubículos malsãos no interior dos clubes. Enquanto durante o dia restavam no interior

das suas casas comerciais, à noite só poderiam ser encontrados ao lado dos colegas de jogo nos clubes principais das cidades. Mais tarde, até durante o dia eram levados para aquela triste e pouco sadia distração que só servia para dar gastos inúteis, para debilitar a saúde e amargar a existência dos familiares.

Mais ferozes nos processos competitivos interfamiliares do que com relação aos outros imigrantes ou nacionais, conheciam dissabores por meio de conflitos e desinteligências com os patrícios e familiares. Tais episódios desagradáveis muitas vezes atingiram tal gravidade que levaram muitos deles a uma exagerada mobilidade espacial. Os deslocamentos de uma cidade para outra algumas vezes não tinham outra explicação senão a de um pequeno conflito interfamiliar ou uma série de insolúveis e sucessivos conflitos da mesma espécie. É isto que também nos explica por que as relações de amizade dos sírios-libaneses tenham-se orientado mais freqüentemente na direção dos brasileiros que na direção dos próprios patrícios. As diferenças entre eles, seja quanto aos princípios religiosos, seja com relação à área de proveniência, usos e costumes e variações dialetais influíram nessa generalizada desunião dos imigrantes servindo para seu desprestígio.

Pensando bem, eram fatais as desinteligências entre as diversas famílias sírias de uma mesma comunidade, pois quase todos se dedicavam ao mesmo tipo de atividade, vendiam os mesmos artigos, e da mesma marca, por preços diferentes, muito embora comprados na mesma fonte. Além disso, eles tinham contra si e contra suas boas relações o fato de estarem muito próximos uns dos outros, competindo no mesmo ramo de negócios. A rua ou quarteirão do comércio lojista (fazendas e armarinhos), de certa maneira, era a própria rua ou quarteirão dos “turcos”, epíteto pejorativo pelo qual eles eram reconhecidos. E, se é que eles dominavam o comércio local, afugentando os negociantes de outras procedências étnicas, até os nacionais, no fim de algum tempo passavam a competir ferozmente entre si próprios. Tendo suas casas comerciais e seus lares instalados na mesma rua principal do comércio. eram duplamente vizinhos de

meia parede tanto nos negócios como na vida particular. Nem sempre iam bem suas relações pessoais, mesmo porque alguns deles às vezes se lançavam a uma especulação desenfreada, a uma espécie de guerra de preços, em busca dos seus atordoados fregueses, negociando em voz alta, com sua fala arrevesada e bizarra.

Não podia haver eterno entendimento em tais bases. E, por sua vez, a competição era observada pelos brasileiros com um fraternal e conciliador sorriso. A verdade é que o sírio-líbanês se inferiorizava e caía no ridículo principalmente pela sua técnica barulhenta de negociar e pela exagerada competição com os outros patrícios negociantes. Daí o anedotário prolixo e ligeiramente picante gerado pela imagem estereotipada do sírio comerciante. Queremos crer, mesmo, que a sua figura inconfundível vem logo após à do português, no estoque inesgotável das pitorescas crônicas da literatura oral hilariante e humorística do povo brasileiro.

Note-se que as relações entre sírio-libaneses e israelitas sempre foram razoáveis, sobretudo no passado, tendo os últimos mantido pacífica a coexistência com os primeiros, tanto nos negócios quanto nas relações pessoais. É de se lembrar, entretanto, que ligeiras diferenças nos tipos de comércio sempre contribuíram para facilitar ou amenizar essa coexistência: enquanto o sírio preferia a loja de fazendas e armarinhos, os judeus se dedicam mais comumente à venda de móveis e roupas feitas, tendo por clientes toda a comunidade e os próprios sírio-libaneses. Os conflitos distantes entre israelitas e árabes tiveram repercussões atenuadas nos representantes desses países, já radicados de longa data entre nós.

O gosto pelas aparências materiais, embora não-universal, sempre se manifestou em alguns sírio-libaneses radicados no Brasil, tendo conseqüências indiretas dignas de ser mais bem conhecidas e sopesadas.

Mercê de uma série de reações psicológicas, o sírio enriquecido foi sempre um dos mais perfeitos e curiosos tipos de *nouveau riche* do Brasil, fato que se traduziu no seu amor por construções monumentais, por residências palacianas e mansões de alto custo.

De certa forma, eles perseguiram os sítios e bairros escolhidos pelas famílias tradicionais, procurando imitar as novas modas arquitetônicas e os novos padrões de construção, por meio de um notável espírito de ostentação. Em São Paulo, eles substituíram as grandes riquezas oriundas da cafeicultura nos bairros aristocráticos, pela construção de residências equiparáveis ou superiores, ou, muitas vezes, pela compra das moradias dos proprietários arruinados. Além disso, atiraram-se à construção de grandes edifícios, do tipo de arranha-céu, seguindo padrões arquitetônicos modernos e ousados, acompanhando a marcha dos tempos. Paralelamente, auxiliaram a construção de clubes e hospitais de alto luxo e situação privilegiada e patrocinaram a construção de monumentos e edifícios públicos, por meio de doações fantásticas e nem sempre bem-dirigidas, à custa dos recursos que a riqueza acumulada lhes propiciou. Raras foram as doações endereçadas a fins eminentemente culturais ou científicos. Era tempo, aliás, de se lhes lembrar que empregariam melhor seus rasgos de generosidade auxiliando o desenvolvimento das universidades e das instituições de pesquisa e propiciando a educação dos seus descendentes e daqueles que nesse grande país tão bem os acolheram.

Mais simpática e duradoura seria a sua memória se conseguissem atender um pouco mais às grandes coisas do espírito, organizando fundações de natureza eminentemente cultural e propiciando um intercâmbio de idéias, pessoas e conhecimentos que servisse para aproximar mais os homens e grupos que permanecem separados pelo Atlântico e pelo Mediterrâneo e por séculos de tradições diferentes.

Imigrantes e descendentes de primeira geração: diferenciação de gêneros de vida

Entre os descendentes dos imigrantes sírio-libaneses, há dois agrupamentos numerosos e relativamente distintos:

- 1) os descendentes, filhos de pai e mãe nascidos na Síria ou no Líbano, em geral conhecedores da língua árabe, e,

- 2) os descendentes mestiços, filhos de pai sírio ou libanês e mãe brasileira, menos numerosos, em geral completamente ignorantes da língua paterna.

Os primeiros seguem a tradição de gênero de vida dos pais com maior frequência e adaptabilidade, enquanto os segundos têm maior facilidade para se dedicar a outras atividades, sem predileções mercantes. Ambos, entretanto, dão uma certa continuidade ao gênero de vida dos pais, sendo obrigados por hábito ou tradição, a lhes seguir as pegadas. O abraileiramento dos descendentes mestiços é, via de regra, mais completo e rápido.

O certo é que os descendentes, de uma forma ou de outra, mais cedo ou mais tarde, conseguem se desligar das atividades tradicionais dos seus pais e partir para os mais variados rumos e atividades, no que muito têm sido auxiliados pelos horizontes que lhes são abertos pela educação secundária. Encontramo-los em rodas de atividades urbanas peculiares à vida moderna do país, sem distinções maiores: profissões liberais, professorado, ciência e pesquisa, indústria, comércio, letras, bancos, jornalismo, artes, administração, religião, política, rádio e televisão. Alguns se destacam mais, outros menos. Alguns adquirem situações privilegiadas, outros vivem em luta constante pela sobrevivência.

A concorrência entre eles e os descendentes de outros imigrantes e os próprios nacionais é rotineira e normal, como aquela que caracteriza todos os países de vida democrática e de sociedade classista. Tendo herdado nomes que marcam muito bem a sua filiação a modestos imigrantes dos países árabes, eles têm contra si, muitas vezes, o peso desta marca que os distingue de imediato. Muitos deles, perguntados se sofrem conseqüências por terem nomes bizarros e estrangeiros, de fácil identificação, deixam entrever uma queixa velada, de que se conclui que tais nomes dificultam ligeiramente a sua ação competitiva nos momentos em que elas se tornam mais necessárias e imprescindíveis. Juristas famosos ou cientistas honestos, sofrem às vezes, uma hostilização disfarçada por parte dos rivais menos capazes, que perfidamente se lembram de proparlar a origem modesta.

Existem críticas mais sérias, às vezes verídicas, às vezes oriundas da falta de conhecimento mais aprofundado, tais como aquelas que procuram atingir os descendentes árabes, destacando-lhes as qualidades intelectuais, fazendo, porém, reservas às suas qualidades de imaginação, tidas como perigosas e subjetivas. Na realidade, entre os descendentes de sírio-libaneses, dentro de uma mesma família, existem os mais diferentes tipos psicológicos, como parece existir em quase todos os agrupamentos humanos oriundos de muitos deslocamentos e cruzamentos étnicos. Uns são mais introvertidos, outros, menos, cada qual possuindo reações próprias, orientando suas aptidões e educando suas qualidades ao sabor das vicissitudes da vida. Talvez seja o gosto pela aparência e uma ponta de auto-suficiência de muitos que tenham contribuído para fornecer tais imagens depreciativas ao espírito de determinadas camadas das elites brasileiras. A grandiloquência de uns, a ousadia da temática de outros, a agressividade de muitos deram ao tipo médio dos descendentes de árabes uma imagem falsa, contribuindo para uma série de erros de observação comezinha e muito difundida. A todos caberia conhecer bem essas expressões habituais da apreciação dos valores mútuos, a fim de se corrigi-las quando necessário, ou, quando não, frear a impetuosidade dos sentimentos.

Salvo raras exceções, os brasileiros são sempre olhados pelos descendentes de sírio-libaneses com os olhos dos companheiros mais íntimos, suas qualidades sendo avaliadas pelos seus atos e feitos, ou pelo valor pessoal de seu trabalho. Nunca se ouviu falar que um descendente de sírio-libanês julgasse seus companheiros brasileiros como elementos dotados de algumas qualidades especificamente negativas, como as que às vezes lhe são dirigidas por descendentes de outras nacionalidades: falta de “organização mental”, preguiça, visão acanhada, ou outras inverdades. Tal respeito e falta de preconceitos decorrem de sua grande integração nas comunidades brasileiras e do conhecimento prático que possuem da grande versatilidade e flexibilidade do brasileiro, adaptável como é, aos mais diversos tipos de trabalho científico ou técnico, e dotado de todas as grandes qualidades e pequenos defeitos existentes em todos os homens.

Conclusões e sugestões para intercâmbio

Após uma análise minuciosa do comportamento dos grupos sírio-libaneses no Brasil, chega-se à conclusão inevitável de que participaram ativamente da vida econômica brasileira nos últimos cinqüenta anos, sem terem tido preferências marcantes por regiões de maior ou menor desenvolvimento social ou técnico. Eles estiveram por quase toda a parte, do Norte ao Sul, como no Centro-Oeste do país, muito embora tenham tido mais sucesso econômico-social na terra bandeirante.

Tendo-se especializado no comércio de fazendas e armarinhos, por quase toda a parte no Brasil tiveram preferência indiscutível pelas cidades. Foram, acima de tudo, imigrantes que se interessaram pela vida urbana. Entretanto, paradoxalmente, tanto na fase da mascateação como no estágio mais sedentário do estabelecimento de “lojas”, serviram sempre como intermediários entre a gente da cidade e os homens do campo. Disso resultaram relações de amizade duradouras entre eles e os roceiros simples, as quais constituíram uma garantia para a continuidade de seus estabelecimentos e serviram para facilitar o abastecimento da gente das roças.

As grandes riquezas acumuladas pelos imigrantes árabes estão relacionadas com a iniciativa industrial de uma minoria mais bem avisada e dotada de maiores recursos técnicos e econômicos. Tendo-se atirado à indústria têxtil durante a Primeira Grande Guerra e entre os dois principais conflitos que abalaram o mundo nesse último meio século, puderam adquirir sólida situação econômica, desdobrando, mais tarde, suas atividades. Outros tantos imigrantes conseguiram fazer fortuna à custa do comércio atacadista de armarinhos e fazendas, por eles, às vezes, dominado, como acontece no caso da praça de São Paulo.

A influência cultural da massa humilde dos pequenos comerciantes, e dos industriais e atacadistas enriquecidos foi das mais superficiais, não tendo contribuído muito para o desenvolvimento cultural do país. Sua influência, em quase todos os setores da

ocidentalização, foi de caráter indireto, predominantemente dirigida para a esfera econômica e do abastecimento de gêneros de necessidade pessoal. Ainda uma vez, assim, em terras tropicais, deixaram uma manifestação clara de suas aptidões para o comércio e para a redistribuição dos inumeráveis pequenos produtos que constituem a roupagem da cultura ocidental.

Não se pode negar que o que se fez de efetivo até hoje no setor do intercâmbio cultural entre o Brasil e os países de fala árabe reduz-se, em grande parte, a um intercâmbio humano, altamente unilateral, relacionado com as correntes migratórias modernas feitas em direção à América do Sul. Quase sempre dominou nestas relações o intercâmbio de homens, em um movimento marcadamente assimétrico, em detrimento de quaisquer outros tipos de intercâmbio que pudesse atingir o terreno das idéias, das ciências, das técnicas ou até mesmo dos elementos culturais aproveitáveis. Por outro lado, mesmo no setor demográfico, não houve a participação de inumeráveis parcelas do Mundo Árabe, reduzindo-se os contatos tão-somente àquela porção mais ocidentalizada dos povos de língua árabe correspondentes à Síria e ao Líbano.

É sabido que não pode haver intercâmbio demográfico inteiramente destituído de reflexos culturais, por mais reduzidos que eles possam ter sido. Entretanto, é preciso reconhecer que a capacidade da sociedade brasileira de absorção dos contingentes demográficos alienígenas, assim como de facilitação de sua aculturação, é de tal maneira operante que, em grande parte neutralizou a ação cultural dos modestos representantes do Mundo Árabe que para cá se dirigiram.

No momento atual, o que está em jogo é o estreitamento do intercâmbio cultural entre o povo brasileiro e os povos árabes, na base de uma troca de experiências acumuladas e do intercâmbio de homens e idéias, para o melhor conhecimento mútuo no terreno social, antropogeográfico e científico³. Nesse sentido, do ponto de

³ Não está, absolutamente, fora de cogitação o intercâmbio econômico internacional entre o Brasil e os países árabes. Mesmo porque, como se sabe, não há intercâmbio puramente econômico ou puramente cultural, os dois se completando, na maior parte das vezes. Por outro lado, há de se

vista brasileiro, há que ofertar ao Mundo Árabe e às elites culturais árabes, amostras do Brasil, por intermédio de traduções selecionadas de obras que possam divulgar fatos de nossa terra e de nossa gente, assim como por meio de material audiovisual, filmes e dispositivos, amostras artísticas, que sejam representativas da realidade. Livros como *Brasil*, do Ministério das Relações Exteriores, e *Tipos e Aspectos do Brasil*, do Conselho Nacional de Geografia (IBGE), poderiam ter uma edição especial em língua árabe, destinada a uma larga distribuição pelas entidades públicas e particulares dos países de língua árabe, professores de ensino superior e médio, bibliotecas e associações culturais, centros acadêmicos e universitários. Livros como *A Cultura brasileira*, de Fernando Azevedo, *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, *Brasil*, de Pierre Mobeig, *Geografia Humana do Brasil*, de Aroldo de Azevedo, e outros similares poderiam ser vertidos para a língua árabe e prestar bons serviços ao intercâmbio cultural. Em contrapartida, livros e publicações análogas poder-nos-iam ser ofertados pelos governos dos países árabes, por meio de supervisão da Unesco, endereçados às elites culturais brasileiras e aos transmissores de cultura, representados pelos professores universitários e alunos do ensino médio de nosso país.

Outra fórmula de relações adequadas e louváveis para a intensificação do intercâmbio cultural seria a da troca de professores, universitários e escritores, especializados em ciências da terra e do homem, e, em artigos de teor regional. Não sendo o Brasil nem o Mundo Árabe, infelizmente, grandes centros tecnológicos do mundo moderno, poder-se-ia apelar para um tipo de intercâmbio mais geográfico e antropológico, cujos laboratórios principais seriam os

considerar sempre, que certos portos do Oriente Próximo, no Líbano, na Síria e no Egito estão situados em entroncamentos fundamentais das grandes rotas comerciais do Velho Mundo, podendo constituir, em qualquer época, excelentes pontos para a redistribuição de produtos brasileiros na Eurásia e na África. Note-se que até hoje algumas das áreas acessíveis por meio dos portos sírio-libaneses e egípcios permanecem completamente fora de nossos principais raios de ação comercial.

Entre os descendentes de sírios e libaneses, têm especial importância a dedicação e o sucesso tido na área médica e biomédica. Um fato reconhecido cotidianamente.

da própria natureza e os grupos de homens, ambientes sociais e estoques raciais peculiares aos seus respectivos países. Assim, quiçá, por intermédio dos conhecimentos referentes às terras e aos agrupamentos sociais diferentes, se pudesse avaliar melhor os problemas específicos de cada um dos mundos em contato.

Nesta ordem de idéias, talvez os executores mais indicados para o intercâmbio científico fossem os antropólogos especializados em estudos de comunidades e os geógrafos especializados em geografia regional. Os primeiros poderiam conhecer melhor as fontes ancestrais dos imigrantes mediterrâneos, e os últimos poderiam reunir material importante para melhor divulgação do teatro geográfico que asila os povos de fala árabe, seus grandes problemas sociais, geoeconômicos e humanos. Ambos contribuiriam para, entre nós, tornar menos livresco o ensino superior dos problemas geográficos, sociológicos e antropológicos regionais. Inegavelmente, os responsáveis por tais cursos em nossas universidades são obrigados a um deficiente preparo livresco de suas aulas e preleções, sobretudo porque não se lhes proporcionam meios para maior número de viagens de estudos, a fim de objetivar seus conhecimentos sobre países distantes, paisagens exóticas e problemas locais insuspeitados. Seria uma grande oportunidade para a renovação do material de ensino e para o estreitamento de relações universitárias e troca de publicações especializadas.

A verdade é que temos poucos especialistas realmente preparados para ministrar cursos sobre problemas da terra e do homem dos países de fala árabe, restringindo-se nossas fontes aos livros de especialistas franceses ou ingleses. Não seria de intentar contatos mais diretos e amiudados?

Os poucos exemplos de relações culturais recíprocas foram altamente favoráveis, haja vista o grande interesse despertado pelas conferências do professor Hitti na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, assim como o saldo favorável do curso de literatura brasileira dado em Beirute pelo escritor paulista Jamil Almansur Haddad, e a divulgação jornalística do Líbano e da Síria, efetuada pelos artigos do professor Francisco Silveira Bueno e da

jornalista Helena Silveira. Pensamos que, agora, chegou a vez de fazer entrar no “rolimã” do intercâmbio planejado a figura dos geógrafos e sociólogos brasileiros. Por seu turno, nossas portas e o interior do nosso grande país estão permanentemente abertos à curiosidade de todos aqueles que pretendam saber um pouco da maneira pela qual estamos, à custa de muitos tropeços, avanços e recuos, construindo uma grande civilização, de tipo ocidental, entre os trópicos.

Os fatores geo-históricos

A vida dos agrupamentos humanos sofre a influência do clima, do relevo, da hidrografia, dos solos e da natureza do subsolo, que determinam os caracteres da vegetação e do estado dos recursos minerais. Ela também depende das facilidades de circulação, maiores pela vias aquáticas que pelas vias terrestres e aéreas. Da mesma forma, as características dos sistemas jurídicos dos países, as suas formas de governo e de estado, bem como o sistema produtivo e a situação e a capacidade dos setores público e privado são elementos determinantes da formação do homem e da sociedade.

A atuação nas relações internacionais, seja quanto às relações entre os povos, seja quanto às relações entre os Estados, deve levar em consideração as influências de todos esses fatores, quase sempre sensíveis ao comportamento dos povos, aos contatos políticos e comerciais e ao respectivo poder dos Estados.

No caso das relações entre o Brasil e o Mundo Árabe, além dos fatores acima citados, devemos considerar, quanto ao Brasil, sua formação econômica e o atual sistema, suas relações comerciais com os demais países, o fato de ser o maior país da América Latina e do Mercosul, sem nos esquecermos da atuação das empresas, que participam da produção e das exportações do país.

Quanto ao Mundo Árabe, também temos de considerar os fatores de colonização otomana e sua substituição, a partir da Primeira Grande Guerra, pela colonização européia – ambas as colonizações amputaram as veias de progresso científico que os árabes tinham introduzido em suas sociedades e no mundo, em todas as

* Bacharel em Direito. Professor de Direito Constitucional da Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal (Aeudf). Membro fundador da Sociedade Filantrópica ISLAM e o Ocidente, com sede em Genebra.

áreas da ciência. A contribuição árabe para o progresso da humanidade começou cedo: da tradução de Aristóteles até as relevantes invenções e contribuições nos campos da matemática, química, medicina, física, navegação e das relações de troca. Além desses fatores, levemos em conta também o conflito árabe-israelense a que o Mundo Árabe está submetido, há mais de cinquenta anos, que teve como consequência um desenvolvimento tolhido e trocado por uma corrida armamentista, o desvio na utilização dos recursos nacionais e, o que é pior ainda: um derramamento contínuo do sangue de seus filhos, com a cumplicidade de grandes atores internacionais, que negam a tolerância árabe e o seu alinhamento com o mundo livre, por vantagens aparentes e efêmeras. A história não se repete, os homens é que reincidem nos erros.

Porém, continuando com a tolerância, reconhecendo o direito de outrem à vida e à luta pela busca do progresso e da felicidade, estaremos trilhando o caminho correto. John Locke, a este respeito, disse:

Os homens, criaturas nascidas do mesmo processo biológico e sob a mesma ordem superior, necessariamente terão de ser iguais, a não ser que o Senhor de todas elas colocasse, de forma comprovada, uma acima de outra, conferindo-lhe direito de superioridade ou domínio sobre a outra,

para não reconhecer essa igualdade. E, como em nenhum momento ou lugar, o Senhor dispôs tal absurdo, os homens terão de aceitar a igualdade entre eles. “Pois as mesmas razões que me levam a exigir que você me ame, impõem a mim que eu lhe conceda a mesma quantidade de amor por mim exigida”.

As relações internacionais que resultam das grandes guerras não seguiram esses princípios. E, por isso, muitos países sentem que várias normas internacionais expressam vontades de alguns países, mais que de outros, porque tentaram impor os seus sistemas como ideais a serem seguidos pelos demais. Stalin, considerado por Roosevelt e Churchill como “tendo algo além dessa coisa bolchevique

revolucionária”, onde o próprio presidente Roosevelt explica esse “algo” como uma qualidade, fruto da educação de Stalin num seminário: “Creio que algo penetrou em sua natureza, da maneira como o cavalheiro cristão se comporta” Kissinger, *Diplomacy*

Mas o próprio Stalin não demora em desfazer o equívoco, ao explicar o que vem a ser a Segunda Grande Guerra:

Essa guerra não é como no passado. Quem ocupa um território também impõe nele o seu próprio sistema social. Todos forçam seus sistemas, até onde o seu exército for capaz de chegar. Não pode ser de outra maneira. *Ibid.*

Mudanças em processo

Felizmente os tempos mudaram e “a experiência produz nova realidade”. De modo que o *bill of tolerance* de John Locke está atingindo o seu objetivo: o mundo se sente mais livre para falar mais dos vícios existentes, tanto nas relações internacionais como nas relações e organizações sociais internas de cada Estado. No quadro mundial, as relações internacionais que se orientam rapidamente para a globalização demonstram a existência de vários fatores considerados positivos, vividos pela humanidade, hoje. Os principais deles são o dramático avanço tecnológico e científico, o fim do comunismo e da guerra fria, o fim do intervencionismo e excesso de regulamentação estatal e das estruturas corporativistas, o fim da inflação nos principais países industrializados e o fim das grandes guerras, porque as grandes potências estão cansadas de lutar, e as novas não estão preparadas para isso. Como disse o eminente mestre Luiz Felipe Lampreia e atual condutor da diplomacia brasileira: “o próprio conceito de poder mudou”. A soberania de um país e a capacidade de satisfazer às necessidades de sua população dependem, cada vez mais, de bons indicadores sociais, estabilidade política, competitividade econômica e progresso científico e tecnológico, e não de poderio militar. E ainda segundo o mesmo mestre, atualmente, “os principais

fatores do orgulho nacional são a democracia, o desenvolvimento, o comércio e a riqueza econômica, ao invés da hegemonia ou ganhos territoriais”.

Dentro deste quadro, as relações entre o Brasil e o Mundo Árabe têm-se desenvolvido, cada lado com suas peculiares características.

O Brasil, cujo desenvolvimento econômico foi marcado, nos séculos XVIII e XIX, pelos ciclos do ouro, café, açúcar e pelas oligarquias agrárias, teve, no princípio do século XX, a oportunidade de lançar sua produção industrial e de manufaturas nos mercados europeus, por estarem, esses países, envolvidos na Primeira Grande Guerra e terem desviado ou paralisado a sua produção industrial, em consequência dela. A Revolução de 1930 marca a volta do presidente Getúlio Vargas para a classe operária e, com o seu apoio, derruba as oligarquias, principalmente a cafeeira. E, em 1937, o mesmo presidente Getúlio Vargas dá golpe de Estado a que chama de instalação do “Estado Novo”, quando derruba a classe operária e submete todos ao seu poder, instalando o capitalismo industrial no país, fazendo a agricultura servir como subsídio para a indústria. Houve diversas mudanças constitucionais, em 1946, 1967 C/C EMC69 e de 1988, porém, todas seguiram o caminho da opção inicial para a industrialização do país, incluindo o estímulo às exportações.

O Brasil e a globalização

Há mais de dez anos, o Brasil está inserido no ritmo das nações que decidiram adotar a globalização, começando pela progressiva abertura do mercado, com o objetivo de dinamizar a sua economia e, pela competitividade, abrir maior espaço nos mercados mundiais. Embora a globalização seja, hoje, considerada um meio de desenvolvimento muito promissor, ela “não é um mito e nem é exclusiva da direita e nem um modismo neoliberal”. Segundo Roberto Campos, a primeira abertura ocorreu em meados do século

XIX. Ela foi saudada por Karl Max, no Manifesto Comunista de 1848, como

uma contribuição progressista da burguesia, com grande mágoa dos ‘reacionários’, ela (a burguesia) puxou de sob os pés da indústria a base nacional onde se sustentava. E, depois de destruir as antigas indústrias, as novas se converteram em questões vitais para todas as nações civilizadas.

Isso é o que se está processando no mundo de hoje, por meio da globalização. Por isso, quase todos os países têm o interesse de ingressar na globalização como meio de se desenvolver, até o Brasil.

Os setores brasileiros aptos a elevar a capacidade competitiva do país no mundo globalizado são os de couro e calçados, a agroindústria, a construção civil, a construção naval, a têxtil e de confecções, a de madeiras e móveis, a audiovisual, a de higiene pessoal, a eletroeletrônica, a química, a de turismo e a indústria automobilística. Os objetivos fundamentais que o país busca, nesse processo, são por um lado, geração de empregos; expansão da industrialização, até para o interior; melhoria da capacidade competitiva (grande requisito da globalização) e substituição das importações. Por outro lado, para conseguir realizar essas metas e ser sujeito ativo da globalização, o Brasil terá de assegurar os seguintes requisitos ainda não-realizados: a) redução dos encargos fiscais pela reforma tributária, b) redução das tarifas públicas a níveis semelhantes às de outros países, e c) ter linhas de crédito e juros compatíveis com o binômio custo/produção para reduzir o “custo Brasil” e dotar o país de capacidade competitiva dentro do processo da globalização.

Origem e evolução das relações Brasil-Mundo Árabe

Dentro desse quadro, as relações entre o Brasil e o Mundo Árabe têm-se desenvolvido, desde 1924. Mas a falta de contato mais intenso com o objetivo de conhecer os mercados árabes e brasileiro e a presença maciça, nos países árabes, de visitantes e empresas de outros

países – principalmente desenvolvidos – tem deixado as relações de troca entre os dois lados muito aquém da capacidade de seus mercados e suas necessidades de desenvolvimento. Os países árabes têm a área de 12.911,94 milhões de km² e cerca de 300 milhões de habitantes. Estendendo-se do Atlântico ao Golfo Árabe ou Pérsico, ocupa também 85% da faixa entre o Mediterrâneo, o Golfo, o Mar Vermelho e o Mar da Arábia (outros 15% são ocupados por Irã, Israel e Palestina). O Produto Interno Bruto (PIB) desses países soma o total de 590 bilhões de dólares. Todos eles estão vivendo uma fase de abertura econômica e de industrialização intensas. O seu espaço geográfico, população, produção e renda estão distribuídos conforme mostra o seguinte quadro:

País	Área km ²	Populações Milhões	Mortalidade Infantil	Analfabetismo %	PIB US\$	Renda <i>per</i> <i>Capita</i>
Arábia Saudita	2.153.168	20,9	23	27	140.374	7.150
Argélia	2.381.741	30,8	44	40	47.072	1.500
Barein	678	0,606	17	14	6.097	8.640
Catar	11.437	0,589	17	20	10.745b	11.340
Egito	1.001.449	67,2	51	47	75.065	1.200
Em. Árab.Unid.	83.600	2,4	16	25	39.107	—
Iemen	527.968	17,5	80	58	5.656	270
Iraque	434.128	22,5	95	42	—	—
Jordânia	97.740	6,5	26	13	7.015	1.520
Kuaite	17.818	1,9	12	20	30.373	—
Líbano	10.400	3,2	29	16	14.962	3.350
Líbia	1.775.500	5,5	28	24	39.051	—
Marrocos	710.850	27,9	51	54	33.514	1.260
Omã	212.457	2,5	25	33	12.102	—
Síria	185.180	15,7	33	28	17.899	1.120
Somália	637.657	9,7	122	76	—	—
Sudão	2.505.813	28,9	71	47	10.227	290
Tunísia	163.610	9,5	30	33	18.937	2.110

Os países árabes dividem-se, geograficamente, em dois grandes grupos ou áreas: o Maghreb (Ocidente ou Norte da África), formado por Marrocos, Argélia, Tunísia e Líbia e o Machrik (Oriente),

formado pelo Egito, Arábia Saudita, Líbano, Jordânia, Síria, Iraque, Kuwait, Iêmen, Sudão e Emirados Árabes Unidos.

As primeiras relações diplomáticas entre o Brasil e os países árabes foram estabelecidas com o Egito em 1924, sabendo-se que, embora reconhecidamente “soberano”, o Egito permanecia sob o “protetorado” britânico, condição esta que se prolongou até 1936. Essas relações foram estabelecidas devido ao mérito do Brasil, pela industrialização florescente, e ao mérito do Egito, por sua importância no cenário árabe e internacional. Em seguida, em 1946, foram estabelecidas relações diplomáticas entre o Brasil e o Líbano, por ter este último mercado aberto e em razão do grande fluxo migratório de libaneses para o Brasil, em consequência das perseguições que tinham sofrido no império otomano, principalmente os letrados, que chegavam a negar saber ler e escrever para não serem obrigados a servir ao exército otomano, haja vista o massacre ocorrido contra os povos sírio e libanês em 1860–61. Nesse período, estimulados também pela visita do imperador D. Pedro II do Brasil ao Líbano, o fluxo migratório de libaneses começou a direcionar-se para o Brasil, embora tenha-se dirigido, inicialmente, para os Estados Unidos e a Argentina.

Em 1952, foram estabelecidas relações diplomáticas entre Síria e o Brasil, também motivadas pelo fluxo migratório e pelo fato de os emigrantes terem estabelecido canais de comércio e de exportação entre o Brasil e seus países de origem (Síria e Líbano). Já em 1968, 60% das exportações brasileiras para os países árabes eram destinadas ao Líbano.

Dentro da ótica brasileira, o Iraque foi, de início, considerado como sendo comercialmente mais importante do que o grupo formado pela Síria, Tunísia, Marrocos e Líbano. A Arábia Saudita foi tida como potencialidade interessante, tendo o Brasil iniciado contatos preliminares com esse país no período de 1967–1968. Contudo, as primeiras tentativas de ingresso do Brasil nos mercados árabes foram frustradas, devido ao que foi chamado de insuficiência

do Sistema Institucional Brasileiro pelo embaixador Hélio Cabral, no seu manuscrito de 1986, constante na biblioteca do Itamaraty. O mesmo autor cita, então, sete exemplos “gritantes” desta insuficiência, quais sejam:

em 1960, o Egito propôs acordo de comércio e de pagamentos que substituiu o inoperante acordo de 1930, firmado entre os dois países. Entretanto, a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), que existia no Brasil naquele período, vetou a proposta por conta da Cláusula de “Clearing”, que estabelecia a obrigatoriedade de compra, a prazo, de determinados artigos, tendo a mesma Superintendência desaprovado a Cláusula sem no entanto fazer contraproposta. Em 1961, o Egito novamente reiterou a proposta anterior, a qual foi mais uma vez rechaçada sem contraproposta. Naquele mesmo ano, a Chancelaria brasileira propôs acordo de cooperação técnica e de pesquisas entre a Petrobras e empresas congêneres na Arábia Saudita, Kuwait e Iraque, tendo a empresa brasileira recusado a proposta.

Lentidão e avanço de ambos os lados

Ainda em 1961, uma missão especial, designada pelo presidente da República brasileiro, foi encarregada de investigar as possibilidades de intercâmbio com os países do Oriente Médio, tendo trazido de lá uma proposta egípcia de troca de dez milhões de dólares de café brasileiro por petróleo, cevada, lentilha, aveia, alho e fosfato. Tal proposta foi rejeitada pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC) e pela Superintendência de Moeda e de Crédito (Sumoc), hoje extinta.

Em 1966, a Tunísia propôs ainda uma encomenda de navios a serem construídos pelo Brasil, em troca de fosfatos e da exploração, em conjunto, dessa substância, incluindo a utilização da Zona Franca de Bizerta. Essa proposta, conforme relatório do Itamaraty, (p. 173) não mereceu nem resposta das autoridades brasileiras competentes. Em 1967, a missão brasileira no Cairo submeteu à Petrobras oferta de contratos de compra de petróleo em longo prazo, diretamente

das empresas dos países produtores – sugestão também recusada pela empresa brasileira, que vinha, até então, comprando petróleo dos atravessadores internacionais. Mas uma vez, a missão brasileira no Cairo submeteu proposta de visitas de técnicos da Petrobras aos países árabes produtores de petróleo para contatos exploratórios. O convite foi aceito, porém, adiado *sine-die* pela companhia brasileira.

Como se vê, a diplomacia brasileira demonstrava grande sensibilidade quanto ao problema e à necessidade de incrementação do comércio entre o Brasil e o Mundo Árabe, especialmente no que tangia à questão do petróleo, que ficou sem a devida atenção até o advento da crise internacional desencadeada pela guerra árabe-israelense de 1973. Porém, a conexão disso com os setores produtivos e técnicos, tanto do lado brasileiro como do lado árabe, não foi suficiente.

Em 1961, começou uma nova etapa da relação do Brasil com o Mundo Árabe da área da África do Norte, quando estabeleceu relações diplomáticas com Marrocos, Argélia e Líbia.

Mansour S. Al Safi, em sua obra *Arábia Saudita – Política Externa*, comenta:

Alguns setores brasileiros não deram a devida importância a essas relações considerando-as que foram determinadas por pensamento ativista formal da política externa. Críticos desta decisão diriam mais tarde que a mesma era carente de espírito realista e de sentido prático.

Embora as críticas e a nova abertura diplomática brasileira não tenham sido veiculadas publicamente, a verdade é que, no biênio de 1966–1967, o Brasil destinou aos mercados árabes 2% das suas exportações, enquanto 5% das importações eram procedentes de países árabes, representados pelo petróleo, potássio e fosfato, fato que demonstra um desequilíbrio da balança comercial, desfavorável ao Brasil.

Em 1968, o Brasil deu início às relações diplomáticas com o Reino da Arábia Saudita, sendo a embaixada brasileira, em Beirute,

encarregada de responder pela área relacionada com a Arábia Saudita, e a embaixada saudita em Washington, D.C, respondia pela área brasileira e pelo relacionamento com os demais países da América Latina.

Uma nova realidade e cenário surgem no quadro das relações internacionais desde 1973. A valorização crescente das matérias-primas – principalmente o petróleo – que haviam estado em declínio, durante três décadas seguidas, e o preço dos produtos exportados dos países industriais, que era cada vez mais elevado em relação ao preço dos recursos naturais importados, tudo somado aos efeitos da decisão americana de 1971, de retirar a conversibilidade do dólar em ouro, estremeceu as economias do mundo, incluindo a dos países da comunidade europeia e do Japão. A inflação atinge, na maioria dos países industrializados, uma taxa de 10% a 20%, salvo na Alemanha e nos Países Baixos, e ultrapassa 20% no Japão e na Itália.

Os Estados Unidos não decidiram apenas acabar com a prática de os bancos centrais dos outros países converterem dólar em ouro. Além disso e, tendo em vista a fuga considerável de capitais para a Europa Ocidental e do déficit da balança do pagamento, os Estados Unidos reduziram a ajuda econômica externa em 10% e estabeleceram uma sobretaxa de 10% sobre todos os produtos e bens importados. Segundo o presidente Nixon, “o objetivo era adotar uma atitude necessária para defender o dólar”. Também decidiram redistribuir, “de maneira mais equitativa”, os seus encargos militares entre os países ocidentais.

Relações Brasil-Arábia Saudita

Diante da nova realidade, aliada às situações econômicas internas, Brasil e Arábia Saudita, em 1973, decidem estabelecer embaixadas com troca de embaixadores plenipotenciários, tendo o Brasil, no mesmo ano, enviado o seu primeiro representante ao Reino da Arábia, o embaixador Murilo Gurgel Valente. No ano seguinte, a Arábia Saudita enviou o seu representante junto ao governo brasileiro,

o embaixador Mamoun K. Kabbani, também plenipotenciário e da carreira diplomática. No mesmo ano também, a convite do governo brasileiro, o ministro das Relações Exteriores saudita, Omar Al-Sakhaf, visita o Brasil. O chanceler saudita foi recebido em audiência especial pelo presidente da República Ernesto Geisel e manteve encontro com diversas autoridades brasileiras, entre as quais os ministros das Relações Exteriores, da Indústria e Comércio, das Minas e Energia e o secretário do Planejamento da República. Ao término da visita, em 4 de setembro de 1974, foi assinada uma Declaração Conjunta entre os dois chanceleres. Nessa Declaração Conjunta, os dois ministros explicaram que tiveram a oportunidade de reestudar as relações bilaterais entre os dois países e os problemas internacionais do momento, especialmente a questão do Oriente Médio e registraram sua satisfação com a amplitude dos entendimentos a que chegaram os dois países, principalmente, sobre problemas internacionais, econômicos e financeiros.

Confirmaram, ainda, esses ministros, a necessidade de uma ação solidária em prol da paz e do desenvolvimento, dando ênfase à importância da criação de uma nova ordem econômica internacional, que trouxesse aos países em desenvolvimento maior parcela de benefícios. Expressaram o total apoio de seus países ao direito soberano, de cada país, de explorar e desenvolver os próprios recursos naturais em benefício de seus povos, demonstrando, também, a necessidade urgente de uma solução pacífica para o problema do Oriente Médio que fosse justa e permanente, incluindo a retirada de tropas de todas as áreas ocupadas militarmente e o reconhecimento dos direitos legítimos do povo palestino.

Quanto ao relacionamento entre Brasil e Arábia Saudita, os dois ministros acordaram em intensificar as relações por meio de contatos e permutas diretas e no melhor interesse dos dois países, para ampliá-las econômica, financeira e comercialmente. Com essa finalidade, foi criada uma Comissão Mista (Joint Comittee) para as questões consideradas prioritárias, como: suprimento de petróleo saudita ao Brasil, bens de serviços para a Arábia Saudita, intercâmbio

tecnológico, assistência técnica, associação de capitais privados e públicos, sauditas e brasileiros, cooperação financeira entre os dois países e intercâmbio cultural.

Como consequência da visita do chanceler Saudita, foi assinado, em 2 de abril de 1975, em Jeddah, um acordo de Cooperação Econômica e Técnica entre o Brasil e a Arábia Saudita, com a finalidade de desenvolver a indústria de origem agrícola, a indústria manufatureira e o desenvolvimento dos transportes aéreos e marítimos, mediante estabelecimento de companhias conjuntas ou mistas. Além disso, esse acordo previu o estabelecimento de intercâmbio de informações científicas e tecnológicas para facilitar as várias formas de cooperação técnica.

Foi criada também uma Comissão Mista, que teve sua primeira reunião no período de 29 de abril a 2 de maio de 1979, em Jeddah, sendo a delegação brasileira chefiada pelo ministro Marcos Azambuja – então chefe do Departamento da África, Ásia e Oceania – e, a delegação saudita, chefiada pelo Sheikh Abdullah Alireza, vice-ministro de Assuntos Econômicos e Culturais do Ministério das Relações Exteriores da Arábia Saudita.

A delegação brasileira propôs uma visita do então príncipe-herdeiro, Fahd Bin Abdul Aziz, ao Brasil, que foi aceita e programada para ocorrer logo. Na reunião da referida comissão, constatou-se que havia um extraordinário desequilíbrio comercial entre os dois países, representando um bilhão de dólares por ano, desfavoravelmente ao Brasil, visto que o país importava 1,2 bilhões de dólares em petróleo da Arábia Saudita.

Ficou estabelecido por aquela Comissão que o financiamento das modalidades de cooperação definidas seria acordado entre as partes, em cada programa e projeto. Após mútuo entendimento, as partes poderiam propor financiamento e participação, até de organismos internacionais. Também foi feita previsão para a cessão de equipamentos, maquinaria e outros instrumentos necessários à implantação dos projetos, concedendo-se todas as facilidades

necessárias referentes à entrada desse material em ambos os países, desde que não contrariassem as listas de mercadorias vigentes.

Em 9 de outubro de 1984, dando seqüência aos entendimentos entre os dois países, foi assinado o protocolo sobre Cooperação Industrial-Militar, com três premissas fundamentais: ampliar todas as formas de cooperação entre ambos os países, procurar obter autonomia tecnológica nas áreas de segurança nacional e favorecer o aperfeiçoamento das forças armadas dos dois países. Tais premissas foram desenvolvidas em seis pontos básicos: 1) os dois governos poderiam intercambiar tecnologia para viabilizar os programas de cooperação aprovados por ambos; 2) poderiam formular orientação política apropriada e estabelecer procedimentos administrativos para facilitar a cooperação industrial-militar; 3) independentemente da ação governamental, as indústrias de cada país poderiam tomar iniciativas para explorar as potencialidades de cooperação e propor seus próprios programas; 4) seriam asseguradas as práticas vigentes em cada país, de proteção aos direitos de propriedade industrial e ao sigilo das informações classificadas que viriam a ser intercambiadas; 5) os dois governos facilitariam as visitas às instalações industriais e militares pertinentes, de funcionários e representantes autorizados dos dois países; 6) o programa de cooperação estaria a cargo de um grupo de trabalho integrado por representantes de ambas as partes, devidamente credenciados.

Embora os contatos e os acordos tenham aumentado a balança comercial durante a década de 1968–1978, sempre foi desfavorável para o Brasil, na ordem de 900 milhões a US\$ 1,30 bilhões de dólares. O Brasil decidiu intensificar as exportações no mercado de calçados e couro, laminados, compensados e chapas de madeira, vestuário, pisos, azulejos e louças sanitárias.

Para termos uma idéia atualizada da balança comercial entre o Brasil e a Arábia Saudita, podemos observar o seguinte demonstrativo do intercâmbio comercial entre os dois países, que abrange os últimos seis anos (em US\$ mil FOB).

Período	Exportações Brasileiras (A)	Importações Brasileiras (B)	Saldo (A-B)	Corrente de Comércio
1994	357.081	1.030.419	- 946.338	1.660.240
1995	360.110	1.200.130	- 840.020	1.560.240
1996	409.464	1.196.053	- 786.589	1.605.517
1997	398.421	1.099.627	- 701.206	1.498.048
1998	392.296	726.677	- 334.381	1.118.973
1999	419.458	615.488	- 196.030	1.034.946
2000 ⁽¹⁾	90.109	191.916	- 101.807	282.025

¹ janeiro/março

Fonte: MDIC/Secex

Além disso, delineou-se do ponto de vista saudita, a área militar, com a venda de armas do Brasil para a Arábia Saudita. O interesse dos dois países nessa venda de armas despertou imediatamente a atenção dos americanos. Os jornais nova-iorquinos noticiaram, em outubro de 1979, com grande destaque e detalhes, que “a Arábia Saudita se prepara para comprar armas do Brasil”. O correspondente do Jornal do Brasil em Nova Iorque, em 7 de outubro, noticiou o interesse saudita em adquirir aviões brasileiros, Embraer-11M, com dois motores de turbopropulsão. E que, em longo prazo, o Brasil estaria oferecendo fragatas e submarinos de desenho inglês, e entendimentos estariam em andamento entre os dois países para a construção de uma Marinha de Guerra Saudita, em parte, suprida pelo Brasil.

Porém, os equipamentos de maior interesse dos sauditas eram os tanques e carros de assalto brasileiros, que sendo construídos para a utilização em clima tropical, adaptavam-se melhor às condições climáticas da Arábia Saudita, especialmente o tanque brasileiro X-142 que, além disso, custava metade do preço do equipamento norte-americano. Segundo os jornais nova-iorquinos, o mercado saudita não queria depender exclusivamente da indústria armamentista americana.

Relações Brasil-Argélia

O contexto colonial da Argélia, com características bastante particulares, fazia da sociedade argelina uma das mais espoliadas do mundo, do ponto de vista político, econômico e cultural. Ao contrário do Marrocos e da Tunísia, onde o Estado, apesar de dependente, era reconhecido juridicamente, a Argélia tinha o estatuto de departamento francês. A Argélia era “França”, mas uma “França” povoada, na maioria, por cidadãos de segunda classe, que, imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, tinham menos peso eleitoral do que os 10% da população representada pelos colonos europeus.

“Negados na sua identidade e na sua representatividade”, os argelinos, que eram chamados de “muçulmanos”, viam-se impedidos legalmente de estudar – nas escolas públicas – a língua da maioria deles, o árabe. Durante a colonização por povoamento, um milhão de cidadãos, na maior parte franceses – chamados, segundo o costume da época colonial, de “europeus” – já monopolizavam e exploravam três milhões de hectares das melhores terras da planície e ocupavam inúmeros empregos na cidade, principalmente as funções públicas, a que os “muçulmanos” não podiam pretender.

A sociedade da Argélia independente, após 132 anos de colonização, batia-se primordialmente pela reconquista da sua identidade, pelo simples direito de ser argelina. Talvez isso explique um pouco porque o primeiro representante da Argélia independente na ONU teve um momento de lágrimas e não de palavras. Apesar dos conflitos internos que há vários anos tolhem a paz e o desenvolvimento da sociedade argelina, com um saldo de 80 mil vítimas, a economia desse país é a mais expressiva da África do Norte. A Argélia também constitui o segundo maior país do continente em extensão geográfica. O setor petrolífero é responsável por 35% do PIB, que foi de US\$ 47,1 bilhões em 1997 e de 90% da receita de exportação do país. Possui uma força de trabalho de 9 milhões de pessoas. Sua principal produção agrícola é de trigo, cevada e batata.

A pecuária concentra-se na produção de ovinos, caprinos e aves. Sua pesca é estimada em 106,2 mil toneladas (1996). Na mineração, destacam-se: gás natural, petróleo e minério de ferro. Sua indústria concentra-se mais em extração e refino de petróleo, produção alimentícia, máquinas e equipamentos de transporte e indústria têxtil. Suas exportações, segundo os dados de 1997, alcançaram US\$ 13,99 bilhões de dólares, e as importações de 1998 foram de US\$ 9,58 bilhões de dólares. Sua produção diária de petróleo atinge, atualmente, 780 mil barris.

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a Argélia em 1962 e ambos os países possuem representações por intermédio de embaixadores. A Argélia é um dos principais parceiros do Brasil na África e no Mundo Árabe, sendo o intercâmbio comercial entre eles um expressivo déficit brasileiro, segundo informações de sua embaixada. O Brasil mantém na Argélia uma das suas duas sedes do setor de promoção comercial (Secom) existentes no continente africano.

Além disso, os dois países mantêm contato de alto nível para dinamizar as relações bilaterais, haja vista a relação a seguir, que mostra a frequência desses contatos.

Visitas de autoridades brasileiras à Argélia

Fevereiro de 1982: ministro da Fazenda, Ernane Galveas

Novembro de 1983: presidente da República, João Baptista Figueiredo

Março de 1987: ministro da Indústria e Comércio, Hugo Castello Branco

Visitas de autoridades argelinas ao Brasil

Abril de 1976: ministro dos Transportes, Rabah Bitat

Junho de 1981: ministro das Finanças, Mohamed Yala

Outubro de 1986: presidente da República, Chadli Bendjedid

Fevereiro de 1990: ministro da Indústria, Ibrahim Kalouche

Junho de 1992: primeiro-ministro, Sid Ahmed Ghazali

Fevereiro de 1998: ministro-delegado da Cooperação e dos Assuntos Magrebinos, Lahcene Moussaoui

Os dois países possuem também, os seguintes acordos bilaterais:

Acordo sobre Transportes e Navegação Marítima, Brasília, em 1^o/9/77

Acordo Comercial, Brasília, em 10/11/83

Acordo para a Criação da Comissão Mista Brasil–Argélia para a cooperação econômica, comercial, científica, tecnológica, técnica e cultural, Brasília, 20/11/83

Acordo de Cooperação Científica, Tecnológica e Técnica, Brasília, em 20/11/83

Acordo de Cooperação Econômica, Argel, em 21/12/89

O quadro seguinte mostra o comércio bilateral existente entre os dois países e seu respectivo saldo:

Comércio Bilateral Brasil–Argélia					
	Período				
	1996	1997	1998	1999	2000
Total exportado (X)					
Brasil para Argélia (US\$ mil)	115.399	36.388	37.418	64.004	12.016
Total importado (M)					
Argélia para o Brasil (US\$ mil)	668.430	767.654	623.612	1.026.557	193.838
Volume de comércio (X–M)	783.829	804.042	661.030	1.090.561	205.854
Saldo comercial (X–M)	- 553.03	- 731.26	586.19	- 962.553	- 181.822

* período de janeiro a fevereiro de 2000.

Relações Brasil–Líbano

O Líbano é berço da civilização fenícia que floresceu por mais de dois mil anos, a partir de 2.700 a.C. O início da história dessa civilização perde-se no tempo. Há várias hipóteses sobre a data da

sua existência. Alguns falam em 3.000 mil anos, outros em 7.000, mas, em 1938, dois jovens paleontólogos americanos, padres Ewing e Doberty, atravessam o Atlântico e o Mediterrâneo para escavar um pequeno pedaço do subsolo libanês. Escolhem o barranco de Jhita, perto de Antélias, próximo de Biblos, berço do alfabeto, quase nos arredores de Beirute. Após remover sílex talhados e polidos de minuciosa raspagem na profundidade do fosso, chegam ao fundo de vinte metros de amontoados compactos, enterrados sob os sedimentos trazidos pelo curso d'água. Examinam cada grão de pó a fim de separar, analisar e desentulhar a fenda e acabam por encontrar, entre outras ossadas petrificadas, o fóssil de um esqueleto de criança de 9 a 10 anos, a que chamam de Egbert.

Segundo todas as asserções da ciência mais escrupulosa, esse pequeno libanês não teria menos de 50 mil anos. Esse antepassado não era semelhante aos seus contemporâneos antropóides, o *pitecanthropus erectus* ou o *neanderthal*, encontrados em Java ou na China, na Alemanha ou na Austrália. Mas, por milagre, não era nada disso. Não havia nele absolutamente nada de simiesco, nem de feroz, nem de animalesco em nenhum de seus traços. Todas as suas particularidades físicas, tanto quanto dela se podem deduzir índices da vida física e moral, acusavam claramente sinais característicos da mais alta civilização! Há 50.000 anos!

Depois que o tiraram de seu limbo, o nosso pequeno libanês de 50.000 anos, como boa parte de seus compatriotas, partiu para a América, com a missão arqueológica que lhe havia devolvido a luz. “Lá, talvez, tenha ele melhor oportunidade de falar francamente de coração aberto aos cidadãos do planeta, que não tenham muitas prevenções contra o seu pequeno Líbano,” citado na obra *6.000 Anos de Gênio Pacífico a Serviço da Humanidade*, da autoria de Charles Corm. Este pequeno Líbano, juntamente com a Índia e o Egito, constitui o berço do Ocidente, embora muitos autores considerem que a origem do Ocidente tenha sido na Grécia. Não devemos esquecer, porém, que, segundo Faber D'Olivet, em *Pafos e Corinto*,

cultuava-se a Astartéia fenícia, que se transformava em Afrodite, nascida das ondas do Mediterrâneo. O deus solar, o Apolo délfico, é o pai de Orfeu, e este também é de origem fenícia e era anunciado por “Ap Olen ou Ap Wholen, que significa Pai Universal”. Os santuários da Grécia tiveram início com o aparecimento de Apolo, que deu origem à tradição órfica. Orfeu, filho de Apolo e pai dos iniciados – melodioso salvador dos homens e gênio vivificante da “Grécia Sagrada”.

Os fenícios desenvolveram a arte da navegação, que possibilitou a sua expansão pelo mundo, sem recorrer às guerras. Levavam eles os seus produtos, carregados nos barcos “frágeis” e assim viajavam pelos mares. Quando chegavam às cidades ou povoados que se localizavam à beira-mar, eles atracavam os barcos, sob observação temerária e belicosa dos nativos, desciam os seus produtos, colocando-os em fileira na praia, e voltavam para o alto mar. Os nativos, observando esses homens do mar que não vinham para invadir ou saquear, buscavam os seus produtos e também os colocavam em fileira, diante dos produtos fenícios, que só retornavam dois dias depois. Dessa maneira pacífica e benéfica, ocorria a relação de troca.

Talvez seja oportuno lembrar um discurso do presidente Roosevelt, em que começou citando Emerson: “a melhor forma de ter amigo é ser amigo”. Acreditamos que isso vale tanto para as sociedades antigas como para o homem e o Estado do século XXI.

Como já foi dito, os fatores geo-históricos concorrem fortemente para a formação do homem e da sociedade. O Líbano, sendo uma faixa litorânea à beira do mar Mediterrâneo, também dele recebe as suas influências. Esse mar, sempre renovado para a perfeição; velho mar, elegante e “nutriz” das nações, prudentemente disciplinado, que murmura com amor ao pé das montanhas do Líbano. Entre um mar sem maré, sem ressaca, e a cadeia das montanhas, a alma do homem é a imagem da paisagem; a alma do homem – contanto que a deixe em paz, contanto que lhe deixe a paz – encontra-se a cada instante elevada pela altitude, alimentada de sonhos e de horizontes acolhedores.

São esses fatores que servem como estímulo ao progresso e ao relacionamento pacífico com as outras nações. É por tudo isso que o Líbano tem razões para ter um relacionamento amigável e profícuo com todos os países, principalmente com o Brasil, que abriga o maior número de imigrantes e de descendentes de libaneses do mundo. Por essas razões, os dois países, desde 1946, possuem excelente relacionamento em todos os campos: diplomático, econômico e, principalmente, humano.

Por ser um elo entre o Ocidente e o Oriente e por ter um mercado tradicionalmente aberto, o Líbano sempre teve intensas relações com todos os países, principalmente, da Europa e da América. Seu mercado, em 1968, absorvia 60% das exportações brasileiras para o Mundo Árabe. Agora, após vinte anos de guerra, o país está voltando firmemente a ser o que era antes do conflito: uma porta para o Oriente próximo, uma economia florescente e com uma força de trabalho de um milhão de homens. O seu PIB está crescendo 8,3% ao ano e já alcançou, em 1997, a casa de 15 bilhões de dólares, sendo, 27%, participação da indústria, e 61%, PIB de serviços. O volume das importações foi de 7,4 bilhões de dólares. Seus principais parceiros comerciais são: Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Suíça, Itália, Alemanha, França e Estados Unidos, estando em via de colocar em prática com o Brasil importantes acordos de cooperação cultural, técnica, consular, judicial e de investimentos, além do acordo sobre transporte aéreo, em vigor desde 1950 e renovado em 1994.

Ocorreram várias trocas de visitas de alto escalão entre os dois países: começaram com o imperador do Brasil, Dom Pedro II, que visitou o Líbano em 1871 e em 1876, quando “referiu-se ao Líbano como ‘um mundo novo’. O Líbano, disse ele, ‘ergue-se diante de mim com seus cimos nevados, seu aspecto severo, como convém a essa sentinela da Terra Santa.’” (Lampreia, 1999, p. 229). Do lado libanês, estiveram no Brasil: o primeiro-ministro Hariri, em 11 de junho de 1995; o presidente da República, Elias Herawe, de 1º a 10 de setembro de 1997; diversas autoridades, na realização do II

Congresso de Parlamentares de Origem Libanesa, realizado na Câmara Federal em Brasília, de 7 a 8 de março de 1996.

Recentemente, em fevereiro de 1997, o chanceler Luiz Felipe Lampreia fez uma visita oficial ao Líbano. Em seu discurso, por ocasião do jantar oferecido em sua homenagem, em Beirute, afirmou:

Como país de imigrantes, o Brasil tem perfeita consciência de que somente a imigração é capaz de criar laços indissolúveis e insubstituíveis entre os Estados. O Líbano é, com justa razão, juntamente com Portugal, Itália, Alemanha e Japão, um desses Estados aos quais nos sentimos estreitamente ligados por vínculos humanos, muitos fortes e, por este motivo, também por vínculos políticos extremamente vigorosos. (Idem, p. 230)

Relações Brasil-Egito

O Egito é habitado por uma civilização cujos registros históricos datam de 4.000 anos a.C. As tribos nômades do vale do Nilo estabelecem um Estado unificado por volta de 3.200 a.C. e adotam uma monarquia centralizada no faraó, soberano absoluto, considerado encarnação divina. Os egípcios constroem palácios, templos e monumentais pirâmides de pedra (túmulos dos faraós). Sabem empregar a técnica da mumificação do corpo humano, fornecem valiosas contribuições à ciência, criam o primeiro calendário lunar, lançam os fundamentos da geometria e do cálculo. Os templos e museus egípcios são, até hoje, uma fonte inesgotável de pesquisa para o Oriente e o Ocidente.

Outra obra monumental que o Egito construiu foi o Canal de Suez, por meio da Companhia Universal do Canal Marítimo de Suez, cujos principais acionistas foram a França e o Reino Unido. As obras começaram em 1859, sob o comando do engenheiro francês Ferdinand Lesseps, e empregaram mais de 1,5 milhão de trabalhadores, sendo inaugurada em 17 de novembro de 1869. Com essa obra, os navios que partem do Mediterrâneo não precisam mais circundar a África e contornar o Cabo da Boa Esperança para atingir o Oceano

Índico e o Pacífico. É o mais extenso canal para navios de grande porte, com 163 quilômetros de extensão.

A presença européia no Egito é, mais tarde, reforçada com a ocupação britânica, em 1822. Somente cem anos depois, o país conquista a sua independência e adota a forma monárquica de governo, que permanece até 1952, quando é derrubada pelos militares, com a Revolução dos Oficiais Livres. Instaurada a República, Gamal Abdel Nasser é eleito presidente em 1954. Este passa a adotar uma política nacionalista e modernizante e promove a reforma agrária, trazendo um grande estímulo à industrialização. Além disso, adota como uma das suas principais plataformas políticas regionais o pan-arabismo, como tentativa de aglutinar os países árabes em torno de sua liderança. Desta forma, o Egito participa de forma ativa do movimento dos não-Alinhados, das tomadas de posições e reivindicações do Terceiro Mundo e participa das guerras árabe-israelenses com enormes prejuízos econômicos e territoriais.

Hoje, em paz com Israel, o Egito vem-se esforçando para retomar o seu crescimento e desenvolvimento econômico. É o maior país do Mundo Árabe em população, com 67,2 milhões de pessoas, contando com uma força de trabalho de 22 milhões de pessoas. O seu PIB de 1997 foi de 75,6 bilhões de dólares. Agricultura concentra-se em algodão, arroz, trigo, cana-de-açúcar, milho e tomate. Sua indústria ocupa-se, em grande parte, do refino de petróleo, da indústria têxtil e da indústria alimentícia.

As relações do Egito com o Brasil datam de 1924. Diversos são os acordos de cooperação, entre os quais destacam-se os de cooperação cultural (1969), de comércio (1973), científica e técnica (1973), além da Comissão Mista entre os dois países (1985), Memorando de entendimento no campo energético (1986), Tecnologia e Mineração (1991), Cooperação entre a associação dos empresários egípcios e a Federação das Câmaras de Comércio Brasileiras (1991), Cooperação no campo da Agricultura (1991), e do Turismo (1996).

Eis um demonstrativo do balanço comercial entre os dois países:

Período	Exportação/Importação (milhões US\$)	Exportação brasileira para o Egito (milhões US\$)
1994	187.50	179.40
1995	392.50	369.70
1996	238.90	224.40
1997	336.90	293.00
1998	392.60	383.20
1999	302.60	291.80

Relações Brasil-Autoridade Palestina

Desde o fim das Cruzadas, e logo em seguida à sua submissão ao Império Otomano, os países árabes saboreiam o gosto amargo do subdesenvolvimento em todos os campos, tanto tecnológico como organizacional, além do esforço da guerra que mantêm com Israel. Este último foi implantado no coração do Mundo Árabe, com a grande iniquidade e imprudência de países superpotências. Um duro golpe contra as Nações Unidas, que, para resolver o problema de um povo sem pátria, acabaram criando um outro mais grave ainda: tiraram um povo de seu lugar para estabelecer outro. Isto fez com que o povo palestino se revoltasse contra a atitude da ONU e contra a perseguição interna a que foi submetido desde a partilha da Palestina em 1948. E, embora quase todos os países anunciassem sua solidariedade com os palestinos, até hoje estes não conseguiram estabelecer o seu Estado e o seu lar, continuam afugentados, abrigando-se nos países circunvizinhos e em outras partes do mundo.

Contudo, as negociações árabe-israelenses iniciadas por Anwar El Sadat, em 1974, passando pelas conversações de Oslo e Madri, ao que parece, anunciam uma possibilidade de pacificar a região,

com o retorno dos palestinos aos seus lares e a criação de seu próprio Estado independente.

O Brasil é um dos países que mantém excelente relacionamento com autoridade e povo palestinos, não apenas na relação bilateral, mas também no Foro das Nações Unidas. O Brasil sempre votou a favor dos palestinos e apóia a constituição do seu Estado, tendo, até mesmo, votado pela condenação do sionismo, considerado um movimento de segregação racial. Também votou favoravelmente às Resoluções nº 242 e 338, editadas pelo Conselho de Segurança da ONU, de 1967 e 1973, respectivamente.

As relações formais entre o Brasil e os palestinos tiveram início em 1975, quando o governo brasileiro autorizou a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) a designar representante em Brasília, com assento no escritório da Liga dos Estados Árabes. Em 1993, essa representação foi elevada à categoria de “Delegação Especial Palestina”, com *status* diplomático semelhante ao dos organismos internacionais sediados no Brasil. Em 29 de abril de 1998, o nome Delegação Especial Palestina passou a figurar na Lista do Corpo Diplomático, na parte reservada a “Países e Delegações”. Atualmente, essa Delegação possui embaixador e delegado de Missão, ambos os cargos concentrados na pessoa do dr. Musa Salim Odeh.

No entanto, a diplomacia brasileira vê uma diminuição na cooperação econômica e comercial com os países árabes. Quando o Brasil solicitou empréstimo aos bancos internacionais em 1998, o único que apresentou dificuldade para concordar com o pedido foi o Banco do Kuaite, e precisou do apoio de outras fontes para obter a aceitação daquele país.

Não devemos esquecer que, do lado econômico e comercial, existe um contato contínuo e produtivo: uma Comissão do Ministério de Saúde palestino, acompanhada de técnicos, aceitou convite para conhecer a experiência brasileira com o uso do computador no processo de vacinação e em outras áreas da saúde. O governador de Brasília visitou os territórios palestinos, onde foi recebido pelo presidente da Autoridade Palestina, Yasser Arafat. O prefeito do Distrito Palestino

de Gaza visitou o Brasil e assinou um protocolo de cooperação entre Brasília e a Autoridade Palestina e um outro que tornou Gaza e Brasília irmãs. Em 7 de abril de 1999, o ministro de Turismo Palestino visitou Curitiba e assinou outro protocolo que tornou irmãs as cidades de Belém, na Palestina, e Belo Horizonte, no Brasil. Também ocorreram preparativos para a visita do presidente Fernando Henrique Cardoso ao território palestino, tendo sido preparado, até, um protocolo a ser assinado entre o Brasil e a Autoridade Palestina, porém, a visita foi adiada, aguardando data oportuna.

Conclusão

As relações entre o Brasil e o Mundo Árabe, tradicionalmente, são ricas tanto pelo elemento humano quanto pela boa vontade de ambos os lados. Porém, os dois necessitam de maior contato para se conhecerem melhor, saberem do que precisam e o que cada um pode oferecer ao outro em seus setores público e privado, incluindo o meio empresarial.

Se as características da globalização giram em torno de quatro elementos: “muita produção, baixo custo, agilidade e qualidade”, o Brasil e o Mundo Árabe podem acrescentar outros dois elementos: necessidade e vontade de seus povos e países.

Obrigado.

Quero que minhas primeiras palavras sejam dirigidas à Fundação Alexandre de Gusmão e, na pessoa da sua presidenta, saúdo todos os que compõem essa fundação.

Na pessoa do nosso companheiro, embaixador José Vicente de Sá Pimentel, saúdo todos aqueles que compõem o Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Deixo, também, o agradecimento ao Conselho dos Embaixadores Árabes em Brasília.

Quero ainda, com a bênção de Deus, pedir vênua, como filho de árabe, para invocar o altíssimo, numa saudação das mais lindas que conheço:

Que a Paz, Misericórdia e a Bênção de Deus estejam com você e com todos nós. Lê, em nome de teu Senhor, que te criou, que o homem veio de um coágulo. Lê que o teu Senhor é generosíssimo. Que ensinou, através do Cálamo, ensinou o homem o que este não sabia.

Esse é um versículo do Alcorão, da Surata 96.

O que estamos vendo, na abertura deste seminário, é de uma grandiosidade que sobreleva a imaginação ou a fantasia que poderíamos ter, a respeito dele, antes de sentarmos nesta cadeira. Os senhores estão vendo que, ao encerrarmos este primeiro painel, os assuntos são relevantes. E há uma identificação absoluta entre os problemas brasileiros e os das terras dos nossos ancestrais, os árabes.

Em boa hora resolvem-se fazer este seminário. Era um sonho que almejávamos e buscávamos há muitos anos e, hoje, vemos concretizar-se. Nós somos descendentes de árabes de segunda e terceira geração. E procuramos, desde 1972, estabelecer uma ponte que nos leve das Américas às terras de origem de nossos ancestrais, porque há

* Vice-presidente da Federação das Entidades Americano-Árabes (Fearab).

uma identificação histórica, uma identificação do povo latino com o povo árabe, pela similitude de filosofia de vida. E há uma série de interesses comerciais, políticos e de toda ordem, que devem nortear a ação de ambos os povos.

O elemento árabe vem integrando o meio nacional brasileiro desde os primórdios do descobrimento, pois, por conhecermos a navegação estelar, éramos parte integrante das escolas marítimas de Sagres, em Portugal, e de Palos, na Espanha, de onde partiram Colombo e Cabral.

Inúmeros trabalhos e estudos revelam a integração total dos imigrantes árabes e seus descendentes, firmando-se com destaque, nos mais diferentes campos no Brasil, como comércio, indústria, lavoura, instituições financeiras, cultura, universidades, atividade política e outros tantos.

Desde a visita de nosso imperador Dom Pedro II a Beirute e Damasco, no século passado, aumentou consideravelmente o número de imigrantes para o Brasil, pois estes, normalmente, viajavam para a América sem ter como destino um porto definido. Hoje, segundo estatísticas válidas, a população brasileira de origem árabe chega ao número de 12 milhões de habitantes, tornando-se a maior comunidade árabe no mundo, oriunda dessa imigração.

A posição diplomática e política do Brasil, no Mundo Árabe, é privilegiada, para não dizer privilegiadíssima, pois, perante todas as assembléias das Nações Unidas e nos encontros internacionais realizados, nosso país sempre reafirmou, pela voz de suas autoridades, sua decisão e sua busca de uma paz justa e integral na região do Mundo Árabe, com o reconhecimento dos direitos inalienáveis do povo palestino a sua autodeterminação.

Fixando-se fronteiras seguras e reconhecidas internacionalmente, devolvendo a necessária confiança aos povos que compõem os países do Oriente Médio, nós teremos alcançado a paz. É necessário que todos trabalhem na busca dessa paz integral que reconheça todos os direitos, até mesmo o regresso do povo palestino. Como dizia o

professor Truzzi, sobre o direito das águas, esse foi e é um dos grandes problemas do Oriente Médio, que chegou a causar guerra entre a Turquia, a Síria e os países árabes. Esse tormento tem de ser solucionado por acordos internacionais.

É preciso que o Brasil seja mais presente e atuante em todos os processos daquela região; seja político, comercial e no próprio processo de paz por sua importância, como líder da América do Sul – como já mencionado – como maior parceiro do Mercosul e, também, pela importância das coletividades existentes em nosso país, de origem árabe.

O mercado árabe tem papel de destaque no Brasil, pois, além de comprarmos parte do petróleo que consumimos, poderemos vender ou permutar um direito que o Brasil tem e não usa, utilizando as zonas livres, hoje existentes em Beirute, em Damasco, em Bahrein e em outras áreas do Mundo Árabe, que é muito extenso.

Por que, antes da guerra civil libanesa, nós utilizávamos o Porto de Beirute e tínhamos, lá, o entreposto do café? Por que que o Brasil não foi reaver, novamente, essa posição privilegiada de um porto livre, à disposição de todos os empresários brasileiros? Por que não utilizamos a zona livre, criada por uma indicação da Fearab América, no ano de 1975? E o ministro Mohamed Haidar, agora, no simpósio que realizamos em Damasco, dizia que a Síria e todos os países árabes estão abertos para o Brasil, os investidores brasileiros e as parcerias industriais brasileiras.

É preciso que o brasileiro aprenda que é uma força. É preciso que o brasileiro aprenda que seu país tem tecnologia para ser exportada. É preciso que o Brasil aprenda que eles precisam dos nossos serviços. É preciso que o Itamaraty tome consciência de que todos nós, descendentes de árabes, somos bons patriotas do nosso Brasil. E queremos que o Brasil esteja intimamente ligado às posições dos países árabes. Porque nós defendemos a Justiça e defendemos o direito. Por isso, podemos fazer essa solicitação.

Para desenvolvermos uma boa estratégia, no Mundo Árabe, uma política diplomática e comercial, teremos de levar em

consideração a divisão geopolítica existente no Mundo Árabe, por sua própria denominação.

Refiro-me, neste momento, ao professor Truzzi, para conhecimento do embaixador Pimentel. A Represa do Eufrates na Síria, embaixador, a Hidroelétrica de Eufrates na Síria, professor, contou com os projetos existentes em Sobradinho. O senhor sabia disso? Levei esses projetos, entreguei-os e, prazerosamente, fui convidado, pelo governo sírio, anos atrás, a visitar Eufrates. E eu vi as turbinas e dizia: “O Brasil tem parte nisso”. Isso tudo é do conhecimento das autoridades daquele país. As relações semânticas, românticas e a abertura que o Líbano, a Síria e os países árabes dão ao Brasil têm de ser aproveitadas.

Como já disse, é importante que nós conheçamos como se divide o Mundo Árabe. Bilau el Cham é o crescente fértil, composto por Síria, Líbano, Jordânia, Palestina e até parte do Iraque. O Khalij – Emirados Árabes, sudeste da Ásia, compõem-se da Arábia Saudita, Kuwait, Emirados Árabes Unidos, Catar, Oman, Bahrein, Yemen e, também, da parte do Iraque no Chat el Arab. Massr, o chifre da África, que compreende o Egito, o Sudão e a Somália. E temos o Maghreb, norte da África, composto por Líbia, Argélia, Marrocos, Tunísia, Mauritânia e Djibut. É primordial que nossa diplomacia estabeleça essas linhas geográficas. Já tivemos o Departamento de Oriente Médio. (Eu me lembro muito bem do embaixador Paulo de Tarso Flecha de Lima, um dos expoentes desta Casa de Rio Branco, e nós conversávamos e estudávamos a forma de penetrarmos mais atuante e firmemente na vida política, diplomática e comercial do Mundo Árabe. Nós tivemos um excelente embaixador: Antônio do Amaral Sampaio, que viveu a intimidade da comunidade síria, em Damasco. E, nessa última viagem, o embaixador Guilherme de Cunha Bastos não nos deixou um minuto. Acompanhou-nos em todos os lugares, até na comemoração dos oitenta anos de aniversário do Clube Homs, na cidade do mesmo nome.

No campo do comércio exterior, é necessário que os nossos exportadores também entendam certos aspectos e cuidem da

qualidade dos produtos exportados, como tive oportunidade de observar na Líbia, há alguns anos, com relação a determinados carregamentos de arroz deteriorado. O comprometimento da imagem do produto brasileiro afeta negativamente as perspectivas de intercâmbio. Da mesma forma, é indispensável assegurar o fornecimento de peças de reposição para os produtos manufaturados que exportamos.

Agora, nós sempre tivemos um bom relacionamento com o Iraque. Infelizmente, a Guerra do Golfo criou uma série de problemas, e nós desativamos a nossa embaixada.

Faço, hoje, aqui, um apelo, na Casa do Itamaraty, para que se reabra a embaixada no Iraque. Os países árabes estão buscando seu Mercado Comum. Nós fomos informados na Síria, agora, que a Região do Khalij, dos Emirados Árabes, e a Síria, no próximo ano, já terão um Mercado Comum. Dois anos mais, a Síria, os Emirados Árabes, o Khalij e o Líbano serão um Mercado Comum.

O Brasil tem as portas abertas. Tratemos de avançar. Tratemos de estreitar as relações com os governos árabes, porque nós também somos árabes de origem, da Península Ibérica ou do próprio Mundo Árabe. Tenho certeza de que o Simpósio, in Challah, se Deus quiser, irá trazer os resultados que todos almejamos. E nós vamos ter orgulho de ser brasileiros descendentes de árabes.

Muito obrigado.

*José Galizia Tundisi**

Não sou diretamente descendente de árabes, sou de uma família italiana, do sul da Itália que, descobriu-se recentemente, tem, também, suas raízes na Tunísia e, portanto, há uma certa relação com os árabes.

Mas, a minha função de debatedor, aqui, visa trazer à luz alguns problemas de importância, nesta relação Brasil-Países Árabes. O que manteve a identidade árabe, por esses doze milhões de quilômetros quadrados, em grande parte, foi a sua cultura de conservação da água. Água, que é a minha especialidade; conservação de água é um traço comum na cultura árabe.

Há cerca de uma semana eu trabalhava na Espanha – faço parte de um projeto de países ibero-americanos – e examinava, junto com alguns colegas, o impacto da irrigação deixada pelos árabes, na Espanha. Portanto, essa cultura de conservação de água é um traço comum. Povos que vivem em regiões áridas e semi-áridas têm que manter e conservar água, além de fazer o melhor aproveitamento dessa água.

E, aí, nós temos um contraste. O embaixador Samir Ahmed acabou de dizer que o Brasil é um dos colossos da América Latina e do mundo. É uma parte importante do nosso processo de desenvolvimento repousa sobre o fato de que o Brasil tem 16% da água do planeta, com seus dois grandes rios, Amazonas e Paraná, e no rio São Francisco, uma região semi-árida.

Aqui, parece-me que há um traço importante, comum, entre os países árabes e o Brasil e que permitirá, sem dúvida, um intenso relacionamento. O Mundo Árabe tem três bacias hidrográficas de grande importância, que são as Bacias do Rio Jordão, a Bacia do Rio

* Bacharel em História Natural pela Universidade de São Paulo. Mestre em Oceanografia pela Universidade de Southampton. Doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo. Presidente do Instituto Internacional de Ecologia – IIE.

Nilo e a Bacia do Tigre e Eufrates. São bacias que, além da sua importância atual para o desenvolvimento econômico dos países árabes, têm um papel de altíssima relevância na história da humanidade.

O rio Jordão, com 228 quilômetros – com um dos seus afluentes, – e o Rio Litani, são rios de grande importância regional e que envolvem aspectos políticos com relação aos vários vizinhos, de usos múltiplos. Da mesma forma o rio Tigre e o rio Eufrates. O rio Nilo, cuja bacia tem cerca de 160 mil quilômetros quadrados, tem 246 milhões de habitantes e uma importância regional econômica extremamente fundamental para o Egito e até mesmo para vários países da África.

Portanto, os usos múltiplos da água, o conhecimento que os árabes têm da conservação da água, aliado ao excesso de água no Brasil, a grande quantidade, mas com enormes problemas, com regiões de alta concentração de água e grande quantidade *per capita*, mas regiões semi-áridas, que dependem de uma tecnologia extremamente avançada, para a produção de alimentos – esses processos podem ser base para uma integração maior.

Os usos gerais da água, uma função de suporte, criando condições para a vida e atividades produtivas, como água para *habitats* naturais, água no solo, água para o transporte, para a produção de alimentos. É uma função de regulação, quando a água dilui e dissolve, neutraliza resíduos, num processo, também, de autodepuração. A função de produção, para consumo humano; água para irrigação e para uso animal, além da função de informação, quando a água é usada como indicador de um estado ambiental. Por exemplo, o estado de conservação e degradação de uma bacia hidrográfica.

Os usos múltiplos da água, que os árabes conhecem tão bem: água para o uso público em geral, irrigação, uso industrial, navegação, recreação, turismo, hidroeletricidade, pesca e aquacultura.

Portanto, esses contrastes, a cultura, a tecnologia que se desenvolveu nos países árabes, com relação ao uso econômico da água, pode ser um traço importante, nas relações entre o Brasil e os

países árabes. Um exemplo de possível integração: a cultura da conservação da água, que é tão importante. No Brasil, desperdiça-se muita água. Nós temos enormes problemas de água nas áreas metropolitanas, portanto, essa cultura da conservação da água pode ser um traço comum de integração entre Brasil e países árabes.

A tecnologia e a cooperação técnica podem ocorrer na área de irrigação, por exemplo, na área de agroindústria, que depende da irrigação e de frutas tropicais. Pode haver intercâmbio tecnológico entre o Brasil e os países árabes, do ponto de vista desses usos múltiplos da água, incluindo, aí, a cultura e a tecnologia de saneamento básico, que é extremamente importante nas grandes massas de população, nas áreas urbanas do Brasil e, também, nas áreas urbanas de muitos países, como o Egito, e de outros, como o Iraque e a Síria.

O Brasil é um país que optou pela construção de grandes reservatórios para produção de energia elétrica e abastecimento. E essa tecnologia, não só de construção, mas de gerenciamento de reservatórios, pode ser, também, comparada às tecnologias de gerenciamento de reservatórios para abastecimento de água e para a produção de energia elétrica que existem em muitos países árabes. Aproveitamentos hidroelétricos e de abastecimento, do rio Jordão, aproveitamentos hidroelétricos dos rios Tigre e Eufrates e o próprio aproveitamento do rio Nilo.

Tenho um amigo que é diretor do Instituto de Oceanografia de Alexandria, no Egito. E um dos grandes programas que eles têm desenvolvido é o impacto da barragem de Assuam, no Mar Mediterrâneo. Nós temos, aqui, o rio São Francisco, com inúmeras barragens que, seguramente, vão produzir alguns impactos nas águas costeiras. Isso seriam traços comuns de desenvolvimentos tecnológicos conjuntos, que eu vejo que podem se desencadear entre o Brasil e muitos países árabes.

Finalmente, intercâmbio científico. O Brasil, hoje, tem uma comunidade científica atuante na área de recursos hídricos, tanto na questão do desenvolvimento científico quanto na questão do

gerenciamento. Além da cultura nos países árabes, há uma tecnologia, em muitos outros países, que interessa ao Brasil aprender, compartilhar e, portanto, eu queria deixar, aqui, como exemplos de possíveis relações entre os países árabes e o Brasil, a integração e o uso múltiplo da água.

E, também, há um outro ponto que é muito importante: a questão da globalização. Na globalização, cada país ou cada região tem que aproveitar as suas vantagens competitivas. No caso do Brasil, uma das vantagens competitivas é, justamente, a abundância de água que deve ser utilizada, para marcar o traço comum, não só da tecnologia e da cultura brasileira, mas também, para dar condições para um desenvolvimento endógeno do processo regional – no Brasil, que vai, justamente, ceder à pressão da globalização. E, da mesma forma, o traço comum que foi mantido pelos países árabes, pelos povos árabes, nesses 12 milhões de quilômetros quadrados, foi a cultura da água.

Eu vi, na Espanha, os efeitos, ainda hoje, da aplicação da irrigação da cultura árabe. Foi o que manteve a identidade. A manutenção da identidade, ante a globalização, hoje, é um processo de extrema importância para os países que querem manter a sua independência e procurar as suas vantagens competitivas.

Vou ler, aqui, a Agenda 21, no que diz respeito à água: “Gerenciar qualidade e quantidade de água, de uma forma integrada, levando-se em conta as conseqüências, a montante e a jusante das ações de gerenciamento e as relações regionais e a igualdade social”. Este traço comum pode resultar num enorme aproveitamento científico, tecnológico e cultural, entre países árabes e brasileiros. E eu espero e sugiro que um próximo encontro já trate da questão da água, entre o Brasil e os países árabes, como início desse acréscimo e aumento das nossas relações.

Muito obrigado.

Embora não exista uma só entidade árabe que consiga falar por todo o Mundo Árabe, em termos de laços econômicos, comerciais e assim por diante, isso não deve, todavia, impedir o estabelecimento de laços de cooperação muito bons e muito estreitos entre o Brasil e nações árabes isoladas, tomadas individualmente, mais do que coletivamente. Enquanto o período de mercado comum para todos os Estados árabes não ocorre, teremos de nos contentar com laços individuais bilaterais entre o Brasil e Estados árabes isolados. Essa é a situação que de fato, devemos ter em mente. O Brasil não vai tratar com um mercado árabe único. Ele ainda não existe. Espero que venha a existir suficientemente cedo para que toda a entidade árabe e o Brasil se aproximem mais. De um lado, o Mundo Árabe como uma entidade, e do outro, o Brasil.

Apesar de esta não ser a situação ideal, quero garantir-lhes que todos os representantes dos Estados árabes aqui reunidos foram movidos para cá por um profundo e dedicado sentimento de obrigação de que as nações árabes, tomadas coletiva ou individualmente, têm de estabelecer laços de cooperação muito positivos com o Brasil. Por que o Brasil em particular? Como o Brasil é o colosso da América Latina, sendo a única potência que realmente conta. O fato de o Brasil ter estendido uma mão amiga, convidando esta assembléia para discutir como promover, como fortalecer os laços de cooperação entre as duas entidades, é realmente muito encorajador, e devemos ser muito gratos por ter o Brasil organizado este seminário, e ter tomado a iniciativa de atuar como nosso anfitrião.

O fato é que o Brasil é uma superpotência em desenvolvimento, será uma das maiores nações do mundo, e é do interesse das potências,

Traduzido por Mary Amazonas.

* Membro da Comissão das Nações Unidas sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Ex-embaixador na Itália, na Etiópia e no Peru; especialista em relações Egito-América Latina. Ex-subsecretário das Relações Exteriores do Egito.

bem como do interesse da futura superpotência – que é o Brasil – que existam laços muito fortes entre as duas entidades.

Quando digo que o Brasil é uma superpotência emergente, é porque ele é a oitava potência econômica do mundo. Sua economia é duas vezes mais forte do que o PIB – Produto Interno Bruto – da Rússia. O PIB do Brasil é três vezes maior que o da Índia. O PIB do Brasil é igual ao PIB da Argentina e do México juntos. Isso deve ser uma boa e forte razão para os árabes buscarem laços mais estreitos com esse novo colosso emergente.

O Brasil é o terceiro produtor de automóveis no mundo, no tocante ao número de automóveis produzidos. É uma potência nuclear, mas uma potência nuclear com um bom coração, com o coração no lugar correto. Ele pode ter produzido armas atômicas, mas deteve-se diante das armas atômicas, optando, em seu lugar, pelos usos pacíficos da energia atômica.

Para resumir a situação, cito uma personalidade brasileira muito famosa: ninguém menos que o próprio presidente Fernando Henrique Cardoso, que disse que o Brasil não é um país pobre, mas um país com uma economia injusta, ou seja, que o Brasil sabe exatamente o que precisa ser feito. Ele tem seu coração no lugar correto, e essa é uma razão pela qual nós árabes gostamos do Brasil, apreciamos o Brasil por causa de sua força e sua bondade, ao mesmo tempo.

Muito tempo atrás, em 1992, houve uma conferência no Rio de Janeiro, e dois anos depois, outra conferência no Cairo, Egito, e ambas as conferências expressaram os mesmos sentimentos, os mesmos pensamentos sobre a necessidade do desenvolvimento econômico, sobre justiça social, não apenas um desenvolvimento econômico qualquer, mas um desenvolvimento que esteja intimamente ligado às necessidades e aspirações do ser humano, sendo o ser humano o objetivo e o centro de todo planejamento econômico. Assim é que deve ser. Não basta ganhar dinheiro, não é suficiente ser competitivo, é necessário ser todas as coisas que a globalização exige mas não em troca do sacrifício do interesse e da justiça social humanos, e isso é algo que temos em comum com o Brasil.

Os países em desenvolvimento do mundo, os mais fracos – e estou falando do Mundo Árabe, não do Brasil, que é um colosso, como eu já disse – temos de ficar juntos a fim de enfrentar os aspectos ásperos, os aspectos brutais da globalização, para assegurar que sua voz seja ouvida quando os Estados Unidos, a Comunidade Européia e o Japão se encontrem, como tentaram fazer em Seattle, e enfrentaram o apoio aos países emergentes do mundo todo, quando quiseram impor seu consenso sobre eles. Os países em desenvolvimento conseguiram, em Seattle, romper e impedir o consenso entre os Estados Unidos, a Comunidade Européia e o Japão.

Isso é tudo o que pedimos a vocês no momento presente, e a países com um bom coração, que não permitam que a globalização se desenvolva à custa dos países pobres do mundo, dos seres humanos mais pobres, e isso temos em comum com o Brasil, nós compartilhamos isso.

Estou falando pelo Egito, quando digo que nós, no Egito, sabemos que temos uma dívida de gratidão com o Brasil, e eu, em primeiro lugar, sei que o ministro do Exterior do Egito tentou muitas vezes fazer uma visita a este grande país e foi impedido, no último momento, de fazer essa viagem, mas planeja fazê-la, a fim de apor a chancela da aprovação do governo oficial ao movimento de fortalecimento das relações entre os dois países. Na verdade, o Brasil e o Egito são passíveis de comparação: o Brasil é o maior país da América Latina, nós somos o maior país do Mundo Árabe. O Brasil é de longe, tecnologicamente mais avançado que a maioria dos outros países latino-americanos; conta com o brilhante escudo da energia atômica. Nós somos um dos mais adiantados, se não o mais avançado do Mundo Árabe, tecnologicamente falando, mas precisamos e devemos iniciar laços oficiais pela chancela de aprovação de ambos os países; temos de cooperar mais um com o outro, não só no campo do comércio e intercâmbios comerciais, mas em outras áreas. Já fizemos isso na conferência de revisão do Tratado de Não-Proliferação de Nova York, por exemplo, em que o Brasil e o Egito pertencem a um grupo de sete países. E tivemos êxito, o Brasil e o Egito e cinco outros países, em impor às superpotências nucleares

que elas deviam nos fazer uma promessa de que tentariam livrar-se de suas armas nucleares o mais rapidamente possível. E novamente, pela primeira vez, tivemos êxito em fazer que a conferência fizesse uma recomendação ou um memorando a Israel, para livrar-se de suas armas nucleares ou ácido nuclear, e a ajustar-se com o Oriente Médio pacificamente, não por seu poder nuclear. Esse é o tipo de coisa em que gostaríamos também de atuar em cooperação com o Brasil, não apenas comercialmente, mas também politicamente, culturalmente e assim por diante.

Para finalizar: tive oportunidade de ser vice-presidente de uma comissão das Nações Unidas, chamada “Comissão das Nações Unidas sobre os Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais”. Essa comissão foi bastante encorajada e altamente favorável à sociedade civil brasileira que foi a Genebra. Dois meses apenas após a chegada a Genebra, a comissão civil apresentou-se à Comissão sobre os Direitos Econômico-sociais do país com um relatório paralelo sobre a situação dos Direitos Humanos no Brasil. Não era um relatório do governo, era um relatório da sociedade civil brasileira, patrocinado por muitas personalidades oficiais no Brasil: deputados, senadores, procuradores da República, etc., e eles apresentaram um relatório paralelo à Comissão sobre os Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais, sobre a situação dos direitos humanos no Brasil. Eles fizeram isso para se antecipar, para encorajar o governo brasileiro a publicar seu próprio relatório e apresentá-lo à comissão. Pensamos nele com muita ansiedade e com grande expectativa de que o relatório do governo brasileiro será editado consubstanciando o fato de que o Brasil é um colosso, mas é um colosso com um coração, com um sentimento pelos direitos humanos para o povo do Brasil.

Muito obrigado.

PAINEL II

GLOBALIZAÇÃO E REGIONALIZAÇÃO: PERSPECTIVA ÁRABE E PERSPECTIVA BRASILEIRA

Expositores

José Alfredo Graça Lima – Brasil
Jabr Hussein Dib Haj Omar – Autoridade Palestina

Debatedores

Renato Coelho Baumann das Neves – Brasil
Larabi Jaidi – Marrocos
Hélio Jaguaribe – Brasil

Introdução

Já não resta, hoje, dúvida alguma de que a globalização da economia, entendida como o processo de eliminação gradual de barreiras à livre circulação dos fatores de produção e concomitante aumento das trocas internacionais, bem como da interação transnacional, é um dado da realidade contemporânea. O que alguns analistas, entretanto, ainda se perguntam é se esse processo, tal como o longo ciclo de prosperidade dos Estados Unidos da América, vai continuar e, nesse caso, por quanto tempo.

Para responder a tal indagação é necessário recordar três fatores que se afiguraram fundamentais como forças propulsoras da integração global que se seguiu ao desfecho da Segunda Guerra Mundial: (a) interação das transformações verificadas nas políticas governamentais, sobretudo em matéria de liberalização do comércio e dos fluxos de capital; (b) inovações tecnológicas que reduziram os custos das comunicações e dos transportes; e (c) estratégias, em constante evolução, dos investidores individuais e institucionais, que, a um tempo, impulsionaram e foram impulsionados pelos fatores anteriores.

Pode-se dizer que, a rigor, são os dois últimos fatores que conferem um *momentum* natural à integração em escala global, já que – se os governos estivessem permanentemente comprometidos com políticas de absoluto *laissez-faire* em termos nacionais e internacionais, com o apoio, sempre que necessário, de leis anti-*trust* vigorosas e efetivas – o primeiro dos três fatores fatalmente desapareceria do mapa. Nesse caso, a integração global avançaria por

* Embaixador, subsecretário-geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

sua própria dinâmica, estimulada pelas decisões diárias de centenas de milhões de empresas e de indivíduos no mundo inteiro.

Obviamente, porém, o *laissez-faire* está longe de ser o enfoque predominante das políticas econômicas, mesmo das potências industrializadas, e ainda menos na área de comércio exterior. Na verdade, políticas públicas relativas a comércio internacional e fluxos de capital podem, embora imperfeitamente, acelerar ou desacelerar – e até mesmo mudar – o processo de integração global. É a existência de compromissos ou constrangimentos internacionais de natureza mandatária, mas livremente assumidos pelos atores da ordem econômica global, que limita a margem de liberdade para a formulação e implementação daquelas políticas e pode, por conseguinte, desempenhar papel importante no processo de indução de políticas conducentes à integração.

A história da proteção tarifária na Europa entre 1860 e 1914 constitui um exemplo eloqüente de como a observância de *international constraints* terá ensejado um esforço crescentemente generalizado de liberalização do comércio entre os Estados. O Tratado Cobden–Chevalier, firmado entre a França e a Inglaterra em 1860, continha uma cláusula de nação mais favorecida (NMF) que teve o efeito de disseminar o livre comércio em todo o continente europeu. Durante o período 1862–1867, todos os principais países da região, à exceção da Rússia, assinaram tratados comerciais com a França e a Inglaterra e entre si. Graças ao tratamento NMF, as concessões tarifárias propagaram-se em todos os quadrantes, criando-se uma rede de acordos comerciais que reduziram drasticamente o nível de proteção na Europa inteira.

O Tratado Cobden–Chevalier foi renovado em 1871, mas um surto de pressões protecionistas passou a exercer maior influência sobre as políticas nacionais e, conquanto a Inglaterra mantivesse sua orientação essencialmente livre-cambista, por volta de 1914 a alíquota tarifária média na França e na Alemanha já se aproximava de 10%, bastante alta em comparação com a praticada em anos anteriores (embora não muito distante da aplicada pelos países membros da

Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento – OCDE para produtos industriais em 1972, quando se completava o processo de implementação do cronograma de reduções acordado na Rodada Kennedy).

Parece claro, por conseguinte, que a base das políticas liberais seguidas pelos países europeus nos 55 anos que precederam a Primeira Grande Guerra foi a prevalência das obrigações internacionais sobre as políticas comerciais nacionais, na forma de toda uma série de tratados comerciais inspirados por Cobden–Chevalier. Pode-se também atribuir ao tratamento de nação mais favorecida contido em tais tratados a disseminação das políticas comerciais liberais na Europa na segunda metade do século XIX.

Ora, o período entre-guerras e, em particular, os anos 30, ilustram, desta feita, de forma negativa, a relação entre a ausência de constrangimentos externos e a adoção de políticas nacionais eminentemente protecionistas. Nessa fase, acordos mandatórios com cláusula NMF haviam cedido espaço a esforços destinados a restaurar a liberdade do comércio e centrados em conferências internacionais com resultados altamente insatisfatórios. Os relatórios produzidos pela Liga das Nações dão uma mostra do malogro de tais esforços.

Não seria, pois, de se estranhar que, na origem da grande depressão que caracterizou o período de 1929 a 1932, despontassem políticas comerciais autônomas, responsáveis por um declínio do comércio mundial de bens da ordem de 25% em termos de volume e de 40% em termos de valor. Em 1936, o volume da produção industrial global recuperara dez pontos percentuais com relação ao nível de 1929, mas o volume do comércio permanecera quinze pontos percentuais abaixo do nível registrado no ano do *crash* da Bolsa de Nova York. Políticas nacionais terão, nesse sentido, determinado ou, pelo menos, induzido o retrocesso que se verificou no processo de integração global esboçado no passado.

Foi da experiência amarga do período em que prevaleceram as *beggar-thy-neighbour policies* para o comércio internacional que nasceu a convicção de que a melhor, senão a única, base sólida para o

estabelecimento e a preservação de uma ordem comercial liberal global seria um sistema de constrangimentos legais internacionais das políticas comerciais nacionais, inspirado no princípio NMF. Não se tratava, de resto, de um somatório de tratados bilaterais, mas de um único e inovador conjunto de regras e disciplinas multilaterais, consubstanciado, em 1947, no Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio – Gatt, cujo papel no processo de integração global no período pós-guerra foi crucial.

O sistema multilateral de comércio como expressão da globalização

Ao longo de quase todo o período que se seguiu à Segunda Grande Guerra, o sistema de comércio internacional baseado em regras multilateralmente acordadas foi visto como um anteparo contra o retorno ao caos comercial dos anos 30. Nos dias de hoje, a ameaça que se coloca como resultado de uma perda de credibilidade de tais regras consiste não num recuo aos anos 30 – já que a integração global progrediu a ponto de tornar impensável uma desintegração em escala mundial – mas numa fragmentação da economia global em blocos comerciais voltados para si mesmos e potencialmente antagônicos. Assim, se as relações comerciais chegassem ao ponto de conflagração que caracterizou os anos 30, o conflito ocorreria não entre indivíduos mas entre blocos de países unidos por seus próprios tratados de livre comércio e pelo afã de proteger o grau de integração alcançado dentro dos respectivos blocos.

O que precede sugere, de acordo com o secretariado da Organização Mundial de Comércio – OMC, dois cursos de ação a serem seguidos paralelamente. Um envolve o exame de meios para assegurar que as atuais e futuras áreas de livre comércio e uniões aduaneiras permaneçam abertas, voltadas para fora, complementando o sistema multilateral de comércio, ao invés de competir com ele. Parte importante do esforço para assegurar essa complementaridade consistiria numa decisão dos países membros da OMC no sentido

de discutir e buscar soluções para percalços e problemas que cercam as atuais regras e procedimentos relativos aos acordos de integração regional.

O outro curso de ação consiste num esforço mais abrangente para proteger e estender a credibilidade das regras e disciplinas acordadas na Rodada Uruguaí e que, há alguns anos, culminando com o rotundo fracasso da III Conferência Ministerial da OMC, em Seattle, são questionadas ou desrespeitadas por governos ou grupos de interesse. A conclusão exitosa da Rodada havia demonstrado o reconhecimento, por parte da comunidade internacional em geral, de que, com o crescimento da dependência da produção *vis-à-vis* transações transfronteiriças, o custo das ações destinadas a reduzir acesso a mercados ou aumentar o grau de incerteza sobre acesso futuro cresce nas mesmas proporções.

Assim, o impasse resultante do desfecho inconclusivo da reunião de Seattle gera a necessidade não só de fortalecer as regras multilaterais – a serem aplicadas, de resto, à totalidade das mercadorias intercambiadas internacionalmente –, mas de reafirmar o compromisso com o seu cumprimento, sob pena de o sistema derivar para o descrédito. Nos dias que correm, perde-se a oportunidade de completar a construção de um sistema comercial universal, reunindo economias industriais, em desenvolvimento e em transição, sob as mesmas regras internacionais acordadas, visando ao aumento da prosperidade global e ao reforço da estabilidade e da paz entre as nações.

Outras manifestações do processo de globalização

Levando em conta que a dinâmica do comércio de bens e de serviços, bem como dos fluxos de capital e de tecnologia, leva a uma crescente interdependência dos mercados e da própria produção em diferentes países, tem-se que o processo de globalização, cuja face mais visível é o crescimento da relação comércio/produto, manifesta-se também por meio de elementos tais como (a) aumento substancial

dos investimentos externos; (b) subcontratação internacional; (c) *licensing* internacional; (d) fusões e aquisições transfronteiriças; (e) *joint ventures* internacionais; e (f) acordos internacionais intrafirmas.

A todos esses elementos, que prosperam num clima mais liberal para os fluxos de comércio e de capitais, agregam-se os já mencionados avanços tecnológicos nas comunicações e nos transportes, assim como o surgimento e a disseminação não só de um setor privado globalmente competitivo como também de mercados mais amplos (e mais competitivos), que permitem que um número maior de empresas alcance ganhos de eficiência, e que se criem economias de escala por meio da expansão do comércio intra-indústrias e internacionalização da cadeia de valor agregado.

A opção regionalista

Dado que as unidades básicas, os principais atores no sistema econômico, continuam sendo os Estados nacionais, agregados ou não em blocos – e não, como se julgava há algum tempo, as empresas multinacionais – é principalmente a eles que se deve imputar o exercício de uma opção pela liberalização do comércio em bases regionais, na forma de áreas de livre comércio ou uniões aduaneiras.

Por um lado, que se poderia considerar como a primeira onda do regionalismo, iniciada com esforços de países em desenvolvimento como a Associação Latino-Americana de Livre Comércio – Alalc, nunca foi, porém, além de um estágio embrionário. Outras iniciativas da mesma natureza acabaram sendo descartadas por falta de utilidade.

Por outro lado, o paradigma da maior parte dos esquemas que começaram a proliferar a partir dos anos 60 foi a Comunidade Econômica Européia, criada pelo Tratado de Roma (1957) com o objetivo de “sentar as bases de uma união crescentemente estreita entre os povos da Europa”. É o êxito desse projeto, o qual se fortalece e se expande com a assinatura do Tratado de Maastricht (1992), que levanta, no começo do decênio, suspeitas quanto a uma iminente fragmentação do sistema multilateral de comércio, já também

ameaçado pelas incertezas sobre a conclusão da Rodada Uruguai de negociações comerciais multilaterais.

A criação da Organização Mundial de Comércio como um dos principais resultados da Rodada Uruguai viria a aliviar preocupações sobre o futuro do multilateralismo comercial, mas a entrada em vigor do Acordo de Livre Comércio entre EUA, Canadá e México, o Nafta, parecia apontar para uma outra tendência; a de que, embora em tese compatíveis com as regras multilateralmente acordadas, os arranjos dos anos 90, se desvirtuados, propiciariam áreas fechadas, inabordáveis para terceiros, responsáveis por desvios de comércio altamente prejudiciais aos direitos e interesses dos excluídos.

No entanto, o desempenho do comércio mundial de bens em comparação com o da produção mundial entre 1950 e 1998 demonstra claramente que, durante todo o período que se seguiu ao fim da Segunda Grande Guerra até a eclosão do primeiro choque do petróleo, o processo de integração econômica global avançou notavelmente. O surgimento e a intensificação de fatores favoráveis à especialização internacional da produção e da distribuição com adoção do Gatt, a redução do grau de incerteza nas condições de acesso aos mercados, e a realização de oito rodadas de negociações multilaterais que resultaram na progressiva redução das barreiras ao comércio contribuem decisivamente para uma marcha que se interrompe por quase todo um decênio (1974-1984), mas que é retomada com vigor a partir da segunda metade dos anos 80 e, em especial, nos últimos dez anos.

Não pode, por conseguinte, ser atribuída a uma segunda onda de integração regional, e sim à emergência de fenômenos isolados, a ruptura do movimento em direção à interdependência econômica com a aceleração permanente da taxa de crescimento do comércio em relação à produção global.

Esses fenômenos foram: (1) a contração do volume do comércio mundial de produtos derivados de recursos minerais – e a subsequente elevação dos níveis de auto-suficiência nacional em

matéria de energia e de “eficiência energética” nas nações importadoras – em consequência da decisão da Organização dos Países Exportadores de Petróleo de elevar os preços do petróleo cru e proceder a cortes na produção; (2) a desordem macroeconômica nos países da OCDE, só superada após exitosa concertação de esforços para alterar dois períodos de pressão inflacionária (a que se seguiram três anos sem crescimento ou de crescimento negativo); e (3) a crise da dívida na América Latina, com repercussões negativas sobre o volume das importações e o desenvolvimento econômico. É só após a normalização das relações dos países latino-americanos com a comunidade financeira internacional, o reingresso de capitais na região e a posterior recuperação do comércio importador, sobretudo a partir de 1993, que se conclui, para nós, a chamada “década perdida”.

Entendo que o regionalismo aberto, capaz de criar ao invés de desviar comércio, é intrinsecamente construtivo e aglutinador, como expressão de efetiva integração e complementaridade. Nesse sentido, aliás, prescinde de prolongamento ou vizinhança geográfica, tornando-se sinônimo de parceria ampliada, em espaço contínuo ou descontínuo. Distingue-se, ademais, daquilo que poderíamos chamar de “plurilateralismo”, que se afigura fragmentador, seletivo, excludente, discriminatório, conjuntural e conspiratório, ainda que transparente. Esse plurilateralismo, em grande medida coonestado pelos códigos aprovados na Rodada Tóquio e praticado largamente nos anos 80, manifestou-se, no passado, por meio de acordos, seja de restrição “voluntária” às exportações, seja de organização de mercados, e mais recentemente busca penetrar ou conformar projetos de âmbito regional tidos como mais ambiciosos, no seu quadro regulador, do que o sistema multilateral de comércio.

Como demonstra o embaixador Gelson Fonseca Júnior ao discutir as tendências contemporâneas do multilateralismo e como o regionalismo pode afetá-las, há mais regionalismo no mundo de hoje do que havia dez anos atrás, sendo que os esquemas regionais “tendem naturalmente a realizar, com mais consistência e profundidade, os objetivos de construção de regras, consenso em

matéria de valores e soluções compartilhadas do que os esquemas universais”. Acrescenta o autor que há mais regionalismo em três sentidos: (1) ampliação e aprofundamento de estruturas regionais, como no caso da União Européia; (2) novas estruturas regionais (Conselho Econômico da Ásia e do Pacífico – Apec), em alguns casos sub-regionais (Mercosul, Comunidade Andina) com particularidades que afetam a jurisdição de organismos continentais (Associação Latino-Americana de Integração – Aladi); e (3) novas modalidades de cooperação entre as estruturas multilaterais e regionais (Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental —Ecowas) e entre estruturas regionais (Mercosul–União Européia). E conclui que “diante da ambivalência do momento multilateral, o regionalismo pode servir como suporte do multilateralismo ou, ao contrário, como instrumento de desprestígio e enfraquecimento do universalismo”.

A perspectiva brasileira

O Brasil, como outros países que ajudaram a construir o sistema multilateral de comércio, decidiu participar desde o primeiro momento do Gatt, um acordo baseado nos princípios básicos da não-discriminação e da reciprocidade, após analisar as vantagens que adviriam do tratamento de nação mais favorecida (em comparação com o custo das obrigações assumidas) e/ou movido pelo interesse em conter pressões protecionistas internas, evitando, ao mesmo tempo, ter de pagar preço mais alto para aderir ao “clubes” no futuro. Teve, ademais, participação ativa, juntamente com outros países latino-americanos, na discussão e elaboração de algumas das normas reguladoras do comércio internacional, especialmente aquela contida no artigo XXIV do Acordo Geral, que dispensa da obrigação NMF as então partes contratantes que pactuassem um acordo de livre comércio ou constituíssem uma união aduaneira.

É que antes mesmo da reconstrução que se seguiu à Segunda Grande Guerra, os países da região cogitavam de dar cumprimento aos ideais bolivarianos de integração e buscavam, por conseguinte,

um *waiver* para o resultado dos esforços que empreenderiam ou voltariam a empreender a partir dos anos 50. Desafortunadamente, a política de substituição de importações que o Brasil e alguns de seus vizinhos foram levados a adotar entre 1950 e 1962 (e não só por influência das idéias desenvolvidas no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – Cepal) frustrou quaisquer planos de integração ou de inserção competitiva e o recurso a medidas de restrição ao comércio (e a outros instrumentos de estímulo à expansão e diversificação do parque industrial) teve que ser justificado pelo artigo XVIII do Acordo Geral, que autoriza controles à importação por razões de desequilíbrio ou ameaça de desequilíbrio na balança de pagamentos.

A exaustão do modelo, que, não obstante, propiciara o desenvolvimento e a diversificação do que viria a ser o maior parque industrial da América Latina, coincide com a eclosão de uma crise político-institucional, cuja culminação é o golpe militar de março de 1964, e com uma escalada inflacionária sem precedentes, combatida por uma política de ajustamento fortemente recessiva. Nesses anos que precederam o período de retomada de crescimento da economia (1967 a 1973), o Brasil estivera virtualmente ausente das rodadas de negociações tarifárias multilaterais realizadas sob a égide do Gatt, eis que as listas de pedido e oferta trocadas entre as partes contratantes excluía produtos de interesse exportador de países de base agrícola, produtos esses cuja produção e comércio já estavam ou viriam a estar regulados por acordos especiais negociados no âmbito da recém-criada Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento – Unctad.

Foi só com a Rodada Kennedy (1964-1967) – primeiro ciclo de negociações convocado para examinar barreiras não-tarifárias, liberalizar as trocas de produtos agrícolas e discutir as necessidades de países em desenvolvimento – que o Brasil e outros países responsáveis pela criação do Grupo dos 77 passaram a ter papel protagônico nos esforços e pressões em favor da incorporação, no Acordo Geral, do

princípio do tratamento especial e diferenciado, bem como da adição ao Acordo Geral, em 1965, da parte IV, de inspiração liberal.

Internamente, porém, as políticas públicas de criação de incentivos fiscais e financeiros, de apoio à promoção de exportações e de minidesvalorizações da moeda, aliadas à aplicação de tarifas altas (entre 30% e 185%), pautas de valores mínimos e preços de referência para proteger produtores domésticos contra importações de baixo custo, restrições quantitativas e exigência de conteúdo local, caracterizam a fase conhecida como a do “milagre brasileiro”, que se interrompe com o primeiro choque do petróleo e os prejuízos decorrentes da deterioração dos termos de intercâmbio e, em consequência, da acumulação de saldos negativos na balança comercial.

As expectativas de transformação da ordem econômica internacional – criadas a partir da adoção pela II Unctad, em Nova Délhi (1968), de resolução unanimemente aprovada que permitia a criação, a partir de 1970, de um “sistema mutuamente aceitável e generalizado de preferências em benefício dos países em desenvolvimento” – e a decisão, tomada em 1971, autorizando as partes contratantes do Gatt a aplicar tratamento diferenciado a países em desenvolvimento em derrogação à cláusula NMF, sofreram importante mudança, juntamente com as medidas de liberalização e abertura que se haviam ensaiado no começo da década.

Datam do período que se estende de 1974 a 1980: (1) uma nova elevação das alíquotas do imposto de importação; (2) a introdução de um sistema de depósito prévio para importações; e (3) a criação de controles diretos sobre importações realizadas por empresas estatais. Ao mesmo tempo, realizam-se significativos investimentos nas indústrias de bens de capital e produtos básicos intermediários (aço, alumínio, cobre, polpa, fertilizantes, petroquímicos) e multiplicam-se esforços para desenvolver tecnologia de utilização de álcool combustível. Como o financiamento dessas iniciativas é assegurado pelos chamados “petrodólares”, já se antecipa aí um novo ciclo negativo (1980 a 1986), que se inicia com o segundo

choque do petróleo e a alta desmesurada das taxas de juros nominais, que agravam a já difícil situação do balanço de pagamentos.

Ora, quando é lançada, em Punta del Este, a Rodada Uruguai (1986), o Brasil ainda não havia superado as conseqüências adversas dos superávits comerciais artificialmente alcançados com o objetivo de evitar uma situação de inadimplência, a saber, o atraso tecnológico e o comprometimento da política de combate à inflação, mas estava por iniciar uma série de experimentos inovadores em matéria de política econômica, com tentativas de estabilização da moeda que malogram com a pressão exercida sobre os preços pelo aumento na demanda agregada doméstica, a queda das exportações e o encolhimento das reservas cambiais.

Daí a relutância brasileira em contribuir para o êxito de um processo negociador que, de acordo com cenários até relativamente otimistas, antecipava uma divisão internacional de trabalho pela qual os países industrializados passariam a desfrutar de condições de acesso ainda mais favoráveis aos mercados de países em desenvolvimento – e não só de bens com alto conteúdo tecnológico mas também de serviços – ao passo que estes passariam a depender unicamente da competitividade de produtos agropecuários e algumas poucas manufaturas, com mais baixo valor agregado para se inserir nos fluxos de comércio internacional.

Mas ao cabo do período previsto para a conclusão da Rodada, o fracasso da reunião ministerial de Bruxelas, ao mesmo tempo em que representa um ponto de inflexão nas políticas dos países em desenvolvimento, exhibe as mazelas de um sistema multilateral de comércio cujo fortalecimento passa a ser indispensável para as economias médias e menores. Assim é que, a partir de 1990, os sócios menores, conscientes da importância de assegurar ou melhorar condições de acesso nos principais mercados importadores, dispõem-se a aceitar maiores obrigações na forma de acordos sobre proteção dos direitos de propriedade intelectual, renunciam à aplicação de restrições comerciais por razões de balanço de pagamentos e se engajam num processo de liberalização autônoma que lhes dá

autoridade para negociar e rompe o padrão de inércia ou desengajamento característico das décadas anteriores.

Os resultados da Rodada Uruguai, conquanto tenham contribuído para a abertura de mercados em geral e hajam dotado o sistema multilateral de comércio de uma estrutura jurídico-institucional apropriada e moderna, com procedimentos eficazes para a solução de controvérsias, revelaram-se, no entanto, insuficientes ou incompletos no que diz respeito à reforma das políticas agrícolas e à redução de barreiras tarifárias e não-tarifárias para produtos em que países em desenvolvimento se tornaram competitivos.

Com isso a globalização, a qual, como aponta o presidente Fernando Henrique Cardoso, carece de solidariedade, afigura-se também assimétrica, na medida em que, graças à liberdade dos fluxos financeiros, aos progressos da tecnologia de informação e à expansão dos negócios das empresas transnacionais, vão-se acentuando os desequilíbrios entre os Estados que pregam o evangelho da integração econômico-comercial, mas são seletivos e “condicionalistas” em matéria de acesso a seus mercados e aqueles que, embora relativamente protegidos por tarifas médias nunca superiores a 15%, seguem as regras multilateralmente acordadas e, até em função disso, enfrentam tratamento discriminatório ou injusto na sua busca de inserção competitiva na economia global.

Conclusões

A globalização, que é um processo histórico, presente, em maior ou menor grau, em quase toda a trajetória da humanidade, tende a ser incluyente, participativa, demonstrativa do dinamismo das relações entre os povos. Não deve ser vista apenas, como parece ter sido o caso das manifestações em Seattle e também em Washington, do ponto de vista do lucro das grandes empresas, já que, de todo modo, de acordo com a lógica capitalista, na busca de vantagens, é por meio da livre iniciativa que são gerados empregos e renda e alcançados avanços tecnológicos.

Nesse sentido, ao Estado moderno não cabe competir com os agentes econômicos ou mesmo cercar-lhes a liberdade de otimizar seus legítimos objetivos. Cabe-lhe, sim, zelar, porque para isso tem o mandato e o apoio da sociedade, pelo respeito às normas e pela regulação de atividades cujos efeitos possam causar algum tipo de dano à concorrência e, em última análise, ao consumidor.

Do ângulo da projeção externa dessa política de inserção *cum* respeito a regras que evitem o abuso e a especulação, o Brasil continua privilegiando a Organização Mundial de Comércio como o foro que ao mesmo tempo incentiva e controla a globalização, digamos, “virtuosa”, e que se expressa por meio de maior intercâmbio de bens e serviços de forma cada vez mais aberta, não-discriminatória e equitativa.

Essa orientação deriva do fato de o Brasil, embora responsável por não mais de um ponto percentual do comércio internacional, é um *global trader*, com suas exportações equilibradamente distribuídas entre os países da União Européia, a América Latina, os Estados Unidos e as economias asiáticas, especialmente o Japão. Entendemos que um sistema multilateral de comércio fortalecido só nos traz benefícios reais e potenciais, obrigando, ao mesmo tempo, nossos principais parceiros, a cumprir sua parte do contrato.

Mas o Brasil também vê na consolidação e no aprofundamento do projeto de integração sub-regional iniciado em 1991 com seus sócios do Mercosul um caminho seguro para solidificar laços que não são apenas de natureza econômico-comercial e propiciar às economias do Cone Sul a ampliação do seu espaço de forma a que possam participar de forma mais competitiva fora da região. O Mercosul, como exceção à cláusula de nação mais favorecida nos termos do artigo XXIV do Gatt, é uma união aduaneira em formação, que não desvia comércio e é, por conseguinte, exemplo de “regionalismo aberto”, que só reforça o multilateralismo, na medida em que, sem substituí-lo, cumpre plenamente os seus objetivos.

Difere, assim, de concepções mais recentes de áreas de livre comércio que visam trazer para âmbitos de aplicação mais restritos

obrigações que não puderam ser aceitas no foro multilateral por não serem pertinentes, por implicarem eventuais restrições ao livre comércio ou por serem demasiado ambiciosas se julgadas pelos padrões adotados pela própria OMC. Uma Área de Livre Comércio – ALC, para ser compatível com a OMC, não necessita de regras que já foram multilateralmente acordadas pela via de negociações que respeitavam os princípios do *single undertaking* e do equilíbrio global dos resultados. Algumas dessas regras podem ser até relevantes e, no longo prazo, necessárias, mas certamente não são prioritárias para a conformação de uma ALC, considerando que todos os seus participantes já são também membros da OMC.

Relevante, necessária e prioritária é a abertura dos mercados internacionais para produtos do agronegócio, cuja exportação é ainda, de resto, fortemente subsidiada por alguns países desenvolvidos, os mesmos que os avanços do processo de globalização tendem a favorecer mais. Assim, qualquer convergência construtiva entre o global e o regional terá de se dar em função do esforço comum de completar o trabalho iniciado na Rodada Uruguai no sentido de se reformarem as políticas agrícolas que beneficiam os produtores ineficientes, oneram os consumidores e distorcem as condições de competição.

De nossa parte, é indispensável que a definição de estratégias tanto domésticas como de política externa seja resultado de um trabalho conjunto e integrado, com a escolha de ações e políticas que promovam a inserção regional ou global em condições qualitativamente diferentes daquelas que prevaleceram no passado e que se caracterizaram pelo domínio dos principais países industrializados nos setores das finanças, do comércio, da produção manufatureira e do desenvolvimento tecnológico. Tais ações e políticas não podem deixar de sintonizar-se com os objetivos centrais de nossa política externa, mormente o de assegurar a paz nas nossas fronteiras e a prosperidade dos países vizinhos como condição essencial para tornar possível a ampliação do espaço econômico na América do Sul e permitir uma atuação mais eficaz de nossos países no cenário internacional.

A rapidez do progresso tecnológico, a redução dos custos de transporte e a produção em escala mundial são todos fenômenos, entre outros, que tornam necessários para as grandes empresas multinacionais a recuperação rápida dos investimentos e um mercado cada vez mais amplo e unificado em suas normas, de maneira a permitir a rentabilidade desejada. Não cabem, neste contexto, políticas de desenvolvimento econômico baseadas em restrições às importações, incentivos às exportações ou desestímulos à absorção de investimentos diretos que caracterizaram modelos ultrapassados, comprovadamente incapazes de garantir o desenvolvimento sustentável, com o menor número de encargos para uma sociedade mais justa e democrática.

Aumentar o dinamismo do comércio exterior significa, ao mesmo tempo, elevar os níveis da oferta exportável por meio de mais investimentos em setores de bens e serviços com maior valor agregado, assim como propiciar um ritmo crescente de importações de insumos e bens de capital modernos, abrindo a economia a uma competição capaz de combater privilégios e cartéis de setores superprotegidos e contribuir para a estabilidade dos preços internos e a qualidade dos produtos oferecidos ao consumidor.

Na cruzada que deve empreender em busca de novos mercados e mercados mais abertos, o Brasil é, de um lado, favorecido pelos prazos normalmente acordados para que se proceda a um gradual ajustamento das empresas ou setores menos competitivos às condições de concorrência que se negociem nos diferentes foros; de outro lado, as perspectivas desenhadas pelas normas e pelos cronogramas de desgravação tarifária representam um desafio (ou um estímulo) para que esse ajustamento não seja indevidamente protelado, sob pena de se comprometer o êxito de um projeto de país integrado de forma mais competitiva no concerto das nações, fruto da correção dos seus desequilíbrios sociais, regionais e setoriais internos.

Introdução

A maior parte dos economistas, legisladores e intelectuais concordam em que há duas tendências que moldam a economia mundial nos dias de hoje. A primeira é a globalização e a segunda é a regionalização. É paradoxal que esses fenômenos estejam ocorrendo ao mesmo tempo e lado a lado. Pois, enquanto a primeira geralmente se refere ao processo de abertura e de crescente interdependência econômica na economia internacional, a segunda implica a fragmentação e a formação de blocos econômicos.

A globalização é, com frequência, definida de forma demasiado ampla e imprecisa. Em consequência, esse conceito é usado diariamente em todos os cantos do mundo, vindo a ser percebido como um destino. Todavia, na esfera econômica, a globalização significa um processo que

consiste no estabelecimento de organizações de produção sob uma estratégia global, em mercados de capital mundial e/ou em mercados globalmente competitivos para mercadorias e serviços com um alcance global distinto, e em convergência de políticas econômicas (Hveem, 200, p. 71).

Os principais indicadores da globalização são o crescimento no mercado internacional e no investimento estrangeiro direto.

Num relatório para um grupo de estudos sobre comércio internacional (Serra, 1997), foi mostrado que, nos últimos cinquenta anos, enquanto a renda mundial cresceu seis vezes; o mercado mundial

Traduzido por Mary Amazonas.

* Professor titular do curso de Economia na Escola de Ciências Econômico-Empresariais, professor no curso de mestrado em Desenvolvimento Social na Universidade Católica de Pelotas e professor titular do curso de doutorado em Integração Regional na mesma universidade.

real aumentou doze vezes. E nos últimos vinte anos, o investimento estrangeiro direto multiplicou doze vezes.

Esse caminho de globalização está ligado a dois fatores principais: inovação tecnológica e as políticas de liberalização e desregulamentação na produção e nos mercados financeiros em nível mundial. Assim, a principal instituição de globalização é o mercado auto-regulado auxiliado por avanços tecnológicos. O mercado, nesse caso, é considerado legítimo porque cria oportunidades de competição iguais para todos. Mas dado que os indivíduos, grupos e países são diferentemente dotados de capacidades e fatores de produção para tirar partido desse processo, os resultados equitativos estão longe de ser garantidos, portanto, podem resultar tendências para desigualdade e instabilidade socioeconômicas maiores, ao lado de maior eficiência e legitimidade do mercado.

Não é de admirar que esse processo de globalização seja, paradoxalmente, acompanhado por um crescente fenômeno de regionalização. Como é registrado por Bhagwati (1996), dentro da Organização Mundial do Comércio (OMC), há 134 acordos ou arranjos de integração regional. Isso implica que, virtualmente, todos os membros da OMC pertenciam aos ACRs (Acordos Comerciais Regionais) de um tipo ou outro.

Trata-se de fato de um novo fenômeno ou não, e por quê? Por que o regionalismo se tornou um tema de crescente interesse e quais são as forças motrizes por trás dessa tendência? Quais são as perspectivas árabes desse processo? Para tratar dessas questões e de outras, esta exposição será dividida em duas partes. A primeira trata do fenômeno da regionalização, seu significado, sua dimensão, suas forças motrizes e seus efeitos. A segunda examina a regionalização do ponto de vista árabe. Examina a experiência árabe, seu passado, presente e perspectivas futuras.

O regionalismo como forma de integração econômica

O regionalismo é freqüentemente definido de forma demasiado ampla e imprecisa e, algumas vezes, em termos vagos. Assim, para

compreender o fenômeno do regionalismo, é importante definir o conceito de maneira adequada e precisa. Na literatura econômica, o termo regionalismo, as Zonas Preferenciais de Comércio (ZPC), e os Acordos Comerciais Regionais (ACR) são termos genéricos, usados em relação a uma forma ou outra de integração econômica. Desse modo, para compreender o regionalismo, é importante primeiramente compreender o significado da integração econômica e o conceito dos ACRs.

Integração econômica internacional

Embora não haja definição precisa consensual entre os economistas a esse respeito, a maior parte das definições (Jovanovic, 1998, p. 5-10), contudo, concordam em grande parte com a definição de El-Agraa, de que:

A integração econômica internacional refere-se à remoção discriminatória de todas as barreiras comerciais entre as nações participantes e ao estabelecimento de certos elementos de cooperação e coordenação entre elas... (El-Agraa, 1994, p. 1).

Cinco formas de integração econômica são conhecidas na teoria econômica (Balassa, 1963; El-Agraa, 1994; Jovanovic, 1998). A primeira é conhecida como Zona de Livre Comércio (ZLC). Nesse estágio, todos os países-membros concordam em remover todas as barreiras tarifárias e não-tarifárias no mercado mútuo, mas cada país é livre para manter suas tarifas externas para outros países. A segunda forma é a formação de Uniões Aduaneiras (UA). Isso implica que os países participantes introduzam uma tarifa externa comum para outros países, o que significa que os países- membros devem conduzir políticas comerciais externas comuns. A terceira forma é o Mercado Comum (MC). Nesse estágio, os países membros levam em conta a livre mobilidade de fatores de produção. Isso significa que a mão-de-obra, o capital, os negócios, as indústrias devem-se mover livremente, mantendo restrições desses fatores com outros países.

Quarta: a União Econômica (UE). Nesse estágio, as nações participantes nessa área integrada presumem a harmonização de políticas fiscais, monetárias, industriais e outras políticas econômicas. Assim, as autoridades centrais na forma de instituições supranacionais são introduzidas para implementar essas políticas. Finalmente, a União Econômica Completa (UEC). Isso implica a unificação completa das políticas econômicas. As nações membros transformam-se efetivamente em regionais em uma nação (ver Tabela 1).

Tabela 1 – Tipos de integração econômica internacional.

Ação política	Zonas Livres de Comércio	União Aduaneira	Mercado comum típico	União Econômica	União Econômica Total
Remoção de tarifas e cotas	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Tarifa externa comum	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Fator mobilidade	Não	Não	Sim	Sim	Sim
Harmonização das políticas econômicas	Não	Não	Não	Sim	Sim
Unificação total de políticas econômicas	Não	Não	Não	Não	Sim

Fonte: Jovanovic (1998), p. 11

Zonas Preferenciais de Comércio (ZPC)

Bhagwati (1996, p. 3-4) define esse termo como um conceito relacionado com zonas de livre comércio, uniões aduaneiras e mercados comuns. Há dois tipos de Zonas Preferenciais de Comércio (ZPCs): regionais, entre os países localizados na mesma região geográfica como o Mercosul, e não-regionais, como a Zonas de Livre Comércio entre Israel e os Estados Unidos. Assim, o termo regionalismo se refere às ZPCs definidas pela origem geográfica, o que significa uma forma ou outra de integração econômica.

Tabela 2 – Acordos Regionais de Livre Comércio: divisão do mundo do comércio, 1994.

Região	%
EU	22,8%
Euromed	2,3
Nafta	7,9
Mercosul	0,3
FTAA	2,6*
Afta	1,3
Aust.-NZ	0,1
Apec	23,7*
Total	61,0

* Excluindo sub-regional

Fonte: F. Bergsten, "Globalizing Free Trade", *Foreign Affairs* 75,3 (May-June): 105-20.

Velho regionalismo X novo regionalismo

Os economistas se referem geralmente a dois tipos de regionalismo. O "velho regionalismo" ou a primeira geração de projetos regionais que foram estabelecidos nos anos 50 e 60. E o "Novo Regionalismo" ou os projetos regionais de segunda geração que emergiram nos anos 80. Razões diferentes podem ser encontradas na literatura econômica para explicar a força motriz desses projetos. El-Agraa (1994) e Baldwin (1996) consideram o fator geopolítico como o mais importante por trás do estabelecimento do velho regionalismo, especialmente no caso da EU.

... Quase todos os casos existentes de integração econômica foram propostos ou formados por razões políticas, ainda que os argumentos popularmente apresentados a seu favor tenham sido expressos em lucros econômicos... Contudo, no caso da CE (atualmente União Européia), deve-se ter em mente que os países fundadores tinham a formação dos Estados Unidos da Europa Ocidental como meta e que a integração econômica se tornou o objetivo imediato a fim de facilitar a consecução da unidade política pela porta dos fundos... (El-Agraa, 1994, p. 13-14)

Outros vêem o regionalismo, especialmente a nova geração, como uma reação ao descontentamento com o sistema mundial multilateral (Bhagwati, 1999, e Rajapitrana, 1994) e como uma defesa contra a globalização a fim de lidar com a fonte não-estatal do capital global, da globalização de produção, e com a influência de organizações intergovernamentais tais como o FMI e o Gatt (Acordo Geral de Tarifas e Comércio)/OMC (Organização Mundial do Comércio). Essas organizações, à época, inclinavam-se contra os países em desenvolvimento nas negociações globais sobre reduções tarifárias; embora tenham conseguido liberar o comércio em produtos manufaturados, não conseguiram liberar o comércio na agricultura, em têxteis, no vestuário e em outras exportações dos países em desenvolvimento (Lipsey, 1994). Essa situação se agravou ainda mais pelo processo de globalização, que conduziu a maior concentração da riqueza do mundo nos países ricos e a maior marginalização dos países em desenvolvimento (Tabela 3). Uma terceira razão para que o regionalismo pudesse ser caracterizado como um “efeito de demonstração” da emergência da UE era uma maneira de contar o que era percebido como o crescente poder coletivo da Europa. Como foi observado por Rajapitrana (1994), a formação do Grupo Econômico da Ásia Oriental (Geao) foi originalmente proposta como um meio de apontar a ameaça potencial que outros ACRs (Acordos Comerciais Regionais) representariam para a atividade econômica da região.

Tabela 3 – Alocação da Porcentagem do Produto Interno Bruto (1990) da Produção Mundial.

	1965	1990
OCDE*	68,2	71,7
Resto do Mundo	31,8	28,3
Comunidade Européia	22,7	26,9
Estados Unidos	34,3	24,1
Japão	4,47	13,1

Fonte: Relatório de 1992 sobre o Desenvolvimento Mundial, Banco Mundial, citado em Ball, 1994, p. 23.

* Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

Finalmente, o regionalismo pode ser explicado por uma teoria desenvolvida por Baldwin (1996), conhecida como a “Teoria Dominó sobre o Regionalismo”. Baldwin tentou responder à pergunta: por que os países estão ansiosos por abrir mercados regionalmente, mas relutantes em fazê-lo multilateralmente? Embora sublinhe o fato de que os motivos primordiais para uma Integração Econômica Européia eram estratégicos e geopolíticos, seu modelo demonstrou que a onda corrente de regionalismo foi multiplicada muitas vezes por um “efeito dominó”. Isto é, os países formam/juntam projetos de integração regional a fim de assegurar lucros ao não serem excluídos dos mercados dos países que já estabeleceram projetos similares.

Embora seja difícil de dizer que os motivos para o regionalismo são os mesmos, de fato poderia ser uma mistura de todos, é importante se referir às implicações econômicas desses projetos. Em termos econômicos, o impacto de projetos regionais pode ser julgado em relação às implicações do aumento ou da diminuição do bem-estar para as zonas integradas e a Economia Mundial. Os clássicos efeitos de integração são “estáticos” e “dinâmicos” (Balassa, 1963). Os efeitos estáticos são de dois tipos. A Criação Comercial, que se refere à substituição da produção interna cara por importações mais baratas de um parceiro na zona integrada, e a Diversificação Comercial, que é a substituição das importações iniciais mais baratas do resto do mundo por importações mais caras de um parceiro. A primeira é considerada benéfica porque não afeta o mundo exterior, aumentando, portanto, o bem-estar, enquanto a segunda tem o efeito oposto. Os assim chamados efeitos dinâmicos referem-se aos numerosos meios pelos quais a integração econômica pode influenciar a taxa de crescimento do PIB dos países participantes como resultado da ampliação do mercado. Esses meios estão relacionados a economias de escala e à economia externa que depende da estrutura produtiva na zona integrante e do grau de complementaridade e competitividade de suas economias; da distância geográfica e

econômica, e do nível tarifário inicial antes do estabelecimento do projeto regional.

Os economistas discordam sobre os efeitos de bem-estar desses projetos na economia mundial. Summers (1991) e Serra (1997) argumentam que, tanto da perspectiva estática como da perspectiva dinâmica, esses projetos provavelmente aumentam a eficiência mundial porque seus efeitos em criar mercado são passíveis de exceder seus efeitos diversificadores de mercado. Além disso, fora seu impacto sobre o mercado, eles podem ter outros efeitos benéficos entre os países que o integram, melhorando as políticas internas, construindo instituições e acelerando o processo de liberalização. Por outro lado, Bhagwati descreve o regionalismo como difícil e delicado:

Apenas o tempo dirá se o renascimento do regionalismo desde os anos 80 terá sido um desenvolvimento confiante e benigno ou uma força maligna que servirá para minar o objetivo amplamente compartilhado de mercado livre multilateral para todos. Minha opinião é que o renascimento do regionalismo é infeliz. Mas, dados seu apelo político e sua provável expansão, creio que é importante contê-lo e modelá-lo nas maneiras esboçadas aqui, a fim de que se torne útil ao máximo e minimamente danoso, e consoante com os objetivos de alcançar o mercado livre multilateral para todos. (Bhagwati, 1999, p. 27-28)

Regionalismo nos países árabes

Diversidade econômica nos países árabes

Quando falamos dos países árabes, estamos nos referindo a 21 Estados árabes, que ocupam uma área de 14,2 quilômetros quadrados, quase 10,4% da área total do mundo, e a uma população de 270 milhões, cerca de 4,4% da população mundial. Um PIB de US\$ 589,00 bilhões, no ano de 1998, e uma renda *per capita* de US\$ 2.182,00 (Relatório Econômico Árabe Unido, 1999).

Esses países têm muitas coisas em comum: idioma, cultura e religião. Mas quando se trata de economia, eles são diferentes. Incluem países com rendas *per capita* muito diferentes, que variam de US\$ 260 a países com altas rendas como os Emirados Árabes Unidos, com US\$ 17.400. Em termos de população, há países com mais de 60 milhões, como o Egito, e outros com menos de 2 milhões, como o Kuaite e os EAU. A estrutura produtiva é principalmente o petróleo nos países produtores de petróleo, e a agricultura, em muitos outros. O setor industrial é ainda fraco: em nenhum desses países sua contribuição ao PIB responde por mais de 4%.

Segundo a classificação do Fórum de Pesquisa Econômica para os países árabes, Irã e Turquia (FPE), a região do Oriente Médio e da África do Norte (Oman) pode ser dividida em quatro categorias: Produtores de Petróleo Misto (PPM); Conselho de Cooperação do Golfo (CCG); Economias Diversificadas (ED); e Produtores Primários (PP). A Tabela 4 reflete a diversidade econômica entre esses grupos na região. Enquanto, por exemplo, o grupo de Produtores Primários respondeu por 12% da população e 2% do PIB, o Conselho de Cooperação do Golfo respondeu por 7% da população e 29% do PIB. A exclusão do Irã e da Turquia, os dois países não-árabes, não modificarão, contudo, o padrão de diversidade. Nesse caso, as Economias Diversificadas (ED) responderão por 48% da população e 28% do PIB, os Produtores de Petróleo Misto (PPM), com uma população de 21% e 24% do PIB; os Produtores Primários, com 20% da população e 3% do PIB e, no Conselho de Cooperação do Golfo, a participação populacional aumentará para 11%, e o PIB para 46%. (Ali e Elbadawi, 2000, p. 3). Essa diversidade é também captada pelas diferenças em termos da renda *per capita*, taxas de crescimento e a participação da agricultura e indústria em relação ao PIB. Além da diversidade econômica, a região mostra outra característica, que é a diversidade política. Existem três sistemas políticos diferentes: três países governados por monarcas, seis por emires, e os demais por presidentes.

Tabela 4 – Diversidade econômica nos países árabes.*

	Participação do PIB (%)	População como uma participação do PIB (%)	PIB per capita em US\$	Participação do PIB agrícola (%)	Crescimento do PIB 1991-95 (%)	PIB do setor industrial (%)
Produtores de Petróleo Misto (PPM) Argélia, Iraque	24	21	2478	23,0	11,0	0,8
Conselho (CCG) Bahrain, Kuaite, Omã, Qatar, Arábia Saudita, EAU	46	11	9045	2,4	11,0	2,9
Economias diversificadas (ED) Egito, Jordânia, Marrocos, Síria, Tunísia	28	48	1280	16,2	14,4	3,4
Produtores Primários (PP) Mauritânia, Sudão e Iêmen	3	20	276	24,0	9,0	3,8

*A Líbia e o Líbano estão excluídos por falta de dados.

Fonte: Tabela elaborada com base em Ali & Albadawi, 2000, p. 3-4.

Mercado intra-árabe

Um fato importante a respeito das economias árabes é sua dependência dos mercados externos. Embora a participação dos países árabes no mercado internacional responda por menos de 3%, medidos pela soma das exportações e importações totais para o PIB, o grau de abertura da economia árabe se eleva a mais de 50%, no período de 1995-98 (relatório árabe, 1999, p. 114). Embora isso reflita a integração árabe aos mercados mundiais, também mostra a vulnerabilidade árabe às mudanças nas condições macroeconômicas

nesses mercados, particularmente em termos de variações de preços e taxas de crescimento.

Examinando a estrutura das exportações árabes (Tabela 5), pode-se observar que a maior parte dessas exportações, quase 60% em média, é dominada pela categoria petróleo, acompanhada pelos produtos industriais, 20%, e gêneros alimentícios, 6%. Do lado da importação, é claro que a parte principal é dominada pela categoria de produtos industriais e pelo transporte, seguido pelos gêneros alimentícios. Essas categorias mantiveram sua participação relativa por todo esse período. O que implica, primeiro, a falta de diversificação e, segundo, a falta de dinamismo do setor estrangeiro nos países árabes.

Tabela 5 – Estrutura das exportações e importações dos países árabes.

Ano	Exportações				Importações			
	1995	1996	1997	1998	1995	1996	1997	1998
Gêneros Alimentícios	6,7	6,3	5,8	8,2	16,7	17,3	15,9	16,2
Matérias-primas	5,1	4,0	4,4	6,0	8,3	7,3	7,1	7,1
Combustíveis Minerais	56,1	61,8	61,7	50,5	7,9	9,0	8,7	8,5
Produtos Químicos	7,0	6,1	5,9	7,8	9,9	9,8	10,0	9,7
Máquinas e Equipamentos	4,0	3,7	4,4	6,2	27,8	28,4	29,5	29,7
Produtos Industrializados	20,1	17,2	16,9	20,3	28,6	27,4	27,7	27,9
Não-especificados	0,9	0,9	0,8	1,0	0,7	0,8	1,0	0,9

Fonte: Relatório Econômico Árabe Unido, 1999, p. 115.

No que se refere à diversificação do mercado, pode-se observar (Tabela 6) que, tradicionalmente, o mercado da UE foi e continua a ser o mercado mais importante para os produtos árabes, 27% de

exportações e quase 40% de importações, acompanhado pelo Japão e os EUA. O aspecto mais notável nesse aspecto é que o mercado árabe intra-regional não excedeu os 9% em média. Esse número é muito baixo comparado com mais de 70%, nos países industrializados, e mais de 60% na UE (Tendência de Estatística de mercado). Embora os dados detalhados não estejam presentes em alguns tipos de mercadorias comerciais, os combustíveis minerais respondem pela maioria do comércio intra-regional, exceto que não há uma só *commodity* que possa ser considerada importante no mercado árabe regional.

Tabela 6 – Tendência do comércio exterior nos países árabes (%).

Ano	Exportações				Importações			
	1995	1996	1997	1998	1995	1996	1997	1998
Países Árabes	9,1	8,9	9,1	11,0	8,3	8,7	9,0	8,5
Estados Unidos	9,7	9,0	9,5	13,4	12,0	12,9	12,6	13,3
Japão	17,8	17,9	18,4	13,4	6,0	6,1	6,8	7,7
União Européia	28,0	26,5	25,3	27,5	43,0	40,8	39,4	38,9
Sudeste da Ásia	9,6	11,1	11,9	11,7	5,5	5,4	5,7	5,5
Outros Países	25,8	26,5	25,8	23,0	25,2	26,1	26,5	26,1
Total	100,	100,	100,	100,	100,	100,	100,	100,

Fonte: Relatório Econômico Árabe Unido, 1999, p. 116.

Acordos comerciais regionais nos países árabes

O processo de integração árabe pode ser dividido em duas diferentes fases em seu ritmo e em seus objetivos. O período pré-1990 (os projetos da velha geração), e o período pós-1990 (os projetos da nova geração).

O período pré-1990

Esse período foi influenciado por duas tendências na economia mundial no início dos anos 50 e 60. A primeira foi o estabelecimento do Mercado Comum Europeu e, a segunda era a estratégia de desenvolvimento como “Estratégia de Substituição de Importações” desenvolvida pela Comissão das Nações Unidas para a América Latina (Cnual). Três esforços rumo à integração árabe ocorreram nesse período. O primeiro foi o Tratado para a Defesa e a Cooperação Econômica Conjunta, assinado no início de 1950, por Egito, Jordânia, Líbano, Arábia Saudita, Síria e Iêmen. Seus principais objetivos eram liberar o mercado (por meio da redução tarifária), o capital e a mão-de-obra entre os países participantes.

O Mercado Comum Árabe

A segunda tentativa de integração na área foi a assinatura de acordo em 1964, para criar um Mercado Comum Árabe entre os cinco países árabes: Egito, Jordânia, Marrocos, Síria e Kuaite. Os principais objetivos desse acordo eram abolir as restrições tarifárias e não-tarifárias por um período de dez anos, estabelecer uma tarifa externa comum e unificar as políticas e a legislação econômica.

O Conselho de Cooperação do Golfo (CCG)

Foi estabelecido em 1981 entre Bahrain, Kuaite, Omã, Qatar, Arábia Saudita e EAU, com o objetivo de unificar as forças políticas, econômicas e militares na região. Exceto a Arábia Saudita, esses países têm uma população muito pequena, são ricos em petróleo, têm as maiores reservas de petróleo no mundo e estão localizadas numa das áreas geográficas mais estratégicas do mundo. Têm estruturas sociais, políticas e econômicas muito semelhantes. Essas características os tornam vulneráveis às forças e eventos estrangeiros em todos os

aspectos, política, econômica e militarmente. Assim, seu esquema de integração torna-se uma necessidade urgente.

Outros três movimentos para promover a integração regional ocorreram nesse período. O Acordo para a facilitação e Promoção do Comércio Intra-Árabe em 1998 entre todos os países árabes. A União do Magreb Árabe (UMA) em 1998, que envolveu Argélia, Líbia, Mauritânia, Marrocos e Tunísia. O Conselho de Cooperação Árabe (CCA), em 1998, que consistiu do Egito, Iraque, Jordânia e República Árabe do Iêmen. Todos eles tinham um objetivo comum que é liberar o comércio entre os países participantes.

Os resultados

O que foi conseguido por esses projetos de integração? Fora o acordo regional do CCG, que conseguiu liberar o mercado e os fatores de produção na região, os demais foram um fracasso completo. Há poucas, mas importantes razões para esse fracasso. Primeiro, a maioria desses projetos era ambiciosa em sua natureza. Tentavam alcançar o estágio de um Mercado Comum ou de uma União Aduaneira num período de tempo muito curto. Essa era a primeira coisa a ser alcançada na época, porque seria uma UE pioneira, a fundadora da integração, e o único processo de integração concreto e profundo em nossa época. Isso reflete a simples compreensão da dinâmica de integração de acordo com a teoria econômica. Segundo: esses projetos eram destituídos do mecanismo e da estrutura institucional para sua implementação. Terceiro: o conflito entre os objetivos de liberalização desses projetos e a estratégia de desenvolvimento seguida por esses países. As estratégias de desenvolvimento após a Segunda Guerra Mundial adotadas nos países árabes foram influenciadas pelas idéias da Cnual (Comissão das Nações Unidas para a América Latina) e pelos escritos de Raul Prebisch, no sentido de que, para se industrializarem, os países em desenvolvimento devem seguir a estratégia de desenvolvimento interno conhecida na literatura econômica como estratégia de substituição de importação. Essa

estratégia, com todos os seus méritos, retardou o processo de integração, não apenas no Mundo Árabe, mas também nos países da América Latina (Schaposnik, 1997). Quarto, a diversidade e as diferenças políticas no Mundo Árabe eram uma força motriz do fracasso desses projetos. Nesse aspecto, os fatores políticos não podem ser subestimados. Isso porque, enquanto as firmas conduzem o processo de globalização, o regionalismo deve ser conduzido pelos governos. Assim, embora a vontade política não seja suficiente, é uma condição necessária para a implementação bem-sucedida de qualquer projeto regional.

O período pós-1990 (a nova “onda”)

Dois tipos de acordos comerciais regionais emergiram nesse período; primeiro, acordos entre países árabes e não-árabes e, segundo: acordos entre os próprios países árabes.

O primeiro tipo é conhecido como os Aaem's (Acordos da Associação Euro-Mediterrânea). Esses são acordos recíprocos de ZLC (Zonas de Livre Comércio) entre os países europeus e os árabes em nível individual. Até agora, Argélia, Egito, Tunísia, Marrocos, Jordânia e a Autoridade Palestina concluíram tais acordos. O Líbano e a Síria estão no processo para concluir acordos similares. Iniciado em 1998, o principal objetivo é alcançar a ZLC (Zona de Livre Comércio) num período de doze anos.

Eles cobrem apenas produtos industriais. Os instrumentos de liberalização incluem a redução geral de tarifas e a adoção de regras básicas de competição da UE (Zarrouk e Zallio, 2000). O principal motivo por trás desses acordos é a preocupação dos países árabes de serem excluídos e marginalizados no mercado europeu, especialmente depois que este concluiu acordos similares com os ex-países comunistas na Europa. De acordo com Dervis, Bocock e Devlin, esses projetos têm aspectos positivos e negativos para os países árabes. No aspecto positivo, os ganhos diretos para os países árabes não são muito grandes (cerca de 1,5 a 1,7 % do PIB, no caso do Marrocos e

da Argélia, por exemplo), mais os \$5 bilhões em concessão de assistência a ser fornecida pela UE, a fim de atualizar a infra-estrutura física, construir o capital humano e melhorar o desempenho dos negócios nos países parceiros. Os efeitos dinâmicos desses acordos em termos de economias externas como a transferência de tecnologia, *know-how*, alianças comerciais e investimento estrangeiro direto podem ser substanciais. No aspecto negativo, contudo, esses acordos são entre parceiros desiguais. As economias árabes são muito pequenas e destituídas de base econômica diversificada, e a economia européia é muito grande, altamente sofisticada e bem diversificada. A sabedoria convencional implica que o parceiro menor lucrará substancialmente devido ao acesso ao grande mercado, mas há o receio de que as firmas de exportação no grande mercado assumirão o comando de suas similares no país parceiro (Dervis, Bocock e Devlin, 1998).

A Zona Árabe Ampliada de Livre Comércio (Gafta)

O Gafta (Greater Arab Free Trade Area) – Zona Árabe Ampliada de Livre Comércio é uma iniciativa da Liga Árabe em mais de trinta anos que tenta reviver os esforços mal-sucedidos de integração intra-regional entre os países árabes. Ela foi estabelecida em 1998 e assinada por catorze Estados árabes. Seu principal objetivo é a formação de Zonas de Livre Comércio num período de dez anos, em 2007. Foi estabelecido no mesmo ano da formação dos Aaem's (Acordos da Associação Euro-Mediterrânea), sem a preocupação de que eles venham a criar um padrão comercial bilateral que possa desviar o mercado intra-árabe e desencorajar os laços econômicos entre os países árabes (Zarrouk e Zallio, p. 7). Isso porque sem a Zonas de Livre Comércio entre os Estados árabes, a firma da UE seria capaz de exportar para o parceiro árabe com isenção de imposto, enquanto os produtores árabes ainda seriam estorvados por restrições tarifárias e não-tarifárias.

É uma situação paradoxal que uma firma estrangeira possa ter mais acesso a um mercado interno de um parceiro árabe do que

firmas localizadas em outros países árabes (Derives, Bocoock e Develin, 1998, p. 15). Essa iniciativa é menos ambiciosa, mais prática e difere de suas predecessoras de vários modos. Primeiro, ela incorpora compromissos específicos e um calendário para uma redução de tarifa linear, progressiva e automática, no prazo de dez anos, a 10% por ano. Os países-membros tiveram permissão de excluir alguns produtos da redução tarifária por um período transitório de três anos. Segundo: a) o Conselho Econômico de Ministros da Liga Árabe forma o corpo institucional desse esquema, que é responsável por sua implantação; b) um secretariado operante sob o Secretariado do Departamento Econômico da Liga Árabe; e c) a União da Câmara de Comércio Árabe, representando o setor privado. Terceiro, relativamente a subsídios e medidas *antidumping*, as regras internacionais devem ser aplicadas. Além disso, e como uma regra de origem, a Zona Árabe Ampliada de Livre Comércio (Gafta) estabeleceu o requerimento de valor agregado a 40% (Zarrouk e Zallio, 2000, p. 8-10), além das Gaftas (Zona Árabe Ampliada de Livre Comércio), algumas Zonas de Livre Comércio bilaterais de países árabes, com o objetivo de alcançar as ZLCs num período de dez anos, e cobrir a maior parte dos produtos industriais.

Perspectivas dos países árabes

Diante da tendência de globalização e regionalização na economia mundial, os países árabes não podem escolher se devem se integrar, mas como fazê-lo. Sua motivação baseia-se em sua percepção numa série de questões. Ao lado dos potenciais efeitos estáticos e dinâmicos da integração econômica, a primeira motivação é manter o acesso ao mercado e evitar a discriminação que pode resultar da formação das ZLC em outras partes do mundo. É o caso da Conferência Econômica do Oriente Médio e África do Norte (Mena).

Segunda motivação: os países árabes estão interessados no aperfeiçoamento das relações bilaterais entre eles mesmos por causa de sua herança, história e cultura.

Terceira: formando esquemas de integração, os países árabes acreditam que têm mais poder de negociação num mundo de blocos econômicos e de práticas neomercantilistas.

Finalmente, há mais em jogo no caso dos países árabes do que o mercado. Como foi dito anteriormente, os países árabes são os principais produtores da mais valiosa *commodity* no mundo, ou seja, o petróleo. Eles têm as maiores reservas de petróleo no mundo e ocupam a localização mais estratégica do mundo, que conecta e controla o acesso a todo o mundo. Esse importante aspecto geopolítico coloca a região, através da história, sob uma ou mais potências hegemônicas e sob o foco de atenção dos principais países. Essa característica muito especial torna a perspectiva de Acordos Comerciais Regionais atraente em todas as suas formas. Contudo, para que um bloco regional tenha sucesso, são necessárias certas condições.

Chances de sobrevivência dos esquemas árabes

Jeffery Schott, em seu artigo “Blocos Comerciais e o Sistema de Mercado Mundial”, publicado em *The World Economy*, em 1991, apresenta seis condições básicas para a sobrevivência de qualquer bloco comercial.

Primeira: os Estados-membros devem ter níveis quase equivalentes do PIB *per capita* e as normas de consumo devem ser da mesma ordem. Senão, os blocos enfrentarão dificuldades, pois os produtores nos países serão vistos como tirando vantagem dos mercados consumidores da economia de altos salários com mercadorias baratas.

Segunda: os membros devem partilhar uma economia baseada numa situação geográfica regionalmente comum. Os blocos comerciais confiam em sistemas de comunicação e transportes preexistentes ligados geograficamente como meio de estimular a especialização intra-industrial e intensificar as economias de escala nacionais e transnacionais.

Terceira: é preciso haver práticas e normas comerciais compatíveis. Os países devem partilhar um compromisso de suprimir barreiras não-tarifárias e outras políticas planejadas pelo Estado. Na prática, dismantelar as barreiras não-tarifárias tem-se mostrado muito difícil.

Quarta: deve existir um potencial real para o crescimento por meio da integração econômica. Os países têm de ter indústrias e firmas capazes de ganhar nova participação no mercado dentro do parceiro comercial. Além disso, o esquema de integração deve ser benéfico para todos os seus membros, caso contrário, não haverá incentivo para o país com benefício zero adotá-lo. Esses benefícios não devem ser distribuídos por forças de mercado apenas na fase inicial, sendo necessária a coordenação do governo.

Quinta: é preciso haver um compromisso político com a organização regional do mercado. Isso requer a adoção de normas e práticas que frequentemente vão além de normas internacionalmente acordadas, estabelecidas pela Organização Mundial de Comércio.

Mesmo que essas condições sejam satisfeitas, elas não bastam para garantir o sucesso num projeto de integração regional. Outra condição é necessária. Drache (2000, p. 187) argumenta que

a característica que define os acordos comerciais é que eles politizaram muito iniciativas dirigidas ao investimento para acelerar a integração econômica regional em torno de um grupo central de Estados ... (Desse modo) a assimetria de poder é rotineiramente legitimada porque o membro dominante do bloco controla as alavancas chaves da política fiscal e monetária dos outros membros pelo poder de suas instituições financeiras.

Isso parece claro no caso da UE, do Nafta e do Mercosul.

É verdade que o Mundo Árabe tem muitas coisas em comum para formar as Zonas de Livre Comércio. Mas é igualmente verdade que a diversidade árabe pode levar a um êxito modesto ou a um completo fracasso desses projetos. É verdade que os árabes têm uma

herança, religião, língua, cultura e história em comum. Mas eles devem estar conscientes de suas diferenças quando se trata de economia, política e sistemas sociais. Eles são 21 entidades independentes que ocupam uma área geográfica muito ampla do Marrocos ao Iêmen conectada apenas por mar e ar e separada por terra. Isso torna muito difícil, senão impossível, satisfazer as condições acima mencionadas para a sobrevivência do bloco comercial árabe. De fato, tomando o mundo árabe como um todo, nenhuma dessas condições pode ser satisfeita. Isso sugere que há mais possibilidade de sobrevivência para um bloco comercial, e a região pode ser mais bem servida por meio de seu agrupamento em quatro grupos econômicos sub-regionais.

O primeiro grupo a ser formado são os países do CCG (Conselho de Cooperação do Golfo) e o Iêmen. O segundo grupo envolve a Argélia, a Líbia, o Marrocos e a Tunísia. O terceiro envolve a Jordânia, o Iraque, o Líbano, a Palestina e a Síria. E o quarto grupo inclui o Egito, o Sudão e a Somália. Em larga medida, cada grupo tem condições econômicas e políticas semelhantes, e geograficamente localizadas na mesma área. Nesse caso, a integração entre quatro é muito mais fácil do que entre vinte.

O principal problema que resta, contudo, é a definição do país central em cada grupo. Assim, enquanto esses países são muito bem definidos no primeiro e quarto grupos, isto é, Arábia Saudita e Egito, o problema é o segundo grupo, no qual Marrocos e Argélia estão sempre em constante competição para liderar aquela parte do Mundo Árabe. O mesmo se aplica ao Iraque e à Síria, no terceiro grupo. Mas, a fim de colher os benefícios de integração, devem ser feitos sacrifícios, e interesses mesquinhos devem ser reduzidos, em prol de cada grupo e da região como um todo.

Conclusão

Esta exposição tratou do fenômeno da regionalização do ponto de vista árabe. Assim sendo, o principal objetivo foi rever o conceito

de regionalismo, suas dimensões, os motivos por trás dele e suas implicações econômicas. O processo de regionalização nos países árabes foi também estudado e analisado, bem como seu passado, presente e perspectivas futuras. Os pontos principais podem ser resumidos da seguinte maneira:

O processo de regionalização é uma tendência importante que está modelando a economia mundial. Quase todos os membros da OMC (Organização Mundial do Comércio) pertencem, de uma ou de outra forma, ao Arranjo Comercial Regional (Regional Trade Arrangement). O regionalismo propriamente definido é uma forma ou outra de integração econômica. As forças motrizes por trás desse fenômeno são numerosas, mas incidem em duas categorias principais: o fator geopolítico, que se reflete no equilíbrio de poder entre as nações, e o fator econômico, que se manifesta na forma de insatisfação com o sistema multilateral; defesa contra a globalização e o medo de exclusão do mercado mundial. A partir de perspectivas estáticas e dinâmicas, há grande interesse em que as implicações econômicas desses projetos possam aumentar a eficiência e o bem-estar mundiais.

O registro de integração nos países árabes foi explorado e analisado na segunda parte. Foi argüido que o fraco registro de integração (exceto no caso do CCG), no período anterior a 1990, pode ser atribuído à natureza ambiciosa desses projetos: o conflito entre os objetivos liberalizantes desses esquemas e a “estratégia de desenvolvimento interno” seguida por esses países. Existem, contudo, perspectivas melhores de sobrevivência dos projetos mais recentes. Mas a sobrevivência desses projetos depende de certas condições difíceis de serem satisfeitas na região como um todo, dadas as diferenças econômicas e políticas, e a distância geográfica. Assim, foi sugerido que há mais possibilidade de sucesso e sobrevivência para um bloco comercial se a região puder ser agrupada em quatro grupos econômicos sub-regionais.

Referências bibliográficas

- Ali, Ali A.; & Ibrahim, Elbadawi. *Powerty and the Labor Market in the Arab World*. Dissertação apresentada no Terceiro Fórum de Desenvolvimento Mediterrâneo. Cairo, março, 2000 (mimeografado).
- Balassa, B. *The Theory of Economic Integration*. Homewood: Richard D. Irwin, Inc., 1963.
- Baldwin, Richard. A Domino Theory of Regionalism. In: Bhagwati, J.; Pravin, Krishna; Arvind, Panagariya. *Trading Blocs*. Cambridge: The MIT Press, 1999. p. 479-502.
- Ball, James. *The World Economy: Trends and Prospects for the Next Decade*. Toronto: C. D. Howe Institute, 1994.
- Bhagwati, J. Regionalism and Multilateralism: An Overview. In: Bhagwati, J.; Pravin, Krishna; Arvind, Panagariya. *Trading Blocs*. Cambridge: The MIT Press, 1999. p. 3-32.
- Drache, Daniel. Trade Blocs. In: Stubbs, Richard; Geoffrey, Underhill (eds.). *Political Economy and the Changing Global Order*. Ontario: Oxford University Press, 2000. p. 184-197.
- El-Agraa, Ali. *The Economics of the European Community*. Hamel Hempstead: Harvest W heatsheaf, 1994.
- Hveem, Helge. Explaining Regional Phenomenon in the Era of Globalization. In: Stubbs, Richard; Geoffrey Underhill (eds.). *Political Economy and the Changing Global Order*. Ontário: Oxford University Press, 2000. p 70-81.
- Jovanovic, M. N. *International Economic Integration: Limits and Prospects*. London: Routledge, 1998.
- Lipsey, R.; Schwanen, D.; Wonnacott, R. *The Nafta: What's In, What's Out, What's Next*. Toronto: C. D. Howe Institute, 1994.
- Rajapitrana, Sarath. *The Evolution of Trade Treaties and Trade Creation: Lessons from Latin America*. Dissertação apresentada na Conferência Regional Anual da Aliança Cooperativa Internacional, Quito, Equador, 23-27, 1994 (mimeografado).

- Schaposnik, E. *As Teorias da Integração e o Mercosul*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.
- Schott, Jeffery. Trading Blocs and the World Trading System. *The World Economy*. 14 de março de 1991. p. 1-17.
- Serra, J. *Reflections on Regionalism*. Washington D. C.: Carnegie Endowment for International Peace, 1997.
- Summers, Lawrence. Regionalism and the World Trading System. *Policy Implications of Trade and Currency Zones*. Kansas City: Federal Reserve Bank. p. 295-301.
- The Arabe League. *The United Arab Economic Report*. Cairo, 1999.
- Zarrouk, Jamel; Franco Zallio. *Integration Free Trade Agreements*. Dissertação apresentada no Terceiro Fórum de Desenvolvimento Mediterrâneo. Cairo, março, 2000 (mimeografado).

Eu tive a oportunidade de ler o texto do embaixador Graça Lima com antecedência, e, como entendo que o convite para participar desta Mesa como comentarista deve-se, certamente, não ao meu conhecimento do Mundo Árabe, que é nulo, ou próximo disso, mas a alguma vantagem comparativa, na análise dos temas de globalização e Mercosul, vou fazer a minha intervenção com base em meia dúzia dos pontos que estão no texto e fazer alguns comentários de ordem genérica.

Nós aprendemos aqui, nas intervenções anteriores, as dificuldades, com relação ao tratamento do próprio conceito de globalização. Costumo dizer que essa é uma palavra infeliz, porque tem na sua origem a raiz “global”, e porque tende a descrever algo que é global por definição. Mas, ela é infeliz também porque trata, numa palavra só, de descrever um processo que é, provavelmente, não-descritível de forma simplória. E aprendemos, também, as dificuldades com relação à questão do regionalismo.

No texto do embaixador Graça Lima, há referência a uma série de características, manifestações do processo de globalização. E eu acrescentaria uma outra, que é a questão da disciplina sobre as políticas macroeconômicas internas e sobre a institucionalidade e a própria legislação dos países. Nós convivemos num mundo de elevada fluidez de capitais, com novos agentes no cenário internacional, etc. O que é menos claro é que as implicações internas às fronteiras de cada país são algo tão irreversível quanto a própria percepção de que o processo de globalização está aí para ficar.

Nós temos de conviver com um cenário em que as autoridades econômicas de cada país têm menos grau de liberdade na sua ação do

* Professor doutor. Diretor do Escritório da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe-Cepal no Brasil.

que historicamente tiveram, porque o predomínio das forças livres de mercado impõem uma disciplina como há muito tempo não se via.

E, ao mesmo tempo, isso requer um ajuste da institucionalidade e do quadro legislativo, também numa magnitude que transcende a experiência histórica, porque é determinada por variáveis externas, queiramos ou não aderir ao que se chama de “livre mercadismo” ou globalização, ou que nome tenha.

Uma outra observação relaciona-se, estritamente, com a questão brasileira. Foi feita referência no texto, a que, nos anos 80, no início da Rodada Uruguai, havia uma certa relutância brasileira em relação ao processo negociador. E, aqui, eu queria chamar a atenção para um aspecto que me parece fundamental: felizmente, há indícios de que isso tenha mudado recentemente. Naquela época – e, certamente, o embaixador Graça Lima é testemunha direta do processo – essa relutância não era apenas uma questão de opção política brasileira. Essa relutância era e, até certo ponto, ainda é, fruto importante da própria baixa percepção, por parte dos agentes econômicos brasileiros, da relação com o mundo externo, a internacionalização.

A síndrome de introversão brasileira é algo muito forte, que tem mudado, nos anos 90, em grande medida em função da aproximação do Mercosul. Mas ainda é um dado muito forte, presente no dia-a-dia, na ação dos agentes econômicos.

Insisto: há sinais fortes, crescentes e bastante positivos, no sentido de que as agências, os agrupamentos de empresários brasileiros e a academia brasileira passam a considerar, nas suas agendas, a questão da inserção internacional do país. E isso é algo sem precedente histórico, no nosso pensamento. Exceto no início do século, quando a opção era inversa: era de internacionalização, de forma intencional, como forma de auto-afirmação nacional. Acho que quanto a essa síndrome de intervenção, há sinais positivos de que aos poucos a estaremos superando. Mas ainda há muito que fazer.

Também foi mencionada, tanto no texto do embaixador como nas diversas apresentações, a assimetria da globalização. O próprio professor Jaguaribe mencionou, aqui, a assimetria na distribuição

dos benefícios. O embaixador Graça Lima mencionou a assimetria no que se refere a Estados seletivos, no acesso a seus mercados, e Estados que seguem regras multilaterais. E eu queria trazer à consideração uma outra assimetria, para a qual a instituição a que eu estou vinculado, a Cepal, a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, da Organização das Nações Unidas – ONU, tem chamado a atenção: a assimetria, também, no que se refere a tratamento e oportunidades para fatores de produção. Uma característica básica e uma criatura do processo de globalização é a flexibilidade no movimento de capital.

O outro fator de produção, o trabalho, tem sido menos considerado. As oportunidades de fluidez do movimento de mão-de-obra e, portanto, as oportunidades de se beneficiar dessas benesses, uma vez que elas estão geograficamente concentradas, têm encontrado maiores limitações. Há, portanto, uma assimetria importante, que tem fortes conotações, no que diz respeito a negociações comerciais, as novas formas de barreiras comerciais, etc. Mas é uma assimetria tão importante quanto as outras que foram mencionadas aqui, anteriormente.

Isso me traz à questão do regionalismo e, certamente, vou tratar do regionalismo no que se refere a Mercosul, que é o regionalismo que conheço. Foi mencionado, aqui, o Mercosul como exemplo de regionalismo aberto. Eu endosso inteiramente. Desde o início, mesmo antes do Tratado de Assunção, de 1991, nas primeiras negociações entre Brasil, Argentina e Uruguai, em meados dos anos 80, sempre houve uma preocupação explícita de que isso fosse feito no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração – Aladi, como uma sinalização a outros parceiros e de forma consistente e aberta, transparente, de acordo com os ditames do então Gatt.

Mas há um aspecto importantíssimo do Mercosul que normalmente é menos considerado, nas análises que são feitas. É o fato de que o Mercosul, essa concentração geográfica – sobretudo se considerarmos seus vínculos com outros países da América do Sul –

compreende, hoje, eu arriscaria dizer, provavelmente, algumas das maiores oportunidades de investimento, em nível planetário.

Se nós estamos falando de oportunidades de complementação econômica, toda a questão de infra-estrutura é vital para o processo de integração na América do Sul. Basta ver o mapa. Essa integração passa por duas vertentes: a decisão política, em primeiro lugar e, em segundo, a construção de infra-estrutura que viabilize a ação dos agentes econômicos. Neste Continente estão concentrados, provavelmente, as maiores oportunidades de investimento deste início de milênio.

Isso traz à consideração dois aspectos. Um: a questão do regionalismo associado ao multilateralismo. Como disse, certamente o Mercosul é um exemplo flagrante de regionalismo estritamente dentro dos ditames de um multilateralismo. Mas isso traz, também, o outro aspecto, que o professor Jaguaribe mencionou aqui, e que não é demais enfatizar: o regionalismo como ferramenta para a sobrevivência, do ponto de vista de estratégia negociadora. Certamente os países-membros do Mercosul aprenderam isso, nos últimos quatro ou cinco anos, com a negociação no âmbito da Área de Livre Comércio das Américas – Alca: o peso de ter uma presença conjunta, no cenário internacional.

Mas, mais do que isso, há ainda outra dimensão, que é o agrupamento de países como ferramenta para reduzir os riscos de imposição de barreiras externas. Todo o debate relacionado à Alca, boa parte da história do que já se observou até aqui, no processo negociador, tem muito que ver com o temor de ficar fora dos 34, e estar sujeito a, por exemplo, imposições do tipo da Super 301 norte-americana.

Três últimas observações. Em primeiro lugar, no texto do embaixador Graça Lima há uma referência importantíssima: de que é fundamental a percepção de que não cabem, hoje, políticas de barreiras às importações, incentivos excessivos às exportações, etc. Eu enfatizaria isso. Certamente, falando em termos de Brasil, esse processo é claro, essa percepção deveria ser repetida explicitamente,

no sentido de que ficasse claro o aprendizado dos anos 60, 70 e 80, em termos das distorções de política comercial, em que pesem os benefícios e sua temporariedade. Com certeza, não existem mais nem demanda por parte dos agentes econômicos, para fazer retroceder o processo de abertura comercial, nem momento para se pensar na forma de estímulo ao setor exportador, como foi feito há vinte, trinta anos.

Tenho dito que é uma questão de se incluir o setor externo na agenda da política econômica; dar prioridade, como forma de superar essa síndrome de introversão a que eu mencionei, mas em novos moldes, levando em consideração, certamente, o novo contexto que temos no país, os tipos de agentes econômicos com que nós convivemos, etc.

É feito referência, ainda, no texto, à questão de que o Brasil tem sido favorecido por prazos dilatados nas negociações externas. E isso tem permitido, certamente, um ajuste do setor produtivo nacional; ajuste que não pode ser indevidamente protelado. Essa percepção é fundamental: tanto no sentido de que é necessário cautela, certamente, quando se está falando de um processo integrador de maior envergadura, em nível hemisférico, por exemplo, quanto no sentido de que isso é uma estratégia que tem de ser limitada no tempo.

Digo isso porque é muito importante essa percepção, para se evitar algumas críticas freqüentes, de que este país tem sido responsável por atrasar processos negociadores, em função dessa cautela excessiva. É uma cautela necessária, mas com um horizonte temporal definido.

Para finalizar, uma última consideração: há oportunidades, sim, na globalização. Não cabe pensar num mundo de não-globalização, tanto quanto não cabe pensar num mundo de não-Mercosul. O Mercosul, como outros exercícios de integração, têm de ser pensados como ferramentas temporárias para uma abertura multilateral, em algum ponto, no futuro.

Não faz sentido pensar num mundo alternativo, não estão dadas as condições. Mas, para que os benefícios dessa inserção, que é inevitável, possam ser maximizados, é preciso uma reflexão interna,

um amadurecimento de – por falta de outra expressão – um projeto nacional, que tem de ser amadurecido com essa nova característica, de priorizar ou privilegiar a inserção internacional.

E isso traz à consideração, também, as estratégias nacionais, com relação à institucionalidade internacional. Creio que há duas vertentes, se há algo para se tirar como conclusão dos debates desta Mesa. São duas as vertentes. Uma, a necessidade de um projeto nacional consistente com uma inserção internacional e, outra, a maximização de benefícios derivados dessa inserção. Mas essa inserção, por sua vez, passa pela percepção de que certas barreiras podem impedir os benefícios, se não houver um empenho grande e explícito na preservação e aprofundamento da institucionalidade, em nível internacional.

Era isso o que eu queria dizer. Muito obrigado.

Gostaria de reagir às intervenções deste painel em três níveis. O primeiro é, evidentemente, trazer alguns elementos de reflexão sobre o elo, ou sobre as articulações possíveis entre a globalização e a regionalização, porque esse foi um tema que perpassou todas as intervenções. Num segundo momento, colocarei algumas perguntas para saber se, efetivamente, o Mundo Árabe desenvolve, no momento atual, uma estratégia suficientemente ativa, tanto na escala das reformas empreendidas em cada país, como na escala da ação comum.

O conjunto desta região, para enfrentar esse processo que está em curso, necessita, evidentemente, de algumas posições reativas, quando não de antecipação, sobre as grandes questões que ele suscita. Um terceiro momento será reservado também a algumas interrogações ou proposições sobre o que é possível fazer em conjunto. Isto é, o Mundo Árabe e o Brasil na perspectiva que nos é comum: a de conseguir melhor inserção na economia mundial, participando juntos, ao mesmo tempo, da construção de um mundo econômico e de um mundo político multipolar e mais equilibrado.

Para começar, enfim, sobre o primeiro aspecto relativo às articulações entre a regionalização e a globalização –, creio que todo mundo nesta mesa sublinhou, e também faço questão de dizê-lo pessoalmente – que esses dois fenômenos, ou seja, a globalização e a regionalização, não são fenômenos contraditórios. Já os intercâmbios internacionais, há algumas décadas, se estruturam-se em torno de alguns pólos: os Estados Unidos, o Japão e a União Européia. Cada um desses pólos se esforça por fortalecer e criar um espaço regional com o conjunto dos países de sua vizinhança ou de sua periferia. É verdade que os intercâmbios no seio desses pólos são muito intensos,

Traduzido por Mary Amazonas.

* Professor na Universidade Mohamed V, Rabat, Marrocos. Ministério das Relações Exteriores e Cooperação de Marrocos.

por razões que se devem, ao mesmo tempo, à proximidade geográfica, à história, conforme os laços que foram tecidos pelo tempo e moldados também por referências comuns e afinidades culturais e ainda pelas restrições da economia, pois as estruturas da oferta e da procura do conjunto desses países suscitam um certo número de intercâmbios no interior desses dois conjuntos. Sabemos também que é um processo de regionalização da economia-mundo, mas que caminha para uma regionalização vertical. Atualmente, o que se chamou de a tríade, isto é, esses três pólos, não formam um conjunto integrado e hierarquicamente equilibrado. Sabemos perfeitamente que os Estados Unidos continuam a reforçar sua posição dominante na economia mundial, mas essa nova ordem em gestação não acarreta, necessariamente, o desaparecimento de todas as iniciativas horizontais ou mesmo das iniciativas entre um conjunto de países que têm tendência a redefinir essas relações no seio dessa economia-mundo.

Gostei muito, ainda há pouco, de uma expressão que agora se tornou evidentemente muito utilizada, mas é preciso lembrá-la, porque é ela que exprime o que é essa lógica de globalização tal como funciona atualmente. É a regionalização aberta. Não estamos mais, evidentemente, nos anos 60, em que as políticas de cooperação regional – eu ia mesmo dizer de integração regional – se definiam numa lógica de descentralização, numa lógica até mesmo, por vezes, de ruptura em relação à economia mundial. Estamos, portanto, numa lógica de regionalização aberta, o que supõe algumas experiências pelo mundo na Ásia, na América Latina, um pouco menos no Mundo Árabe, porque há uma “pane das experiências regionais”, nessa região. Mas, quase em toda parte, no mundo, constata-se que essas experiências de regionalização horizontal se apóiam num certo número de dispositivos ou de disposições que não concernem mais apenas ao desmantelamento tarifário ou ao estabelecimento de uma tarifa externa comum, mas vão além dessa lógica de desmantelamento ou de criação de uma zona de livre comércio, para se referir, evidentemente, a todos os problemas de desregulamentação no domínio dos serviços, na normalização dos produtos, o que é um

tema extremamente importante e novo, nos procedimentos de apelo de oferta para os mercados públicos. Por esse motivo, eles se inscrevem em algum lugar nessa lógica de globalização porque são esses os temas que se encontram nas grandes negociações mundiais, de uma certa maneira. E, a esse respeito, gostaria simplesmente de fazer referência ao conjunto das experiências de zonas de livre comércio que estão emergindo no Mundo Árabe, algumas vezes, sob um aspecto estritamente bilateral: Marrocos-Tunísia, Marrocos-Egito, Egito-Líbano, etc., e que se inscrevem, simplesmente, numa lógica de desmantelamento tarifário, mas que permanecem retraídas relativamente a outras, componentes das negociações multilaterais que acabo de citar e sobre as quais, evidentemente, seria preciso refletir.

Esses dispositivos atuam no sentido de que a formação dos espaços regionais tenham, no futuro, um papel cada vez mais importante a desempenhar nas relações econômicas internacionais, e sua proposta parece muito mais a necessidade de preparar ou de criar condições adequadas aos países tomados isoladamente ou aos conjuntos ou agrupamentos de países que se colocam nessa dinâmica regional, para obter melhor integração na economia mundial.

Com base, evidentemente, nessa relação globalização – regionalização, a pergunta que se faz é: quais são os riscos e as apostas para o Mundo Árabe diante desse processo? Será que o Mundo Árabe se prepara adequadamente para enfrentar essa tendência, que é inelutável, que não é uma tendência ideológica, mas uma tendência de efeito, de mercado, embora haja, evidentemente, um certo número de disfunções dessa lógica, que não é igualitária. Ela abre oportunidades, mas a exploração dessas oportunidades depende do conjunto das políticas econômicas que serão aplicadas individualmente e em colegiado, para melhor nos inserirmos nessa dinâmica. E essas políticas passam necessariamente pelo conjunto das reformas.

Sabemos, evidentemente, que o Mundo Árabe acaba de sair dessa fase de choque-contrachoque petrolífero, dessa fase em que predominava uma lógica de renda, uma lógica de funcionamento. Administrar, enfim, economias com uma lógica muito mais aberta

de estabelecimento de um certo número de dispositivos, em que a competitividade e a concorrência se tornam os critérios que determinarão amanhã a capacidade de uns e dos outros para melhor agarrar essas oportunidades. Em todo caso, para ser capaz de sair dessa marginalização, sobretudo no caso dos países não-petroleiros que constituem boa parte das economias do Mundo Árabe. Portanto, quais são os riscos e quais são, ao mesmo tempo, as medidas que são adotadas.

É verdade que as economias do Mundo Árabe não são economias homogêneas. Não me estenderei sobre essa questão, tentarei apenas enfatizar um conjunto de reformas que são comuns, atualmente, ao conjunto desses países e que, talvez, do ponto de vista de uma lógica de regionalização dessas economias ou de reativação da lógica da regionalização do Mundo Árabe – isto é, da criação de um espaço econômico árabe unificado em médio e longo prazos – apresentaria vantagens ou, em todo caso, um certo número de medidas fundamentais que estão sendo tomadas. Por quê? Porque, como sabemos, o Mundo Árabe é muito rico por suas experiências de regionalização que malograram, tanto num aspecto global, institucional, no seio da Liga Árabe, como também no nível das sub-regiões no mundo, o Magreb, o Conselho Econômico do Mundo Árabe e até a experiência dos países do golfo, seja qual for seu interesse, porque ela conseguiu salvaguardar os mecanismos institucionais, e um certo número de dispositivos comuns não dão todos os resultados esperados. Assim, as reformas que são implementadas favorecem, talvez hoje e amanhã, uma aceleração desse processo de regionalização na medida em que, justamente, há uma convergência das políticas econômicas, enquanto pelo passado distante e pelo recente, um dos antagonismos fundamentais, que explicava o fracasso das experiências, tanto num aspecto multilateral árabe como regional árabe, é a contradição ou as oposições nas políticas ou filosofias econômicas. Portanto, quais são as estratégias que se aplicam num plano nacional? Eu as resumo rapidamente. Primeiro: reformas que tendem a corrigir os desequilíbrios macroeconômicos. É um ponto, evidentemente,

que se pode observar em todos os países com níveis muito diferentes no avanço das reformas financeiras, macroeconômicas ou macrofinanceiras, mas a realidade aí está. Segundo: políticas econômicas que estão em via de convergência. Convergência em torno do quê?

Primeiramente, em torno de um princípio: o da pesquisa da melhora da competitividade e da orientação da economia para maior diversificação de produtos e, sobretudo, para a exportação.

Segundo ponto: um reequilíbrio público–privado, que está sendo implementado e que é extremamente importante sublinhar, pois representa também uma aposta importante para a regionalização, porque, amanhã, as experiências de regionalização no Mundo Árabe não se apoiarão mais necessariamente no suporte direto do Estado. Elas podem apoiar-se no Estado como organizador, como legislador, mas não como ator econômico no plano financeiro e produtor, portanto, deve-se levar em consideração o aspecto fundamental de que essa alta do setor privado é, ao mesmo tempo, uma aposta importante, mas que, no futuro, colocará a condição da regionalização do Mundo Árabe em novos termos.

Terceiro elemento importante de convergência é a reforma dos sistemas de incitação dos investimentos privados; menos protecionismo, mais autonomia – concedida ao privado, o que é extremamente importante – das políticas econômicas, especialmente das políticas dos preços que não são mais administradas, etc. e, sobretudo, outro elemento de convergência: maior abertura ao capital estrangeiro. Mesmo os países com clara tendência econômica estatal ou socializante em certo número de setores admitem que a liberação de inserção da economia mundial necessita do atrativo do investimento estrangeiro no território nacional.

Nessa lógica de convergência das políticas econômicas, que se observa um pouco em toda parte no Mundo Árabe, evidentemente, elas têm alguns efeitos sobre a reestruturação e diversificação dos tecidos produtivos que podem, no futuro, favorecer maior potencial da oferta e, portanto, agir de modo que a troca interárabe não seja

mais limitada por essa semelhança das atividades. Eis, pois, quais são as tendências. No entanto, talvez haja um problema: todas essas reformas se estabelecem em lógicas de espaços nacionais ou, em todo caso, a convergência de visões para a reabilitação ou o renascimento ou a correção das experiências de regionalização permanecem ainda muito aquém do esperado, sejam quais forem os esforços que tenham sido feitos há algum tempo no seio da Liga Árabe para reativar justamente um certo número de acordos que datam, enfim, dos anos 80, notadamente acordos sobre a liberação das trocas entre o Mundo Árabe.

Seria preciso, portanto, que se pudesse dar esse passo suplementar, sejam quais forem os limites dessas experiências de regionalização, para aprendermos com os fracassos precedentes e adaptá-los a novos contextos, sobretudo porque as convergências das políticas econômicas se prestam mais a isso.

Evidentemente, o elemento político está aí, enfim, e é fundamental como determinante dessa lógica de reativação, quer se trate de conjuntos regionais em estado de estagnação como a União do Magreb Árabe, quer de outros aspectos da cooperação interárabe no seio da Liga Árabe.

Voltando ao terceiro aspecto, tenho dois pontos a destacar sobre ele. O que é possível fazermos juntos? Pessoalmente, considero que há um campo de ação extremamente importante entre o Brasil e a América Latina, notadamente, a experiência do Mercosul e o Mundo Árabe no campo do multilateralismo. O que isso quer dizer? Há algumas questões que vão figurar amanhã na agenda das grandes negociações internacionais, especialmente do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (Gatt).

É possível dar passos juntos, se não na coordenação de posição conjunta, ao menos no acordo sobre a agricultura, que concerne tanto a um certo número de países árabes como de países da América Latina, notadamente do Brasil. Convém, é claro, sublinhar que essas negociações multilaterais devem levar em conta preocupações de ordem não-comercial, particularmente a segurança alimentar, no

Mundo Árabe e o desenvolvimento do mundo rural, tanto na América Latina como no Mundo Árabe.

Há alguns pontos que nos interpelam em conjunto, tanto no Brasil, na América Latina como no Mundo Árabe. É o das subvenções das exportações dos grandes países, notadamente dos Estados Unidos e da Europa. Há o apoio interno, o acesso ao mercado, o acordo geral sobre o comércio dos serviços que apresentam também algumas grandes questões que nos são comuns, sobre as quais nos é possível fazer progressos. Há ainda algumas disposições na agenda, acordos multilaterais ou do Gatt, principalmente sobre as regras de origem, especialmente sobre o tratamento bem diferenciado que podem ser extremamente importantes.

A experiência do Mercosul é fundamental para o Mundo Árabe. É possível, enfim, pelo menos do ponto de vista árabe, caminhar rumo a melhor exploração da nova providência tomada pelo Brasil e pelos países latino-americanos nesse domínio. E, sobretudo, agir de modo que nosso parceiro, que é comum – a União Européia, primeiro parceiro do Mercosul e dos países árabes – seja mais atenta às reivindicações dos dois conjuntos, nas negociações em curso no Mediterrâneo e na América Latina.

Obrigado.

Gostaria de apresentar uma breve reflexão sobre a problemática do nosso tema: regionalismo e globalização, visualizada na perspectiva do Brasil e do mundo árabe.

O processo de globalização que se está configurando, de uma forma cada vez mais nítida, no mundo contemporâneo, apresenta, sob um certo aspecto, dois planos: o plano econômico-tecnológico e o plano político. Visto sob outro aspecto, apresenta três etapas.

Na verdade, como já tem sido dito por vários, o processo de globalização, em sua significação mais recente, esquecendo as globalizações parciais do mundo antigo, teve início com as descobertas marítimas e a revolução mercantilista. Primeira grande onda. Em seguida, ele prossegue, com velocidade muito mais acentuada e amplitude muito mais larga, com a Revolução Industrial, segunda onda. Terceira, a atual, a revolução tecnológica das últimas décadas do século XX, em que ele atingiu escala planetária.

Uma das considerações que, objetivamente, importa fazer, a respeito dessas três ondas do processo de globalização, é a de que, em todas elas, ele se caracterizou por forte e crescente assimetria.

Quando os europeus iniciam as suas descobertas marítimas, encontram uma China, uma Índia, um mundo islâmico que têm níveis civilizatórios absolutamente comparáveis, em alguns casos até superiores, aos europeus do século XV e do século XVI.

A Revolução Mercantilista, introduzindo uma série de técnicas de navegação de longo curso, de intercâmbios de mercadorias a grande distância, que os índios, os indianos, os chineses e o mundo islâmico não praticavam, gerou um desequilíbrio, a favor do Ocidente, da ordem de dois para um.

* Professor, advogado, cientista político e autor de numerosa obra no campo do desenvolvimento político e social, das relações internacionais, dos estudos latino-americanos e da teoria social. Dean of the Institute of Political and Social Studies – IEPS.

A Revolução Industrial gerou um desequilíbrio, a favor do Ocidente, da ordem de 10 para 1. A Revolução Tecnológica está gerando um equilíbrio, a favor dos países mais avançados, da ordem de sessenta para um. Trinta mil dólares *per capita* de um lado, quinhentos dólares *per capita* no mundo subdesenvolvido.

Esse fenômeno demonstra o fato de que é completamente falsa a idéia de que a globalização *is good for everybody*. Ela é *good* para os vanguardeiros do processo e altamente detrimental para os demais. Existem oportunidades, para determinados países, de assumir posições próximas às posições de vanguarda.

Como muito bem disse o embaixador Graça Lima, os jogos não são totalmente fechados. E em certos países, certamente o Brasil é um deles; diria que o Mundo Árabe é outro candidato; há possibilidades de uma inserção não excessivamente desvantajosa ou, até mesmo, relativamente vantajosa, neste mundo globalizado.

O segundo aspecto que estimaria salientar é o político. Sob esse aspecto, a globalização caracteriza-se pelo fato de que – com a implosão da União Soviética e o desaparecimento do sistema bipolar, característica da segunda metade do século XX – o mundo ficou com uma única superpotência, os Estados Unidos da América do Norte, que estão realizando uma política de relativa hegemonia mundial. Não se pode falar de uma hegemonia total, por várias razões. E a limitação de tempo de que eu disponho não me permitiria entrar nos detalhes. Mas é suficiente dizer que se está estabelecendo o que, em graus diferenciados, conforme as regiões e os países, pode-se chamar de uma *Pax Americana*, como a alternativa ao que poderia ser o mundo multilateral, regido pelas Nações Unidas, que conduzisse a uma *Pax Universalis*.

Diante desse quadro, o que ocorre com determinados países, o que ocorre com um país como o Brasil, o que ocorre com o Mundo Árabe, o que ocorre com a América Latina?

Países que estão na periferia do processo econômico-tecnológico estão na periferia do processo político-militar, são países condenados à total dependência e a se converterem em meros

segmentos de anônimo mercado internacional, se não tomarem providências que assegurem condições mínimas de salvaguarda da sua autonomia interna.

Diante desse mundo unipolar, ou quase unipolar, para ser mais preciso, marcado pela *Pax Americana*, alguns países conservam razoáveis margens de autonomia. É o que ocorre com os países europeus, graças ao fato de terem montado a União Européia. É o que acontece com a China, em virtude de circunstâncias que lhe são particulares. É o que pode acontecer com alguns países e outros sistemas regionais, notadamente, de um lado, o Mercosul, de outro lado, o Mundo Árabe mais bem articulado.

Não há a menor possibilidade de sobrevivência histórica, nas condições que se estão aceleradamente configurando, para o século XXI, relativamente a países que permaneçam na periferia econômico-tecnológica, por um lado, e política, por outro lado, do processo.

A globalização é irreversível. E ela é fortemente assimétrica. Mas, ela não está com cartas totalmente marcadas. Obviamente, aqueles que ingressaram no processo de globalização com alto nível de desenvolvimento tecnológico ou absoluta superioridade militar, como ocorre com os Estados Unidos, têm vantagens asseguradas por muito longo prazo. Não indefinidamente. Nenhuma hegemonia histórica é permanente. O século XXI não vai terminar de maneira semelhante àquela que começar. Grandes eventos e grandes modificações vão-se processar, nesse século.

Aqueles, entretanto, que, ao se iniciar o século XXI, não tiverem a proteção de sistemas regionais que reduzam a sua área de dependência, tanto econômico-tecnológica como política, estarão condenados a passar por um largo período absolutamente reservado aos países marginais, sem história própria.

Muito obrigado.

PAINEL III

PROCESSO DE PAZ NO ORIENTE MÉDIO

Expositores

Paulo Gabriel Godinho Delgado – Brasil
Ahmad Zid Ghnaim – Autoridade Palestina

Debatedores

José Carlos Brandi Aleixo – Brasil
Abdel Raouf El Reedy – Egito

Fundamentos da diplomacia brasileira

Panorama constitucional e os vetores da ação diplomática

As relações internacionais do Brasil são regidas pelos princípios constitucionais derivados da nossa tradição constitucional. Na Carta atual (1988), o preâmbulo afirma como valores supremos da sociedade brasileira a fraternidade, o pluralismo e a ausência de preconceitos, comprometidos na ordem internacional com a solução pacífica das controvérsias. Nos Princípios Fundamentais estão a orientação para o cidadão brasileiro na ordem democrática e para a convivência com o Estado Democrático de Direito. O respeito à dignidade da pessoa humana é um dos pressupostos da República. A totalidade do artigo quarto ilumina a diplomacia do nosso país, destacando-se, dentre outros princípios, a prevalência dos direitos humanos, da auto-determinação, da não-intervenção, da igualdade entre Estados, da defesa da paz, do repúdio ao terrorismo e ao racismo, da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

No nosso continente, há o empenho para formar uma comunidade latino-americana de nações. Também nas regras que constituem as garantias fundamentais do nosso povo, assegurando direitos e deveres individuais e coletivos, é consenso a obrigatoriedade de nossa ordem interna respeitar, aceitar e se orientar pelos princípios derivados de tratados internacionais dos quais o Brasil seja signatário, bem como da aplicação imediata dos direitos e garantias fundamentais. Ou seja, a vida, a integridade, a honra e a palavra empenhada constituem

* Paulo Gabriel Godinho Delgado. Deputado federal, sociólogo e professor da UFJF, com mestrado em Ciência Política pela UFMG. Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara de Deputados.

para o nosso país bens jurídicos, e o indivíduo é um sujeito de direitos, sendo mesmo inabdicável tal condição.

Com esse grau universal e público de diplomacia, é para o Brasil natural a convergência do direito interno com o direito internacional, levando-nos à defesa da constituição do Tribunal Penal Internacional, da jurisdição obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos, do pleno respeito às resoluções das Nações Unidas.

O caráter universal dos direitos humanos mudou o grau e o padrão da qualificação da soberania nacional. Não é mais possível conciliar a idéia e o formato dos tribunais de vencedores e da própria configuração atual das Nações Unidas derivada da representatividade sobre os vencidos. Em um mundo em que riquezas privadas passam a competir com a dos Estados e em que as regras da economia buscam dissolver fronteiras nacionais, é necessário lutar por instituições políticas globais e transnacionais. A erosão da autoridade da ONU cinquentenária é um risco político concreto para a paz no mundo de pessoas comuns. A violação da integridade dos civis é a principal marca dos conflitos militares modernos, herança do século passado que não pode ser transposta e aceita neste século, que não suporta mais os crimes contra a humanidade.

Desde o século XIX, o caráter laico do Estado brasileiro protege a sociedade da doutrinação religiosa para fins políticos. Sábia decisão republicana, já que a ideologia da religião sempre foi usada em todo o mundo para desumanizar as vítimas da violência e diminuir a inibição moral contra as atrocidades cometidas contra minorias.

A marca brasileira nas relações internacionais

Tradicionalmente organizado como sociedade de imigrantes, o estrangeiro no Brasil é parte constitutiva da sabedoria e do conceito de nação. Isso ajudou a produzir uma visão própria das relações internacionais e, com descortino e lucidez, especialmente do Barão do Rio Branco, produziram-se os paradigmas de nossa diplomacia desde o início do século. No nosso continente, Rio Branco soube

perceber o potencial criado pela identidade ibérica e a força da política de boa vizinhança. Com dez vizinhos, mais de dezessete mil quilômetros de fronteiras, conformamos nosso território com negociação e consensos progressivos. Do outro lado, o “atlanticismo” nunca nos seduziu. Temos um século sem conflitos. Pela aceitação do regionalismo e suas especificidades, nasce a matriz do que é de caráter universal. A grandeza do território, a força da população e nossa homogeneidade cultural fortaleceram o compromisso político do país com a “idéia-força” da busca da paz. E a paz tornou-se instrumento de nossa diplomacia. A capacidade de persuasão e o pacifismo passam a funcionar como efeito-demonstração e inibem a ambição territorialista e a ilusão hegemônica – a dominação é um reino que não descansa nunca – desmilitarizando os espíritos nacionais mais ambiciosos dentro e fora das nossas fronteiras. A corrida armamentista foi detida por convicto princípio diplomático. Hoje podemos nos orgulhar de ter contribuído para que a América Latina seja a única região desnuclearizada do mundo. Sabemos e podemos fazer, mas não queremos.

Os compromissos políticos que orientam o padrão do Brasil e que articulam nossa política bilateral e multilateral demonstram que, neste século, a intervenção ativa predominou sobre a reativa, combinando princípios e interesses, doutrina e pragmatismo. Com Rio Branco, aprendemos a focalizar o interesse nacional em contraste com a nação hegemônica, pois sempre soubemos que a mera exibição de força ou o fascínio das celebridades arbitrárias não bastam para dominar o mundo ou permanecer dominando. O impulso brasileiro para a integração não nos permite o imobilismo diante de nações totais. Sempre há margem de manobra, mudanças, novas parcerias e espaço para ser prático e criativo no sistema internacional.

Sem fundamentar sua ação externa por considerações de natureza estratégico-militar e reconhecendo-se como potência média, o padrão de atuação do Brasil é muitas vezes o de um “espectador engajado” mais do que propriamente de um ator central. Na verdade, procuramos fazer valer nos foros internacionais nossa tradição de

país pacífico que privilegia a negociação sobre a confrontação. São os constrangimentos externos e os desafios internos que constituem e qualificam a resposta diplomática de defesa do interesse nacional, predominantemente.

O Brasil nas Nações Unidas

Na primeira sessão ordinária da Assembléia Geral das Nações Unidas, realizada em 1946 em Londres, o embaixador Luiz Martins de Souza Dantas exortou a nascente ONU a ter como fundamentos, entre outros, a mais ampla inspiração e tolerância filosófica e religiosa, citando Cristo, Maomé, Buda e Confúcio como iluminadores deste novo espírito. Em 1957, na 12^a Assembléia-Geral, o embaixador Osvaldo Euclides de Souza Aranha alertou para o fato de que “as desigualdades econômico-sociais são elementos estruturais de tensão maiores do que as polaridades políticas ideológicas”. Afirmou a recusa brasileira ao enquadramento automático no conflito Leste-Oeste, o caráter latino-americano do país e o direito à avaliação diferenciada dos interesses nacionais. Somos uma forma de viver e conviver e trabalhamos para a paz e o bem-estar mundial. Na 18^a Assembléia-Geral, em 1963, o embaixador João Augusto de Araújo Castro chamou a atenção para o fato de que “o mundo possui outros pontos cardeais” sintetizados na emblemática insígnia dos 3Ds: desarmamento, desenvolvimento econômico e descolonização, como norte para as Nações Unidas necessárias.

Na 30^a sessão da Assembléia-Geral, em 1975, o ministro Antonio Francisco Azeredo da Silveira, seguindo a boa tradição de Rio Branco, mantém o tom e a veemência iniciados no ano anterior (29^a Assembléia-Geral) quando condena o aparteidismo colonizador sobre as nações africanas e assinala, na questão do Oriente Médio, que a paz na região exige respeito aos direitos do povo palestino e cooperação econômica e social com os países da região. Nesta 30^a sessão, expressa a autonomia do Brasil no relacionamento bilateral com os EUA, saúda a libertação de Angola e condena a instrumentalização da ONU pelas superpotências.

Mas o impacto da posição brasileira viria mesmo em 10 de novembro, na reunião da Comissão Política. O embaixador Sérgio Correia da Costa, chefe da delegação do Brasil, encaminha nosso voto a favor do projeto de resolução que declara o sionismo como uma forma de racismo e de discriminação racial, considerando-o historicamente esgotado. Fortes razões internas derivadas do governo militar da época levaram a esse voto brasileiro, que não pode ser interpretado como hostil aos judeus ou anti-semita. O Brasil reconhece Israel como Estado independente desde sua criação, mas não admite que esse reconhecimento dependa da aceitação das teses sionistas. O “pragmatismo responsável” usou Israel para mandar um recado aos Estados Unidos e isso contribuiu para nos aproximar um pouco mais do Mundo Árabe.

Em 1993, o embaixador Celso Luiz Nunes Amorim lamentou que o signo de Caim tenha predominado até aqui e, inspirado em Araújo Castro, fixou, ao lado da luta pelo desarmamento e desenvolvimento mundial, a democracia como meta para ampliar as oportunidades diplomáticas. No cinqüentenário da ONU, o embaixador Luiz Felipe Lampreia reafirma os compromissos com a boa ortodoxia das relações internacionais contemporâneas, sinalizando para a necessária interdependência de temas como desarmamento, direitos humanos, proteção ambiental, promoção da democracia, participação em forças de paz e reforma do Conselho de Segurança. O ministro Lampreia refere-se às “quatro liberdades” de F. D. Roosevelt para se erguer uma comunidade de nações: liberdade de fala e expressão, liberdade de cada pessoa adorar a Deus à sua própria maneira, liberdade da escassez e a liberdade do medo, possível se nenhuma nação estiver em condições de agredir a outra.

O Oriente Médio: a herança inesquecível

Não há nenhuma região do mundo que possa ser tão inacessível às soluções diplomáticas do que o Oriente Médio. Vivendo há muitos anos sob o princípio da “regra de ninguém”, ali, “a dissecação da

responsabilidade e a dispersão que dela resulta não produzem réu, ou produz, réus de crimes ‘legais’.” Insensíveis ao tratamento diplomático e às soluções políticas – tendo como principal e, às vezes, única questão de interesse público a afirmação da independência e da soberania territorial –, os países da região seguem sendo a principal seqüela da guerra fria. O Oriente Médio parece aceitar de maneira acrítica a apropriação privada e dinástica da manipulação social da moralidade, que é própria dos seus velhos colonizadores.

O caráter geral não violento da civilização moderna é uma ilusão. Mais exatamente, é parte integrante da sua auto-apologia e auto-apoteose, ou seja, do seu mito legitimador. Se a modernidade é de fato antítese das paixões selvagens da barbárie, não é de modo algum antítese da destruição, da matança e da tortura eficientes, desapaixonadas.

A natureza do compromisso político das nações civilizadas tem motivos de forte apelo emocional, ou baseadas nas causas do iluminismo – razão, progresso e melhoria das condições de todos os seres humanos – ou voltada para o nacionalismo, o protecionismo e o racismo. “Mecanismos permanentes de reutilização da violência e redistribuição do acesso à violência. Retirada da vista, não da existência”. Muito da tendência para o fundamentalismo nos países do Oriente Médio e do Norte da África não passa de uma reação ao preconceito dos países europeus. Ou alguém tem dúvida de que haja qualquer outra razão para a demora da entrada da Turquia na União Européia? Ou, quem sabe responder por que anda diminuído o impulso anglo-francês para a integração?

Permanece incompreendida, até hoje, em parte da região, a sentença de Hanna Arendt:

não bastam nem a compaixão nem a efetiva participação no sofrimento. Não podemos discutir aqui o dano que a compaixão introduziu nas revoluções modernas, com a tentativa de melhorar o quinhão dos infelizes, ao invés de estabelecer justiça para todos.

No início, a paralisia do historiador fortaleceu a causa judaica pela legitimidade do Estado de Israel, obscurecendo o inteiro teor da Resolução nº 181, de 29 de novembro de 1947: divisão da Palestina em três entidades – um Estado Judeu, um Estado Árabe, um corpo separado sob jurisdição internacional em Jerusalém. Por maioria de dois terços, a célebre decisão da Assembléia-Geral, presidida pelo chanceler brasileiro Oswaldo Aranha, foi vítima de indiferença na sua execução e ajudou a motivar a primeira guerra entre árabes e judeus. De lá para cá, no Oriente Médio, nenhum povo sozinho é guardião e único beneficiário do conceito e da prática da diáspora. A tribulação universalizou-se e a região ficou entregue à sua própria sorte, dando origem, entre outras coisas, ao último dos povos árabes, o palestino.

O Oriente Médio contribuiu também para ajudar a mudar a natureza geral da guerra e da paz, seu entendimento e justificação, tanto no sentido humanitário e político como no tecnológico. Ampliando sem cessar o mercado de armas, a guerra na região privatizou-se, deu origem a grupos profissionais independentes e atravessa fronteira de Estados soberanos sem declaração de guerra ou armistício. A tecnologia avançada permite um poder de destruição preciso e seletivo e se, por um lado, restaura a distinção entre combatentes e não-combatentes, por outro,

possibilita o recurso cada vez mais freqüente e caprichoso aos meios de destruição. Para quem acredita ser tão poderoso ao ponto de escolher exatamente o que quer destruir, torna-se mais fácil sucumbir à tentação de resolver os problemas com bombardeios.

Perde mais um pouco a diplomacia.

A região continua, de uma maneira geral, incapacitada de levar em conta a diferente configuração dos assuntos mundiais, após o fim da URSS. Predomina ainda a definição territorial incerta em muitos países, bem como a identidade nacional em mutação. Assim, o nacionalismo étnico e a religião continuam mais compreensíveis e

agregadores do que o patriotismo. O desmoronamento do consenso é permanente pela instrumentalização de cálculo político da decência da ordem islâmica tradicional. As ideologias radicais e autoritárias acabam por despertar mais interesse do que as idéias liberais e democráticas, pois servem como luva para identidades, comunidades, grupos, facções, povos.

A compreensão instrumental do socialismo oferecida à região pela guerra fria foi traduzida, muitas vezes, como poder de polícia, igualitarismo teórico, messianismo, classe dirigente, dominante, iluminada, predestinada. A consolidação do poder por julgamento sumário, execução de inimigos, confisco de propriedade, repressão, violência, doutrinação, censura, faz que sobre pouca paciência para as convulsões e incertezas da democracia política. A teocracia de massas da tradição islâmica e seu calor coletivo permanecem mais funcionais do que o formalismo glacial da lei, própria do estado laico e de direito.

Região tradicionalmente marcada pelo confronto de crenças e perspectivas históricas, é um vigoroso centro de comércio e comunicação. Pode, reconciliada internamente, refazer seus vínculos com a comunidade internacional, constituindo-se numa nova fronteira diplomática para o Brasil. E nosso país, pelo histórico e a natureza de nossa diplomacia, pela primazia sempre dada às Nações Unidas na resolução dos conflitos na área, tem o direito de reivindicar para si a reconstituição das parcerias comerciais, das posições diplomáticas e dos acordos políticos existentes no passado e que devem ser retomados agora de forma bilateral, mas também multilateral.

O Brasil e os desafios da paz

Uma encruzilhada

Difícil dizer se a dominação anglo-francesa sobre o Oriente Médio trouxe para a região mais vantagens ou desvantagens. É certo, porém, que o objetivo estratégico primário da ocupação foi alcançado pelos serviços prestado aos aliados na guerra contra o eixo. A paz

instável interrompida freqüentemente no pós-guerra tem muito de tudo do mundo das ex-colônias. Pouca política, quase nada de diplomacia.

A Liga dos Estado Árabes, fundada em março de 1945, pelo Egito, Iraque, Síria, Líbano, Arábia Saudita, Iêmem e Jordânia (após 1946) visava à autonomia e, como solução para a união contra o estrangeiro, propunha o pan-arabismo. Estendido ao resto do Mundo Árabe, tal processo estimulou as independências da Líbia (1951); Sudão, Tunísia e Marrocos (1956); Mauritânia (1960); Kuaite (1961); Argélia (1962); Iêmem (1967).

Após 1991, com o fim da URSS, surgiram os transcaucasianos e da Ásia Central fortemente influenciados pela cultura cristã, mulçumana, turca ou persa (Arménia, Georgia, Azerbaijão, Casaquistão, Usbequistão, Quiguizia, Turcomenistão) a merecer uma atenção toda especial.

Com exceção de Israel, fundado em 1948, todos os Estados da região são árabes. Mas todos, sem exceção, permanecem enfrentando problemas políticos internos, velhos e novos, mesmo conquistada a independência e a soberania. Porém, nada tão persistente e destrutivo como o que acontece no Líbano, país com enorme identidade com a comunidade brasileira, imigrantes influentes e integrados à nossa cultura. A intervenção estrangeira agrava, mas não cria todo um antagonismo ali existente.

Assim, no Oriente Médio, permanece atual um dos princípios básicos da Liga Árabe que defende que nenhum Estado árabe pegue em armas contra outro para resolver litígios. Mas a maior violação desse princípio ocorreu em 1990, com a invasão, ocupação e anexação do estado soberano do Kuaite pelo Iraque, produzindo crise internacional que atingiu frontalmente a autoridade da ONU. Somadas à série de guerra entre Israel e os árabes – 1948, 1956, 1967, 1973, 1982 – e a longa guerra entre o Irã e o Iraque (1980–1988), com seus componentes carismáticos, étnicos, de rivalismo islâmico, sectários, econômicos. A região produziu milhares de refugiados apátridas em quase todos os seus países. Mas viu também

a Organização para Libertação da Palestina (OLP), em trinta anos, transformar-se em Autoridade Nacional Palestina e tornar-se um dos principais fatores de equilíbrio e moderação na construção da paz, pela simultânea e articulada combinação de luta, resistência e negociação.

A presença estrangeira agravou e prolongou muitos conflitos porém, com o fim da Guerra Fria, os Estados Unidos podem-se dar ao luxo de apoiar o Iraque contra o Irã, mas atacar Bagdá para defender o Kuaite. Deste episódio, pode ter surgido o padrão de intervenção sobre a região. Sem mais mandatos ou protetorados, o império atual patrocina e protege seus interesses, mas entrega a região à sua própria sorte. A liberdade para a independência ou para a autodestruição.

Talvez isso explique a histórica decisão de Israel e da OLP iniciarem o período das concessões mútuas, incentivando, assim, outros Estados árabes a fazerem o mesmo.

O desafio da liberdade

A revolução é a mais persistente e poderosa das idéias ocidentais na região. Serve até hoje para qualificar as iniciativas políticas, militares, sociais, culturais e econômicas, legitimar e depor governos. Para fundir as duas principais correntes ideológicas que emergem do Oriente Médio atual – o Islã e a democracia – é necessário desconstruir a semiologia por trás dessa trágica forma de mudança.

Por isso, é preciso querer ver que, hoje os motores da mudança política estão tanto na lei e tradição do fundamentalismo – quando este estabelece os limites da obediência e as circunstâncias em que o governante perde direito à fidelidade de seus súditos – como estão nos exércitos e partidos com sua coesão, estrutura e meios. Podem tanto estar a serviço da democracia ou da tradição.

Outro motor é o crescente surgimento dos sistemas parlamentares e constitucionais impulsionados pela vida cultural, social e urbana inevitável. Por um lado, os movimentos de emancipação da

mulher, a liberdade de expressão, o volterianismo das universidades e das artes, o uso do rádio e da televisão, a imprensa crescente, tudo isso torna caudaloso demais o mundo da contravenção, violando proibições cotidianamente.

Por outro lado, sendo o petróleo uma riqueza única, serve para libertar da pressão e da limitação financeira governos fechados. Isso contribui para diminuir a pressão por democratização, mas acaba por expor esses países a fatores externos de oscilação de preço, pesquisas de outras fontes de energia. A inconveniência de ter o monopólio ajuda a pressão por mudança. São, portanto, inúmeros os fatores que estão produzindo a transição para um novo padrão de convivência internacional na região.

Os desdobramentos da Conferência de Madri, de 1991, identificada como precursora do processo de paz no Oriente Médio e dos Acordos de Oslo, vão, aos poucos, desenhando um novo cenário para a região. Mesmo diante das incertezas e de um quadro de fragmentação, as negociações diplomáticas evoluíram, sobretudo na sua vertente bilateral, que opôs Israel aos seus vizinhos árabes, Jordânia, Líbano, Síria e à Autoridade Palestina.

Participante do esforço internacional para devolver a paz e o progresso social e político à região, o Brasil pode e deve redimensionar suas relações com as diversas nações que compõem aquela comunidade. Razões históricas e afinidades não nos faltam pela forte presença de representantes de todos os povos do mundo árabe em nosso país. Hoje, são fortes as evidências de que estamos indo na direção do encaminhamento diplomático e político dos conflitos na região, e que vem crescendo a influência da norma multilateral. Para o Brasil, continua inaceitável que um membro da ONU seja refratário ao cumprimento de suas resoluções, não se justificando, porém, retaliação, embargo, sanções, uso unilateral de meios militares ou prolongamento de medidas punitivas, uma vez iniciada as negociações requeridas e determinadas. Não pode haver complacência com o desafio à ordem internacional nem com o uso de recursos de força, além do necessário, para desequilibrar parcerias comerciais historicamente consolidadas.

Desde 1998, as Nações Unidas concedem à representação da Autoridade Nacional Palestina os mesmos direitos e privilégios de Estados-membros, incentivando, assim, o processo de paz. O Brasil, já em 1975, autorizava a OLP designar representante em Brasília, junto ao escritório dos Estados Árabes. Em 1993, essa representação foi elevada à categoria de delegação especial palestina, com *status* diplomático. Hoje, a Autoridade Palestina empenha-se para conclusão do tratado final que permita declarar o Estado Palestino e cumprir, mais de cinquenta anos depois, o desejo da maioria das Nações Unidas.

Conflitos internos permanecem em praticamente todos os países da região – Arábia Saudita, Bahrain, Emirados Árabes, Iêmen, Irã, Iraque, Jordânia, Kuaite, Líbano, Omã, Qatar, Síria e Turquia – e da África árabe – Argélia, Egito, Líbia, Marrocos e Tunísia – fortemente determinada pela milenar história de seu povo. As seqüelas das políticas coloniais e imperialistas das potências européias e do conflito EUA-URSS, próprio da guerra fria, completa a tragédia.

Mas o processo de paz consolidar-se-á, ampliados os acordos bilaterais e transformadas em rotina as negociações multilaterais. O certo é que a democracia para existir e ser tolerante fixa o que é intolerável. É intolerável é não aceitar a prevalência dos Direitos Humanos sobre qualquer outro aspecto da organização social. É intolerável não aceitar a existência de minorias étnicas, religiosas e políticas no interior de cada país, criando um padrão razoável de convivência com elas, sejam curdos, sejam bahá'ís.

Não se requer muita perspicácia para perceber que a paz na região será o sinal desencadeante de um imenso e generalizado movimento popular de libertação de todo o Oriente Médio. Os privilégios feudais, os grandes negócios petrolíferos, os superlucrativos contratos da indústria bélica, os controles estratégicos, todo o complexo de exploração e dominação do Oriente Médio estarão em risco no dia em que os povos da região decidirem pela “paz entre nós, guerra aos senhores do Oriente Médio.”

É nessa hora que o berço da civilização ocidental pode oferecer ao mundo, além das três grandes religiões monoteístas, um mercado promissor para bens, serviços e negócios. Próspero, com a manutenção de algum grau de estabilidade, baixa fragmentação e muita disposição para o intercâmbio permanente e frutífero de culturas e civilizações. Para isso, o preconceito em relação aos muçulmanos, sedimentado no mundo europeu desde as cruzadas cristãs, precisa perder força no ocidente.

Permanecem atuais as variantes racistas da animosidade e desconfiança entre povos orientais e ocidentais, e o olhar sobre o Oriente Médio supera-se em especulação e forte dose de inimizade concorrente e competitiva. São estratégias de isolamento que usam a guerra, a censura, a imprensa e a mobilização de medos populares. Terminam no patético conceito que o general norte-americano fazia dos vietnamitas para justificar a mortandade junto à opinião pública do seu país: os asiáticos não dão o mesmo valor à vida que os ocidentais, por isso não sofrem tanto com a guerra.

O arcaísmo e a racionalidade da guerra são a grande e contraditória lição que desponta do processo de paz no Oriente Médio.

Realizar a paz na região é ajudar a desmontar a lógica dos senhores da guerra, europeus e norte-americanos, que não vivem lá e até hoje foram parte do conflito. No século XXI, é essa história que esperamos esteja chegando ao fim.

Referências

- 1 - Constituição da República Federativa do Brasil, 1988
- 2 - Relatórios da Divisão de Oriente Próximo, Itamaraty
- 3 - Relatórios da Divisão da África I, Itamaraty
- 4 - A Palavra do Brasil nas Nações Unidas, MRE, Funag
- 5 - Carta Internacional, nº 84 e 85, USP/ Funag
- 6 - Comércio, Desarmamento, Direitos Humanos, Editora Paz e Terra, Funag, Celso Lafer.

- 7 - Diplomacia Brasileira, Lacerda Editores, Luiz Felipe Lampreia.
- 8 - Caminhos Diplomáticos, Francisco Alves, Paulo Tarso Flexa de Lima.
- 9 - Palestinos em Busca da Pátria, Editora Ática, Mustafa Yasbek.
- 10 - Islã, Um Enigma de Nossa Época, Editora Moderna, José Arbex Jr.
- 11 - Brasil-Estados Unidos: A Rivalidade Emergente, Civ Bras, Muniz Bandeira.
- 12 - O Novo Século, Editora Cia das Letras, Eric Hobsbawm.
- 13 - Modernidade e Holocausto, Zahar, Zygmunt Bauman
- 14 - O Oriente Médio, Zahar, Bernard Lewis
- 14 - A Era dos Extremos – O Breve Século XX –, Editora Cia Letras, Eric Hobsbawm
- 15 - O Brasil nas Operações de Paz das Nações Unidas; Funag – Instituto Rio Branco, Afonso José Sena Cardoso.

Introdução

Algumas vezes, não é fácil compreender um debate sobre o processo de paz com base em diferentes pontos de vista, especialmente se o orador pertencer a um dos dois lados opostos do conflito. Árabes e israelenses estão usando o mesmo princípio, o mesmo conceito e, algumas vezes, as mesmas palavras, mas de diferentes modos e com diferentes significados. Ambos estão falando de pátria, liberdade e democracia.

Se você não é um perito e provém de outra região distante, terá dificuldade em decidir como apoiar ou ajudar ambos os lados. Aqui nesta exposição, tentarei falar sobre os fatos históricos, sobre o direito e sobre meu ponto de vista a respeito de como sair do conflito no Oriente Médio.

Talvez seja importante dizer que há cinco palavras que afetaram o conflito, são como palavras-código que conduzem à solução correta e abrangente; são elas: liberdade, equidade, democracia, segurança e paz. Assim, nós árabes e israelenses temos direitos iguais, o mesmo nível de liberdade, o mesmo nível de segurança e o mesmo significado da palavra paz. Nesta dissertação, falarei sobre essas palavras, a partir dos pontos de vista árabe e israelense. Talvez o acordo abrangente dependa de como lidar com essas palavras.

Antecedentes Históricos

Os Fatos

Os palestinos foram um dos primeiros habitantes no mundo. A civilização árabe dos cananeus foi uma das principais civilizações

Traduzido por Mary Amazonas.

* Membro do Conselho de Revolução Fateh. Assistente Adjunto do Ministro do Governo Local Palestina.

no período de 3000 a.C., que deu ao país seu primeiro nome: “A terra de Canaã”, que tem o mesmo nome na Bíblia.

A Terra de Canaã incluía muitas cidades-Estados árabes governadas por príncipes e reis. Em 1730 a.C., houve uma migração de algumas tribos hebraicas da Caldéia para a terra de Canaã, que não permaneceram na terra de Canaã, mudaram para o Egito e viveram sob os faraós por vários séculos.

Cerca de 1200 a.C., os israelitas deixaram o Egito e vagaram pelo deserto durante muitos anos, então atacaram Jericó, uma das principais cidades na Palestina (Terra de Canaã) e a cidade mais antiga em todo o mundo. Os israelitas se espalharam pelo interior do país cananeu.

Depois, não antes de 1006 a.C., o rei Davi estabeleceu o primeiro reino judeu na Palestina. O reino de Davi tinha sido dividido em duas partes e dois Estados, posteriormente um no norte e o outro no sul. Os dois Estados duraram apenas 73 anos, tempo menor do que o reino latino de Jerusalém, estabelecido pelos cruzados, cerca de vinte séculos depois, na Palestina.

A ocupação israelita da Palestina foi apenas um episódio na história desse país. Muitas nações ocuparam a Palestina; depois do período israelense, assírios, babilônios, egípcios, Alexandre Magno, romanos, e cristãos apareceram na região do imperador romano Constantino por volta de 335 d.C.

Os árabes muçulmanos governaram o país de 637 d. C. até 1517, quando os turcos otomanos iniciaram seu governo na maior parte do país árabe. O governo dos turcos otomanos terminou em 1917–1918, o que significa que o governo muçulmano e árabe durou quase doze séculos. A ocupação britânica começou em 1917; o ministro do Exterior do governo britânico fez sua declaração sobre a terra natal judaica na Palestina que lançou as sementes do conflito. É importante examinar a posição demográfica na Palestina como ela era no ano da Declaração de Balfour. A maioria da população da Palestina era basicamente composta por árabes palestinos muçulmanos e cristãos, que tinham vivido na região desde o alvorecer da história.

Eles não vieram para a Palestina com a invasão muçulmana árabe do século XVII, como algumas vezes se pensa, erroneamente. Eles são os primeiros e originais habitantes da Palestina; os palestinos de hoje são os descendentes dos cananeus, aqueles palestinos continuaram a constituir o principal elemento da população até que a maioria dos habitantes originais da Palestina foram deslocados pelos israelenses em 1948.

Do século XIX ao início deste século, a população de judeus da Palestina aumentou muito pouco. Os judeus na Palestina contavam 8 mil em 1845, eram 17 mil em 1880, e na época da Declaração de Balfour (1917), o número de judeus não passava de 55 mil, quando o total da população na Palestina era de 670 mil de habitantes.

O mandato britânico na Palestina começou a encorajar a imigração judaica a fim de aumentar o número dos judeus lá e isso aumentou o conflito; o povo palestino se opôs e resistiu à política britânica na Palestina, a fim de defender sua terra e seu futuro.

A Resolução da Partilha

A Assembléia-Geral designou uma comissão (UNSCOP) e discutiu a questão palestina em duas sessões da Assembléia-Geral em 29 de novembro de 1947; a Assembléia-Geral adotou, por 33 votos contra 13, com 10 abstenções, uma resolução de partilha da Palestina em dois Estados (Resolução nº 181): um Estado árabe e um Estado judaico. Em 1948, uma guerra entre Israel e os países árabes vizinhos irrompeu; os Estados árabes procuraram essencialmente proteger os palestinos do massacre nas mãos dos terroristas judeus. Esses terroristas realmente efetuaram muitos massacres nas aldeias e cidades árabes palestinas, tal como as aldeias Der Yassien e Kufr Qassem. Os judeus não respeitaram tampouco os limites territoriais, fixados pela resolução, da partilha para os Estados árabe e judaico propostos. Eles ocuparam o território proposto para o Estado judaico e tomaram pela força uma parte substancial no território reservado ao Estado árabe.

A Guerra de 1967

Em 5 de junho de 1967, Israel tinha ocupado a margem ocidental palestina e a Faixa de Gaza, as colinas egípcias do Sinai e as sírias do Golan. No último mês da guerra de 1967, o Conselho de Segurança das Nações Unidas reuniu-se e adotou a Resolução n. 242, que, subseqüentemente, se tornou a base do processo de paz de Madri. O princípio mais importante dessa resolução era a inadmissibilidade da aquisição de terra pela guerra. Israel rejeitou implementar esse princípio da Resolução n. 242 do Conselho de Segurança e continuou sua política de ocupação, que levou à guerra seguinte, em 1973, e resultou em outra resolução, a de número 338.

Após 1967, o povo palestino organizou sua resistência contra a ocupação que veio do povo palestino do lado de dentro e de fora dos territórios ocupados, dos países árabes vizinhos. Israel tentou dar uma solução sangrenta a essa resistência em 1982, quando suas forças militares atacaram os povos palestino e libanês e tentaram destruir a Organização para a Libertação da Palestina (OLP). Mas esse modo sangrento não teve sucesso.

Posteriormente, a OLP, com o povo palestino nos territórios palestinos, conseguiu criar a mais importante e famosa resistência contra a ocupação pelas atividades da Intifada, que convenceu Israel de que não existia solução militar para esse conflito e, realmente, outro fator levou os americanos a um novo e intenso esforço para alcançar a paz no Oriente Médio.

O Processo de Paz

Conferência de Madri

No ano de 1991, muitas mudanças aconteceram no mundo e na região do Oriente Médio, especialmente a Guerra do Golfo e o colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que aumentou o esforço americano para equilibrar sua política no Oriente

Médio em relação aos árabes e Israel. O povo árabe e parte dos governos árabes começaram a pedir aos Estados Unidos que forçassem Israel a implementar as Resoluções nº 242 e 338 das Nações Unidas, do mesmo modo usado para obrigar o Iraque a implementar as Resoluções das Nações Unidas.

Assim, logo após o fim da Guerra do Golfo, James Baker começou sua rodada de visitas ao Oriente Médio, sugerindo um novo sistema de conferência de paz em vez da Conferência Internacional.

A Conferência de Madri fora realizada com a participação de todos os países na região: Palestina, Jordânia, Síria, Líbano e Israel. O principal objetivo da conferência era pôr fim ao conflito no Oriente Médio, implementando as Resoluções das Nações Unidas concernentes à questão palestina e à retirada de todos os territórios árabes ocupados. Os Termos de Referência da Conferência de Madri foram decididos antes da abertura da primeira sessão da conferência.

Esses termos de referência eram: a carta-convite e a carta de garantia.

Ambas as referências tinham focalizado claramente os princípios em que a conferência se baseava:

1. paz para a terra;
2. implementação das Resoluções nº 242 e 338 das Nações Unidas;
3. consecução de uma paz abrangente e duradoura.

Os grupos da negociação deslocaram-se até Washington. As negociações em Washington chegaram a um impasse por causa da imprudente política do primeiro-ministro israelense Mer. Shamier, que declarou que estenderia as negociações por mais de dez anos sem nenhum resultado.

Acordo de Oslo

Depois das eleições israelenses em 1992, a OLP e Israel conseguiram assinar o Acordo de Oslo, após intensas negociações

secretas entre eles; esse acordo dependeu dos Termos de Referência da Conferência de Madri e baseou-se na implementação das Resoluções nº 242 e 338 do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Desde 1993, Israel desviou a implementação da Declaração de Princípios de Oslo, que estabeleceu duas fases a serem executadas para se alcançar finalmente a paz: tanto o período intermediário quanto o *status* permanente, realmente depois do fim dos cinco anos do Acordo de Oslo. Israel não implementou nem preencheu os requisitos do Período Intermediário e continuou a furtrar-se aos requerimentos de *status* permanente, efetivando a Resolução nº 242 e a retirada dos territórios ocupados palestinos e árabes.

O novo governo de Barak

Realmente, o novo governo em Israel, conduzido pelo Sr. Barak, começou a falar de uma nova atitude da relação entre países árabes e Israel. Barak disse que empregaria todos os recursos e alcançaria paz com todos esses países num curto espaço de tempo, mas interrompeu as negociações com os sírios por causa de alguns metros de terra perto do lago Taberis, tirando proveito da diferenciação entre as fronteiras internacionais, conforme o Acordo de 1923, e as fronteiras de acordo com a Resolução nº 242 do Conselho de Segurança. Essa resolução afirmava que Israel deveria se retirar de todas as terras árabes ocupadas em 4 de junho de 1967. E Barak obrigou-o a sair do Líbano sem nenhum acordo, após 22 anos de ocupação, por causa da contínua política israelense contra a Síria e o Líbano.

As palavras-chave, as senhas da solução abrangente

Liberdade, equidade, democracia, segurança e paz. Os dois lados opostos dos palestinos, os árabes e os israelenses têm diferentes significados para essas palavras, e é difícil alcançar a paz sem uma compreensão abrangente de cada uma delas.

O significado de democracia para Abu Ibrahim – do campo de refugiado Ean Al Hilwah no Líbano, forçado a deixar sua terra natal Jafa, em 1948, pelo Grupo de Terrorismo Hagana – é igual ao de terrorismo, porque os grupos terroristas israelenses declararam seu próprio Estado, em seu próprio torrão natal, no lugar de sua própria casa, e posteriormente ninguém mais se preocupou com seu destino.

Uma jovem de Tel-Aviv que foi ferida numa explosão em 1996 acha que falar sobre direitos e liberdade para o povo palestino é o mesmo que falar em terrorismo. O significado de democracia e liberdade em nossa região depende de onde se está pisando.

Israel sempre se apresenta como o oásis da democracia no Oriente Médio, isso não é estranho para muitos dos políticos, autores e homens da rua em todo o mundo que aceitam essa idéia sem nenhuma dúvida; muitos deles estão muito orgulhosos do inigualável sistema democrático na região, que serve como exemplo de um maravilhoso e supermoderno Estado democrático, cercado por um regime ditatorial.

Com o passar do tempo, Israel conseguiu imprimir a visão de sociedade civil e democracia moderna na mente do povo, especialmente nos países ocidentais. A maioria desses países preparou o caminho não só para o estabelecimento do Estado de Israel, mas também aceitando suas entradas, suas necessidades, sua opção e seu ponto de vista sem controvérsia ou dúvida.

Muitos autores e políticos famosos, incluindo árabes, europeus, americanos, russos, africanos, israelenses e outros tentaram escrever, discutir, objetar, contradizer, evidenciar ou explicar os fatos sobre a opinião real da moderna democracia israelense, que se estabeleceu forçando outros povos a imigrarem de sua terra natal e destruírem sua história, presente e futuro.

Enquanto há muitas pessoas falando sobre o exemplo democrático de Israel, a maior parte do povo palestino que vive na Diáspora e os remanescentes dele ainda vivem na Palestina, sofrendo com as atividades de ocupação, mesmo depois do estabelecimento

da primeira Autoridade Nacional Palestina numa pequena parte da Margem Ocidental e na Faixa de Gaza, conforme o acordo parcial de Oslo.

Para ser franco, não espero que este artigo tenha êxito onde muitos autores e políticos grandes e famosos falharam com seus esforços para mudar a imagem sobre o exemplo democrático israelense. Creio que as atividades de ocupação contra a humanidade do povo palestino e seus direitos somadas à violação da Lei Internacional são mais eloqüentes do que qualquer tentativa para expressar isso.

As telecomunicações transformaram o mundo numa pequena aldeia, as informações estão à mão de todos, por isso não há necessidade de retornar incessantemente ao exemplo irreal da democracia israelense, mas creio que é mais importante escrever e falar sobre coisas úteis que têm capacidade de influir na mudança.

Gostaria de apresentar meu ponto de vista sobre democracia, sociedade civil, liberdade, cidadania, aceitação de outros, participação, amizade, amor, crenças, ideologia, paz e necessidade de sair do conflito para um futuro seguro para todas as crianças nessa área, mas, primeiro de tudo, reconhecer e respeitar o elo entre a democracia e a liberdade.

Liberdade e democracia

As pessoas em nossa região, sejam elas pessoas físicas, famílias ou comunidades, são as vítimas dessa longa luta. Pessoas sensatas entre as duas sociedades estão usando os mesmos valores de paz de maneiras opostas e suas sociedades as estão seguindo, de modo que temos dois valores culturais opostos lutando um contra o outro. As pessoas sensatas precisam mudar sua maneira de ensinar, de socializar, como um requisito antes de qualquer mudança da situação política na área. Como exemplo: por um lado, em Israel estão chamando a luta legal palestina – que depende da lei internacional – de terrorismo, e declaram que têm o direito de ocupar e de colonizar nossa terra. Por outro lado, rejeitamos a existência de seu Estado em nossa terra; no combate e nas negociações focalizamos nosso esforço na questão

da terra. Sim, terra é muito importante, é algo intrínseco ao conflito na região, mas meu ponto de vista é de que a liberdade é a questão. Não a terra, não os limites, não a soberania. Esta é a questão principal: a liberdade.

Temos o mesmo nível de liberdade? Esse é o problema. Será que a liberdade do povo israelense é mais considerada que o povo palestino? Teremos os mesmos direitos? Direito de ser, direito de se mover, direito de ir, direito de voltar, direito de governar, direito de viver, direito de dirigir, direito de participar, de organizar, de trabalhar, de proteger e de defender, etc.

Essas são as perguntas, fronteiras terrestres e soberania terão novas respostas. Se tivermos resposta para esses tipos de perguntas, Israel terá de respeitar o significado dos dois conceitos, democracia e liberdade, sem divisão ou separação entre eles. Israel tem de parar a contínua decepção de todo o mundo por seu exemplo pseudo-democrático. Se nós somos iguais de acordo com a base democrática, devemos ter os mesmos direitos no mesmo Estado ou em dois Estados separados. Obstáculos diante da equidade no mesmo Estado estão vindo de Israel como uma sociedade étnica (democracia étnica), como foi descrito pelos sociólogos e cientistas políticos israelenses: Lire Sami Samooha e outros.

Compromisso bem-sucedido

Nós, o povo palestino, e os israelenses, depois de cem anos de luta e oito anos de negociações, temos de dar início a um novo tipo de pensamento. Precisamos de uma colonização que se mova pela força do pensamento e não pelas pernas para pôr fim a décadas de luta, o assentamento como uma solução de compromisso deve preencher os direitos e necessidades básicas dos parceiros. Certamente ambos os parceiros devem ter sua própria visão, ideologia, caráter e identidade. Se, por um lado, eles tentarem cumprir completamente o requisito desses motivos, eles se enfrentarão em batalha. Por outro lado, temos de cancelar nossa personalidade, caráter, história,

identidade, ideologia e crença? Certamente que não. O assentamento de compromisso impelido pela força mental significa que não precisamos apenas reconhecer uns aos outros, mas implementar esse reconhecimento por meio da aceitação do direito de existência e de autodeterminação para cada um e pôr fim aos outros fatores do conflito.

Para conseguir isso, precisamos de um período de “desmame” mútuo, que dê a ambos os lados a oportunidade de melhorar sua própria entidade ou existência na parte da Palestina de acordo com a lei internacional. Cada parte desenvolverá seu próprio caráter separado da pesada sucessão histórica, aprendendo, então, lentamente, como passar do estágio de reconhecimento ao estágio de aceitação do outro como ele é, não como eu desejaria ou gostaria que ele fosse; aprender como aceitar diferenças e características. Talvez um relacionamento natural igualitário, longe da sujeição da escravidão, abrande, reprima a sucessão sangüínea. Depois de tudo isso, poderemos desenvolver juntos um novo texto, mais moderno e bem-sucedido, que corresponda a meus parentes ligados a Haifa e Aco e, ao mesmo tempo, corresponda aos motivos dos outros, ligados a Hebron e Jerusalém.

Nessa ocasião, talvez aprendamos como viver não apenas um ao lado do outro, mas com relações melhores, baseadas na doação de direitos de acordo com a lei nacional para ambas as partes, incluindo os direitos de Estados independentes na Palestina de acordo com as resoluções do Conselho de Segurança Internacional. Posteriormente, cada Estado independente terá muito trabalho para ajudar o tempo a fazer seu trabalho, mudando a mentalidade de rejeição, o sentimento de ódio, sem forçá-los fatores a mudar rapidamente de acordo com os desejos e sonhos de alguns de nós, porque saltar sobre o tempo impulsionados pelo capricho e fantasia de algumas pessoas terá conseqüências negativas, será como passar por cima do direito de uma das partes interessadas, não ajudará a alcançar nenhum dos objetivos de paz.

Esse tipo de compromisso está correspondendo às necessidades das duas partes do ponto de vista ideológico e do ponto de vista da

segurança pela separação de Estados, de acordo com a lei internacional; e a única alternativa desse compromisso será a solução democrática com direitos iguais em um Estado para ambos. O oposto à democracia étnica.

É claro que apenas a liderança israelense tem a responsabilidade de preparar o caminho para pôr fim a décadas de luta. Mediante o reconhecimento da autodeterminação do povo palestino e do Estado independente palestino, sua capital, Jerusalém, com total soberania em sua terra natal depende das Resoluções n. 181, 194, 242, 338, 252, 476, 478 do Conselho Internacional de Segurança e das outras resoluções das Nações Unidas. E remover os colonos para seu país original (Israel) não é um milagre, isso é o “desmame” natural entre os dois povos oponentes, depois que o “desmame” tiver aberto a porta a um novo tipo de relações mais seguro, amistosamente distante da pior experiência de conflito. Opor-se a esse compromisso reconduzir-nos-á ao restabelecimento da luta com mais cem anos de sofrimento, sangue e vítimas.

Em suma, nós, como palestinos, não desapareceremos da Palestina, nós estávamos aqui desde sempre e continuaremos a estar aqui para sempre.

Este é o clamor palestino para todos os que acreditam na liberdade, democracia, justiça, equidade e compreensão, o princípio físico básico que diz que dois corpos diferentes não podem ocupar o mesmo lugar no espaço.

É muito importante e pertinente que o nome de Alexandre de Gusmão esteja associado a esta iniciativa. A ele é atribuído o predicado de “decano da diplomacia brasileira”. A ele, nascido na cidade de Santos, muito se deve o Tratado de Madri, de 1750, entre as Coroas de Portugal e Espanha. Cabe ressaltar, de modo particular, o artigo XXI segundo o qual os súditos dos dois reis deveriam continuar em paz, e como bons vizinhos, mesmo que na Europa houvesse guerra entre eles. Aí aparece a idéia de boa vizinhança, mais de 170 anos antes de seu emprego pelo presidente dos Estados Unidos, Franklin Delano Roosevelt (*Good neighborhood*).

Com muita propriedade, o tema desta sessão fala de processo e não de uma história de capítulo único. São vários os períodos, havendo entre eles, freqüentemente, nexos de causa e efeito. É difícil fixar um ponto de partida compartilhado por todos os estudiosos. Há presença milenar de numerosos povos na região. Aceita-se, como ano particularmente importante, na história contemporânea, o de 1947, quando a ONU elaborou e aprovou o plano da criação no território, até então sob mandato britânico, de dois Estados, um árabe e outro judeu, e de um corpo separado para Jerusalém.

Maurice Duverger escolheu a figura mitológica de Jano (de uma cabeça e duas faces) para representar a complexidade do fenômeno político. Há nele cooperação e conflito, paz e guerra. Considero feliz que se privilegie a palavra paz no tema discutido. Apesar de contratempos graves, o ano 2000 apresenta-nos um panorama diferente, com significativos progressos, quando comparado com os idos de 1948 e anos seguintes.

Houve guerras maiores em 1948, 1956, 1967 e 1973, sem acordos de paz. Estes ocorreram entre Egito e Israel em 1979, entre

* Mestre e Doutor em Ciência Política (Georgetown University, Washington, DC, USA); Licenciatura em Filosofia e em letras Clássicas (PUC, RJ) e em Teologia (Pontifícia Universidade de Comillas, Espanha). Presidente do Centro Cultural de Brasília.

a Organização Para Libertação da Palestina (OLP) e Israel, em 1993, e entre Jordânia e Israel em 1994.

A paz é uma das supremas aspirações da humanidade e é objetivo primordial da Organização das Nações Unidas. Em Nova Iorque, na sua sede, há numerosas sentenças e representações que exprimem este anseio. Há, bem visível, uma citação do profeta Isaías (II, 4) em que se fala da paz perpétua: “Eles quebrarão as suas espadas, transformando-as em relhas, e as suas lanças, a fim de fazerem podadeiras. Uma nação não levantará a espada contra a outra e nem se aprenderá mais a fazer a guerra”. No mesmo edifício, dois quadros do artista brasileiro, Cândido Portinari, retratam os horrores da guerra e as bênçãos da paz.

Os seguidores do Cristianismo, Islamismo e Judaísmo utilizam, com frequência a palavra paz (*Salam* e *Shalom*) em suas saudações, dentro e fora de contextos litúrgicos. Em português, a palavra “salamaleque” etimologicamente significa “a paz sobre você”.

A palavra paz (*Salam, Shalom*) não é mera ausência de guerra. Lembra a sensação de felicidade, de plenitude. Santo Agostinho, nascido em território argelino, chamou-a “tranqüilidade da ordem” (*tranquilitas ordinis*). Ela é fruto natural da justiça. Está associada às idéias de segurança, política e econômica, e de desenvolvimento.

Não há acordo entre geógrafos e autores de organogramas ministeriais sobre o exato significado e abrangência da expressão “Oriente Médio”. É compreensível esta diversidade porque varia muito a localização dos países no globo. Não se deve exigir uniformidade a respeito. Assim é a Divisão do Oriente Próximo, do Itamaraty que cuida de países contemplados nessa sessão dedicada ao Oriente Médio.

Importância para o Brasil, dos árabes e de seus descendentes – convivência construtiva das diversas comunidades étnicas no Brasil

No Brasil, várias comunidades étnicas, convivendo de forma construtiva, são, concomitantemente, orgulhosas tanto de sua cidadania brasileira como de suas origens.

No Rio de Janeiro existe uma organização com o nome de Saara (Sociedade de Amigos das Adjacências da Rua da Alfândega), com grande entendimento entre cidadãos oriundos do Levante. Em São Paulo membros das comunidades árabe e judia trabalham em paz em casas comerciais de Ruas, tais quais: Paulino e 25 de Março.

Na década de 1990, o Brasil teve como chanceleres dois conceituados internacionalistas, José Francisco Rezek e Celso Lafer, um de origem libanesa e outro judeu. Outros exemplos de ministros de origem árabe foram Ibrahim Abi Ackel, Said Farhat e Adib Domingos Jatene. Em 1997, da mesma ascendência, eram quatro governadores, 10% dos integrantes do Congresso Nacional, inúmeros prefeitos, deputados estaduais, vereadores, diplomatas e dignitários religiosos. Uma das melhores gramáticas de nossa língua é a de Said Ali.

Já foi comentado, em Brasília, que o núncio apostólico e o embaixador do Líbano estão entre os chefes de missão mais convidados para visitar os municípios do país.

A paz na política externa do Brasil

O ilustre deputado Paulo Delgado expôs, com seu alto conhecimento da matéria, os princípios basilares da política externa do Brasil. Vale acrescentar ou ressaltar alguns pontos.

O país conseguiu definir, de maneira significativamente pacífica, seus mais de 15.000 quilômetros de fronteira terrestre, com dez vizinhos.

Em 1891, quando os limites não estavam ainda todos fixados, a primeira constituição republicana preconizou, em seu artigo 88:

“Os Estados Unidos do Brasil, em caso algum se empenharão em guerra de conquista, direta ou indiretamente, por si ou em aliança com outra nação”.

Por iniciativa do Brasil e outros países, a Assembléia-Geral da ONU, em 27 de outubro de 1986, aprovou resolução no sentido de

declarar “O Atlântico Sul como zona de Paz e Cooperação”. O propósito era evitar nesta área as confrontações do Atlântico Norte, conseqüências, em grande parte, da existência da Otan e do Pacto de Varsóvia.

O Brasil aderiu ao Regime de Controle e Tecnologia de Mísseis (MTCR – 1995), ao grupo de Supridores Nucleares (NSG – 1996) e ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP – 1998), ratificou a Convenção sobre Proibição de Armas Químicas (1997) e o Tratado de Proscrição de Testes Nucleares (CTBT – 1998) e assinou a Convenção sobre Proscrição de Minas Anti-Pessoal (1997).

Em Mensagem ao Congresso Nacional, de 1999, afirmou o presidente Fernando Henrique Cardoso:

“O processo de integração proporcionado pelo Mercosul, o estreitamento de relações com os signatários do Tratado de Cooperação Amazônica e a Consolidação da Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul conformam um verdadeiro anel de paz em torno do Brasil”.

Na mesma oportunidade, escreveu o presidente:

“Paz, democracia, abertura econômica e desenvolvimento sustentável são princípios norteadores da ação externa do País”.

O Brasil e o Oriente Médio

Viagens de Dom Pedro II e de chanceleres brasileiros à Região

Personagem emblemática do interesse do Brasil pelo Oriente Médio é a de nosso imperador, Dom Pedro II, que em duas de suas três viagens ao exterior visitou a região. Da segunda delas, ocorrida em 1876, deixou-nos um interessante “Diário de Viagem”.

Dom Pedro II estudou o árabe e o hebraico. Começou, embora não chegasse a terminar, a primeira tradução portuguesa, à vista do original, das Mil e Uma Noites.

Na Terra Santa, esteve em igrejas cristãs, mesquitas e sinagogas.

Iniciativa sua foi a de visitar, em Damasco, aos 16 de novembro de 1876, o emir Abd-el-kader, extraordinário humanista e intelectual, nascido na Argélia, onde, atualmente, a Fundação que leva o seu nome, publica a excelente revista “Itinerários” (*Itinéraires*). O imperador do Brasil conhecia sua história e, particularmente, sua corajosa e providencial atuação a favor de cristãos perseguidos, em graves conturbações, do ano de 1860. Anota Dom Pedro II: “Abd-el-kader veio pagar-me a visita e trouxe-me sua fotografia, que lhe pedi em troca da minha que lhe levava de manhã, e a do filho mais velho. Esteve sempre amável”. Esta fotografia de Abd-el-Kader encontra-se no Rio de Janeiro, na Biblioteca Nacional, e faz parte de um álbum de Dom Pedro II.

Em discurso pronunciado, em Beirute, em 4 de fevereiro de 1997, em jantar oferecido pelo chanceler Fares Boueiz, lembrou o ministro Luiz Felipe Lampreia uma frase de Dom Pedro II: “O Líbano ergue-se diante de mim, com seus cimos nevados, seu aspecto severo, como convém a essa sentinela da Terra Santa”.

Houve, na segunda metade do século XX, numerosos acordos entre o Brasil e os países do Oriente Médio. No mesmo período, muitas autoridades brasileiras visitaram países da região, assim como outras tantas da região vieram ao Brasil.

Em maio de 1954, foi recebido no Brasil o presidente Camille Chamoun, do Líbano. Em janeiro de 1973, o chanceler brasileiro Mário Gibson Barbosa viajou ao Egito, e a Israel, em fevereiro. Em livro de memórias narra as duas importantes experiências. Autorizado previamente, mencionou a Golda Meir o desejo de Sadat de negociar a paz, dentro de certas condições.

Em abril de 1986, o chanceler Roberto de Abreu Sodré visitou a Arábia Saudita e o Kuaite.

O ministro Luiz Felipe Lampreia foi recebido, em Israel, pelo primeiro-ministro Itzhak Rabin, em 28 de agosto de 1995 e, no dia seguinte, em Gaza, pelo presidente da Autoridade Palestina, Yasser Arafat.

Pronunciamentos e votos do Brasil na Organização das Nações Unidas

O Brasil, membro fundador da Organização das Nações Unidas, tem tido, desde seus inícios, ativa participação nas questões referentes ao Oriente Médio.

O Brasil votou favoravelmente a importantes Resoluções da ONU, entre as quais as que tratavam dos seguintes temas:

— Partição da Palestina em dois Estados, com estatuto especial para Jerusalém (nº 181, de 29-11-1947); Retirada de Israel dos territórios ocupados (nº 242, de 22-11-1967); Retirada de forças de Israel do Líbano e respeito à sua integridade, soberania e independência (nº 425, de 19-3-1978); Comitê sobre o Exercício dos Direitos Inalienáveis do Povo Palestino (nº 54/39 de 1999); Assistência a Refugiados Palestinos (nº 54/69, de 1999); Pessoas Deslocadas em Decorência das hostilidades de junho de 1967 e subsequentes (nº 54/71, de 1999); Oferecimento de Bolsas de Estudos para Educação Superior, inclusive Treinamento Vocacional para Refugiados Palestinos (nº 54/72, de 1999); Propriedade e Rendimentos de Refugiados Palestinos (nº 54/74, de 1999); — Universidade de Jerusalém Al Quds (nº 54/75, de 1999); Assentamentos Israelenses no Território Palestino Ocupado, incluindo Jerusalém, e no Golan Sírio Ocupado (Resolução nº 54/78, de 1999); Práticas Israelenses que Afetam os Direitos Humanos da População Palestina no Território Ocupado, incluindo Jerusalém (nº 54/79, de 1999).

Na Assembléia-Geral da ONU, o tema do Oriente Médio foi freqüentemente abordado, em discursos proferidos quer por presidentes da República do Brasil, quer pelos seus chanceleres. São mencionados alguns exemplos.

Em 24 de setembro de 1979, disse o chanceler Saraiva Guerreiro:

Com as nações do Oriente Médio, o Brasil forjou firmes laços de amizade, entendimento e cooperação ... Não haverá paz na área até que todos os territórios tomados pela força sejam desocupados e até que os direitos do povo palestino – seus inegáveis direitos à auto-determinação, independência e soberania na Palestina, de acordo com a Carta das Nações Unidas – sejam devidamente reconhecidos e implementados. Não se pode prever, igualmente, êxito real em negociações de paz sem a participação da Organização para a Libertação da Palestina, que é um dos atores relevantes do quadro político da região.

Acreditamos que todos os Estados da região têm direito de existir dentro de fronteiras reconhecidas. Esse direito implica, na verdade, o reconhecimento do direito de viver em paz de todos os povos da região, inclusive os que, sem lar mais têm sofrido

Aos 23 de setembro de 1985, disse o presidente José Sarney, na Assembleia-Geral da ONU:

O Brasil sente-se ligado por laços de grande amizade a todos os povos do Oriente Médio. A sociedade brasileira consterna-se com o clima desolador do Líbano e reconhece o direito de todos os povos do Oriente Médio, inclusive Israel, de viver em Paz, dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas. Deseja ver concretizada a criação de um Estado nacional palestino, aspiração deste sofrido e grande povo, a evacuação dos territórios árabes ocupados e o acatamento das Resoluções das Nações Unidas sobre a região.

Aos 27 de setembro de 1993, o chanceler Celso Amorim, na mesma tribuna, comentou:

Foi assim como uma ‘boa nova’ em sentido quase bíblico, que o mundo recebeu a notícia de que a paz e o entendimento eram possíveis numa região até aqui marcada pela dor e pelo conflito. O aperto de mão entre Itzhak Rabin e Yasser Arafat tem o valor emblemático deste fim do século

Em discurso de 28 de agosto de 1995, em Jerusalém, disse o chanceler Luiz Felipe Lampreia:

O Brasil apóia entusiasticamente o processo de paz e encoraja os povos desta região, berço da civilização ocidental, que enfrentem os desafios dos próximos passos cruciais e resistam vigorosamente àqueles que buscam minar a paz e a compreensão por meio da violência e da intolerância. Porque temos visto sempre as comunidades brasileiras de origem judia e árabe vivendo em paz e prosperando através do trabalho, ajudando na construção de nosso país e participando em nossa vida cultural, social e política; porque temos este exemplo em casa – sempre soubemos que a paz e a compreensão são possíveis no Oriente Médio.

Recentemente, em mensagem ao Congresso Nacional, escreveu o presidente Fernando Henrique Cardoso:

No Oriente Próximo, o Brasil acompanhou, em 1999, o processo de paz, em particular as negociações israelo-palestinas. O Governo brasileiro manifestou o seu apoio à criação de um Estado Palestino, respeitados os Acordos de Oslo. O Presidente da República aceitou convite para integrar o Comitê Internacional do Projeto “Belém 2000”.

Em 1997, o Brasil apoiou a Resolução da 52^a Assembléia-Geral da ONU, que elevou o *status* da Representação Nacional Palestina neste organismo.

Em abril de 1998, o Governo brasileiro ascendeu a Representação Palestina em Brasília – antes incluída no capítulo referente a Organismos Internacionais – à categoria de Delegação Especial Palestina. Na ordem de precedência dos chefes de missão o seu titular passou a figurar na posição correspondente à data de apresentação de suas credenciais.

Para o melhor conhecimento da visão e atuação do Brasil em relação ao processo de paz no Oriente Médio, será muito útil a leitura

de livros de memória, biografias, depoimentos para instituições acadêmicas, artigos, entrevistas a jornalistas, correspondência oficial ou particular de diplomatas, etc.

Solução de conflitos no Oriente Médio

No processo de paz, no Oriente Médio, houve, entre as partes, negociações, quer diretas, quer com a atuação de terceiros nas formas de mediação e bons ofícios, e também de arbitragem. Este último meio foi utilizado por Egito e Israel em relação a pequeno território no Sinai. Cabe ressaltar que houve também mediação entre governo e oposição de um mesmo país. É exemplo a mediação do primeiro-ministro da Tunísia, Hedi Nour, em 1970, entre o Rei Hussein da Jordânia e Palestinos.

Em 1977, Sadat discursou, em Jerusalém, no Parlamento de Israel. Em 1978, Carter, Begin e Sadat reuniram-se em Camp David. Aos 26 de março de 1979, Sadat e Begin assinaram em Washington, na Casa Branca, ante cerca de 1.500 convidados, o Tratado de Paz de Egito e Israel.

Em 30 de outubro de 1991, em Madri, os presidentes dos Estados Unidos – George Bush – e da União Soviética – Mikhail Gorbatchov – abriram a conferência de Paz para o Oriente Médio. Pela primeira vez, desde a fundação de Israel em 1948, delegados de Israel e de seus quatro vizinhos árabes – Egito, Jordânia, Líbano e Síria – sentaram-se juntos a uma mesa de negociações. A ONU enviou observador. Representantes palestinos integraram a delegação jordaniana.

Em 13 de setembro de 1993, o presidente da Autoridade Nacional Palestina, Yasser Arafat, e o 1º ministro de Israel, Itzhak Rabin, firmaram, em Washington, Acordo de Paz, batizado de Acordo de Oslo, local das negociações ocorridas entre as partes, com a valiosa mediação do Governo da Noruega.

Em 14 de setembro de 1993, os governos de Israel e Jordânia retomaram as negociações. Em 25 de julho de 1994, em Washington,

eles anunciaram o fim do estado de beligerância e no seguinte 26 de outubro, no deserto de Arava, com a presença do presidente Bill Clinton, o Rei Hussein Bin Talal, e o primeiro- ministro Itzhak Rabin firmaram Tratado de Paz.

Os assassinatos de Anuar Sadat, no Cairo, em 10 de outubro de 1981, e de Itzhak Rabin, em Jerusalém, em 4 de novembro de 1995, exemplificam, tragicamente, a existência, em diversos países do Oriente Médio, de fortes grupos extremistas opostos ao processo de paz.

Em 23 de outubro de 1998, em Wye Plantation (EUA), a Autoridade Nacional Palestina e Israel firmaram acordo complementar.

Considerações finais

Na convenção que criou a Unesco, aos 16 de novembro de 1945, declara-se: “Que nascendo as guerras no espírito dos homens é no espírito dos homens que devem ser elevadas as defesas da paz”. É neste contexto que se realiza este oportuno Seminário.

A comunidade internacional, de diversas formas, manifestou seu apoio àqueles que contribuíram para o processo de paz no Oriente Médio. Ralph Johnson Bunche, sucessor do conde Folk Bernadotte como mediador da ONU no Oriente Médio, foi agraciado com o Prêmio Nobel em 1950. Anuar Sadat e Menahem Begin o receberam em 1978. Esta distinção, em 1994, coube a Yasser Arafat, Yitzhak Rabin e Shimon Peres.

O progresso no diálogo inter-religioso, particularmente entre cristãos, judeus e islâmicos, deverá contribuir para o avanço no processo de paz no Oriente Médio. Neste contexto, vale recordar o encontro de Assis na Itália, em outubro de 1986, promovido pelo papa João Paulo II, assim como sua histórica viagem, no ano 2000, ao Egito, Jordânia, Autoridade Nacional Palestina e Israel.

Que as fronteiras do Oriente Médio sejam transformadas, de fontes de atritos, em dinâmicos espaços de amplo intercâmbio

comercial, turístico e econômico. Que as experiências de integração regional em tantos continentes sejam úteis aos dirigentes do Oriente Médio para a construção de uma paz justa, abrangente, segura e duradoura, sem violências e intolerâncias, com solução para os graves problemas dos refugiados, de aproveitamento de recursos hídricos e definição de fronteiras.

Aos 13 de novembro de 1974, o presidente Yasser Arafat, pronunciou memorável discurso na Assembléia-Geral da ONU.

Enfatizou que se a guerra se instalou na Palestina, é nela que deve nascer a paz. Exortou a todos no sentido de não permitir que o ramo de oliva, que ostentava, viesse a cair de suas mãos. É, na verdade, responsabilidade de todos nós apoiar e fortalecer o processo de paz no Oriente Médio.

Gostaria de começar esta curta apresentação com uma nota pessoal. Venho de uma aldeia no Egito no lado mediterrâneo. A aldeia mais próxima, o lugar mais próximo da Palestina no vale do Nilo. Eu tinha quinze anos quando presenciei acontecimentos e ouvi falar de que ocorria nessa terra de paz, a Palestina. Vi os refugiados palestinos vindo especialmente daquela bela cidade, Jafa, sobre a qual eu tinha ouvido tanta coisa, carregando seus pertences. Eles não tinham valises naquela época, mas pacotes, e estavam num estado muito triste, contando-nos sobre os horrores que tinham encontrado. Isso foi em 1947; eles enfrentaram as hostilidades que tinham eclodido na Palestina, a terra da paz.

Pouco tempo depois, a guerra de 1948 eclodiu, e era o início da saga do conflito árabe-israelense. O conflito árabe-israelense é, na verdade, uma conseqüência do conflito palestino-israelense, porque os países árabes viram-se envolvidos devido ao conflito palestino-israelense, ou, como era chamado naquela época, o conflito judeu-árabe. Mas eu mal sabia que, alguns anos depois, iria terminar o curso secundário, iria ao Cairo, concluir meu curso de Direito e, imediatamente entrar no Ministério do Exterior; em seguida outra vez, enviado a Nova York, como o mais jovem adido no fim da lista da missão egípcia. Lá presenciei os acontecimentos de 1956, a agressão ao Egito por Israel, França e Reino Unido. Esse foi um capítulo, e como diplomata das Nações Unidas, trabalhando no escritório do ministro do Exterior, e assim por diante, eu estava tão próximo de tudo, de todos os principais eventos que aconteceram subseqüentemente: a guerra de 1967, a guerra do atrito e a guerra de 1973.

Traduzido por Mary Amazonas.

* Embaixador Abdel Raouf El Reedy. Ex-embaixador nos Estados Unidos e Representante Permanente para as Nações Unidas na Europa. Membro do Instituto do Egito, Cairo. Presidente do Conselho da Biblioteca Pública de Mobarak, Giza, Cairo.

Gostaria de me deter nos acontecimentos nas Nações Unidas, depois de 1967, e aqui chegamos à famosa resolução do Conselho de Segurança, a Resolução nº 242, de 22 de novembro de 1967, que é importante também porque estamos aqui no Brasil, e como um reflexo dela, meus caros amigos, queridos amigos brasileiros, sentados no mesmo pódio. O princípio mais importante naquela resolução é o princípio da inadmissibilidade de aquisição de território pela guerra. E aquele princípio na Resolução nº 242 do Conselho de Segurança foi tomado a partir do projeto latino-americano, defendido por dois países latino-americanos; um deles é o seu grande país, o Brasil, e o outro, a Argentina.

Meu caro amigo, o sr. Aleixo e meu vizinho, sr. Delgado, falaram extensamente sobre esse princípio: a inadmissibilidade de conquista como um meio de ganhar território, e era muito natural que esse princípio fosse cultuado pelo Brasil e pela Argentina, porque foi criado, alimentado e declarado neste continente latino-americano, e na jurisprudência latino-americana, junto com outros princípios importantes de lei internacional, como o princípio que os senhores prezam tanto: a não-interferência pelos Estados nos negócios internos de outras nações.

Se esse princípio fosse ouvido, em 1967, a Resolução nº 242, tendo respeitado o povo do Oriente Médio, árabes e israelenses teriam poupado muitas atrocidades, porque a guerra de 1973 só aconteceu porque, como na época Israel se recusava a devolver os territórios ocupados, o Egito e a Síria não tiveram outra alternativa senão cruzar para seus próprios territórios, e liberar seus territórios da ocupação pelo outro lado.

A guerra de 1973 não teria sido necessária, se esse princípio fosse aceito. Mas durante toda essa saga, sempre foram as forças da dinâmica da ocupação pela violência *versus* as forças ou as dinâmicas da paz, e eu diria que o último ano de meu serviço diplomático foi em 1992; eu estava em Washington, mas em 1990 e 91, nós elaboramos os documentos de Madri, que foram tomados como base para a conferência de Madri, que está agora junto com a Resolução

nº 242 e 338 do Conselho de Segurança, e que são a base de todo o processo de paz.

Vou passar ao ponto principal: não sou francamente tão pessimista, talvez, como alguns dos oradores pareceram. Temos um acordo de paz entre o Egito e Israel, e esse acordo de paz tornou-se possível porque Israel renunciou à sua ocupação de todas, de cada parte, de cada grão de areia do território egípcio; os assentamentos foram desmantelados e a soberania egípcia foi inteiramente restaurada.

Temos agora um acordo de paz entre a Jordânia e Israel. Também Israel respeitou a soberania jordaniana. E temos um processo de paz que está em andamento entre a Autoridade Palestina, a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) de um lado e Israel, do outro. Hoje, penso que Madelein Albright, ou ontem, estava na margem ocidental, e ela se encontrou com o presidente Arafat, e com Barak, essa é uma questão muito complexa, muito difícil. O problema mais difícil, nos tempos modernos, é o problema palestino.

Estamos esperançosos. Eu estou mais esperançoso pelo fato de que Israel se retirou do Líbano. Nós saudamos, com toda a honestidade, a resistência libanesa. Os homens jovens no sul do Líbano, que resistiram à ocupação. A resistência é um ato plenamente legítimo para defender nossa soberania e nosso território, e eu bem sei, senhor presidente, o quanto a Resistência francesa, e a resistência em outros países da Europa, são até hoje respeitadas e celebradas.

Assim, Israel percebeu que sua ocupação tem um alto preço. Ele se retirou do Líbano e o senhor notou, senhor presidente, que isso não trouxe alegria e felicidade apenas ao povo do Líbano e a todo o povo árabe, mas igualmente aos povos que amam a paz em toda parte. O senhor viu também as fotos dos soldados israelenses saindo do Líbano e o pesadelo em que eles estavam vivendo.

Para que o círculo de paz se feche e para haver um tratado de paz sírio-israelense e um tratado líbano-israelense, Israel terá de respeitar esse princípio, que vem de seu continente, o de não-aquisição de território pela guerra. A lei deve ser aceita ou permitida, de modo

que Israel terá de se retirar da Síria e voltar para o dia 4 de junho de 1967, igualmente. E se os senhores quiserem apostar, eu apostaria que Israel reconhecerá, perceberá que a segurança, a verdadeira segurança só pode ser alcançada pela paz e pelo respeito a princípios da lei internacional, aquele princípio, do qual nossos amigos brasileiros falaram tão eloqüentemente, e quando isso acontecer, o círculo completo de paz terá se fechado, e então diremos adeus a um século muito difícil para nós, o século XX, e enfrentaremos e receberemos o próximo século com um sentimento de esperança, no qual nossa interação, a interação árabe-brasileira, do ponto de vista econômico, científico, cultural, e demais aspectos, ocorrerá e brilhará.

Obrigado.

PAINEL IV

PAZ E SEGURANÇA INTERNACIONAIS E DESARMAMENTO

Expositores

Antônio José Vallim Guerreiro – Brasil
Abdullah Fahad Al-Lehaidan – Arábia Saudita

Debatedores

Antônio Carlos Pereira – Brasil
Abdel Raouf El Reedy – Egito

O que são as tecnologias sensíveis? *Lato sensu*, poderíamos defini-las como as de duplo uso, isto é, aquelas que têm finalidades militares, mas também civis. Se, entretanto, analisarmos o tema valendo-nos dessa acepção, chegaremos à conclusão de que o campo das tecnologias a serem examinadas será demasiadamente amplo, não permitindo uma abordagem coerente no curto espaço de tempo de que hoje dispomos.

Em consequência, proponho que a nossa conversa de hoje se concentre nas tecnologias relevantes para as armas de destruição em massa e nos seus meios de lançamento. Essas armas são as armas nucleares, as armas químicas e as armas biológicas e os meios de lançamento são os mísseis de longo alcance.

Ultimamente, muito se tem falado, nos diferentes meios de comunicação, sobre esses temas, em função da visibilidade que ganhou a situação no Iraque, com risco, até mesmo, de eclosão de novo conflito armado, há poucos meses. O interesse da comunidade internacional por esses assuntos, entretanto, não é tão recente e data, pelo menos, do fim da Primeira Guerra Mundial, quando armas químicas foram utilizadas extensamente na Europa.

Costuma-se dizer que as armas nucleares e biológicas são armas estratégicas, enquanto as armas químicas são armas táticas. Qual a diferença? As nucleares e biológicas podem matar a população de cidades de mais de três milhões de pessoas, embora as biológicas levem mais tempo para fazê-lo, e as nucleares, além da destruição humana, provocam um estrago material de enormes proporções. Já a arma química é capaz de matar a população de dois ou três quarteirões.

* Ministro de segunda classe, diretor-geral do Departamento de Temas Especiais do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

Começamos pelas armas nucleares. É comum dizer-se que a energia nuclear já nasceu com o pecado original. Isto porque a fissão do átomo do urânio e do plutônio se deu pela primeira vez em 1945, quando os norte-americanos fizeram o primeiro teste nuclear em Alamo Gordo e depois lançaram as bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki, pondo fim às hostilidades no Pacífico. A utilização da energia nuclear para efeitos de geração de eletricidade só ocorreu na década seguinte, existindo, até hoje, controvérsia quanto a terem sido os norte-americanos ou os soviéticos os primeiros a terem construído o primeiro reator de potência.

É curioso notar que a primeira resolução da primeira sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas, realizada em Londres em 1946, trata da energia nuclear, a chamada “Átomos para a Paz”, de iniciativa dos Estados Unidos e que pretendia a criação de agência internacional para controlar os usos da energia nuclear. Os tempos, entretanto, não eram propícios ao êxito de tal iniciativa. Acirrava-se a guerra-fria e, com a cristalização do enfrentamento Leste-Oeste, os próprios EUA passaram a desinteressar-se do assunto. Só na segunda metade da década seguinte foi criada a Agência Internacional de Energia Atômica, porém, com objetivos bem diferentes dos que tinha Truman no imediato pós-guerra, como veremos mais adiante.

As circunstâncias político-estratégicas da guerra-fria acarretaram a corrida armamentista em todos os seus segmentos, mas sobretudo no nuclear. Em 1949, os soviéticos fazem seu primeiro teste nuclear. Na década seguinte, primeiro o Reino Unido, com ajuda norte-americana, e depois a França seguem o exemplo das superpotências e, nos anos 60, a China detona o seu primeiro artefato nuclear. Calcula-se que no auge da guerra-fria, no início dos anos 80, durante o governo Reagan, teria havido por volta de trinta mil armas nucleares no mundo, com capacidade, segundo alguns, de destruir o planeta várias vezes, o que cunhou a expressão em inglês *overkill*.

Além da preocupação da comunidade internacional com um possível conflito nuclear entre a Otan e o Pacto de Varsóvia, havia, nos anos 60, a percepção, principalmente em certos círculos ligados

ao poder em Washington, de que não tardaria muito haveria dez, quinze ou mesmo vinte países dotados do armamento nuclear, isso em razão do grande desenvolvimento da tecnologia nuclear para fins pacíficos, sobretudo na Europa já reconstruída e no Canadá, o qual foi o primeiro país a declarar estar em condições de produzir uma arma nuclear e a abrir mão de fazê-lo. Essa perspectiva tomaria o mundo muito mais incerto, menos gerenciável e aumentaria muito os riscos de eclosão de um conflito atômico.

Certa ou errada essa previsão catastrófica, o fato é que os governos dos Estados Unidos, da União Soviética e do Reino Unido iniciaram um esforço para evitar que ela se tomasse realidade. Desse esforço resultou o Tratado sobre a não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), aprovado em 1968 pela Conferência do Desarmamento (na época tinha outro nome). Na realidade, o TNP foi negociado por aqueles três países e apresentado à Conferência praticamente como um fato consumado, não se tendo aceito modificações de substância, salvo algumas poucas que não comprometiam a essência do que se queria obter, que era, em poucas palavras, o congelamento do poder mundial.

O que diz basicamente o TNP? Ele divide o mundo em países nuclearmente armados e em países não nuclearmente armados. Os primeiros são aqueles que explodiram um artefato nuclear até a data de 1º de janeiro de 1967 (Estados Unidos, União Soviética, Reino Unido, França e China). Os últimos são o resto. Por um lado, os primeiros obrigam-se a não assistir aos demais na aquisição ou fabricação de qualquer artefato nuclear explosivo. Os países não nuclearmente armados, por outro lado, comprometem-se a não adquirir ou produzir tal artefato. Há de se ter presente, contudo, que o TNP não proíbe a utilização da energia nuclear para fins pacíficos nem transferências entre países com esse propósito. O TNP tampouco impede países não nuclearmente armados a desenvolverem programas de propulsão nuclear.

Contudo, o TNP não se limita a estabelecer direitos e obrigações que os Estados-partes exerceriam ou cumpririam de boa-fé. Ele prevê

um mecanismo de verificação da obrigação básica assumida pelos países não nuclearmente armados. Esse mecanismo consiste em que os Estados-partes concluam, com a Agência Internacional de Energia Atômica (Aiea), a que acima me referi, um acordo de salvaguardas abrangentes, pelo qual inspetores da Aiea verificam todo o material físsil existente no território do país, para se certificarem de que não está havendo desvio para fins explosivos. Trata-se de um sistema atuarial, em que se medem a alimentação, o produto e o rejeito e se conclui se houve ou não desvio. Estou simplificando um pouco as coisas. Na verdade, essa medição muitas vezes é complicada pela necessidade, principalmente em instalações mais sensíveis, como as de enriquecimento de urânio, de o Estado proteger segredos tecnológicos e comerciais. Para esse tipo de instalações, passam-se anos até que se chegue a acordo sobre a maneira de se realizarem as inspeções de rotina. Assim, preservam-se as informações confidenciais e a Aiea certifica-se de que nada de proscrito está ocorrendo.

Referi-me anteriormente ao fato de que as salvaguardas incidem sobre material físsil. O que é material físsil? Todo átomo de qualquer elemento químico contém partículas de três tipos: prótons, com carga positiva, nêutrons, sem carga negativa ou positiva, ambos compondo o núcleo, e os elétrons, com carga negativa. Embora todos os átomos de um elemento tenham de ter o mesmo número de prótons e elétrons, eles podem ter número diferente de nêutrons. A essa diferença no número de nêutrons damos o nome de isótopo. A diferença do isótopo resulta numa diferença de massa ou peso, mas mantém as propriedades químicas do elemento. Os isótopos são identificados com a soma dos prótons e nêutrons. Assim, Urânio 235 é o urânio que contém 92 prótons e 143 nêutrons.

A fissão nuclear se dá quando um núcleo de elementos pesados, como urânio e plutônio, é bombardeado por nêutrons, que se separam em duas ou mais partes com a conseqüente descarga de energia. Nem todos os isótopos podem ser separados e produzir fissão. Os que podem são considerados físséis. Os mais utilizados são o isótopo Urânio 235 e o plutônio 239.

Nenhum desses isótopos é encontrado na natureza em sua forma pura. Urânio 235 é apenas 0,7% do minério de urânio. Aumentar a proporção de Urânio 235 é o que se chama de enriquecimento, o que pode ser feito de várias maneiras; a mais usual delas é a ultracentrifugação gasosa. Um reator como o de Angra, por exemplo, funciona com urânio enriquecido a 4 ou 5%. Uma bomba nuclear cujo combustível seja urânio requer enriquecimento acima de 90%. Já o plutônio não se encontra de todo na natureza e é obtido a partir do urânio, por irradiação, num processo químico chamado reprocessamento.

Deixemos de lado os aspectos técnicos, que são de resto indispensáveis à compreensão da questão, e voltemos à política internacional. Falamos do TNP e de salvaguardas abrangentes. Agora falaremos do Brasil. Desde que o Tratado foi apresentado à Conferência do Desarmamento, o Brasil anunciou que se tratava de um instrumento discriminatório, injusto, que previa obrigações e direitos diferenciados, atentatório ao princípio da igualdade soberana dos Estados e, portanto, contrário ao Direito Internacional e à Carta das Nações Unidas. Diga-se de passagem que durante muito tempo duas das potências nuclearmente armadas, a França e a China, compartilhavam a nossa posição e só vieram a aderir ao TNP em 1992.

Por que adotava o Brasil essa posição? Era apenas uma posição de princípio, ditada pelas óbvias imperfeições do TNP? Derivava de uma intenção brasileira de produzir o artefato nuclear explosivo que o discurso inicial mascarava? É difícil responder a essa questão. Eu, pessoalmente, não tenho informação documental de que em algum momento o governo brasileiro tivesse tomado a decisão de construir a bomba. É possível, contudo, que em certos círculos se pensasse no assunto. O buraco na Serra do Cachimbo parece ser um indício. O fato, entretanto, e que, naquela ocasião, o Brasil estava tecnologicamente a anos-luz de distância do artefato nuclear. Lembremo-nos de que apenas em 1986, num esforço conjunto da Marinha e da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), por meio do Instituto de

Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen), o Brasil dominou o processo de enriquecimento do urânio por ultracentrifugação gasosa.

Havia ainda um outro problema: as nossas relações com a Argentina. Nós sabíamos que a Argentina tinha um programa nuclear e vice-versa e nossas relações eram marcadas por um certo clima de rivalidade, que foi gravemente acentuado depois da decisão brasileiro-paraguaia de construir a usina de Itaipu. Essa decisão acarretou uma séria controvérsia com a Argentina sobre a utilização das águas do rio Paraguai. Por um lado, Buenos Aires insistia na tese de que os países a montante (Brasil e Paraguai) tinham a obrigação de consultar previamente o país a jusante (Argentina). Era o princípio da consulta prévia, que nunca chegou a ser aceito internacionalmente. O Brasil, por outro lado, aceitava o princípio geral de direito da responsabilidade de reparação por danos causados.

Era inegável, porém, que a controvérsia sobre a utilização das águas do rio Paraguai acabava envenenando praticamente todos os aspectos das relações com a Argentina. Foi apenas em fins de 1979 que o assunto foi resolvido por meio de um acordo entre o Brasil, a Argentina e o Paraguai em relação ao número de turbinas de Itaipu. A partir daí o relacionamento com a Argentina foi-se tomando mais fluido e o diálogo mais descontraído. Em 1980, o presidente Figueiredo realiza importante e exitosa visita a Buenos Aires, a primeira de um chefe de Estado brasileiro desde a de Getúlio Vargas, na década de 1930. As relações bilaterais tomaram-se ainda mais francas e densas depois da instalação de governos civis nos dois países, primeiro na Argentina, e depois, em 1985, no Brasil.

Esse novo clima nas relações bilaterais, que, muito mais tarde acabaria resultando no Mercosul, não poderia deixar de se refletir também na área nuclear, onde passou a prevalecer uma crescente transparência. O presidente Alfonsín visitou a planta de enriquecimento de Aramar, e o presidente Sarney, a de Pilcaniyeu. Os altos dignitários dos dois países assinaram várias declarações, comprometendo seus países com o uso exclusivamente pacífico do átomo. Com vistas a aumentar a confiança e a transparência, os

presidentes Collor e Menem assinam, em agosto de 1991, em Guadalajara, o Tratado sobre os Usos exclusivamente Pacíficos da Energia Nuclear, que cria a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (Abacc), com sede no Rio de Janeiro. Trata-se de uma agência binacional, que aplica salvaguardas sobre todos os materiais nucleares no Brasil, por meio de inspetores argentinos, e na Argentina, por meio de inspetores brasileiros. As salvaguardas são idênticas às que os Estados não nuclearmente armados membros do TNP são obrigados a aceitar.

Se a aplicação do Tratado de Guadalajara provia confiança aos dois países quanto ao caráter pacífico de suas atividades nucleares, essa confiança não se estendia ao resto da comunidade internacional, na medida em que, na cabeça de alguns, poderia haver o risco de conluio. O fato é que se tomava cada vez mais necessário dar garantias ao mundo como um todo de que Brasil e Argentina não tinham nada a esconder. Afinal, ambos os países não conseguiam importar quase nada para suas indústrias nucleares por estarem em listas negras dos principais países fornecedores.

Daí ter sido assinado, em dezembro de 1991 em Viena, o Acordo entre o Brasil, a Argentina, a Abacc e a Agência Internacional de Energia Atômica para a Aplicação de Salvaguardas, conhecido como Acordo Quadripartite, que entrou em vigor em abril de 1994. Por meio desse Acordo, a Aiea, em coordenação com a Abacc, passou a aplicar salvaguardas abrangentes no Brasil e na Argentina, que, assim, davam clara demonstração a toda a comunidade internacional de que não desenvolviam programas nucleares com vistas à fabricação do artefato nuclear explosivo. O resultado foi que ambos os países passaram a ser retirados daquelas listas negras a que antes me referi e nos habilitamos a participar com plenitude do comércio internacional de bens e tecnologias utilizados na indústria nuclear. Uma ressalva, no entanto, deve ser feita. Nos dias de hoje, país algum contribui para projetos de propulsão nuclear em outro país, independentemente de salvaguardas.

Em 1951, a Argentina adere ao TNP. Fê-lo sem nos dar aviso prévio, o que causou surpresa na chancelaria brasileira, tendo em vista que a política externa dos dois países na área nuclear vinha sendo conduzida em íntima coordenação. Deve ser dito que a adesão ao TNP não implicou para a Argentina obrigação adicional alguma, já que, como dito acima, o Acordo Quadripartite é um acordo de salvaguardas abrangentes, idêntico, para todos os efeitos, aos acordos que os Estados não nuclearmente armados são obrigados a concluir com a Agência Internacional de Energia Atômica. Se é assim, por que não aderir?, perguntaram-se os argentinos. Se é assim, por que aderir?, perguntamo-nos os brasileiros na época.

O fato é que, em junho de 1997, o presidente Fernando Henrique Cardoso enviou ao Congresso Nacional, para fins de aprovação, o texto do Tratado sobre a não-Proliferação de Armas Nucleares. O que terá mudado? Em primeiro lugar, a corrida armamentista na área nuclear deu lugar a um processo de desarmamento nuclear na Rússia e nos Estados Unidos, que está em pleno curso, em cumprimento aos Acordos START I e START II, e já se começa a discutir a forma que tomaria um START III. Para se ter uma idéia do que representam esses acordos, nos próximos anos, os EUA e a Rússia disporão de um arsenal que será um terço daquele de que dispunham no auge da guerra fria. As demais potências nucleares, à exceção talvez da China, têm reduzido significativamente seus estoques de armas nucleares e de seus vetores de lançamento. Espalha-se cada vez mais a noção da irrelevância da arma atômica. O processo de desarmamento nuclear parece irreversível, mesmo porque foi concluído o Tratado para a Proibição Total de Testes Nucleares (CTBT, suas iniciais em inglês), assinado pelas cinco potências nuclearmente armadas e já ratificado por França e Reino Unido. O CTBT, ao proibir testes nucleares, assegura o desarmamento nuclear do ponto de vista qualitativo, pois sem testes não se aperfeiçoam armas nucleares, enquanto os Acordos START correspondem ao desarmamento nuclear em seu aspecto quantitativo.

Em segundo lugar, por essa pressão sobretudo dos Estados Unidos, em meados da década de 1990 cresceu consideravelmente o número de países que aderiram ao TNP, tomando-se o tratado mais universal que existe, com 185 Estados-partes. Hoje em dia, os únicos países que não aderiram ao TNP são o Brasil (cuja adesão está pendente de aprovação legislativa), Cuba, Israel, Paquistão e Índia. Ora, os quatro últimos são países cujos entornos regionais são conflitivos. É desnecessário estender-me sobre a situação de Israel no Oriente Médio. Depois das respectivas independências, Índia e Paquistão travaram três guerras, duas em relação ao território de Cachemira e outra que resultou na criação do Estado de Bangladesh, desmembrando o Paquistão. Israel, Paquistão e Índia são considerados Estados “no limiar” isto é, que possuem armas nucleares e não o declaram ou que têm a capacidade para fabricá-las a qualquer momento. Cuba, por outro lado, defronta-se com a única superpotência existente. O que está o Brasil fazendo nessa companhia, vista com suspeita pela comunidade internacional? Na verdade, todos os motivos nos levam a não mais fazer a pergunta: Por que aderir? E passar a perguntar: Por que não aderir?

Mudou o TNP? Não, mudou o contexto internacional. O Brasil abandonou sua posição de princípio? Não, ainda consideramos o tratado imperfeito, discriminatório e continuaremos a criticá-lo, porém o faremos estando do lado de dentro, o que até nos dá credenciais mais adequadas para fazê-lo.

Embora o TNP imponha obrigações aos países nuclearmente armados, ele é considerado – em razão sobretudo dos acordos de salvaguardas com a Aiea que os Estados não-nucleares são obrigados a concluir – um instrumento de não-proliferação do lado da demanda. Entretanto, existe também um esforço com o mesmo objetivo do lado da oferta. Esse esforço foi consideravelmente impulsionado pela explosão nuclear da Índia, em 1974, que preocupou a comunidade internacional interessada na não-proliferação de armas atômicas. No ano seguinte, em consequência, foi criado o Grupo de Supridores Nucleares (Nuclear Suppliers Group – NSG),

que hoje conta com 34 membros, incluindo o Brasil. Seu objetivo é o de coordenar políticas de exportação de bens e equipamentos na área nuclear, de modo que se evite que contribuam para programas de natureza bélica.

O NSG controla dois tipos de itens, consubstanciados em duas listas diferentes. O primeiro tem a ver com os itens mais críticos, ligados, por assim dizer, ao caminho da bomba. São itens especificamente relevantes para o enriquecimento, o reprocessamento e a produção de água pesada. As diretrizes do NSG desestimulam as transferências desses itens, como rotores para centrífugas, e mesmo quando há transferência, o país importador necessariamente deve estar sujeito a salvaguardas abrangentes da Aiea. O segundo tipo de item é aquele de uso duplo, que pode ter ampla utilização civil, e para cujas transferências se requerem certificados de uso e de usuário final e de não-reexportação sem o consentimento do país fornecedor.

Creio que já me estendi o suficiente sobre a área nuclear. Passemos à área química, em que procurarei ser mais breve, mesmo porque, no Brasil, o assunto foi e é menos polêmico, não tendo gerado as controvérsias que caracterizaram o debate nacional em relação à política nuclear brasileira.

Como assinalei no início desta palestra, durante a Primeira Guerra Mundial, utilizaram-se extensamente armas químicas. No após-querra, foi feito um esforço para evitar que, em eventuais conflitos futuros, a experiência se repetisse. Assim é que foi concluído, em 1925, o Protocolo de Genebra, que proibiu fossem as armas químicas e também as biológicas utilizadas na guerra. Proibia-se o uso, mas não a posse, nem a produção e muito menos se preconizava a destruição.

Apenas em 1993 foi assinada a Convenção para a Proibição de Armas Químicas (Cpaq), depois de praticamente vinte anos de negociação no âmbito da Conferência do Desarmamento e em virtude do clima de distensão que passou a prevalecer com o término do enfrentamento Leste-Oeste. A Cpaq inaugura uma nova e promissora fase nos esforços da comunidade internacional com vistas à erradicação

de armas de destruição em massa. Ela introduz termos de referência inovadores nas discussões sobre desarmamento e não-proliferação. Pela primeira vez, tem-se um acordo efetivamente verificável, não-discriminatório e que bane toda uma categoria de armas de destruição em massa. Ela trata tanto da vertente desarmamento quanto da vertente não-proliferação, ao contrário do TNP, que só se ocupa desta última.

Isso significa que os países que detêm armas químicas são obrigados, num prazo de dez anos, a destruí-las, e que os países que não as detêm são obrigados a permitir que sua indústria química seja inspecionada com o objetivo de garantir que armas químicas não estão sendo produzidas. Não se trata de toda a indústria química, mas apenas daquelas instalações que manipulem as substâncias químicas listadas na Convenção. A rigor, são três listas de substâncias, catalogadas de acordo com o seu grau de periculosidade. O gás sarin, por exemplo, liberado no metrô de Tóquio em 1995, está incluído na categoria mais perigosa. Existe uma categoria intermediária e uma terceira, cuja capacidade de transformação em arma é bastante reduzida.

A Cpaq, em vigor desde abril de 1997, criou a Organização para a Proibição de Armas Químicas (Opaq), que é o órgão responsável pelas inspeções das indústrias químicas e pela verificação da destruição das armas químicas nos países possuidores, bem como da reconversão das instalações de produção e de armazenamento. Antes de a Convenção entrar em vigor, os dois únicos países possuidores de armas químicas declarados eram a Rússia e os Estados Unidos, com arsenais de milhares de toneladas de armas. Depois, alguns outros países declararam-se possuidores, como a República da Coreia e a Índia. O Brasil não possui e nunca pretendeu possuir armas químicas. Tem a oitava indústria química do mundo e não possui instalações que manipulem substâncias da categoria I, as de maior periculosidade. A Opaq tem funcionado de forma eficiente e, para o Brasil, é um privilégio ter no cargo de diretor-geral um eminente diplomata brasileiro, o embaixador José Maurício Bustani.

Um dos aspectos em que a Cpaq é pioneira é que ela incorpora regras multilaterais, de aplicação obrigatória, na área do comércio internacional. Ao contrário da área nuclear, em que o controle de exportações é efetuado por um grupo informal: o NSG – em que cada novo membro tem de ser aceito por todos os demais – a Cpaq estabeleceu um mecanismo no próprio corpo do tratado. Esse mecanismo é baseado essencialmente em dois fatores: 1) se o país importador é ou não parte da Convenção e, neste último caso, a transferência de substância da Categoria I não deve ser feita; e 2) dependendo da categoria a que pertence a substância a ser transferida, os volumes permitidos variam; quanto mais perigosa a substância, menores os volumes.

O fato de existir um mecanismo de controle de exportação na Cpaq, com vocação universal e juridicamente vinculante, é o que leva o Brasil a não tentar ingressar no Grupo da Austrália, o equivalente nas áreas química e biológica ao NSG. O Grupo da Austrália têm regras diferentes das estabelecidas na Convenção, além de controlar não apenas substâncias, mas também equipamentos. Por um lado, no âmbito da Opaq, alguns países que não são membros do Grupo da Austrália consideram que ele não é compatível com a Convenção e, portanto, deveria ser extinto. Os membros do Grupo da Austrália, por outro lado, argumentam que os procedimentos por eles seguidos reforçam a Convenção. O Brasil não tem participado dessa controvérsia, mas, por enquanto, considera nada ter a ganhar ao ingressar no Grupo da Austrália.

O essencial sobre a área química já foi dito. Passemos à área biológica.

A utilização de armas biológicas na sua forma mais rudimentar é antiga. É do conhecimento de todos que, na América do Norte, o homem branco distribuía aos nativos cobertores infestados com o vírus da varíola. Nos tempos mais recentes, como vimos anteriormente, a primeira tentativa de exercer algum controle sobre as armas biológicas foi o Protocolo de Genebra, de 1925, que proibia o uso dessas armas na guerra. Como no caso das armas químicas,

não havia proibição de posse, nem de produção e muito menos se preconizava a destruição.

Em 1972, entrou em vigor, depois de anos de negociação no âmbito da Conferência do Desarmamento, a Convenção para a Proibição das Armas Biológicas (Cpab). Há pessoas que, em vez de se referirem a armas biológicas, falam de armas bacteriológicas, o que é um engano, pois a Convenção cobre também vírus e toxinas. A Cpab, tal como a Cpaq, visa à erradicação de toda uma categoria de armas de destruição em massa, tem vocação universal e tampouco é discriminatória. Por que não é ela um instrumento tão perfeito como a Cpaq? Porque, nos anos 60, o mundo vivia as tensões características da guerra-fria, quando eram grandes as desconfianças entre Leste e Oeste, e essa circunstância não permitiu que se adotasse um mecanismo de verificação. Os países assumiam o compromisso de destruir suas armas, mas não havia como verificar se esse compromisso estava sendo cumprido. A declaração do presidente Ieltsin de que, até 1992, a Rússia mantinha um programa ofensivo de armas biológicas – apesar da obrigação contraída na Convenção – chocou o mundo e levou a que os Estados-partes da Convenção criassem um Grupo *Ad Hoc*, que negociaria um protocolo destinado a dotá-la de mecanismos de verificação adequados.

O Grupo *Ad Hoc* está trabalhando até hoje, sendo difícil prever quando aprovará o protocolo. O problema é que a verificação na área biológica é muito mais complexa que nas áreas química e nuclear. Afinal, estamos falando de seres vivos, que se reproduzem com facilidade. A lista de agentes com os quais se podem fabricar armas biológicas é enorme, dependendo da doença que se queira infligir ao inimigo. Qualquer fábrica de vacinas lida com agentes passíveis de serem usados em guerra biológica.

Gostaria de citar um caso curioso, porém não menos trágico. Desde a guerra contra o Iraque, segundo informações veiculadas na imprensa dos EUA, por volta de 12 mil soldados norte-americanos morreram em decorrência do que se supõe terem sido os excessivos coquetéis de vacinas que tomaram para se prevenirem de ataques

iraquianos com armas biológicas, especialmente munidas com o bacilo do *anthrax*. Os ataques iraquianos acabaram não ocorrendo. O que era para ser uma vacina acabou transformando-se em arma biológica.

Outra dificuldade é que os equipamentos para a fabricação de armas biológicas são utilizados em uma série de atividades civis, não necessariamente relacionadas com a área da profilaxia médica, como fermentadores de grande capacidade, que se encontram em qualquer fábrica de cerveja.

Essas complexidades têm levado o Grupo *Ad Hoc* a, pouco a pouco, desistir da idéia de incluir no protocolo inspeções de rotina, como ocorre na área nuclear e na química, em que o Estado declara o que possui e a organização correspondente (Aiea ou Opaq) verifica se o que o Estado declarou é correto ou não. Muitos países se opõem a que procedimento semelhante se adote para a área biológica, não porque não desejem fortalecer a Convenção, mas simplesmente porque é inexequível, além de muito pouco garantido como processo de verificação, podendo acarretar um mal ainda maior: a complacência. É por essas razões que o futuro protocolo deverá incorporar apenas inspeções por denúncia de posse de armas biológicas e por denúncia de uso alegado, o que, na prática, pode ser considerado a mesma coisa, pois quem usa uma arma normalmente a possui. Ainda há dúvidas se haverá inspeções ao acaso ou aleatórias. Até agora países importantes têm-se oposto a esse tipo de inspeção.

A questão das armas biológicas torna-se ainda mais grave se considerarmos a possibilidade de sua utilização por entidades que não Estados. A seita japonesa, Aum Shinrikyo, que em 1995 liberou o gás sarin no metrô de Tóquio, estava desenvolvendo um programa de armas biológicas, à base de botulina (toxina) e *anthax* (bactéria). O mais extraordinário é que a seita enviou uma equipe ao Zaire em 1992, supostamente para dar assistência às vítimas do vírus Ebola, mas, na realidade, para colher amostras do vírus, para ser depois multiplicado nos laboratórios da seita no Japão.

As perspectivas não melhoram se considerarmos que uma arma biológica, ao contrário da arma química, é uma arma estratégica,

como eu já tive oportunidade de mencionar. Apenas para citar um exemplo: de uma a sete toneladas de gás nervoso (arma química) seriam necessárias para atacar uma base aérea, enquanto a quantidade de toxinas necessária para um ataque semelhante seria por volta de dez vezes menor: de 100 a 700 quilogramas.

Sei que não esgotamos o assunto das armas biológicas, mas também sei que dificilmente o faríamos, mesmo que tivéssemos mais de um dia à nossa disposição. Passemos, pois, aos mísseis capazes de transportar as armas de destruição em massa.

A preocupação internacional com os mísseis transportadores de armas de destruição em massa tem data certa. Em 1987, os países do Grupo dos Sete, reunidos em Londres, criaram o Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis, conhecido por suas iniciais em língua inglesa: MTCR. Trata-se de grupo informal, nos moldes do NSG, na área nuclear, e do Grupo da Austrália, na área químico-biológica, cujo objetivo é evitar a proliferação, do lado da oferta, de certa categoria de mísseis, aqueles com alcance superior a 300 quilômetros e com capacidade de transportar carga útil superior a 500 quilogramas, peso que se considera o menor possível para qualquer arma de destruição em massa.

O MTCR, como os demais regimes do gênero, é um mecanismo de controle de exportações com regras aceitas pelos países que o compõem. Tal como ocorre no NSG, os itens controlados pelo MTCR são catalogados em duas categorias. A primeira compreende sistemas e subsistemas inteiros de mísseis, dentro das especificações de alcance e peso antes mencionadas. Para a transferência de itens dessa categoria prevalece a presunção da negativa, isto é, não se espera que nenhum membro do regime transfira a outro país um estágio inteiro de um foguete. A segunda categoria inclui itens que têm aplicação em outras áreas, como, por exemplo, giroscópios, que são também utilizados em sondas de prospecção de petróleo. Para transferências de itens dessa segunda categoria requerem-se certificados de uso e de usuário final.

O programa espacial brasileiro, principalmente o segmento do veículo lançador de satélites (VLS), ressentiu-se bastante das regras impostas pelo MTCR, as quais foram em grande parte responsáveis por seu grande atraso, além, evidentemente, da liberação insuficiente de recursos. Um veículo lançador ou um foguete não é um míssil, mas as tecnologias utilizadas para a fabricação de um e de outro são praticamente as mesmas. Talvez a maior diferença seja que o míssil, ao contrário do VLS, dispõe de um mecanismo que lhe permite a reentrada na atmosfera sem desintegrar-se. Mas, em quase todo o resto, as tecnologias são intercambiáveis. Por mais que argumentássemos que o nosso programa espacial tinha objetivos exclusivamente pacíficos, éramos confrontados com negativas, baseadas nesse argumento.

O Brasil ingressou no MTCR em outubro de 1995, depois de aprovada pelo Congresso Nacional a Lei nº 9.112, que constitui a base do mecanismo brasileiro de controle de exportações de todas as tecnologias sensíveis. Hoje, o regime conta com trinta membros. Tem a participação brasileira no MTCR levantado os entraves que antes enfrentávamos para a aquisição de certos bens e equipamentos para o VLS? Ainda é cedo para dizer, mas o fato é que alguns países do MTCR tratam seus parceiros do regime da mesma forma como tratam os demais países, como é o caso dos Estados Unidos, cuja política é a de não contribuir para nenhum programa de veículos lançadores, onde quer que seja. Outros, como a França, a Alemanha e a Rússia, são mais flexíveis.

Falamos hoje de uma série de assuntos que têm importância vital para o Brasil e especialmente para o seu desenvolvimento tecnológico. O Brasil tem uma tradição pacífica e nunca pretendeu, nem pretende desenvolver tecnologias sensíveis para fins agressivos, mas nada nos impedirá de fazê-lo para ajudar o desenvolvimento socioeconômico do país. O Brasil é dos poucos países que enriquecem urânio, que será, em parte, utilizado para abastecer as usinas nucleares que tivermos, em vez de importarmos combustível do exterior. O nosso programa espacial tem uma série de aplicações em várias áreas, como meteorologia, proteção do meio ambiente, agricultura e

outras. Quando lançarmos com êxito o nosso VLS, estaremos incluídos num seletto grupo de países desenvolvidos. Os regimes e controles internacionais, como as salvaguardas nucleares, causam transtornos, e certo, porém um contratempo necessário e benéfico, pois cabe ao Brasil, por sua própria índole, dar o exemplo e estar na vanguarda dos esforços da comunidade internacional para evitar a proliferação de armas de destruição em massa.

Muito obrigado.

Alguns dizem que a economia é a única força que move a política internacional. No meu ponto de vista, há uma interação entre a política e a economia. Algumas vezes, a política lidera, outras vezes, a economia lidera. Creio que essa idéia de que a economia lidera é uma força motora no comportamento humano e na política internacional. Essa idéia e essa teoria foram derrotadas por causa do colapso da União Soviética.

Essa é uma importante introdução à minha exposição, porque nela sustento que a boa relação econômica entre a América Latina e o Mundo Árabe poderia começar pela política, e que se as posições e atitudes políticas estão próximas, os líderes políticos estão tomando as decisões econômicas.

Desse modo, estou falando da relação da América Latina com o Mundo Árabe e a Palestina como uma chave para o futuro. Também antes de começar minha breve exposição, gostaria de esclarecer uma coisa. Notei que, numa das exposições acerca de fatos sobre Jerusalém, o autor disse que o rei Davi entrou em Jerusalém, que Jerusalém foi fundada antes do rei Davi pelos cananeus. Com isso não concordo, pois talvez o leitor fique com a impressão de que houve uma guerra entre o rei Davi, os judeus e os árabes. Mas como muçulmano, o rei Davi é um profeta para todos os muçulmanos. Ele é um dos profetas, como Jesus, como Moisés. E se o Estado de Israel foi chefiado por um profeta, eu seria um soldado desse Estado, mas o Estado de Israel agora é chefiado por uma ideologia que é considerada por muito tempo, a partir das Nações Unidas, como uma ideologia racista: é o Sionismo.

Assim, nossa luta contra Israel é uma luta contra a opressão, e é uma luta pela justiça por aquelas pessoas que foram forçadas a deixar seus lares para construírem o Estado em seus lares. E penso

Traduzido por Mary Amazonas.

* Professor associado de Ciências Políticas da Universidade do Rei Al-Saud da Arábia Saudita.

que se um profeta estivesse liderando o Estado, ele não forçaria o povo a deixar seus lares para construir seu próprio Estado.

A América Latina desempenhou um importante papel na fundação de Israel. Em 1948, 13 dos 33 votos, nas Nações Unidas, que aprovaram a resolução da Partilha que fundou o Estado de Israel vieram da América Latina, porque, como todos sabem, a América Latina é considerada, há muito tempo, como um conjunto de Estados independentes. Eles obtiveram sua independência no início do século XIX. É por isso que quando as Nações Unidas se formaram, após a Segunda Guerra Mundial, eles constituíram um terço de seus membros.

E posteriormente, a posição da América Latina em relação à Palestina continuou a ser a favor de Israel, especialmente nos anos 50 e início dos 60. Alguns pesquisadores afirmam isso por causa do *lobby* judeu dentro de cada Estado latino-americano. Mas na realidade, quando alguém pesquisa melhor o assunto, descobre que a comunidade judaica em cada Estado latino-americano era demasiado pequena para conduzir tal *lobby*. Os escritores e os observadores atribuíram isso à influência americana. E isso pode ficar claro quando consideramos a posição da América Latina em 1956, quando eles apoiaram a retirada incondicional das forças israelenses de Gaza e do Sinai. Mas, em 1967, eles apoiaram a Resolução nº 242, que pede uma retirada condicional dos israelenses, retirada após negociação, e paz para a terra.

Foram essas também as posições americanas, em 1956 e 1967. Mas, nos anos 70, a relação árabe-latino-americana melhorou. Isso devido a três fatores: primeiro, mudanças no sistema internacional, o sistema de duas potências entrou num período de *détente*, e a Europa apareceu como uma terceira opção entre o Leste e o Oeste. Segundo, o Ocidente começou a diminuir a ajuda econômica e a gravar uma taxa de 10% sobre todos os materiais importados, até materiais importados da América Latina. Terceiro, o aumento de importações dos Estados árabes, por causa do aumento dos preços do petróleo e da guerra de 1973. Devido a essas mudanças na América

Latina, os israelenses e o movimento Sionista iniciaram atividades que se equilibravam com as posições latino-americanas.

E também durante essa época, alguns Estados latino-americanos necessitavam de armas e não podiam obtê-las dos Estados Unidos, por causa da política interna americana ou por outras razões. Assim, eles deram início à relação militar com Israel, assim Israel funcionou como substituto dos Estados Unidos em alguns trabalhos sujos, que os Estados Unidos não podiam fazer por causa da política interna.

Mas a maior parte dos Estados latino-americanos não precisavam nem de assistência técnica nem de armas israelenses, e a política latino-americana em relação às questões palestinas continuaram a ser favoráveis aos árabes. A melhora da relação árabe-latino-americana pode ser atribuída ao seguinte:

1. Fatores hereditários – os povos árabe e latino-americano têm uma herança próxima. O período árabe na Península Ibérica é considerado um período de pujança. A cultura árabe e latina tem muita interação. A cultura latino-americana é uma cultura mista com as culturas euro-ibérica e árabe e africana, e indiana. Os árabes que vivem na América Latina não registram muitas diferenças culturais.

2. Fatores políticos: os países árabes, bem como os latino-americanos, são países em desenvolvimento, e todos são países não-alinhados e têm problemas econômicos, políticos e sociais semelhantes.

3. Fatores econômicos: muitos Estados árabes são exportadores de petróleo, dois Estados latino-americanos são exportadores de petróleo: a Venezuela e o México, e o esforço conjunto árabe-latino-americano ajudou a obter um preço de petróleo justo. Os países árabes e a América Latina são países do Terceiro Mundo que exigem um comércio e uma nova ordem econômica mundial justos. Posso também acrescentar a posição árabe e a latino-americana, especialmente a brasileira e a egípcia em relação à proibição de testes nucleares.

4. A presença de uma grande e bem-sucedida comunidade árabe na América Latina, especialmente no Brasil e na Argentina. Desde o fim dos anos 80, muitos países latino-americanos testemunharam

importantes mudanças internas. O sistema democrático substituiu os regimes militares, e o novo governo civil democrático sentiu necessidade da ajuda política e econômica americana. O *lobby* sionista desempenha papel importante na política dos Estados Unidos, e o movimento sionista vem encorajando o crescimento de comunidades judaicas na América Latina para se organizarem e se tornarem mais ativas e favoráveis a Israel. Os israelenses têm também uma posição de observadores na Organização dos Estados Americanos e Israel é membro do Banco de Desenvolvimento Americano. Esse banco apoiou uma de suas reuniões em Jerusalém em 1995. E como a América Latina está se tornando mais preocupada com o econômico, eles pensam que podem obter mais benefícios econômicos da relação com Israel e se utilizar das tecnologias israelenses.

Há outros fatores que afetam a relação árabe-latino-americana de maneira negativa. São eles:

1. Há muito poucos especialistas na América Latina e no Mundo Árabe. Portanto, um seminário como este pode ter um papel importante na melhoria da relação árabe-brasileira e latino-americana.

2. A representação diplomática entre os dois lados é pequena, e a maior parte dos diplomatas árabes não fala espanhol nem português, nem os diplomatas brasileiros e latino-americanos falam árabe.

3. A incapacidade dos árabes de viver na América Latina e de se organizar com eficiência.

4. Os Estados Unidos desempenham papel importante na organização dos Estados americanos. A organização latino-americana regional, internacional. A Liga Árabe considera muitas das posições americanas com relação a questões árabes como uma tendência. A relação entre os Estados Unidos e a Liga Árabe influencia a relação entre a Organização dos Estados Americanos e a Liga Árabe.

Uma vez que este painel é sobre paz e segurança e desarmamento da negociação israelense-palestina. Os Estados latino-americanos e toda a comunidade internacional desempenharam importante papel em 1947 e 1948, na fundação de Israel. Agora, eles têm responsabilidade

moral de ajudar os palestinos que foram forçados a deixar grande área de sua terra para construir Israel. Eles têm responsabilidade moral de ajudar os palestinos a construir seu próprio Estado, ou a construir seu próprio Estado naquilo que restou de sua terra natal, a Margem Ocidental, Gaza e Jerusalém.

Acho que, se essa responsabilidade moral fosse assumida, a relação entre os árabes e a América Latina melhoraria muito e ajudaria definitivamente no desarmamento na região, pois a questão palestina é uma das mais difíceis e complexas, e a Palestina parece mais que um pedaço de terra no entendimento árabe. Ela é uma terra sagrada, está localizada no coração do Mundo Árabe, e é uma questão vital, para todos os árabes e muçulmanos.

Muito obrigado.

Examinando as questões de segurança das duas áreas que nos interessam, a área brasileira e a área árabe, o que fica óbvio é que na área estratégica do Brasil, sob qualquer aspecto que se examinem as questões, há problemas, principalmente aqueles que, nos últimos tempos têm surgido na fronteira norte. Mas nenhum deles é capaz de se desdobrar em acontecimentos de comoção internacional, no sentido global. São problemas regionais. Não ocorre o mesmo, no entanto, quando se examina a área do Mundo Árabe.

Eu identificaria três principais focos de instabilidade no Mundo Árabe e começaria com o mais óbvio deles, que é o conflito com Israel. Mais óbvio, mas, a meu ver, não o mais grave, do ponto de vista da observação externa. Isto não é um juízo de valor a respeito de sentimentos e de políticas das pessoas e dos povos envolvidos, é claro.

Há, lá, um processo de paz, como já fez referência a isso o embaixador El Reedy, na sessão prévia. Já estão feitos os fundamentos da paz com o Líbano, com o Egito, com a Jordânia, com os palestinos também. O que falta – falta muito ainda – já não é mais impossível de se alcançar, como se imaginava há pouco.

E a solução da Síria já está à vista. Nas últimas 36 horas, houve alguns desenvolvimentos muito favoráveis, o governo israelense reconheceu, ou dispôs-se a reconhecer as fronteiras de 1967 como a linha sob a qual deverá ser feita a negociação. Isso teoricamente resolveria o problema das águas, de modo que me parece que este não é, do ponto de vista da perspectiva estratégica, o maior dos problemas.

O segundo foco que vejo está localizado na Arábia Saudita; intimamente relacionado aos problemas do petróleo, que dizem respeito à vida nacional de todos os países do mundo. A Arábia Saudita tem sido um fator de equilíbrio do Mundo Árabe, desde sempre.

* Jornalista de “O Estado de São Paulo”.

No entanto, pela primeira vez, a Arábia Saudita revela-se numa crise econômica profunda, grave, com reflexos necessariamente sociais. E abre-se uma incógnita a respeito daquele que seria o fiel da balança de grande parte do Mundo Árabe. A riqueza da Arábia Saudita tem sido baseada no petróleo, como os senhores sabem melhor do que eu. Mas essa riqueza é uma riqueza que esvaneceu.

Hoje em dia, 65% do orçamento saudita pagam salários e dívidas. A dívida interna saudita é da ordem de 133 bilhões, o que representa algo como um pouco superior a 100% do PIB nacional; acima, portanto, dos limites recomendados, tanto pelo FMI como pelo BID.

Há uma enorme carência de infra-estrutura no país. Os últimos cálculos estimam em cerca de 100 bilhões de dólares o custo de atualização da carência de infra-estrutura básica – água, moradia, estradas, esgoto, etc.

E não me surpreendeu, portanto, quando o deputado Paulo Delgado fez, aqui, hoje, poucas horas atrás, um discurso alertando e desejando profundas transformações sociais que, temo eu, se vierem da Arábia Saudita, bruscamente, abruptamente, provocarão uma comoção no Mundo Árabe que não creio seja do interesse de ninguém.

O terceiro ponto diz respeito à nuclearização da região. O ministro Guerreiro discorreu longamente sobre os problemas da tecnologia sensível e dos armamentos correspondentes. Permito-me discordar de uma frase dita por ele. Não a tomei *ipsis litteris*, porém o seu sentido é de que existe uma irrelevância crescente da arma atômica.

Eu concordaria com esta afirmação algum tempo atrás. Hoje, creio que a situação internacional está mudando bastante. Há um processo que preocupa. E já não creio que se possa fazer, com certa tranquilidade de espírito, essa afirmação.

Há onze anos, quando houve o colapso da União Soviética, as negociações de controle de armas – que, a meu ver, é a forma mais inteligente de se chegar à utopia do desarmamento – foram praticamente congeladas; a implementação dos acordos já firmados

foi reduzida quase ao ponto morto, porque, obviamente, a pressão das ameaças que, até então, eram muito presentes, havia arrefecido.

E assim foi, durante dez anos, dez longos anos, com pequenos avanços, com lentos avanços, ninguém tendo pressa, porque afinal, a situação internacional permitia essa tranquilidade. A divisão – se é que essa divisão é a palavra correta – de uma ordem unipolar, permitia este tipo de visão dos problemas. Até que, por razões que não vamos discutir, os Estados Unidos resolveram ampliar a Otan até as fronteiras da Rússia e resolveram criar um guarda-chuva que protegesse o território nacional de mísseis vindos dos chamados *rogue states*.

A conjugação desses dois acontecimentos é um desenvolvimento recente, de poucos meses, está na memória de todos. Isso acaba de transformar a situação mundial, como os senhores viram pelo recente encontro entre os presidentes Clinton e Putin.

O que leva a isso? A arma nuclear, que até então havia deixado de ser importante, voltou a sê-lo, porque ela é, hoje, o último recurso da Rússia. Esse país não tem mais condições econômicas e tecnológicas de se manter no estado-da-arte das armas convencionais. Sobra-lhe o seu estoque nuclear. É deste estoque nuclear que a Rússia tem de lançar mão, não apenas para a sua segurança nacional, mas para manter o prestígio internacional que lhe resta, ou o que ela possa aspirar a voltar a ter.

Aonde entra o Mundo Árabe nisso? É muito simples. Há um país árabe com arma atômica. Israel é um país atômico. Os *rogue states* não são, necessariamente, a Coreia do Norte, ou o Iraque ou qualquer um outro desses... São países que, hoje, desempenham alguma forma de aliança com os Estados Unidos, como o Paquistão que, mais cedo ou mais tarde, terá a sua vida internacional independente, mais livre dos laços que hoje são eminentemente materiais, principalmente a partir dos testes nucleares, que são materiais. E isso terá, a meu ver, uma forte influência nos desenvolvimentos políticos internacionais.

Quanto a Israel, é evidente que só se pode esperar que, restabelecendo-se a paz na região, fundando-se essa paz sobre sólidos alicerces, Israel seja iluminado por todos os nossos deuses – que são

um só – e levado a fazer o que fez a África do Sul: dismantelar o seu arsenal, renunciar à opção nuclear e dar um pouco de tranqüilidade a este mundo.

Quanto ao resto, só podemos esperar que a situação política no Iraque mude, que a ditadura dos generais, no Paquistão, rua, desmorone, assim como a ortodoxia indiana. E que ambos os países possam viver em paz.

Eu lhes trouxe, aqui, algumas inquietações. E só posso responder a elas com esperanças vagas.

Muito obrigado.

Vou limitar-me ao tema que está diante de nós. Há de fato três componentes: paz, segurança e desarmamento. Já falei no painel anterior sobre a questão da paz. Gostaria de fazer comentários sobre os outros dois pontos.

Ajustando os comentários a um conceito total, em que eu pessoalmente acredito, e sobre um novo sistema regional para o Oriente Médio, não compartilho a opinião do sr. Shimon Peres sobre o Oriente Médio se tornar um mercado, que será semelhante a um mercado da Califórnia com super-rodovias, sejam elas estradas reais ou estradas no espaço cibernético e assim por diante. Creio que Peres falava sobre plantar uma Califórnia no Oriente Médio, o que considero ser meio irrealista, pelo menos no presente momento. Mas, seja como for, haverá um novo sistema regional, quer queiramos ou não. Há sempre um sistema regional. Depende do tipo de sistema regional que se pode fazer.

A Europa encarou essa questão depois da Primeira Guerra Mundial. Os políticos, naquela época, construíram um sistema regional com a idéia de vingança. Aquele sistema regional desmoronou. Não durou mais de vinte anos, e então, desmoronou e houve a grande explosão da Segunda Guerra Mundial. Após a Segunda Guerra Mundial, houve políticos como Munir, Shuman, Marshan e outros, e eles construíram um novo sistema regional, que durou e transformou a Europa naquilo que vemos hoje.

Em nossa região, precisamos, neste momento, de uma visão. Uma visão que possa construir no Oriente Médio segurança e paz para todos. Não um sistema regional baseado em ocupações militares, bombardeios aéreos, violação de direitos humanos. Não. Mas um

Traduzido por Mary Amazonas.

* Embaixador Abdel Raouf El Reedy. Ex-embaixador nos Estados Unidos e Representante Permanente para as Nações Unidas na Europa. Membro do Instituto do Egito, Cairo. Presidente do Conselho da Biblioteca Pública de Mobarak, Giza, Cairo, Egito.

sistema regional, baseado na regra da lei e nos princípios de coexistência pacífica. Mencionei, em minha intervenção do painel anterior, a contribuição da jurisprudência latino-americana nesse domínio e ainda acredito nela.

A consecução da criação de tal sistema regional, que fará da segurança o primeiro e mais importante item, requereria – e aqui eu abordo os pontos mencionados por meus amigos brasileiros – a desistência da opção nuclear, ou das armas nucleares, mantida por Israel. Ano após ano, os países árabes vão às Nações Unidas e pedem a criação de uma zona livre nuclear no Oriente Médio e a adesão de Israel ao Tratado da Não-Proliferação. E, ano após ano, temos sido frustrados nisso. Apenas durante a última conferência de revisão do TNP, houve algumas modestas conquistas, quando os Estados Unidos aceitaram citar nominalmente Israel, em palavras muito moderadas. Mas os Estados Unidos realmente estiveram, por muitos anos, protegendo Israel, dando a ele um escudo contra qualquer tentativa de exigir que ele aderisse ao Tratado da Não-Proliferação, o que é uma anomalia para os Estados Unidos, que é um campeão do tratado de não-proliferação, só que, quando chega a Israel, isso não se vê. Mas, além disso, há uma iniciativa muito importante, para a qual eu gostaria de chamar a atenção também do sr. Guerreiro: é a proposta egípcia de dez anos atrás para o estabelecimento da zona livre de todas as armas de destruição em massa, não apenas as nucleares. Todas as armas de destruição em massa, nucleares, químicas, ou biológicas, e os meios de seu lançamento. Essa é uma proposta, uma iniciativa, que foi apresentada pelo presidente Mubarak em abril de 1990, o sr. Pereira falou sobre um país árabe que é um país nuclear. Não conheço um país árabe que seja uma potência nuclear, mas talvez ele esteja se referindo à situação no Iraque. Pelo que sei, a firma nuclear no Iraque foi fechada, de modo que não há nenhum país árabe que seja uma potência nuclear.

Essa iniciativa de estabelecer uma zona livre de todas as armas de destruição em massa, sejam elas nucleares, químicas ou biológicas, e os meios de seu lançamento, foi uma proposta egípcia, que foi

prevista na resolução do Conselho de Segurança, que lidava com a situação iraquiana depois da tempestade do deserto da liberação do Kuwait. Assim, essa resolução do Conselho de Segurança aceitou o princípio de que a região do Oriente Médio deve ser livre de todas as armas de destruição em massa, e seja o que for que aconteça com relação a desarmar o Iraque de armas de destruição em massa, é um passo para a consecução desse objetivo, e isso é algo fundamental, muito importante, e que merece todo o apoio de nosso país anfitrião, o Brasil, bem como do continente latino-americano.

Assim, o novo regime de segurança deve incluir essa importante iniciativa, como parte de seus objetivos. Novamente, aprendemos com a experiência latino-americana. E o sr. Guerreiro falou muito bem, sobre o Tratado de Tlateloco, que estabeleceu a região latino-americana como uma região livre de armas nucleares. Claro, nós temos outras regiões como essas, que foram estabelecidas, como a região africana, como a região do Pacífico do Sul, mas o que é importante e que podemos aprender com a experiência latino-americana é o fato de que os senhores estabeleceram uma organização, um regime, uma relação com a Agência de Energia Atômica Internacional, com as Salvaguardas, etc. Essa é uma experiência muito relevante para nós, que precisamos aprender com os senhores.

O outro pilar desse sistema regional que nós aguardaremos com ansiedade será a criação de um mecanismo para a solução de disputas e para a confiança na região que está cheia de problemas. Há uns anos, a situação entre a Síria e a Turquia deteriorou-se tão rapidamente que os dois países estiveram à beira da guerra. Graças à oportuna intervenção: na décima primeira hora, o presidente Mubarak dirigiu-se aos dois países e conseguiu evitar o confronto.

Precisamos de um mecanismo, de um fórum, de procedimentos para a solução de disputas e para a construção da confiança. A propósito, quero dizer algo sobre a desnuclearização do Oriente Médio: não é só por amor dos países árabes, é realmente pelo amor de todo mundo, mesmo dos israelenses. E agradeço ao sr. Pereira por seus comentários também. Sei que há um segmento considerável da

opinião pública israelense que se opõe à opção nuclear por Israel e ao arsenal nuclear por Israel. O reator nuclear de Demona está vazando e causando riscos para a saúde do povo; claro, nós também somos vulneráveis a isso, por isso é pelo amor de todos.

Assim, o desarmamento e a segurança caminham lado a lado. Junto com eles coloco a solução de disputas. Nós podemos aprender com a experiência latino-americana, com a experiência européia, a conferência de segurança européia, que evoluiu para uma conferência para segurança e cooperação. Nós podemos aprender com todas essas coisas maravilhosas.

E esse sistema jamais seria um substituto do sistema inter-árabe, que sempre estaria lá, porque todos os países árabes pertencem a uma nação árabe. A Liga Árabe continuará a ser válida e relevante. Ela terá até mais relevância com o novo regime regional, porque me lembro de que os países ocidentais costumavam ir e coordenar sua posição antes de se sentarem com os países socialistas nas reuniões, e assim por diante.

Assim, nós, árabes, precisamos nos organizar, nos coordenar, e nos sentar com as outras potências do Oriente Médio e de Israel igualmente, com o Irã, a Turquia, e, dessa forma, construiríamos um novo sistema regional que pode dar segurança e paz a essa região. Estou finalizando este comentário desejando muito que a Nação Árabe – e eu creio que os países árabes constituem uma nação – um dia será capaz integrar-se economicamente. Já foram dados alguns passos, passos importantes em direção à integração econômica. E então, poderá interagir com esse maravilhoso, grande, promissor país que é o Brasil. E novamente, permitam-nos esperar que o próximo século seja um século de paz, segurança e desarmamento no Oriente Médio, de modo que possamos sempre interagir um com o outro.

Muito obrigado.

PAINEL V

A DIMENSÃO ECONÔMICA DA GLOBALIZAÇÃO: VISÃO DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

Expositores

Marcos Bezerra Abbott Galvão – Brasil
Larabi Jaidi – Marrocos

Debatedores

Clóvis Eugênio Georges Brigagão – Brasil
Rashed Tareh Al Qubaisi – Emirados Árabes Unidos

Quero registrar que minha participação se faz a título pessoal. Não falo em nome do Itamaraty ou do governo brasileiro. Estou aqui apenas como alguém que, durante os últimos anos, se interessou pelo estudo da literatura e do debate sobre o tema da globalização.

Os conceitos

Vamos refletir sobre o título do painel: A dimensão econômica da globalização: visão dos países em desenvolvimento. Em primeiro lugar, começando pelo final, não me parece possível falar ou pensar em termos de uma visão dos países em desenvolvimento. Trata-se de uma categoria – a de país em desenvolvimento – que teve uma razão de ser mais forte em décadas passadas, quando chegou a ser central nas tentativas de explicação da história e da realidade de sociedades como as nossas, e até mesmo como elemento central de posicionamento diplomático, nos tempos em que o mundo se dividia em Leste e Oeste, Norte e Sul.

É evidente que uma das marcas fundamentais da realidade internacional continua a ser a presença de enormes desigualdades socioeconômicas, em certos casos crescente, e de grandes diferenciais de poder entre as nações. Mas o critério de país em desenvolvimento tem o defeito de pretender reunir, sob um mesmo guarda-chuva, situações excessivamente discrepantes entre si; realidades que vão desde as chamadas “economias emergentes”, até a dos países de menor desenvolvimento relativo. Isto para não falar nas diferenças de caráter político, histórico e cultural, que são muitíssimo relevantes. Assim,

* Ministro de Segunda Classe. Subchefe do Gabinete e porta-voz do ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil.

o conceito baseia-se em mínimos denominadores comuns que, de tão mínimos, esvaziam, a meu ver, sua utilidade para discussões como esta. Parto, por conseguinte, da premissa de que não existe uma “visão dos países em desenvolvimento”.

Vamos à primeira parte do título: a dimensão econômica da globalização. Bem, se país em desenvolvimento era um termo-chave nos anos 60 e 70, globalização é a palavra da moda dos anos 90 e, infelizmente, vai entrando pelo novo século. Por que eu digo infelizmente? Porque penso que o conceito de globalização tem muito mais defeitos do que virtudes. O emprego abusivo da palavra globalização, como ocorreu com outras palavras de moda no passado – pós-moderno, por exemplo, foi o grande *hit* da década de 1980 – reflete uma percepção, um sentimento coletivo, abrangente e difuso de transformação. Fenômenos desse tipo são, assim, legítimos e compreensíveis.

Então, qual é o problema da idéia globalização? São vários. Em primeiro lugar, ela se transformou em um conceito com mil e uma utilidades. Quer dizer coisas diferentes para pessoas diferentes.

Para uns, por exemplo, já havia traços de globalização nos impérios pré-modernos, como os impérios romano e chinês, e também nas grandes religiões, como a cristã e a muçulmana – todos sistemas de poder, ou de crença, com amplo alcance geográfico. Para outros, começou com Cristóvão Colombo, Vasco da Gama e, por que não, pelo descobridor do Brasil, Pedro Álvares Cabral. Aliás, em certo sentido, estamos comemorando este ano os 500 anos da vinculação do Brasil à economia global. O Brasil, diferente de algumas nações aqui representadas, já nasceu integrado ao capitalismo global que se gestava no século XVI.

Há quem vá menos longe e escolha, como marco, o início da Revolução Industrial e a Era dos Impérios, como descrita por Hobsbawm. Muitos preferem 1945 e o nascimento do sistema de Bretton Woods, ou o advento da guerra fria, que teria gerado a primeira ordem verdadeiramente global, até mesmo por ter criado, pela primeira vez, a possibilidade de destruição da humanidade pela

força das armas nucleares. Globalizou-se o risco de extinção de nossa espécie.

Outros ficam com a ruptura da primeira versão de Bretton Woods, entre 1971–73, quando ocorre, com a suspensão da vinculação do dólar ao ouro e uma sucessão de medidas liberalizantes, a aceleração do processo de integração financeira em escala mundial.

Finalmente, há os que, ao falar em globalização, pensam na queda do Muro de Berlim, na dissolução da União Soviética, nas mais recentes evoluções tecnológicas, sobretudo em informática e telecomunicações, e na aplicação destas na produção industrial e nos mercados financeiros. Para esses, globalização define o mundo a partir da última década do século XX. Todos aqui sabem que existe mesmo tal discrepância quanto ao tempo. Mais importantes, no entanto, são as diferenças quanto à substância, ao que se pretende descrever com a palavra globalização.

Muitos vêem a globalização como um fenômeno essencialmente econômico, puxado pelas forças de mercado e pelas transformações tecnológicas. Os personagens principais seriam as empresas transnacionais, os mercados financeiros, a Internet, a CNN. Segundo os defensores mais entusiasmados dessa visão – como Keinichi Ohmae, por exemplo – estaríamos vivendo a era do encolhimento ou do fim do Estado-nação. Esquecem-se não apenas de que as economias continuam até hoje a organizar-se em bases ainda fortemente nacionais, embora, evidentemente, isso esteja mudando, mas também de que processos como a desregulamentação dos mercados financeiros, a liberalização do comércio mundial e a União Monetária Européia decorreram de resoluções políticas, apoiadas em claras opções ideológicas, decisões de governos, de estadistas, como Kohl e Mitterand – no caso do Euro – e não de imposições econômicas ou tecnológicas.

Esquecem-se de que, cada vez mais, essas e outras dimensões do funcionamento de nossas economias e sociedades são governadas pelos chamados regimes internacionais, construídos em negociações entre governos, e objeto de implementação e verificação a cargo de

organismos internacionais integrados por governos. Regimes e organismos multilaterais em que os Estados mais poderosos defendem seus interesses por meio do exercício do que Susan Strange chamou de “poder estrutural”, a capacidade de elaborar e determinar as estruturas da economia política global.

Nessa mesma linha, digamos, economicista, há quem veja a globalização como a forma contemporânea do velho imperialismo descrito por Lenin, comandado por um país ou grupo de Estados hegemônicos, a serviço dos interesses dos grandes monopólios e oligopólios capitalistas.

Outros privilegiam aspectos distintos da globalização, como o surgimento de um sentido de comunidade global, dominado por causas como as da democracia, dos direitos humanos, do meio ambiente, e por processos de articulação político-social que atravessam fronteiras, por uma vida mundial cada vez mais regida por regras e organismos internacionais, com crescente envolvimento de organizações não-governamentais.

Outros, ainda, focalizam a dimensão sociocultural, das mudanças nos usos e costumes, nas manifestações artísticas. Uns, talvez a maioria, manifestam preocupação com uma suposta tendência de homogeneização massificada que ameaçaria as singularidades nacionais. Outros, em sentido inverso, sem negar um certo grau de uniformização em determinados planos, destacam o caráter plural da chamada globalização, a explosão de possibilidades de expressão e comunicação de grupos e indivíduos.

A internet, por exemplo, ofereceria infinitas alternativas de interconexão e opções no plano individual. Cada um tem acesso ao que quer, comunica-se com o mundo, pode-se dizer, *à la carte* – desde que, é óbvio, disponha de um terminal de computador, e esse continua a ser, em termos mundiais, um privilégio de muito poucos, e também de que disponha dos instrumentos educacionais necessários. Não falar e ler inglês, por exemplo, vai-se tornando um obstáculo cada vez mais importante a essa participação na vida mundial. Todos sabemos disso.

Sabemos, também, que nenhum de nossos países tem a sua CNN e a sua BBC de alcance global, e que a agenda internacional é basicamente a dos países mais importantes, centrais, e que as demais nações aparecem nessa agenda sobretudo em situações de crise; na condição de, digamos assim, elementos perturbadores da ordem, seja político-militar, seja econômico-financeira.

O fato é que não há consenso sobre o que quer dizer globalização – isso é um problema para debates como este. É evidente que existe, tal como na definição de país em desenvolvimento, um mínimo denominador comum do que se entende geralmente por globalização: a universalização da democracia liberal e da economia de mercado, se não como realidade, ao menos como referências; a crescente interligação dos mercados financeiros e dos processos produtivos; o surgimento de um sentido de comunidade global, pela ação de movimentos sociais, veículos de telecomunicação e por uma indústria cultural de alcance cada vez mais amplo, etc.

Como eu digo em trabalho que escrevi há três anos, todos aqueles que decidissem ler, dizer ou escrever algo que envolva a palavra globalização deveriam tomar vacina tríplice contra simplificações, generalizações e conclusões apressadas. Digo isto porque, na era em que vivemos, existe uma obsessiva fascinação pelo presente – e por seu suposto desdobramento automático no futuro (como se os traços principais do futuro já estivessem todos delineados no presente) – e isso gera um ambiente de desatenção aos vínculos com o passado. Um fenômeno que Fred Halliday chama de megalopresentismo. Esquecem-se, como disse certa vez a revista *The Economist*, de que o mundo mudou mais do que certos especialistas julgam, mas também menos do que eles pensam. É preciso, eu costumo repetir, evitar substituir o provincianismo no espaço pelo provincianismo no tempo. A globalização é também um discurso, e esse discurso é um dado fundamental da realidade em que vivemos.

Na verdade, o conceito de globalização veio substituir outros, dominantes em décadas passadas, como o da interdependência e da internacionalização. A diferença básica reside em que, naqueles, o

próprio prefixo “inter” sugere a idéia de mutualidade e de uma multiplicidade de sujeitos, os países, que são agentes dessa relação. Já o conceito de globalização não tem sujeito definido, a não ser, vagamente, o próprio globo. E daí o caráter determinista e totalizante da idéia: é algo que vem da Terra, que brota espontaneamente do curso da história, das forças de mercado libertadas das amarras do Estado-nação.

É preciso não cair nessa armadilha. Como disse o presidente Fernando Henrique Cardoso na África do Sul, em 1996:

Seria um erro grosseiro enxergar a globalização como resultante exclusiva das forças de mercado. Os contornos dentro dos quais o mercado atual são delineados politicamente, num contexto em que o jogo de poder entre as nações está presente de modo inequívoco.

Esse sentimento de determinismo associado à globalização, entretanto, é mesmo predominante, e compartilhado por liberais e neomarxistas: os primeiros o saúdam como progresso, como se a suposta racionalidade dos agentes econômicos se devesse mesmo sobrepor à suposta irracionalidade dos atores políticos e sociais; os segundos o denunciam, como se esses atores políticos e sociais agissem sempre movidos por razões, às vezes ocultas, derivadas de sua posição nas relações econômicas. Para todos eles, paleoliberais e neoliberais de um lado, neomarxistas e paleomarxistas do outro, a economia e a tecnologia determinam o curso da história e deixam pouco espaço para variações políticas, para modelos distintos, para decisões nacionais.

Há, nisso tudo, uma dimensão ideológica e prescritiva que me incomoda: no discurso liberal-globalizante, algo como: o mundo mudou na direção “x” e isto determina que devemos seguir o mesmo caminho. Também me causam incômodo, porém, tanto o discurso marxista anti-globalizante – em suas variações atuais, por vezes com tinturas nacionalistas e xenófobas, que atribuem todos os problemas e males da humanidade à globalização – quanto a insistência daqueles que se recusam a reconhecer que o mundo mudou e está mudando,

e teimam em dizer que a história continua a ser movida pelos mesmíssimos impulsos e forças que sempre a moveram.

Assim, se o discurso da globalização é perigoso na sua versão conservadora, que o utiliza para desqualificar qualquer idéia ou ação que fuja aos supostos imperativos da globalização – como as ortodoxias econômicas liberais e as supostas exigências dos mercados financeiros –, ele é perigoso também na versão que freqüentemente se autodefine como “progressista”, no fundo tão regressista quanto a variedade conservadora, pois se confunde com a recusa da mudança, com sentimentos de saudades de um passado que, muitas vezes, jamais existiu. Como escreveu Mario Vargas Llosa, em artigo no jornal espanhol *El País*, parte da resistência à globalização traduz, na verdade, uma resistência à modernização, ao progresso.

Globalização e autonomia

A partir desse caráter saudosista de parte da crítica à globalização, passo a tratar do tema da autonomia.

Uma das preocupações mais freqüentes em relação à chamada globalização diz respeito à perda de margem de manobra pelas nações e governos, os quais estariam agora, mais e mais, obrigados a seguir caminhos previamente indicados pelos mercados e regimes internacionais.

Nos tempos do pós-guerra, ao menos em tese, havia dois modelos possíveis: o capitalista, representado pelo Ocidente, com todas as suas variantes mais ou menos social-democráticas, e o socialista, encarnado pela URSS e pela República Popular da China, entre outros. Havia amigos e inimigos mais bem definidos, fronteiras ideológicas claras, azul e vermelho: o bem e o mal. Além disso, muitos sentem saudade de um passado no qual o contexto internacional talvez oferecesse mesmo maior margem de escolha em certos campos, como os da política macroeconômica, da política industrial e comercial (nos termos pré-OMC), da ação sindical. Mas se esquecem de que havia também mais espaço para instalar ditaduras, violar os

direitos humanos, destruir o meio ambiente, impedir o livre-trânsito das notícias, das informações e das lutas políticas.

É inegável que o contexto global de nossos dias – nos campos ideológico, político, econômico, tecnológico e cultural – afeta profundamente o cotidiano das sociedades nacionais. São maiores, por exemplo, os limites a certos tipos de ação do Estado no terreno das relações de trabalho e da proteção social – sobretudo pelas concepções dominantes de política fiscal. Também a mobilidade internacional da produção debilita formas tradicionais de lutas dos sindicatos. E é igualmente claro o impacto por vezes violento das turbulências financeiras globais.

Daí o surgimento, sobretudo entre as nações mais desenvolvidas, da percepção de que a globalização ameaça o bem-estar de alguns setores de suas sociedades, e põe em risco o conjunto da humanidade em áreas como a do meio ambiente, da imigração, do crime organizado. Muitas vezes, são sentimentos difusos, e mesmo confusos, que levam a manifestações e reivindicações pouco articuladas, como as que se viram em Seattle e Washington.

Convém ter presente, no entanto, que se há mesmo menor margem de escolha em determinados campos, há também uma forte dimensão ideológica na leitura dessas restrições. Muitos dos imperativos, conseqüências e limites atribuídos à globalização existem apenas na cabeça, no interesse e no discurso de quem os apresenta, seja de forma laudatória, seja de modo crítico. Por isso, é essencial separar o discurso ideológico da realidade concreta. Não se pode perder tempo com a busca de falsas explicações para os problemas, enxergando constrangimentos internacionais onde eles não existem, ou exagerando sua importância; deixando de levar em conta condicionamentos externos que de fato estejam presentes, ou partindo para uma linha de recusa ou enfrentamento quixotesco com as grandes tendências mundiais – tendências, muitas delas, ao menos no caso do Brasil, afinadas com as aspirações de nossa sociedade.

É evidente que nós vivemos num mundo em que as nações e os indivíduos estão cada vez mais ligados por vínculos e fluxos que

atravessam as fronteiras, em muitas situações como se elas nem sequer existissem. Estamos todos crescentemente integrados em uma imensa rede global de articulações múltiplas e complexas. Mas isso não significa, de modo algum, que devemos renunciar à meta de aumentar as margens de autonomia e de escolha, em nossa participação na vida mundial, um ambiente, como disse, que continua a ter por característica básica enormes desigualdades socioeconômicas e diferenciais de poder entre as nações.

Afinal, ainda hoje, a vontade coletiva, sobretudo nas democracias, continua a articular-se e manifestar-se, em nível nacional, por meio dos governos e lideranças políticas. Estamos longe de alcançar um sistema democrático supranacional.

Diferentemente do que parece subentendido em certos discursos, não vivemos em um mundo no qual os países possam simplesmente trocar sua autonomia nacional pela prosperidade e bem-estar de seus povos. Ao contrário, as evidências indicam que os maiores beneficiários do sistema são, como sempre foram, as nações mais capazes de controlar, ao menos os termos de sua inserção internacional, quando não – como ocorre com os atores mais influentes – as próprias regras que governam o sistema. A globalização não modificou, na essência, esse fato básico das relações internacionais.

Andrew Hurrell, professor da Universidade de Oxford, ensina-nos que a perda de autonomia trazida pela globalização se faz de forma claramente desigual, enquanto para os países mais fortes pode-se falar em processo de “enredamento progressivo”, mais aberto a escolhas e adaptações. Já da perspectiva de nações mais fracas, essa redução de autonomia poderia ser descrita como um processo de “socialização coercitiva”, diante do qual só lhes restariam as alternativas de aceitar as regras do jogo, ou arcar com as conseqüências de desafiá-las.

Evidentemente, esses modelos propostos por Hurrell representam pólos extremos. Entre um e outro existe um grande espectro de variações. Podemos dizer que, para todos os países, mesmo para os mais poderosos, há uma combinação – em proporções muito

diferentes, é claro – de socialização coercitiva (como numa derrota na OMC, por exemplo) e de enredamento progressivo.

O objetivo de todas as nações, obviamente, é reduzir ao mínimo a dosagem de socialização coercitiva e tentar conduzir o aprofundamento de sua inserção internacional, sobretudo como um exercício de enredamento progressivo. O requisito para tanto é o desenvolvimento dos meios necessários à preservação do maior grau possível de autonomia, de margens de escolha que permitam a cada país fazer da sua articulação internacional uma fonte de ganhos reais para as respectivas sociedades e, idealmente – já que não estamos diante de um jogo de soma zero – para o benefício do conjunto da humanidade.

Gostaria de reagir às intervenções deste painel em três níveis. O primeiro é, evidentemente, trazer alguns elementos de reflexão sobre o elo, ou sobre as articulações possíveis entre a globalização e a regionalização, porque esse foi um tema que perpassou todas as intervenções. Num segundo momento, colocarei algumas perguntas para saber se, efetivamente, o Mundo Árabe desenvolve, no momento atual, uma estratégia suficientemente ativa, tanto na escala das reformas empreendidas em cada país, como na escala da ação comum.

O conjunto desta região, para enfrentar esse processo que está em curso, necessita, evidentemente, de algumas posições reativas, quando não de antecipação, sobre as grandes questões que ele suscita. Um terceiro momento será reservado também a algumas interrogações ou proposições sobre o que é possível fazer em conjunto. Isto é, o Mundo Árabe e o Brasil na perspectiva que nos é comum: a de conseguir melhor inserção na economia mundial, participando juntos, ao mesmo tempo, da construção de um mundo econômico e de um mundo político multipolar e mais equilibrado.

Para começar, enfim, sobre o primeiro aspecto relativo às articulações entre a regionalização e a globalização –, creio que todo mundo nesta mesa sublinhou, e também faço questão de dizê-lo pessoalmente – que esses dois fenômenos, ou seja, a globalização e a regionalização, não são fenômenos contraditórios. Já os intercâmbios internacionais, há algumas décadas, se estruturam-se em torno de alguns pólos: os Estados Unidos, o Japão e a União Européia. Cada um desses pólos se esforça por fortalecer e criar um espaço regional com o conjunto dos países de sua vizinhança ou de sua periferia. É verdade que os intercâmbios no seio desses pólos são muito

Traduzido por Mary Amazonas.

* Professor na Universidade Mohamed V. Rabat, Marrocos. Ministério das Relações Exteriores e Cooperação de Marrocos.

intensos, por razões que se devem, ao mesmo tempo, à proximidade geográfica, à história, conforme os laços que foram tecidos pelo tempo e moldados também por referências comuns e afinidades culturais e ainda pelas restrições da economia, pois as estruturas da oferta e da procura do conjunto desses países suscitam um certo número de intercâmbios no interior desses dois conjuntos. Sabemos também que é um processo de regionalização da economia-mundo, mas que caminha para uma regionalização vertical. Atualmente, o que se chamou de a tríade, isto é, esses três pólos, não formam um conjunto integrado e hierarquicamente equilibrado. Sabemos perfeitamente que os Estados Unidos continuam a reforçar sua posição dominante na economia mundial, mas essa nova ordem em gestação não acarreta, necessariamente, o desaparecimento de todas as iniciativas horizontais ou mesmo das iniciativas entre um conjunto de países que têm tendência a redefinir essas relações no seio dessa economia-mundo.

Gostei muito, ainda há pouco, de uma expressão que agora se tornou evidentemente muito utilizada, mas é preciso lembrá-la, porque é ela que exprime o que é essa lógica de globalização tal como funciona atualmente. É a regionalização aberta. Não estamos mais, evidentemente, nos anos 60, em que as políticas de cooperação regional – eu ia mesmo dizer de integração regional – se definiam numa lógica de descentralização, numa lógica até mesmo, por vezes, de ruptura em relação à economia mundial. Estamos, portanto, numa lógica de regionalização aberta, o que supõe algumas experiências pelo mundo na Ásia, na América Latina, um pouco menos no Mundo Árabe, porque há uma “pane das experiências regionais”, nessa região. Mas, quase em toda parte, no mundo, constata-se que essas experiências de regionalização horizontal se apóiam num certo número de dispositivos ou de disposições que não concernem mais apenas ao desmantelamento tarifário ou ao estabelecimento de uma tarifa externa comum, mas vão além dessa lógica de desmantelamento ou de criação de uma zona de livre comércio, para se referir, evidentemente, a todos os problemas de desregulamentação no domínio dos serviços, na normalização dos produtos, o que é um

tema extremamente importante e novo, nos procedimentos de apelo de oferta para os mercados públicos. Por esse motivo, eles se inscrevem em algum lugar nessa lógica de globalização porque são esses os temas que se encontram nas grandes negociações mundiais, de uma certa maneira. E, a esse respeito, gostaria simplesmente de fazer referência ao conjunto das experiências de zonas de livre comércio que estão emergindo no Mundo Árabe, algumas vezes, sob um aspecto estritamente bilateral: Marrocos–Tunísia, Marrocos–Egito, Egito–Líbano, etc., e que se inscrevem, simplesmente, numa lógica de desmantelamento tarifário, mas que permanecem retraídas relativamente a outras, componentes das negociações multilaterais que acabo de citar e sobre as quais, evidentemente, seria preciso refletir.

Esses dispositivos atuam no sentido de que a formação dos espaços regionais tenham, no futuro, um papel cada vez mais importante a desempenhar nas relações econômicas internacionais, e sua proposta parece muito mais a necessidade de preparar ou de criar condições adequadas aos países tomados isoladamente ou aos conjuntos ou agrupamentos de países que se colocam nessa dinâmica regional, para obter melhor integração na economia mundial.

Com base, evidentemente, nessa relação globalização – regionalização, a pergunta que se faz é: quais são os riscos e as apostas para o Mundo Árabe diante desse processo? Será que o Mundo Árabe se prepara adequadamente para enfrentar essa tendência, que é inelutável, que não é uma tendência ideológica, mas uma tendência de efeito, de mercado, embora haja, evidentemente, um certo número de disfunções dessa lógica, que não é igualitária. Ela abre oportunidades, mas a exploração dessas oportunidades depende do conjunto das políticas econômicas que serão aplicadas individualmente e em colegiado, para melhor nos inserirmos nessa dinâmica. E essas políticas passam necessariamente pelo conjunto das reformas.

Sabemos, evidentemente, que o mundo árabe acaba de sair dessa fase de choque-contrachoque petrolífero, dessa fase em que predominava uma lógica de renda, uma lógica de funcionamento. Administrar, enfim, economias com uma lógica muito mais aberta

de estabelecimento de um certo número de dispositivos, em que a competitividade e a concorrência se tornam os critérios que determinarão amanhã a capacidade de uns e dos outros para melhor agarrar essas oportunidades. Em todo caso, para ser capaz de sair dessa marginalização, sobretudo no caso dos países não-petroleiros que constituem boa parte das economias do Mundo Árabe. Portanto, quais são os riscos e quais são, ao mesmo tempo, as medidas que são adotadas.

É verdade que as economias do Mundo Árabe não são economias homogêneas. Não me estenderei sobre essa questão, tentarei apenas enfatizar um conjunto de reformas que são comuns, atualmente, ao conjunto desses países e que, talvez, do ponto de vista de uma lógica de regionalização dessas economias ou de reativação da lógica da regionalização do Mundo Árabe – isto é, da criação de um espaço econômico árabe unificado em médio e longo prazos – apresentaria vantagens ou, em todo caso, um certo número de medidas fundamentais que estão sendo tomadas. Por quê? Porque, como sabemos, o Mundo Árabe é muito rico por suas experiências de regionalização que malograram, tanto num aspecto global, institucional, no seio da Liga Árabe, como também no nível das sub-regiões no mundo, o Magreb, o Conselho Econômico do Mundo Árabe e até a experiência dos países do golfo, seja qual for seu interesse, porque ela conseguiu salvaguardar os mecanismos institucionais, e um certo número de dispositivos comuns não dão todos os resultados esperados. Assim, as reformas que são implementadas favorecem, talvez hoje e amanhã, uma aceleração desse processo de regionalização na medida em que, justamente, há uma convergência das políticas econômicas, enquanto pelo passado distante e pelo recente, um dos antagonismos fundamentais, que explicava o fracasso das experiências, tanto num aspecto multilateral árabe como regional árabe, é a contradição ou as oposições nas políticas ou filosofias econômicas. Portanto, quais são as estratégias que se aplicam num plano nacional? Eu as resumo rapidamente. Primeiro: reformas que tendem a corrigir os desequilíbrios macroeconômicos. É um ponto, evidentemente,

que se pode observar em todos os países com níveis muito diferentes no avanço das reformas financeiras, macroeconômicas ou macrofinanceiras, mas a realidade aí está. Segundo: políticas econômicas que estão em via de convergência. Convergência em torno do quê?

Primeiramente, em torno de um princípio: o da pesquisa da melhora da competitividade e da orientação da economia para maior diversificação de produtos e, sobretudo, para a exportação.

Segundo ponto: um reequilíbrio público–privado, que está sendo implementado e que é extremamente importante sublinhar, pois representa também uma aposta importante para a regionalização, porque, amanhã, as experiências de regionalização no Mundo Árabe não se apoiarão mais necessariamente no suporte direto do Estado. Elas podem apoiar-se no Estado como organizador, como legislador, mas não como ator econômico no plano financeiro e produtor, portanto, deve-se levar em consideração o aspecto fundamental de que essa alta do setor privado é, ao mesmo tempo, uma aposta importante, mas que, no futuro, colocará a condição da regionalização do Mundo Árabe em novos termos.

Terceiro elemento importante de convergência é a reforma dos sistemas de incitação dos investimentos privados; menos protecionismo, mais autonomia –concedida ao privado, o que é extremamente importante – das políticas econômicas, especialmente das políticas dos preços que não são mais administradas, etc. e, sobretudo, outro elemento de convergência: maior abertura ao capital estrangeiro. Mesmo os países com clara tendência econômica estatal ou socializante em certo número de setores admitem que a liberação de inserção da economia mundial necessita do atrativo do investimento estrangeiro no território nacional.

Nessa lógica de convergência das políticas econômicas, que se observa um pouco em toda parte no Mundo Árabe, evidentemente, elas têm alguns efeitos sobre a reestruturação e diversificação dos tecidos produtivos que podem, no futuro, favorecer maior potencial da oferta e, portanto, agir de modo que a troca interárabe não seja

mais limitada por essa semelhança das atividades. Eis, pois, quais são as tendências. No entanto, talvez haja um problema: todas essas reformas se estabelecem em lógicas de espaços nacionais ou, em todo caso, a convergência de visões para a reabilitação ou o renascimento ou a correção das experiências de regionalização permanecem ainda muito aquém do esperado, sejam quais forem os esforços que tenham sido feitos há algum tempo no seio da Liga Árabe para reativar justamente um certo número de acordos que datam, enfim, dos anos 80, notadamente acordos sobre a liberação das trocas entre o Mundo Árabe.

Seria preciso, portanto, que se pudesse dar esse passo suplementar, sejam quais forem os limites dessas experiências de regionalização, para aprendermos com os fracassos precedentes e adaptá-los a novos contextos, sobretudo porque as convergências das políticas econômicas se prestam mais a isso.

Evidentemente, o elemento político está aí, enfim, e é fundamental como determinante dessa lógica de reativação, quer se trate de conjuntos regionais em estado de estagnação como a União do Magreb Árabe, quer de outros aspectos da cooperação interárabe no seio da Liga Árabe.

Voltando ao terceiro aspecto, tenho dois pontos a destacar sobre ele. O que é possível fazermos juntos? Pessoalmente, considero que há um campo de ação extremamente importante entre o Brasil e a América Latina, notadamente, a experiência do Mercosul e o Mundo Árabe no campo do multilateralismo. O que isso quer dizer? Há algumas questões que vão figurar amanhã na agenda das grandes negociações internacionais, especialmente do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (Gatt).

É possível dar passos juntos, se não na coordenação de posição conjunta, ao menos no acordo sobre a agricultura, que concerne tanto a um certo número de países árabes como de países da América Latina, notadamente do Brasil. Convém, é claro, sublinhar que essas negociações multilaterais devem levar em conta preocupações de ordem não-comercial, particularmente a segurança alimentar, no

Mundo Árabe e o desenvolvimento do mundo rural, tanto na América Latina como no Mundo Árabe.

Há alguns pontos que nos interpelam em conjunto, tanto no Brasil, na América Latina como no Mundo Árabe. É o das subvenções das exportações dos grandes países, notadamente dos Estados Unidos e da Europa. Há o apoio interno, o acesso ao mercado, o acordo geral sobre o comércio dos serviços que apresentam também algumas grandes questões que nos são comuns, sobre as quais nos é possível fazer progressos. Há ainda algumas disposições na agenda, acordos multilaterais ou do Gatt, principalmente sobre as regras de origem, especialmente sobre o tratamento bem diferenciado que podem ser extremamente importantes.

A experiência do Mercosul é fundamental para o Mundo Árabe. É possível, enfim, pelo menos do ponto de vista árabe, caminhar rumo a melhor exploração da nova providência tomada pelo Brasil e pelos países latino-americanos nesse domínio. E, sobretudo, agir de modo que nosso parceiro, que é comum – a União Européia, primeiro parceiro do Mercosul e dos países árabes – seja mais atenta às reivindicações dos dois conjuntos, nas negociações em curso no Mediterrâneo e na América Latina.

Obrigado.

Esta oportunidade é extremamente feliz, uma vez que as relações entre o Brasil e o Mundo Árabe são ainda escassas, assistemáticas, ao sabor de acontecimentos, sem continuidade e estratégia. Há que se mudar essa situação, em todos os campos de atividades, não só no campo cultural, mas também, e principalmente, no campo das relações econômicas e comerciais.

Creio que, no passado, nossas relações já foram mais dinâmicas, ativas e convergentes. É preciso, pois, combater um pouco essa inércia, uma vez que, por meio dessa associação, dessa formação de interesses comuns é que pode nascer algum tipo de estratégia para enfrentar o problema que estamos debatendo aqui nesta Mesa, sobre a globalização, na visão dos países em desenvolvimento.

Gostaria de dar uma nota pessoal, porque também sou de origem árabe. Meu avô materno é da região de Alepo, no Norte da Síria, junto à fronteira da Turquia. Por isso, estou muito feliz de estar aqui, colaborando para que este Seminário obtenha o melhor resultado.

Com relação ao tema, comentando esses dois trabalhos de excelente qualidade, tanto o do ministro Marcos Galvão quanto o do professor Larabi Jaidi: o tema e a exploração feita pelos dois foram muito bem apresentados, além da riqueza de análise, do enfoque teórico e de informações bem relacionadas.

Mencionarei alguns pontos que considero, pelo que ouvi das apresentações, ser pertinentes. Primeiro, eu acredito que esse processo, com correções, rearticulações, crises, etc., é inexorável, não terá retorno. Em segundo lugar, pelo conteúdo e pelas questões apresentadas, há

* Clóvis Eugênio Georges Brigagão. Professor, diretor do Centro de Estudos das Américas, Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro

situações ambíguas, fronteiras que se bifurcam. Vou seguir, inicialmente, o trabalho apresentado pelo ministro Marcos Galvão. Gostaria de assinalar que seu trabalho se situa numa perspectiva teórica do que eu chamaria de *bricolagem*. Na busca para encontrar uma certa nervura desse processo da globalização, a cada momento, o autor explora o tema, abordando-o quer do ponto de vista dos defeitos da globalização, quer do ponto de vista de suas virtudes, analisada por autores diferentes: dessa *bricolagem* nascem novas contradições, novas arguições e novos contrapontos, novos pontos de vista.

No caso da apresentação do professor Larabi Jaidi, ofereceu-nos uma temática cujo pano de fundo é a construção de um posicionamento articulado a partir do que ele chama de países do Terceiro Mundo. Ora, o próprio ministro Marcos Galvão, numa linha provocativa, como ele mesmo chama, diz não ser mais possível falar ou pensar numa visão de “países em desenvolvimento”. “Países em desenvolvimento” que seria, em última análise, creio eu, aquilo que o professor Jaidi diz ser o “Terceiro Mundo”.

Já teríamos, então, o início, entre os próprios autores, de um debate em torno dessa visão do conjunto, relacionada à globalização; em torno desse conjunto de países em desenvolvimento e/ou do Terceiro Mundo.

Um outro aspecto que gostaria de acentuar para, também, criar aqui um contraponto, sobre o que o ministro Marcos Galvão falou: “penso que o conceito de globalização tem muito mais defeitos do que virtudes”. Ora, exatamente pelo conteúdo de contradições, paradoxos e ambigüidades do conceito e do próprio fenômeno de globalização, creio serem exatamente os defeitos desse processo, desse fenômeno, desse conceito que nos podem ajudar a criar uma determinada estratégia (ou estratégias) de contenção, de reavaliação ou de reorganização, em relação à globalização. Ou seja, pelo lado negativo (defeitos) da globalização, é que podemos estabelecer “remédios” contra seus males.

Portanto, o defeito aqui considerado no sentido negativo, para mim pode ser, também, uma maneira de descobrir as formas pelas

quais nós possamos contrapor, positivamente, essa ação negativa e criar estratégias possíveis, como o professor Jaidi tenta fazer, principalmente no final de sua apresentação.

Também gostaria de comentar, sobre o texto do ministro Galvão, outro tipo de ambigüidade do fenômeno da globalização. Segundo ele, acentuam seu caráter político: (a) queda do Muro de Berlim, (b) dissolução da União Soviética, (c) fim da guerra fria. Todos, acredito, têm um caráter marcadamente político, ou político-estratégico. No entanto, o ministro Galvão oferece um outro caráter da globalização: as mais recentes revoluções tecnológicas, sobretudo a informática, as telecomunicações e a aplicação destas na produção industrial, nos mercados financeiros, ou seja, um fenômeno, cujas características são de natureza econômica, processo de mais longa duração, não um processo que aconteceu aqui e agora, no tempo e no espaço, na mesma medida e dimensão do que aconteceu com o fim ou a dissolução da União Soviética, guerra fria, etc., de caráter político.

Um outro ponto que, de passagem, gostaria de salientar, quando, em seu trabalho, o ministro Galvão diz que o processo de globalização teria começado com Cristóvão Colombo, Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral, lembrando que estamos comemorando os 500 anos, que vincula o Brasil à economia global – o que é certo, de um ponto de vista histórico. Mas, também, poderia mencionar a mesma coisa para o Mundo Árabe. O livro de Fernand Braudel mostra que o capitalismo mediterrâneo foi o nascimento, de certa forma, também, desse processo de mundialização ou de globalização.

Finalmente, quase no final do trabalho, o ministro Galvão disse: “O conceito de globalização veio substituir outros”, e que a globalização não tem sujeito definido. Ora, ontem mesmo, em um outro trabalho muito interessante, apresentado pelo subsecretário-geral de Assuntos de Integração, José Alfredo Graça Lima, “Globalização e Regionalismo na perspectiva brasileira”, ele diz que sim, “a globalização tem sujeito definido” (ênfase minha), não só pelas forças propulsoras da integração global, em seguida ao desfecho

da Segunda Guerra Mundial – e ele mostra três aspectos – como, também, quando nos fala sobre o processo da globalização, cuja face mais visível é o crescimento da relação comércio-produto, que se manifesta por meio de elementos, tais como: aumento substancial do investimento externo, subcontratação internacional, *licensing* internacional, fusões e aquisições, e *joint-ventures* internacionais e acordos internacionais intrafirmas. Aí está uma definição própria e muito concreta.

Há ainda outra situação que é muito interessante para ser lembrada aqui. No texto do embaixador Graça Lima, ele diz que “dado às unidades básicas, os principais atores no sistema econômico continuam sendo os Estados nacionais”. Eu até me espantei, inicialmente, com essa afirmativa. Principalmente os economistas, bem como críticos da globalização falam que o seu ator fulcral, dinâmico é o mercado, a economia de mercado, fustigada pelo neoliberalismo. E então ficamos sabendo que são os Estados nacionais, pela sua internacionalização, pelo seu número, pela sua grandeza e dimensão, por suas atividades, agregados ou não em blocos, os propulsores e vamos chamar assim, “os inventores” da globalização?

Assim, quis trazer esses pontos que considero mais polêmicos nas duas apresentações, com o objetivo de suscitar algum tipo de debate sobre eles e, também, com referência aos temas destacados por mim da apresentação do embaixador Graça Lima.

Muito obrigado.

Gostaria de focalizar os meios de incrementar, talvez, o relacionamento entre os países árabes e o Brasil. O Brasil, como um dos oradores disse aqui, é a oitava potência econômica no mundo. Deve haver alguns meios de que necessitamos para ter algum tipo de mecanismo para dar início a esse relacionamento. Este Seminário é o começo. Devemos debater mais sobre globalização.

Há meios que os países árabes tornaram muito bons nas reformas econômicas, especialmente os países do Golfo, onde o governo dos países árabes está atuando e onde o setor privado deve também desempenhar papel muito positivo na economia. A zona livre foi estabelecida em quase todos os países árabes. Investidores brasileiros, homens de negócios brasileiros devem agarrar essa oportunidade e trabalhá-la.

O dr. Larabi diz que esta é uma era da informação. Temos falta de informações de oportunidades no Brasil. Penso também que no lado brasileiro não há muita informação sobre oportunidades. Talvez eles não saibam sobre as novas leis de investimento que existem agora na Arábia Saudita, privatização que está acontecendo no Marrocos, por exemplo, no Kuaite. Nós devemos ter, como disse, algum tipo de mecanismo para incrementar esse relacionamento, caso contrário, estaremos apenas falando e nada será realizado.

Há grandes oportunidades no Mundo Árabe e no Brasil, temos de realizar algo.

Muito obrigado.

Traduzido por Mary Amazonas.

* Formado em Laverene. Diretor de Informações e do Departamento de Relações Comerciais. Câmara de Comércio e Indústria Abu Dhabi (Emirados Árabes).

PAINEL VI

INSTRUMENTOS PARA COOPERAÇÃO ECONÔMICA: O PETRÓLEO E OUTRAS OPORTUNIDADES

Expositores

Paulo Sérgio Atallah – Brasil
Mustafa Hanifi, representado por Shihab Ghanem – Argélia

Debatedores

Luiz Fernando Furlan – Brasil
Shihab M. Ghanem – Emirados Árabes Unidos

O tema da minha palestra é um pouco ingrato, mas, serei bem pragmático e focalizarei o comércio.

A discussão é: valem a pena as relações Brasil–Países Árabes? Por que que estamos aqui, hoje, num Seminário sobre as relações entre as duas regiões? A importância desse evento, se me permitem, nós vamos ver no futuro. A iniciativa que o Itamaraty e o Conselho de Embaixadores tomaram, para aproximar essas partes, merece o aplauso de todos.

Nas feiras, nas missões, nas viagens que a Câmara faz ao exterior, nós sempre temos sentido a importância do Itamaraty, das embaixadas brasileiras nos países árabes. A ação dos embaixadores tem sido fundamental para as ações da Câmara lá fora.

Voltando ao tema: será que vale a pena insistir na busca dessas relações? Vamos analisar um pouco, como falou o doutor Reskalla, a complementaridade das necessidades e a diversidade dos estágios de desenvolvimento de recursos naturais que existem entre os países árabes. Essas relações tornam-se muito atraentes justamente devido a essa imensa diversidade, tanto de desenvolvimento quanto de recursos naturais.

Do lado brasileiro, o Brasil precisa e sempre vai continuar precisando exportar produtos e serviços. E, do outro lado, nós precisamos importar petróleo, não sei se para sempre, mas, pelo menos, por algum tempo, nós vamos precisar importar o petróleo. Não vamos conseguir fugir disso. Oxalá fiquemos auto-suficientes em petróleo! Que a economia brasileira continue crescendo o suficiente, que a demanda por petróleo continue e aumentemos a produção, buscando sempre o equilíbrio. Mas que não fiquemos tentando segurar o PIB para ficarmos equilibrados em petróleo.

* Presidente eleito da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira – CCAB.

Fiquemos deficitários, mas não deficitários por pouca produção, deficitários porque o PIB continua crescendo.

Do lado árabe, a diversidade das necessidades é muito grande. E isso também atrai as relações. Alguns países estão mais voltados para o turismo, e isso é claro. Outros estão em fases avançadas de industrialização. Outros, ainda, buscam parcerias que necessitam de investimentos diretos. E, em quase todos, nós vamos encontrar uma predisposição natural e histórica para o comércio. Faz parte da nossa origem, faz parte da nossa cultura, a tendência ao comércio.

Peço que atentem para essas questões que eu estou apresentando, porque estão ligadas à economia real, à velha economia em que países têm excedentes exportáveis e países precisam de produtos, que precisam importar. A importância das nossas relações são baseadas na economia real, na velha economia.

Estamos aqui para analisar complementaridades, e vamos analisá-las. Por um lado, produzimos quatro vezes mais polpa e papel do que o nosso consumo interno. Então, acho que é bastante natural que o Brasil queira exportar papel, celulose. Parece lógico, portanto, que esse excedente seja exportado, não é nada estranho, quando o Brasil tenta exportar papel.

Por outro lado, nossa produção de petróleo, como eu já disse, é inferior ao consumo. Então, nós temos que importar petróleo, gás, fertilizantes. O mesmo ocorre, para um lado ou para o outro, com minérios, açúcar, frango, soja, café, motores elétricos, caminhões, máquinas agrícolas. Produtos sobram aqui e faltam lá, sobram lá e faltam aqui.

Em 1992 – vou entrar um pouquinho no tema Norte-Sul –, os governos do mundo se reuniram no Rio de Janeiro para discutir o que foi a Cimeira, discutir soluções para os crescentes danos ecológicos que a humanidade vinha causando ao nosso planeta. E nós criamos, ali, o conceito de desenvolvimento sustentável. Delineou-se um compromisso mundial, que pretendia que se preservasse o ecossistema. Os governos ricos, do Norte, iriam apoiar financeiramente os países pobres do Sul. E os países do Sul se comprometeram a executar

planos que viessem a defender o ecossistema, e além disso, erradicar a pobreza e outros programas sociais. Em síntese: era satisfazer as necessidades das gerações atuais, sem comprometer as gerações futuras. O compromisso do Rio de Janeiro não vingou. Os países do Norte nunca vieram com recursos e os países do Sul tiveram seus problemas agravados.

O objetivo deste Fórum não é propor que viremos as costas para a economia do Norte ou para os países do Norte, ou mudar a nossa política de comércio exterior, mas que mantenhamos abertas as portas e que abramos mais as portas para regiões em desenvolvimento, como são os países árabes, em estágios de desenvolvimento parecidos com o nosso.

Nós devemos manter as portas a países que o protecionismo, se e quando existir, possa ser negociado politicamente, com resultados positivos. Portas abertas para economias que precisem de produtos agrícolas, recursos naturais, produtos industrializados, que sejam de alta tecnologia – mas não com o Certificado ISO, o Brasil não tem essa característica – mas que cubram a necessidade desses países. Por isso temos que buscar países nesses estágios de desenvolvimento.

Temos focado ações em mercados dominados por transnacionais, e o Brasil não tem transnacionais. As recentes rodadas de negócios internacionais limitaram muito as possibilidades de exportação brasileira e dos países em desenvolvimento.

A redução tarifária gradual e a liberação do comércio entre os Estados Unidos e a União Européia e, posteriormente, o Japão, promoveram a verdadeira transnacionalização da economia. Acabamos de assistir a um fórum sobre esse debate. Existem, hoje, cerca de 200 empresas transnacionais que, por meio de constante expansionismo, fusões e aquisições atravessaram a divisão entre os setores primário, secundário e terciário e que são conglomerados que atuam desde a manufatura até a fase final de serviços financeiros, cultivo agrícola, etc.

Oito países têm 97% das maiores transnacionais do mundo, e 96% dos recursos ficam com esses oito países. Esses são os números brutos do que é a globalização. Para citar a frase de um industrial

alemão do começo do século: “cerca de 300 pessoas que se conheciam entre si se auto-elegiam presidentes de países da Europa e dominavam a política e o Governo europeu”. O que aconteceu, de lá para cá, é que esse número diminuiu. Eu volto a frisar: o Brasil não possui empresas transnacionais entre as 200 maiores.

As oportunidades criadas nos grandes acordos mundiais não foram pensadas para países em desenvolvimento. Cabe a nós sentarmos juntos e expormos o que temos de excedentes, do que nós necessitamos e, assim, estabelecermos regras e concessões que atendam às necessidades peculiares de cada nação.

Sempre olhei o Mercosul como um supridor de produtos e serviços para o resto do mundo e não como um palco em que se travam batalhas entre os participantes do Mercosul. Sentimos que no Mercosul falta a visão de provedor de serviços e produtos para o resto do mundo. E existe, na verdade, uma tentativa, entre os países, de buscar melhor posicionamento no mercado. Isso precisaria ser revisto.

Para sintetizar esse assunto de economia real, o que se sente é que a economia real é refém da economia especulativa. Em 1975, cerca de 80% das transações de divisas, ou seja, a troca de moedas nacionais por outras, estavam baseadas em realização de negócios. Vou repetir: em 1975, 80% do que se trocava de moeda era baseada em compra e venda de produtos, 20% eram especulação. Hoje, 2,5% da economia são trocas de produtos, 97,5 são especulação.

É aí que acho que está a oportunidade para o Brasil, porque quando nós estamos falando em relações com os países árabes, nós estamos falando em relações de troca de mercadoria, estamos falando da economia real, daquela em que você tem excedente e vende, e você precisa de coisas e compra. Aí é que está a complementaridade da idéia. E aí é que está o porquê de valer a pena insistirmos e buscarmos essa união.

Continuando, não adianta sermos contra ou a favor da globalização. Funciona e está aí. Não podemos ser contra a especulação financeira, porque ela existe. Isso, também, não é um jogo de futebol, como já foi dito, em que nós vamos torcer contra a seleção ou a

favor dela. Uso esse exemplo para fazer uma analogia: vamos torcer sempre pela economia real, como se ela fosse a nossa seleção. Pela economia em que produtos e serviços sejam trocados. Nesse jogo, a especulação financeira – contra quem estamos jogando – joga no campo dela, é dona da bola e o juiz rouba para o lado dela.

As relações com os países árabes valem a pena porque, no mundo real, as necessidades existem e vão continuar existindo. A nossa realidade econômica é que permite a integração com países que estejam próximos aos níveis do Brasil. A identidade cultural, baseada numa emigração sírio-libanesa, como já foi dito aqui, secular, permite que se ouse um pouco. A música, a culinária, a hospitalidade são ferramentas que estão disponíveis para incremento dessas relações.

Hoje, os países árabes importam 140 bilhões de dólares do resto do mundo. Do Brasil, 1,7. O que interessa procurar não é o que é 1,7, é o que são 138,3, dos quais nós não participamos.

A região do Golfo, especificamente, tem uma população local em torno de 45 milhões. Tem uma população expandida, por meio das zonas francas, que atinge 1,3 bilhões de pessoas. Por meio da região do Golfo, das zonas francas do Golfo, atingem-se os mercados da antiga União Soviética, Índia, Paquistão, Irã.

Quando pensamos em fazer negócios com a região do Golfo, não estamos falando em exportar para o mercado local, somente. Temos de buscar os mercados expandidos daquela região. Nada passa para as regiões de mercado expandido sem passar, antes, pelo Golfo. Por outro lado, o norte da África, em que se tem uma população local de 140 milhões, tem-se a população expandida de toda a África, por meio dos acordos que foram firmados com o Norte da África, que permitem o acesso ao Continente africano e, agregando-se valor ao produto, no Norte da África, atinge-se a Europa, fugindo de taxas existentes nesse continente.

Nós temos casos de sucesso de empresas brasileiras, poucas ainda, mas já existe caso de empresa brasileira que se estabeleceu especificamente nesse caso, no Egito, e que está exportando diretamente para a Europa, com grande sucesso, sem taxação.

O produto específico tinha uma alta taxação na Europa e a empresa está produzindo no Egito, fazendo uma montagem, beneficiando, agregando 40% do valor do produto no Egito e está exportando para a Europa com sucesso.

Vou falar um pouco das zonas francas, porque elas são essa ponte para se atingir o mercado expandido. Os países árabes, pela própria natureza comercial, rapidamente, sem muita discussão e sem muito quebrar a cabeça, abriram as zonas francas e viram, ali, uma grande possibilidade de geração de recursos, geração de empregos e de geração de fluxo de turismo, geração de fluxo de comércio.

Então, rapidamente, abriram as zonas francas, diversas, em cada um dos países, mas vamos encontrar fantásticas. Nós temos, zonas francas na Arábia Saudita, no Egito, na Jordânia, no Kuwait, no Líbano, no Marrocos, na Síria, na Tunísia, nos Emirados Árabes e em alguns outros países, também, com certeza. A gente não consegue nem atualizar o número de zonas francas existentes hoje, tamanha a rapidez com que elas estão surgindo, nos países árabes.

Qual é a vantagem de se instalar numa Zona Franca? Tem-se matéria-prima no próprio local. Eu convidaria todos vocês a visitarem a Zona Franca de Jebel Ali; é um modelo de zona franca. Está exportando administração, está atingindo outros portos. A Zona Franca de Jebel Ali está assumindo a administração de diversos outros pontos. Isso vai ser explicado adiante. Tem-se financiamentos locais, mão-de-obra qualificada, facilidade em logística, trânsito aduaneiro, armazéns frigorificados, baixos custos de instalação e arrendamento industrial. São muito bem estruturadas, muito bem planejadas, nas quais se investe muito dinheiro, com redução tarifária para se entrar nos mercados.

Vamos falar um pouco do que que nós estamos importando. O Brasil, hoje, tem uma produção que não é suficiente: é de 1.1 milhões de barris/dia para um consumo de 1.7, talvez haja alguma aproximação nesses números, e uma importação de 0,6. Esse é o número que eu espero que cresça, almejo que aumente a produção.

É querer demais que a importação acabe, mas, se fosse possível, seria o ideal. Mas não sei se em curto prazo isso é viável.

As reservas dos países árabes, como já foi dito, representam 65% das reservas do mundo. Então, sempre é bom prestar atenção na região, sempre é bom estar próximo. Não é nada saudável se indispor com a região.

A produção, hoje, é muito baixa, o que está nos garantindo que, no futuro, eles serão os parceiros ideais, já que as reservas de 65% estão lá e eles estão produzindo menos de 30. Ou seja, se alguém está guardando petróleo para o futuro, são os países árabes.

Falando um pouco de investimento, o que nós também precisamos é disso, no Brasil. Estivemos, recentemente, em visita ao Golfo e sentimos a vontade das empresas, pessoas, bancos, de fazerem investimentos em empresas no Brasil, desde que houvesse todo um trabalho atrás disso. Percebemos, também, uma grande vontade de se reunirem empresas *joint-ventures*, empresas que, no Brasil, têm produtos desenvolvidos, têm tecnologia para poder reexportar e fazer parcerias com países árabes do norte da África, ou Jordânia, Síria, Líbano, enfim.

Oportunidade de turismo: os árabes são investidores famosos, no mundo inteiro, em hotelaria, linhas aéreas, complexos, centros de convenções. E o Brasil, precisando tanto desenvolver isso, não faz esse tipo de prospecção, nem busca turismo direto. O Brasil é fascinante para os árabes que estão lá. Indo para lá, sentimos que os *stands* da Câmara nas feiras são visitados; eles disputam uma bandeirinha do Brasil. Levamos 500, 1.000, 2.000 bandeirinhas e, simplesmente, acabam em duas, três horas.

A identidade cultural representaria uma facilidade. As ferramentas já existem, nós não temos que chegar num país que não tem coletividade árabe, em que a comida é estranha, em que nós vamos ouvir uma música que nós não estamos acostumados. E, o principal: o futebol é a paixão nacional árabe, mais do que aqui. Isso abre muitas portas também. O presente mais disputado, num país árabe, é a camisa da seleção brasileira.

Bom, o que que nós precisamos? Nós precisamos de cooperação econômica, nós precisamos de tratados de bitributação. É um assunto em que nós estamos sempre falando: a importância do tratado de bitributação, de proteção e promoção recíproca de investimentos, a criação de comissões mistas empresariais, aqui e lá. A Câmara já está à disposição, caso surja essa determinação; para visitas e missões diplomáticas, para o estreitamento das relações políticas. Nós temos feito algumas, mas acredito que em futuro próximo elas já estejam se incrementando.

O comércio atual tem um crescimento vegetativo. Passar de 1.5, num mercado de 140, para 2, 3, não é um grande desafio. O que temos de fazer é romper essas barreiras, principalmente as que dependem da vontade. Nós não temos promoção comercial, ou temos pouca. Temos pouca promoção cultural. Não mandamos e não recebemos informações. Às vezes, temos problemas de continuidade de negócios. Ouvimos muita reclamação quanto a isso, de empresas brasileiras que foram, venderam e, depois, saíram do mercado. Por alguma razão: melhora do mercado interno ou algo desse tipo, a empresa abandona o cliente lá e fica sempre a queixa. Isso é sentido em todos os países árabes.

Nós não temos vô direto. Há um vô que vai para a Tunísia, mas ele não é ainda um vô em que se consegue conexão e vai para outros lugares. A periodicidade dos fretes marítimos é baixa. E existem antigas pendências financeiras, que alguns dos senhores já conhecem, que atrapalham, às vezes, a busca de investimentos.

As barreiras que não têm solução, que não dependem da vontade são a distância e o fuso horário que, às vezes, atrapalham a negociação. Com 7 horas de fuso horário sobram poucas horas no dia para se negociar.

Estamos com um programa, na Câmara, com o apoio do Itamaraty e da Apex, que visa, justamente, a romper essas barreiras. A maior dessas barreiras é convencer as empresas brasileiras de que elas precisam exportar. Em primeiro lugar, que elas têm que se capacita, e, em segundo lugar, que existe um mercado que é muito

bom. Não só exportar, que elas busquem *joint-ventures*, que elas busquem parcerias.

Existe outro caso de uma empresa brasileira que fez uma *joint-venture* de sucesso, na Arábia Saudita. Está construindo lá uma fábrica com tecnologia brasileira e deve atingir o mercado saudita.

Precisamos divulgar e valorizar a marca Brasil, que é algo que absolutamente inexistente. A marca Brasil é substituída por marca de alguns fabricantes brasileiros. Temos um aqui, do lado, que é a Sadia. Confunde-se a marca Brasil com a marca Sadia, com a marca Marco Polo, para citar dois casos.

A Sadia tem a qualidade e o histórico que criaram isso, mas nós precisávamos ter uma ação para valorizar mais o nome do Brasil, para enxergarem que o Brasil tem produtos industrializados, pode exportar, fazer *joint-ventures*, tem interesse em que as empresas de lá se associem com as daqui.

Temos estudos na Câmara, o nosso Projeto Apex-CCAB, que nos mostra que, liberadas essas barreiras, o comércio se desencadeia. Pode triplicar, em quatro anos, conforme está lá, em nossas projeções.

Somos da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, um membro da União Geral das Câmaras de Comércio Árabe e Agricultura dos Países Árabes, que é um órgão da Liga dos Estados Árabes. Temos escritório em Belo Horizonte, Curitiba, Paraná e um escritório recentemente aberto nos Emirados.

Muito obrigado.

Mustafa Hanifi*
Representado por Shihab Ghanem

Preâmbulo

A indústria de hidrocarbonetos atende às necessidades vitais da população e do país. Fornece energia para aquecimento, iluminação, deslocamento, para uma vida decente e próspera. Tomar esses dados em consideração demonstra que a indústria petrolífera e de gaseificação permanecerá, pelo menos nos três próximos decênios, uma indústria importante e estratégica.

A população mundial continua a crescer, em ritmo mais lento, é verdade, cerca de 1,7% por ano, mas que camufla sérias disparidades entre países e regiões.

A demanda mundial de energia primária, de cerca de 8,5 bilhões de TEP em 1998, continua crescendo em ritmo mais ou menos acelerado, apesar dos importantes ganhos em intensidade energética observados nestes dez últimos anos, principalmente nos países desenvolvidos, nos quais o crescimento econômico é impulsionado pelo setor de serviços, pouco consumidor de energia. As energias fósseis, com o petróleo e o gás, continuarão a dominar o balanço energético mundial, que registra crescimento mais elevado, representando mais de dois terços do consumo.

A indústria petrolífera não escapa aos efeitos da globalização, processo que desencadeou uma rápida expansão dos intercâmbios internacionais de bens, serviços e capitais, modificando a concorrência e ampliando-a em escala planetária. Esse processo é hoje realidade. Impõe-se às sociedades petrolíferas, acelerado pelas políticas de abertura dos mercados, pelos movimentos de desregulação, de desmonopolização e de privatização observados em quase toda parte.

Traduzido por Mary Amazonas.

* Especialista em petróleo junto ao Ministério de Minas e Energia da Argélia.

Neste final do segundo milênio, profundas e recentes mutações que afetam o ambiente internacional devido à mundialização dos intercâmbios e à evolução das tecnologias geraram atividades intensas ligadas à melhoria e à globalização de novos mecanismos econômicos. Os progressos tecnológicos e da informação (informática, telecomunicações, telemática, fax, telefone por satélite) facilitam muitíssimo o trabalho das diversas equipes e empresas disseminadas em todo o planeta para ter acesso, ao mesmo tempo, aos recursos tecnológicos em âmbito mundial.

Em conseqüência, toda empresa que queira permanecer nessa corrida deve consagrar quantias cada vez mais significativas à pesquisa e ao desenvolvimento de uma atividade ou produto com vistas a aperfeiçoá-lo e torná-lo mais comercializável no mercado mundial em curto prazo; daí as alianças serem respostas a este fenômeno, por permitirem ampliar o mercado, propagar o produto mais rapidamente no mundo inteiro, aproveitando eficazmente a maior abertura existente.

Introdução

O setor de energia, na Argélia, desempenha papel primordial na estratégia do desenvolvimento econômico e social. Considerando a importância dos recursos em hidrocarbonetos que o país possui, o setor contribui, graças a eles, com 98% das exportações, 30% do PIB e 65% do orçamento geral do Estado.

Na Argélia, a população é duas vezes mais numerosa do que há trinta anos, enquanto o poder de compra do barril de petróleo é muito mais fraco hoje. O efeito do crescimento do volume para exportação, a cada ano, encontra-se, dessa forma, atenuado.

É nesse contexto que se situam as preocupações energéticas da Argélia, que são as de um país em desenvolvimento, no qual é preciso satisfazer não apenas as necessidades crescentes de energia, mas também assegurar o financiamento de sua economia pelas receitas da exportação dos hidrocarbonetos e de minérios.

É inegável que nosso país detém amplas potencialidades, que devemos valorizar não apenas por uma nova política, mas também por uma nova estratégia de meios, adaptada às circunstâncias e ao contexto internacional. Nesse sentido, a valorização dos recursos naturais, a preservação e o aumento da renda do Estado constituem os principais objetivos do setor de energia e de mineração na Argélia.

O setor de mineração nacional

A atividade de exploração de minério incide em uma área sedimentar com uma superfície de cerca de 1,6 milhões de quilômetros quadrados, sendo 113 mil quilômetros quadrados submarinos (*offshore*). O setor de mineração nacional permanece, apesar dos trabalhos reabertos até o momento, pouco explorado e conhecido de modo desigual apesar de sua riqueza e, conseqüentemente, seu potencial não foi ainda dimensionado.

As reservas atuais de hidrocarbonetos recuperáveis estão avaliadas em cerca de 5 bilhões de TEP, divididas da seguinte forma:

- 56% para o gás;
- 28% para o óleo;
- 6% para o GLP;
- 10% para o condensado.

De fato, a nova orientação da política de desenvolvimento dos recursos petrolíferos e de gás introduz mudanças fundamentais, privilegiando, principalmente, investimentos diretos de parceiros estrangeiros, com vistas a garantir para o país um nível de recursos externos e de receita orçamentária suficiente para sustentar o esforço de retomada econômica.

A estratégia de desenvolvimento dos recursos em hidrocarbonetos articula-se em torno dos três pontos seguintes:

- retomada e intensificação do esforço de pesquisa;
- desenvolvimento das jazidas já descobertas, mas ainda não exploradas;

- melhoria das taxas de recuperação das jazidas em processo de exploração.

Situação atual

O quadro legal e regulamentação em vigor

A manutenção do nível atual das reservas, por meio de uma renovação compatível com ritmo de produção previsto, exige a mobilização de meios financeiros, tecnológicos e humanos consideráveis. O esforço financeiro global de implantação dessa estratégia, estimada a partir de estudos preliminares, elevar-se-ia a vinte bilhões de dólares americanos para os próximos cinco anos e refere-se tanto aos investimentos da Sonatrach quanto dos parceiros. Por outro lado, os métodos desenvolvidos estão tecnologicamente cada vez mais complexos e requerem alto nível de especialização.

Esses dois fatores, aliados à redução significativa dos recursos financeiros no plano externo, estimularam a parceria com o estrangeiro para a retomada e o financiamento direto dos investimentos neste campo.

A lei sobre os hidrocarbonetos adotada em 1986, que constitui o quadro legal em vigor, sofreu emenda em 1991, com a introdução de um determinado número de dispositivos que davam maior flexibilidade à relação com os parceiros estrangeiros, tanto no que toca à diversidade de formas de associação, quanto no que se refere à fiscalização. Permite especialmente:

- atrair o interesse de sociedades estrangeiras para a exploração das jazidas ainda não exploradas ou aquelas em fase de produção;
- criar estímulos de ordem fiscal com a concessão de abatimentos dos encargos sobre a produção e dos impostos sobre o produto;
- dar a possibilidade de recorrer à arbitragem internacional em caso de litígio com os parceiros estrangeiros;

- estender ao gás natural, em caso de descoberta de jazidas, o regime aplicável aos hidrocarbonetos líquidos.

Atividades de parceria

Desde a entrada em vigor da Lei nº 86-14, as companhias estrangeiras começaram a interessar-se por uma área de mineração pouco explorada, conhecida por suas potencialidades, sua situação geoestratégica e pelo custo interessante do barril produzido.

Até o ano 2000, ou seja, 14 anos após a abertura do setor de mineração argelino à parceria, cerca de cinquenta contratos de pesquisa e prospeção foram assinados com aproximadamente trinta empresas internacionais.

Hoje, umas vinte empresas petrolíferas operam na Argélia. A contribuição desta parceria foi significativa:

- mais de 2,5 bilhões de investimentos em pesquisa;
- a descoberta de 56 jazidas, sendo várias gigantes;
- o volume de hidrocarbonetos *in situ* totalizam de cerca de 10 bilhões de barris de petróleo.

O número de contratos assinados é apreciável; entretanto, não é elevado se comparado às realizações de alguns países nossos concorrentes. A área é imensa e a densidade de perfuração é fraca comparativamente às estatísticas e normas mundiais (1 perfuração para cada 1.400 quilômetros quadrados na Argélia contra apenas 20 quilômetros quadrados na América do Norte e 200 quilômetros quadrados no oeste da Europa).

A introdução de novas técnicas de exploração pelo viés da parceria confirmou o otimismo acerca do real potencial petrolífero do setor de mineração argelino. Mais ainda, a Argélia foi classificada como o primeiro país do mundo em matéria de descobertas petrolíferas, e a bacia de Berkine (ex-Ghadames), sede principal destas descobertas, ilustra bem este fato.

Produção de hidrocarbonetos

A produção nacional entre petróleo bruto, condensado, gás natural e GLP foi da ordem de 191 milhões de TEP e deverá atingir perto de 250 milhões de TEP, em 2003. A parte de produção em parceria para o petróleo bruto seria tão importante quanto a da Sonatrach, no final dos próximos cinco anos.

Distribuição da produção

	1999 - 2003	Taxa de crescimento médio (%)
• Petróleo bruto (106t)	264,4	11,9
em associação	103,4	37,4
• Condensado (106 t)	84,7	2,6
em associação	11,1	24,3
• Gás natural (Gm ³)	696,2	5,01
em associação	70,6	30,2
• GLP(106 t)	45,2	7,9
	7,8	25,4
• Total (106 TEP)	1074	6,5
em associação	191,6	32,9

Refino, petroquímica e liquificação de gás

Refino

O patrimônio industrial está composto de quatro refinarias em atividade, com uma capacidade global de 21 milhões de toneladas/ano. Estas refinarias produzem, para cobrir as necessidades do mercado nacional e para a exportação, os produtos seguintes:

- as gasolinas;
- o óleo diesel;
- os GLPs (propano e butano);
- o querosene, o nafta e os óleos crus;
- os lubrificantes.

Petroquímica

A indústria petroquímica está composta por duas unidades em atividade. A capacidade global por produto apresenta-se da seguinte forma:

- | | |
|-------------------------|-------------------------------|
| • Etileno | 120.000 t/ano |
| • LDPE | 48.000 t/ano |
| • PVC | 35.000 t/ano |
| • CL ₂ /NaOH | 36/41.000 t/ano |
| • HDPE | 130.000 t/ano (em realização) |
| • Metanol | 100.000 t/ano |
| • Resinas | 15.000 t/ano |

Liquefação do gás e separação do GLP

O patrimônio industrial é composto de quatro complexos de GNL e dois complexos de separação de GLP. A capacidade das unidades de liquefação de gás é da ordem de 30 bilhões de metros cúbicos.

A capacidade total de produção é da ordem de 8 milhões de toneladas (87% provenientes das usinas de GLP e 13%, das usinas de GNL).

Exportações

A importância do petróleo e do gás natural confere a estes dois produtos o principal papel no financiamento do desenvolvimento econômico, por cobrir a quase totalidade das exportações do país.

O volume global de hidrocarbonetos comercializados passará de 121 milhões de TEP, em 1999, para quase 175 milhões, em 2003.

O volume comercializado por nossos parceiros, nas jazidas em associação conhecerá forte crescimento e evoluirá da seguinte forma:

- petróleo bruto: ritmo de crescimento de 31% por ano (4 milhões de toneladas em 1999 e 12 milhões de toneladas em 2003);
- condensado em GLP; ritmo de crescimento de 31% e 29%, respectivamente, não considerando a exportação de gás proveniente da jazida de In Salah, produzido de parceria com a companhia BP.

As relações com parceiros brasileiros

As relações do setor com nosso parceiro brasileiro afetam os seguintes aspectos:

- Relações comerciais

Em 1999, as exportações argelinas de hidrocarbonetos para o Brasil compreenderam o condensado, o petróleo bruto, o GLP e os produtos refinados.

As exportações, por produto, estão divididas da seguinte forma:

Condensado	4.240.975 TM
GPL	424.053 TM
Petróleo refinado	821.351 TM
Petróleo bruto	676.480 TM

Para o GNL, as perspectivas de fornecimento não tiveram desdobramentos, apesar das diversas negociações sobre as condições comerciais entre as duas partes.

Principais eixos de cooperação evocados em 27/9/1999, em Alger

Estocagem e distribuição de GLP no norte do Brasil.

Este projeto constitui boa oportunidade de parceria, uma vez que a Sonatrach dispõe atualmente de navios de transporte de GLP de grande capacidade, o que poderia facilitar as entregas para o Brasil, em boas condições comerciais.

Atividade de pesquisa *Off-shore*

Considerando a experiência da Petrobras na pesquisa *Off-shore*, a oportunidade pode ser prevista no *Off-shore* argelino, mas também no estrangeiro, em conjunto com a Petrobras.

Perspectivas

Devido à vulnerabilidade do país às flutuações do mercado petrolífero incerto, foi implantada estratégia de valorização das exportações para o crescimento dos volumes e a maior diversificação dos produtos e mercados.

Acrescenta-se à diversificação de produtos a diversificação dos mercados, cujos objetivos buscados são:

- reequilíbrio regional das exportações;
- orientação dos produtos para os mercados com maior potencial de remuneração.

O gás natural ocupará lugar privilegiado na estratégia das exportações de hidrocarbonetos.

De fato, os progressos tecnológicos realizados (principalmente na produção de eletricidade) e as novas exigências para a proteção do meio ambiente oferecem perspectivas certas à valorização do gás natural argelino.

A Argélia ocupa, por sua situação geográfica, lugar privilegiado no abastecimento dos países da bacia mediterrânea e da Europa Ocidental, onde está prevista a penetração substancial do gás natural no balanço energético desses países.

Programa do governo

As perspectivas estabelecidas pelo governo são muito promissoras, ultrapassando o volume de 60 bilhões de metros cúbicos de gás exportado por ano, assim como a produção de mais de 50 milhões de toneladas de hidrocarbonetos líquidos.

O setor de minas – com reservas de fosfato, ferro, zinco, assim como minerais os mais diversos e mais úteis às novas tecnologias que o subsolo argelino possui – apresenta um formidável potencial ainda a ser mobilizado.

Para que o setor de energia e de minas possa adaptar-se às condições de funcionamento de uma economia de livre mercado, aberto e competitivo, o Estado deverá desempenhar seu triplo papel de:

- proprietário das jazidas de minérios;
- promotor dos investimentos;
- protetor do interesse público; liberando, dessa forma, as empresas públicas dessas funções para que se dediquem total e unicamente à suas atividades econômicas.

Ao mesmo tempo, tratar-se-á de acelerar e de promover maior e mais diversificada participação do setor privado no setor de energia e de mineração para que este último desempenhe seu papel de motor de expansão dos investimentos, de parceria estratégica e de fonte de tecnologia, conhecimento, gestão do financiamento e de acesso aos mercados externos.

Os princípios enunciados pelo governo necessitarão de modificações legislativas, regulamentares e institucionais, assim como da implantação, pelo Estado, de novas instituições de regulamentação.

Parcerias

O objetivo buscado é reativar a parceria na exploração de petróleo, ampliá-la nas pontas, na área dos serviços e atividades conexas, onde existe potencial de convergências e de sinergias.

É também objetivo argelino apoiar-se na parceria e na prática de participações cruzadas para conseguir a entrada das empresas do país na exploração de petróleo e nas indústrias de ponta no exterior.

As vantagens concorrenciais da Argélia, além do potencial petrolífero e gasífero de suas bacias sedimentares, sua infra-estrutura e indústria, permitem-nos pensar que se pode fazer mais e melhor.

Nosso objetivo é conseguir desenvolver parcerias com as indústrias de ponta:

- de um lado, na Argélia, com sociedades detentoras de tecnologia, financiamento e acesso aos mercados, oferecendo, em contrapartida, flexibilidade dos encargos a preços competitivos e vantagens fiscais adaptadas; e
- de outro lado, no plano internacional, para captar fatias de mercado, melhorar a valorização dos produtos argelinos ou beneficiar-se dos efeitos de convergência, como o do gás e da eletricidade.

O setor de serviços petrolíferos e as atividades ligadas à *engineering*, construção e manutenção, constituem também áreas privilegiadas de parcerias, entre cliente e fornecedor, nas quais o interesse das empresas argelinas em buscar transferência de tecnologia e desenvolvimento do *know-how*, redução dos custos e melhoria dos serviços vai ao encontro do interesse do parceiro de aceder a amplo mercado em crescimento.

Os termos contratuais, as taxas de êxito, a estabilidade do barril e os prazos de negociações não sendo mais aqueles praticados anteriormente, o compromisso da nova geração de parceiros fundamentar-se-á nas práticas internacionais com vistas a salvaguardar os interesses de todos os intervenientes.

A introdução que foi feita pelos dois companheiros que me antecederam dá uma idéia geral das grandes oportunidades que existem para um intercâmbio mais profundo entre o Brasil e o Mercosul e os países árabes.

Eu tinha preparado um texto, mas, talvez seja melhor fazer alguns comentários.

A empresa onde eu trabalho, a Sadia – que é uma empresa da área de alimentos – começou as suas relações com o Mundo Árabe por acaso. Em 1975, um conjunto de empresas brasileiras resolveu unir-se para exportar frangos porque os preços do mercado brasileiro estavam muito baixos. Assim, 18 companhias reuniram-se, na sede da nossa empresa, em São Paulo, e houve a decisão unânime de que a solução para melhorar o mercado interno seria retirar o excesso de produção e exportar. Imediatamente, apareceu a possibilidade de um embarque de três mil toneladas de frangos para o Golfo Árabe. No dia seguinte, os jornais publicaram: “Brasil exportará frangos”. Como num passe de mágica – desses que a gente vê, hoje, na Bolsa de Nova York – o mercado brasileiro, que estava com preços baixos, imediatamente se recuperou, porque o Brasil iria exportar.

Dos 18 exportadores que estavam no consórcio, somente três permaneceram. Todos os outros preferiram continuar no mercado interno. E, desses três, a nossa empresa, a Sadia, liderou o consórcio, com 60% da exportação desse primeiro embarque.

Hoje, 25 anos depois, o Brasil exporta quase um bilhão de dólares em carne de frangos e quase 50% da exportação brasileira são direcionados para os países árabes. As nossas plantas industriais já foram construídas, de lá para cá, com a melhor tecnologia mundial mas, ao mesmo tempo, já utilizando todo o aprendizado do

* Presidente do Conselho de Administração da Sadia. Presidente da Abef.

relacionamento com o Mundo Árabe, com o abate islâmico, seguindo as práticas do *halal*. E nós temos um intercâmbio extraordinário, desde então, com clientes e distribuidores do Mundo Árabe; alguns já tem mais de vinte anos de relação ininterrupta.

Aprendemos muito, nessa relação. Investimos na divulgação dos produtos, contratando agências de publicidade para criar peças para o Mundo Árabe, utilizando, inicialmente, os veículos de comunicação disponíveis. A televisão não era disponível, comercialmente, em muitos países, há vinte anos. E nós fizemos promoções, degustação em pontos de venda.

E, a partir da introdução de um produto, o frango, nós, hoje, temos uma linha de quase cem produtos que são comercializados no Mundo Árabe, incluindo, mais recentemente, pratos prontos, congelados, que devem ser apenas aquecidos, com tempero, com embalagem adequada, ao gosto dos consumidores da região.

Por uma casualidade histórica, o nome da nossa empresa, Sadia – ou Sádía, como é conhecida, no Mundo Árabe – é um nome de fácil de pronúncia e, ao mesmo tempo, muito parecido com Saudia, que é uma Companhia Aérea e é a designação, também, da Arábia Saudita. Essa parceria é muito frutífera, de confiança recíproca. Hoje, faz que nós tenhamos mais de duzentos milhões de dólares da nossa empresa, de negócios com essa região, e sejamos reconhecidos, em alguns países, com 70% de *awareness*, ou seja, os consumidores conhecem a nossa marca, confiam nela, têm até uma relação íntima, de emoção com ela.

E eu, que já estive algumas vezes na região, sempre sinto emoção quando vejo, num supermercado, ou num pequeno negócio, um consumidor ou uma consumidora apanhar o nosso produto e identificar-se com aquele, ou quando uma criança diz para a mãe: “Olha, não é esse aí que eu quero, é aquele outro ali”.

Então, muitas vezes, o nosso produto se confunde com o Brasil, porque talvez nós tenhamos encontrado antes, muito antes do Brasil, o caminho para cultivar relações sérias, permanentes, amistosas; independentemente das oscilações do petróleo, das oscilações da

política internacional, nós temos uma presença constante de 25 anos, muito próxima dos consumidores do Mundo Árabe, com produtos de primeira qualidade.

Hoje mesmo, em conversa com o nosso embaixador no Egito e o presidente da Câmara de Comércio Árabe Brasileira, constatamos que, no intercâmbio Brasil e Egito, os números são muito pobres.

Há uma contradição extraordinária nas relações entre nossos países. Enquanto nas relações de amizade, nas relações emocionais e afetivas temos um universo extraordinariamente grande, nas relações econômicas e comerciais é exatamente o inverso; somos de uma pobreza fantástica. Até utilizando uma palavra muito ao gosto dos brasileiros: de uma pobreza franciscana, daqueles religiosos que só têm a roupa do corpo.

Por que é que nós não podemos construir, com base em uma relação de amizade, de confiança, de uma relação, inclusive histórica, de intercâmbio racial, que aconteceu no Brasil, ao longo de tantos anos. Hoje, os descendentes de árabes, no Brasil, são considerados tão brasileiros quanto quaisquer outros, e não sofrem nenhum tipo de discriminação, ao contrário, têm contribuído enormemente para o progresso da região. Por que é que esse capital humano extraordinário que nós temos não se converte em capital econômico, por meio de um intercâmbio maior?

Esse é o grande desafio, talvez, para ser deixado como reflexão, por este encontro. Sei que os diplomatas e as pessoas de governo aqui presentes têm noção da oportunidade, mas transformar energia cinética, energia potencial em dinâmica; fazer que a energia que todos nós temos seja de tração das rodas, para que o veículo desse intercâmbio ande – esse talvez seja o grande desafio.

Nós, possivelmente, sejamos um caso isolado. Mas, quem sabe, talvez sejamos, também, um bom exemplo. Persistência, seriedade, qualidade, intercâmbio. É emocionante chegar num país árabe e ser levado à casa do nosso representante ou do nosso importador, ou do nosso cliente. Quer dizer, são poucos países do mundo onde as pessoas

abrem a sua casa, no intercâmbio dos negócios. No entanto, isso acontece.

Tudo o que digo não é, provavelmente, nenhuma novidade. Mas, talvez, por negociar com um produto que seja diferente do petróleo – que é um *commodity* que as pessoas não tocam, não cheiram, não comem, não sentem, não ingerem – eu sinto uma proximidade muito maior. Principalmente, quando podemos lançar um produto novo, sentir a repercussão do consumidor, fazer uma degustação numa escola ou num supermercado, ou em outro local que se possa ter a reação do público, e modificar o produto, seguir uma sugestão que é dada, mudar o tempero, mudar a embalagem.

Vou finalizar dizendo que, a Sadia tinha, antigamente, um logotipo que era um brasão, um escudo, um *shield*. E aqui, no Brasil, resolveu-se reformular toda a marca da empresa e deixou-se de ter esse escudo, passando-se a ter a marca Sadia escrita, grafada. Imediatamente, tivemos uma enorme reclamação dos nossos clientes do Oriente Médio. Diziam: “A sua empresa é reconhecida pelo logotipo, pelo brasão. E se vocês tiram o brasão e deixam só o nome escrito, mesmo escrito em árabe, que nós adotamos já há 20 anos, a intimidade do público consumidor com o produto fica comprometida”. Nós, imediatamente, reformulamos a nossa estratégia e adotamos as sugestões dos clientes.

Assim são as relações de longo prazo; é a construção em cima de uma base sólida. E nós podemos fazer cinco, dez, vinte vezes o trabalho que está sendo feito hoje. Mas, para isso, é preciso menos inspiração e muito mais transpiração, trabalho.

Obrigado.

Tenho pensado nos dois últimos dias sobre as razões dessa demora, desse atraso no desenvolvimento das relações entre o mundo árabe e o Brasil. Distância e atraso são razões fora de nosso controle que justificam isso, mas quando pensamos no Mundo Árabe, e no fato de que nós desenvolvemos relações com lugares como o Japão e os EUA, que são igualmente distantes no tempo e no espaço, isso é algo para se pensar.

Acho também que há razões devidas a deficiências dos dois lados. Perguntei a mim mesmo por que levei cerca de sessenta anos para visitar o Brasil. Viajei bastante, visitando mais de cinquenta países, em cinco continentes, e apenas anteontem, finalmente, visitei o sexto continente. Apropriadamente, minha primeira parada neste continente foi na capital mais importante do país. É a bela e limpa cidade de Brasília. Ela mostra o quão moderno e avançado o Brasil se tornou, para mim.

Li que ela custa ao Brasil um enorme orçamento, mas há um ditado (em árabe) que significa: “aquele que quer se casar com a bela donzela, não se preocupe com o alto dote”. A primeira vez que ouvi falar do Brasil, ainda como um estudante de sete anos de idade, no final dos anos 40, por meio de uma coleção de selos, e posteriormente no final dos anos 50, nas lições de geografia, quando, ainda me lembro desenhava o mapa da América do Sul, da América Latina, e coloria o Brasil de amarelo. Lembro-me disso talvez porque obtive as notas mais altas. Mas, depois de vê-lo, acho que devia tê-lo colorido de verde, e não de amarelo. Naquela época, Brasília não existia, o Rio era a capital.

Pouco depois, soube mais coisas sobre o Brasil, quando me tornei apaixonado por poesia, li a bela poesia de vários poetas árabes:

Traduzido por Mary Amazonas.

* Diretor de Engenharia e Consultor Econômico de Autoridade do Porto de Dubai e Autoridades da Zona de Livre Comércio de Jebel Ali – Emirados Árabes Unidos.

libaneses e sírios, que imigraram no início do século para São Paulo e para outras partes do Brasil. Mais recentemente, traduzi e publiquei um poema intitulado “Rio de Janeiro”, de meu falecido amigo e renomado poeta dos Emirados Árabes Unidos, Sultan Al-Owais, que instituiu o famoso prêmio literário para poesia. Talvez, depois de terminar minha exposição, eu o leia, se me permitirem. Este é um fórum econômico, mas acho que os laços culturais favorecem muito as relações.

Voltando às questões mundanas de economia, eu gostaria de reiterar alguns dos pontos que o dr. Paulo já mencionou. Os senhores conhecem a importância do Mundo Árabe para o Brasil, e a importância do Brasil para o Mundo Árabe. Como eu disse, este tem 65% das reservas de petróleo, e é um enorme mercado tanto para os produtos agrícolas como industriais brasileiros. E o Brasil está mais avançado que o Mundo Árabe em tecnologia; há um campo real para a cooperação econômica, tecnológica, transferência de *know-how* e ajuda no sítio industrial. Vocês podem dizer novamente que o Mundo Árabe fica longe, mas agora as pessoas vão a lugares tão distantes quanto a Austrália. Há agora um enorme contingente de pessoas que começou, alguns anos atrás, a ir até a Austrália; antes elas costumavam ir aos EUA, por isso acho que se trata de um lugar com que vocês podem estabelecer relações comerciais.

Como já disse, uma das principais razões para o atraso no desenvolvimento dessas relações é a falta de conhecimento, especialmente no Brasil. Os homens de negócio brasileiros não conhecem suficientemente as oportunidades de negócios que estão perdendo. Espero que o efeito deste Seminário e dos simpósios subsequentes corrija essa deficiência.

Agora, vou me concentrar apenas em um aspecto, quando falei sobre o exemplo algeriano, agora o Mundo Árabe; esse se desenvolveu desde 1985, ou mesmo antes de muitas zonas livres. Como o Dr. Paulo já mencionou, as zonas livres podem ser o trampolim dos homens de negócios brasileiros para o mercado no Mundo Árabe.

Nos Emirados Árabes Unidos apenas, há oito zonas livres, a mais antiga e a maior é onde eu trabalho, a Jebel Ali. Ela esteve em operação por quinze anos. Nesse período, conseguiu atrair mais de 1.700 companhias, vindas de 85 países, e foi construída no maior porto feito pelo homem. Ela já assumiu a administração de outros portos e zonas livres na área, como Beirute, Jedá, Djibuti e outros. Essa zona livre não é para o comércio apenas nos Emirados Árabes Unidos ou no Golfo; cobre uma área com uma população de cerca de 1,3 a 1,5 bilhão, porque, a partir de lá, podem comerciar também até nas repúblicas islâmicas da antiga União Soviética, no Paquistão, na Índia e no Irã, especialmente na África Oriental. É o que acontece, por exemplo, com a Sony, que tem agora o maior armazém do mundo fora do Japão, em Jebel Ali; a partir dali, eles apenas levaram suas coisas para lá e começaram a comerciar. Isso poupa muito tempo para o abastecimento do produto.

E embora tenhamos conseguido uma porção, um grande número de companhias detentoras de ações de primeira linha na zona livre, temos também muitas companhias pequenas, pequenos comerciantes que se organizam para que essas zonas livres possam acomodar todos os tipos de negócios. De fato, antes de vir, falei com o presidente. Disse que podemos fazer alguma coisa para atrair os brasileiros, porque não há brasileiros. Temos 1.700 companhias, mas nenhuma brasileira. É incrível! Perguntei se podíamos fazer alguma coisa; ele disse que sim.

Podemos oferecer lá um escritório, que pode usar os armazéns gerais, ou podemos alugar um armazém, com cerca de 550m². Vocês podem alugar muitos, ou podem adquirir terras, construir seu próprio armazém ou fábrica.

Lembro-me da Sony, quando chegou, dez anos atrás. Como os japoneses são pessoas muito prudentes, eles não iam comprar terras. Sentei-me com eles e disse, “Sony, você tem uma companhia enorme”. Eles disseram “Não, nós vamos adquirir apenas armazéns”. Adquiriram um par de armazéns, e então, depois de dois anos, disseram que iam reconsiderar. Eles levaram apenas sete meses para

voltar e dizer, “Agora nós precisamos de um grande lote de terra”, e adquiriram 10.000 m², e, alguns meses depois, adquiriram outros 10.000 m², porque nunca imaginaram que poderiam obter tanto sucesso.

Quero dizer que os Emirados Árabes Unidos (EAU) oferecem muitas vantagens, infra-estrutura moderna, facilidades, aeroporto, e não há taxaço no país, nenhum imposto pessoal, e até a tarifa é de apenas 4%. Os incentivos que a zona livre oferece são enormes, pode-se ter uma propriedade de 100%, nenhum imposto; pode-se ser repatriado, pode-se fazer muitas coisas.

E eu perguntei a meu presidente, “Podemos fazer alguma coisa por eles?”, e ele disse: “Nós podemos permitir a entrada de algumas pequenas companhias deles que querem vir e tentar crescer; vamos dar a elas um armazém para dividir, embora pequeno, talvez duas, três companhias, cinco companhias; se quiserem dividir também um armazém, nós faremos isso, apenas como um atrativo, e talvez também demos a elas algum tempo livre por alguns meses, com aluguel livre, apenas como atração”. Esse é um exemplo de como estamos interessados em conseguir atraí-los.

Se alguém quiser mais informações, podemos enviar-lhe os prospectos; temos também *websites* para o porto de Dubai e para a zona livre de Jebel Ali, na internet. Ficarei feliz em responder a quaisquer perguntas. Vocês podem comunicar-se conosco pela internet, ou outro meio qualquer.

Agora, o poema:

“Rio de Janeiro. Você é a cidade do amor, ó Rio. E não é de admirar que o amor viva onde a alegria foi abandonada. Suas planícies, suas montanhas, seus habitantes despertam e dormem para seu sorriso. A cada dia, você mostra a eles formas de beleza, cheias de prazer em diferentes usos.

Você é único na terra, como um pedaço do paraíso trazido à terra e inadvertidamente aqui deixado. Embora as tribulações da vida sejam fatais, em você encontrei compensação para a vida, pois os olhos vêem apenas o que agrada. Do palácio de Saad, até

o pântano de Niimphs próximo. Há pois uma Ninfa graciosamente modelada, como se Deus ordenasse ser a própria beleza, e ela se tornou indiscretivamente bela.

Ela me perguntou: ‘Você está apaixonado?’ Eu respondi, ‘O amor é meu refúgio, por ele eu canto, e nele eu busco refúgio’. E ela se aproximou com seu passo gingado, e você podia ver a urgência pelo pecado, na forma de dalias com o peito nu, sem consideração com um homem atordoado, quase desfalecente. E ela se estirou na areia, um corpo voluptuoso, flertando com o Sol, até pensei que não podia me mover.

Ó mar, ó mar, esta é a pérola da terra. Tem você no berço de suas conchas uma pérola para combinar. E agora que eu estou longe dela, meu coração está em brasa, como uma mãe que deixa seu filho, e suas lágrimas escorrem... ”

Muito obrigado.

PAINEL VII

CULTURA E IMIGRAÇÃO ÁRABES: INFLUÊNCIA NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Expositores

Oswaldo Mário Serra Truzzi – Brasil

Charles Lotfi – Líbano

Debatedores

Mário Chamie – Brasil

Hanna Yousef Emile Safieh – Autoridade Palestina

A vinda de libaneses e sírios ao Brasil

A epopéia de milhares de imigrantes de origem libanesa e síria que se dirigiram ao Brasil a partir das duas últimas décadas do século passado teve início quando a Síria e o Líbano encontravam-se ainda sob o jugo otomano.¹ A dominação turca da região prolongou-se por longos quatro séculos, desde 1516 até o esfacelamento do império otomano, ao final da Primeira Guerra Mundial, em 1918.

Até a primeira metade do século XIX, uma economia de subsistência prevalecia em toda essa região compreendida como Grande Síria.² Com a derrota dos turcos na Primeira Guerra Mundial, a França assumiu o controle político da região. Sob o regime de protetorado francês, o Líbano (capital Beirute), uma faixa de terra estreita e colada ao Mediterrâneo, povoada à época em sua maioria por cristãos maronitas, ganhou autonomia em relação ao restante da Síria (capital Damasco), povoada, na maior parte, por muçulmanos. Ambos os países atingiram a plena independência somente em 1943 e 1946, respectivamente.³ Tanto do Líbano quanto da Síria, chegaram ao Brasil levadas mais significativas de imigrantes, a partir das duas últimas décadas do século XIX.

A imigração para o Brasil inscreve-se no quadro mais geral de movimento de populações européias e orientais em direção à América. As razões que provocaram o surto migratório em direção a

* Professor Adjunto IV da Universidade Federal de São Carlos, São Paulo.

¹ Para um trabalho mais completo sobre o tema, consultar Truzzi, Oswaldo. *Patrícios – Sírios e Libaneses em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1997.

² Hitti, Philip K. *The Syrians in America*. New York: George H. Doran Company, 1924, p. 21.

³ Para um apanhado histórico conciso da Síria e do Líbano, consultar *Cambridge Encyclopædia of the Middle East and North Africa*, ed. Trevor Mostyn, Cambridge Un. Press, 1988; para uma história detalhada, consultar Hitti, Philip. *History of Syria, including Lebanon and Palestine*. (London: Macmillan, 1951) e -. *Lebanon in History*. London: Macmillan, 1967).

diferentes países da América vinculam-se, de modo geral, a fatores de natureza econômico-demográfica que desagregaram a economia de subsistência, anteriormente estabelecida em torno de aldeias quase auto-suficientes e pouco integradas entre si. A melhoria dos transportes marítimos e terrestres ocasionou a importação de bens manufaturados que minou a produção local de artesãos independentes; o crescimento urbano das cidades também ensejou uma produção agrícola comercial, de maior escala, que deslocou as plantações de subsistência. A indústria têxtil, em boa parte, de caráter doméstico⁴, não resistiu à competição dos produtos importados.

Além disso, a combinação entre o crescimento populacional, uma estrutura agrária pulverizada e solos semi-desérticos estabelecia limites à incorporação de filhos e respectivas famílias nas propriedades rurais, incentivando os mais jovens à emigração. Sobre tais fatores, incidiram também, embora em menor grau, motivos de natureza mais político-religiosa, ocasionados pela desagregação do império otomano ou por disputas fomentadas entre frações religiosas.⁵

Estados Unidos, Brasil e Argentina foram os países de destino preferencialmente escolhidos para a emigração, muito embora as cifras que envolvem os fluxos sejam bastante discutíveis, já que o território correspondente ao país que hoje conhecemos como Líbano não era independente e que parece ter ocorrido um número apreciável de saídas clandestinas. Em termos absolutos, os Estados Unidos foram o país que mais recebeu imigrantes de origem libanesa e síria durante os cinquenta anos compreendidos entre 1880 e 1930, período mais importante de emigração anterior à Segunda Guerra Mundial. No Brasil, a imigração de libaneses e sírios começou a avolumar-se às vésperas do século XX, atingiu seu auge no pré-guerra – o ano de 1913 registrou o pico de 11.101 entradas – para interromper-se durante o conflito, estabilizou-se nos anos 20, ao redor de 5.000 entradas anuais, e arrefeceu no início da década de 1930, combatida

⁴ Tannous relata, por exemplo, que o tear constituía um equipamento essencial à família.

⁵ Tannous, Afif E. "Emigration, A Force of Social Change in an Arab Village". *Rural Sociology*, vol.7, Mar. 1942, p. 62-74.

pela depressão econômica e pelo sistema de cotas adotado pelo governo brasileiro, inspirado no sistema americano.

Durante muito tempo, no Brasil, quaisquer estatísticas de entradas de imigrantes daquela região eram consolidadas sob a categoria “outras nacionalidades” e somente no estado de São Paulo, cuja organização dos serviços migratórios tornou-se mais cuidadosa a partir de 1908, esses imigrantes foram registrados ora como turcos, turco-asiáticos, libaneses ou sírios. Entre 1908 e 1941, o contingente perfaz 4% (48.326 indivíduos) do total de imigrantes entrados nesse estado, atrás de portugueses, espanhóis, italianos, japoneses e alemães.

O fato é que a partir das últimas décadas do século XIX, o exemplo de alguns pioneiros bem sucedidos estimulou exponencialmente a emigração. “Como um fermento possante, (a emigração) agita todas as aldeias e povoados de nosso campo. Todo mundo está em movimento e ninguém parece disposto a ficar, desde que possa, de um jeito ou de outro, arranjar dinheiro suficiente para a viagem.”⁶ A oportunidade de fazer dinheiro numa proporção inimaginável para os padrões locais exerceu um profundo impacto no equilíbrio das aldeias. As famílias passaram a planejar o envio de seus filhos temporariamente à América como forma de resolver suas dificuldades financeiras. Aquelas que não o fizessem, perdiam *status* e prestígio, ficando para trás.

Duas circunstâncias ilustram de forma exemplar tais motivações. A primeira reside na importância das remessas de dinheiro enviadas pelos imigrantes à terra de origem, endereçadas sobretudo à aquisição de mais terras, o que denuncia o desejo de procurar viabilizar o modo de vida anterior, ampliando-se a propriedade rural para permitir a sobrevivência de todos. O correio tornou-se a instituição mais importante das aldeias porque trazia notícias e dinheiro aos que ficaram. A segunda circunstância complementa a primeira e diz respeito ao caráter temporário com que foi inicialmente

⁶ Knowlton, Clark. *Sírios e Libaneses: mobilidade social e espacial*. São Paulo: Anhambi, 1961, p. 29-30.

encarada a imigração: o cálculo dos imigrantes era o de que alguns anos de América seriam suficientes para assegurar uma vida familiar próspera em suas aldeias. Daí a maior presença de homens solteiros entre os emigrantes.

No Brasil, obra literária alguma retratou com maior fidelidade os vínculos emotivos entre os que partiram e os que ficaram do que o espirituoso e comovente romance de Emil Farhat, *Dinheiro na Estrada: uma saga de imigrantes*, escrito a partir das cartas trocadas entre o autor, ele próprio imigrante, e sua mãe, professora da aldeia de Kafarchima, grudada a Beirute, desconsolada com a perda de seis filhos para o Brasil.

E agora, com vinte anos nessa mina do Brasil, Iskândar já não encheu o bernal da fortuna de que tanto falava? Então, por que não vem? E você? Ele é o mais velho, mas autorizei você a puxar-lhe as orelhas. Assim. Isto, desse jeito. Então, por que não fez? Vocês todos são uma súcia. Estão apalavrados para me deixarem na berlinda, chorando num canto da casa. Chorando escondida para que seus irmãos, suas irmãs daqui não vejam. Eles se ralam de ciúmes com as lágrimas que choro por causa de vocês.

Para que essa cara de berinjela murcha? Seus irmãos e suas irmãs, os daqui, estão com a razão. Então isso é coisa que se faça? Pegaram-se aí nesse Brasil, nessa América, e pronto. Lata na cara da velha.

Meu Deus! Só peço a Deus para que não me deixe sentir o tempo. Para mim, vocês saíram anteontem. Anteontem. As vezes consigo ver claramente a cara de todos. Um por um. Iskândar, com o bigodão, só para esconder aquela cara de menino assustado. In-Hula, elétrico, apressado, sempre se queimando com a sopa quente. Muzáref, tinindo os dedos, mexendo os dedos. Fazendo exercício prá contar o dinheiro, dizia ele, esfregando as mãos ao invés de adeus, na hora da partida. Ziad recitando versos repentistas para um desafiante que sempre perdia. E para uma platéia que só o aplaudia. Nazira amedrontada, vai-não-vai, querendo ir, só eu sabia porque. Para se casar. E casou? Mas como é que você não me disse nada antes? Não abuse dessa

desculpa. Estou ficando surda, mas não para ouvir as notícias de meus filhos. Notícia de filho, a gente ouve antes mesmo das bocas se abrirem.

E você, o orgulhoso, o emproado, o briguento Tauil? “Vou lá no Brasil e trago todos, pelo cangote.” Trouxe quem? Trouxe nada.

Perdeu-se no mesmo atoleiro. Você ainda nos deixou esta casa. Agarro-me nela, nos balaústres, nos portais; seguro cada pedaço que caiba na minha mão. E chamo todas essas coisas por um nome só – Tauil. Tauil. Tauil.

Desculpe, o papel molhado aqui foi porque não achei lenço. Não vi que estava enfiado no cinto do vestido.⁷

“A febre emigratória”, queixou-se um líder de missão presbiteriana na região,

não apresenta indícios de diminuir. Chegou-se a tornar uma mania. Tirou das nossas igrejas alguns de seus membros mais úteis; muitos dos professores dão sinais de inquietude. Um analfabeto vai para a América e no curso de 6 meses manda um cheque de 300 ou 400 dólares, mais do que o salário de um professor ou de um pastor em mais de dois anos.⁸

Foi tal espírito febril, desafiado por condições econômicas e políticas adversas, retemperado pelas condicionantes culturais da sociedade local e inflamado pelas histórias de sucesso do outro lado do mundo, que compeliu os protagonistas, cada um desejoso de não ficar para trás, a redimir a situação econômica familiar, a competir, saindo em direção à América.

A intensidade do desejo não deve, no entanto, distorcer as determinantes essenciais do processo. A maior parte dos que emigraram o fizeram não com a decisão tomada individualmente, mas apoiados por uma base familiar ou, no mínimo, uma rede de

⁷ Farhat, Emil, *Dinheiro na estrada: uma saga de imigrantes* São Paulo: T. A. Queiroz, 1987, p. 72-3.

⁸ Knowlton, Clark, *Op. cit.*

conterrâneos.⁹ Sendo assim, no âmbito familiar, geralmente a condição para a emigração de uns era que outros, na retaguarda, assumissem as lides com a propriedade rural. Além disso, um polpudo movimento de remessas de dinheiro, aliado ao caráter inicialmente temporário da migração, está longe de sustentar a imagem de aventureiros desgarrados em busca de interesses exclusivamente individuais. Um retrato mais fiel seria compreender a imigração como formada por indivíduos comprometidos por laços familiares, dedicados ao atendimento de prioridades deixadas na terra natal. Seja por meio do envio de remessas monetárias, seja reconstruindo suas vidas familiares no Novo Mundo, eles efetivamente buscavam redimir suas famílias de situações desfavoráveis.

○ começo como mascates

Infelizmente, não existem estatísticas sobre a distribuição de libaneses no Brasil no início do século. O que se sabe é que durante os primeiros anos de 1900, havia três centros de atração principais no Brasil para essa etnia: a Amazônia, São Paulo e Rio de Janeiro.

O primeiro e mais importante durante esse período foi a Amazônia, devido ao surto de prosperidade a borracha, que começou logo depois da chegada dos primeiros libaneses. Com grandes levas de brasileiros e outros grupos, entravam eles no vale do Amazonas.¹⁰

O mascate sírio ou libanês não estava interessado, como os outros, apenas em borracha, mas também em vender mercadorias. Não se passaram muitos anos, e o comércio da bacia amazônica concentrou-se em suas mãos. A partir dos principais centros como Manaus – onde a colônia se concentrou nas proximidades da Igreja Nossa Senhora dos Remédios – e Belém, o mascate saía de barco negociando com os habitantes.

⁹ Bodnar, John. *The Transplanted: A History of Immigrants in Urban America*. Bloomington: Indiana University Press, 1985, p. 52.

¹⁰ Knowlton, Clark. *Op. cit.*, p. 65.

Foi a fase de proliferação dos famosos e históricos “regatões”, que subiam os rios a reboque dos “gaiolas”, espécie de barco maior, e depois iniciavam a remo um comércio perigoso, considerado ilegal pelos donos de seringais que desejavam controlar a produção de borracha em suas propriedades. O “regatão” comercializava às escondidas, diretamente e com a cumplicidade dos próprios seringueiros, realizando o negócio num verdadeiro escambo. Como tipo social e comercial surgido das contingências do meio ambiente, o “regatão” representou um flagrante desafio aos aviadores tradicionais, aos monopólios dos seringais e dos “rios fechados” dos “coronéis de barranco”. Tripulado com dois ou mais remadores experimentados, o regatão realizava suas longas viagens subindo os rios e vendendo mercadorias a prazo para o seringueiro. Na descida, recebia em borracha em lugares previamente combinados, já conhecidos das duas partes, jamais no porto oficial do seringal, onde seria presa fácil dos proprietários.

Inúmeros “regatões” eram de origem libanesa ou síria e exerceram, sobre as populações ribeirinhas dispersas nos principais rios produtores de borracha do Amazonas, um verdadeiro fascínio, porque traziam as novidades e as notícias da capital. Varriam os rios em embarcações típicas, de madeira, cobertas com palha ou lona de meia-nau para ré, fechada com laterais de tábuas pintadas e abarrotadas de mercadorias variadas,

desde a agulha de coser, o anzol, carretel de linha de várias cores, botões, velas, cachaça, borzeguins, linha de pescar, tarrafa, brincos, anéis, cordões, pulseiras de latão, chapéus de palhinha, massa, couro, calças, camisas, cuecas, balas de rifle, espingardas, facões, enxadas, fósforos, cigarros de várias marcas, sabão em barra, sabonetes perfumados, mosquiteiros, redes do Ceará, fogareiros, leques, purgantes de mamona, sal-amargo, calomelano, violão, flauta e um mundo de mercadorias, todas de péssima qualidade.¹¹

¹¹ Andrade, Moacir. *Tipos e veículos de transportes fluviais do Amazonas*. Manaus: Imprensa Oficial, 1985, p. 49.

As aventuras dos “regatões” inspiraram muitas passagens na literatura da região.

Na sua caminhada rio acima, rio abaixo, vendendo suas mercadorias pelo processo do escambo, faz projetos, pensa, delinea, risca, faz operações de contas, alargando os horizontes da sua fértil imaginação com o comércio que realiza em cada parte que chega, antegozando os lucros que lhe proporcionarão condições de se estabelecer em Manaus, a capital da borracha. O barco é a sua casa, o seu mundo, o seu universo afetivo, onde reencontra-se com seu povo no distante oriente, na felicidade de uma miragem nascida da solidão do rio e das noites quentes e solitárias, cujo único companheiro é um cafezinho feito por ele mesmo num improvisado fogão feito de lata de querosene instalada na popa da embarcação, acompanhado de um pedaço de beiju grosso.¹²

De fato, com o tempo, muitos deles se estabeleceram com comércio em várias localidades da Amazônia ou mesmo, ao final do ciclo da borracha, lograram firmar-se no próprio domínio dos barracões de seringais, especificamente no Acre e nos chamados altos rios.¹³ O resultado foi que, do Acre ao Pará, não havia cidade de alguma expressão na região onde libaneses, sírios e seu comércio característico estivessem ausentes. Após a Primeira Guerra Mundial, o final do ciclo da borracha determinou a transferência de muitos libaneses para São Paulo ou para o Rio de Janeiro, mas muitos também permaneceram e constituem, até os dias de hoje, sustentáculo importante do comércio da região.

As minas e as zonas agrícolas florescentes do estado de Minas Gerais também atraíram os libaneses. Estabeleceram-se por todo o Estado, desempenhando papéis importantes no progresso do comércio

¹² Idem. *Ibidem.* p. 50.

¹³ Andrade, Moacir. *Manaus: Ruas, Fachadas e Varandas*. Manaus: Humberto Calderaro, 1985, p. 50 e Benchimol, Samuel. *Grupos Culturais na Formação da Amazônia Brasileira e Tropical*. Manaus, 1985, p. 18-9. mimeo.

e da indústria. Em muitas vilas e cidades, praticamente o comércio a varejo mais importante estava em suas mãos. Muitos, enriquecendo, compravam terras e tornavam-se fazendeiros e criadores, e outros investiram seus fundos em máquinas de beneficiar algodão, armazéns e outras formas de empresas industriais numa zona agrícola.

Uma das trajetórias mais impressionantes é a de Elias Aun, nascido na pequena cidade litorânea de Damour, próxima a Beirute, em 1904. Seus pais criavam bicho-da-seda e fiavam o tecido para exportação. Com a concorrência, a família resolveu emigrar para os Estados Unidos, mas chegando em Marselha, o pai não conseguiu o visto americano por já ter sido operado de uma vista. Aun chegou ao Brasil quando tinha 9 anos, em 1913. Morou em cortiços em São Paulo, até que um conterrâneo convidou a família para montar um botequim para vender cachaça em Ibirá, no interior de São Paulo. Aos poucos, aprendeu contabilidade, tornando-se guarda-livros em armazéns e vendas de patrícios. Ao mesmo tempo, começou a interessar-se por fotografia. Casou-se com uma filha de italianos em 1927. Com a crise de 1929, muitos comerciantes faliram e Aun acabou ficando sem emprego. Resolveu, então, mudar-se para Belo Horizonte, onde a colônia libanesa e síria se aglutinou com seus negócios em torno da rua dos Caetés. Trabalhou como balconista e depois conseguiu trabalho em uma papelaria, onde tornou-se o responsável pelo laboratório fotográfico. Em 1936, montou sua própria casa de fotos, no centro da capital mineira. O negócio prosperou e sessenta anos depois, em 1996, a Kodak prestou uma homenagem ao seu mais antigo representante ainda na ativa: Aun estava com 92 anos.

Uma característica básica da colônia libanesa no Brasil é a sua distribuição ao longo de todo o território nacional. Uma vez que começavam como mascates, estendiam suas rotas a paragens longínquas, pouco acessíveis pela rede de transporte estabelecida. No sul, os primeiros libaneses chegaram por volta de 1880, originários de localidades como Chiká, Djoune, Sarba, Barsa, Zouk Mickael, Daroun, Anfi e outras povoações próximas. Muitos desembarcaram

em Montevideu e entraram no Brasil por via terrestre, pela cidade de Jaguarão, na fronteira. Em Porto Alegre, as ruas General Andrade Neves e Voluntários da Pátria foram as preferidas da colônia, tanto para o comércio como para a moradia. Em Pelotas, Felipe Mechereffe tornou-se a figura central de toda a coletividade sírio-libanesa ao longo do primeiro quartel do século XX. Depois de radicar-se em Minas Gerais, ele se estabelecera em Pelotas desde 1902. Ao longo de toda a fronteira sul, assolada nos anos 20 pela Revolução Farroupilha, este libanês tornou-se uma referência para todos os velhos mascates, que se recordam com prazer e grande veneração desse homem sempre solícito em ajudar patrícios que afluíam de todos os recantos. Chegava a abrigar em sua casa cerca de quarenta mascates, adiantando-lhes mercadorias, muitos dos quais acabaram estabelecendo comércio em várias cidades do interior gaúcho.¹⁴

Outro foco importante de concentração era, obviamente, a cidade do Rio de Janeiro – até 1960, sede da capital federal – onde a colônia concentrou-se nas adjacências das ruas da Alfândega, Senhor dos Passos e Buenos Aires. Muitos imigrantes eram alojados no Hotel Boueri, um prédio de dois andares que ficava na Praça da República. Procurados por parentes ou conterrâneos, recebiam orientação para que encomendassem a um marceneiro seu armarinho ambulante. Em geral, as caixas mediam dois metros de altura por 1,20 m de largura, embora houvesse tamanhos variados, de acordo com o porte do mascate. Eram equipadas por correias de couro que as sustentavam às costas do vendedor.

Ao longo dos anos, outras etnias – judeus, chineses, coreanos e outros – além dos portugueses originalmente estabelecidos, também se instalaram na mesma região, que se tornou o centro de um comércio vigoroso cujo cotidiano é marcado por uma mistura de mercadorias coloridas em exposição e sotaques diversos. No mês de dezembro, é grande o fluxo de clientes que procuram nozes, avelãs,

¹⁴ Sociedade Libanesa de Porto Alegre. *Os Libaneses e sua História no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, mimeo.

tâmaras e outros produtos nas lojas que comercializam especialidades árabes importadas do Oriente. Mais recentemente, no início dos anos 60, criou-se uma associação conhecida como SAARA (Sociedade de Amigos das Adjacências da Rua da Alfândega), sigla designativa dessa região do centro da cidade do Rio de Janeiro, que acabou se popularizando entre os cariocas.

A mistura étnica faz com que convivam no S.A.A.R.A. uma variedade de religiões. Os sírios e libaneses são, em sua maioria, cristãos maronitas ou greco-ortodoxos e em menor número muçulmanos. Os judeus já tiveram uma sinagoga na região que hoje não existe mais. E os chineses dividem-se em budistas e cristãos.”¹⁵ A maior parte dos templos na região do S.A.A.R.A. deriva do catolicismo português hegemônico desde os tempos da colônia, mas é interessante notar como os libaneses maronitas redefiniram, ao longo das últimas décadas, a tradição de uma dessas igrejas, a de São Gonçalo Garcia, construída em 1758. É que a partir de 1850, a paróquia passou a abrigar, também, a irmandade de São Jorge, fazendo com que o culto a esse santo se tornasse aos poucos mais popular que o de São Gonçalo. A igreja passou então a ser conhecida como Igreja de São Jorge. Ora, São Jorge, “nascido na Capadócia, é o santo de devoção de grande número de libaneses imigrantes. No S.A.A.R.A. não são poucas as lojas que ostentam a sua imagem, ornamentada com flores e fitas. Todos os anos, o dia 23 de abril, data de São Jorge, é festivamente comemorado com uma alvorada e missas durante todo o dia.”¹⁶

Em outras capitais, concentrações semelhantes ocorreram, embora em menor proporção. Ao longo do tempo, os libaneses, os sírios e seus descendentes inseriram-se de forma irreversível em todos os patamares da estrutura comercial de várias cidades do país,

¹⁵ Susane Worcman (coord. CIEC), “*Do Tropical Inglês ao Blue Jeans (Projeto Memória do SAARA)*”, Rio de Janeiro: 2 a 27 de outubro de 1996 (exposição).

¹⁶ Idem.

procurando instalar-se em zonas centrais da cidade, freqüentemente próximas a estações ferroviárias ou a mercados municipais, para que pudessem tirar proveito do movimento como comerciantes.

Os censos nacionais de 1920 e de 1940 forneceram instantâneos do volume dos estrangeiros em todo o país nessas datas, possibilitando pela primeira vez um cenário da distribuição regional dos sírios e libaneses no Brasil. O primeiro registrou que quase 40% dos “turco-asiáticos” do Brasil (quase 20 mil indivíduos) estavam em São Paulo e constituíam a quinta etnia mais volumosa do Estado. Destes, um pouco mais de 30% habitavam a capital. Vinte anos depois, o estado de São Paulo abrigaria praticamente a metade do contingente nacional (Tabela 1).

Tabela 1 – Distribuição dos libaneses e sírios entre as principais regiões brasileiras

Regiões	1920		1940	
	Número	%	Número	%
São Paulo	19285	38,4%	23948	49,2%
R. de Janeiro/ DF	9321	29,5%	12412	25,5%
Minas Gerais	8684	17,3%	5902	12,1%
R. Grande do Sul	2565	5,1%	1903	4,0%
Amazonas/Pará	2271	4,5%	1309	2,7%
Subtotal	42126	83,8%	35674	76,6%
Brasil	50246	100%	46614	100%

Adaptado de Knowlton, Clark. *Sírios e Libaneses: mobilidade social e espacial*. São Paulo: Anhambi, 1961, p. 68.

Em 1934, um censo realizado em São Paulo apurou que mais de um terço dos que viviam no Estado residiam na capital, concentrados no distrito da Sé e no de Santa Ifigênia. Essa região abriga a rua 25 de Março, próxima ao mercado, que desde o início do século firmou-se como o *locus* pioneiro do comércio de fazendas

e armarinhos da capital paulista.¹⁷ Em 1940, chamou a atenção de um observador a extrema concentração deles nessa região,

onde o amendoim torrado cede lugar à semente de abóbora e o quibe, sob todas as formas, sobrepuja o típico feijão com arroz brasileiro ... O ambiente é francamente sírio. Há livrarias que só vendem livros escritos em árabe. Ouve-se, constantemente, música típica e canções dolentes e sentimentais pelas melhores vozes do Oriente. Nas confeitarias e nos cafés, os rádios, em geral, estão ligados para as estações que irradiam músicas árabes e os fregueses falam mais em língua estrangeira do que na língua do País.¹⁸

À medida que o século avançava, a imagem de homens dedicados ao comércio foi se fixando. Não era para menos. Os descendentes de sírios e libaneses haviam penetrado de forma irreversível em todos os patamares da estrutura comercial do país, especializando-se em alguns ramos que, à época, eram importantes e facilmente notáveis, pois a alma do negócio consistia em atrair o consumo popular. Autores como Diegues Jr. afirmaram que

quando um “turco” chega a uma rua para atividade comercial, a rua logo se modifica; toma outro colorido, um colorido quase étnico... Os mostruários de bugigangas nas vitrines; as camisas dependuradas, os sabonetes suspensos por cordões, bolsas escolares, brinquedos de criança, a variação, enfim do colorido e dos objetos expostos dão logo à fisionomia da rua o seu caráter sírio.¹⁹

Marques captou o mesmo tipo de impressão:

¹⁷Mais tarde, já na década de 1940, a rua José Paulino, no coração do bairro do Bom Retiro, habitado por imigrantes de origem judaica, disputaria essa hegemonia com a rua 25 de Março.

¹⁸Araújo, Oscar Egídio de. “Enquistamentos Étnicos”. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*. N. 6 mar. 1940, p. 231.

¹⁹Diegues Jr., Manuel. “Dois grupos étnico-culturais no Brasil: italianos e sírio-libaneses”. *Jornal do Comércio*, 4 out. 1951.

É rua colorida, alegre, gesticulante, com um cheiro gostoso de fazendas novas, de tecidos gomados, de bons ou falsos perfumes e de sabonetes caros ou baratos. Ali há de tudo. Tudo que possa arregalar os olhos bisbilhoteiros se acha ali exposto em local bem visível. As vitrines são, por isso mesmo, arlequinescas.²⁰

Esta história recheada de dramas pessoais, mas no geral bem sucedida, tem seu começo com a singular figura do mascate²¹. É curioso que, na terra de origem, a dedicação ao comércio não tenha sido tão pronunciada: a maior parte dos aldeãos que chegaram ao Brasil no início da imigração eram agricultores de pequenas propriedades cultivadas pela família, ou, em alguns casos, artesãos.²² Há indicações razoavelmente seguras de que o ofício de mascate, por exemplo, era mais freqüentemente exercido por gregos, armênios e judeus.²³

Por que, então, o imigrante embrenhou-se na mascateação, já que não era essa a atividade principal a que se dedicava em sua terra natal? O elemento fundamental para a compreensão da inserção profissional na nova terra reside no contraste entre as características da estrutura agrária da terra de origem e as da aqui vigente. Os imigrantes recém-chegados, em geral, pertenciam a famílias de agricultores proprietárias de pequenos lotes de terra, trabalhados e cultivados por toda a família ampliada.

Esses imigrantes, embora a maior parte deles vinculadas à atividade rural em suas terras de origem, depararam, sobretudo em São Paulo, com um sistema de grandes lavouras em tudo diferente do que conheciam. Vieram sem recursos, o que os impedia de se

²⁰ Marques, Gabriel. *Ruas e tradições de São Paulo*. 1966, p. 82.

²¹ O comércio ambulante também constituiu a primeira alternativa de inserção econômica em outros países da América Latina. Consultar Bestene, Jorge. "Formas de Asociacionismo entre los Sirio-Libaneses en Buenos Aires (1900-1950)". In: Devoto, F. J. e Míguez, E.J. *Asociacionismo, Trabajo e Identidad Étnica* Buenos Aires: CEMLA-CSER-IEHS, 1992, p. 116.

²² Knowlton, Clark. *Op. cit.*, p. 135 e Tannous, Afif I. "Acculturation of an Arab-Syrian Community in the Deep South". *American Sociological Review*. vol.8 (3) June, 1943, p. 266.

²³ Miller, Deborah L. "Middle Easterners: Syrians, Lebanese, Armenians, Egyptians, Iranians, Palestinians, Turks, Afghans". In: *They chose Minnesota: a survey of the State's ethnic groups*. St. Paul: Minnesota Historical Society Press, 1981, p. 514.

estabelecerem como proprietários rurais. Em particular, ante a uma estrutura agrária concentrada, teriam de se empregar como colonos ao longo de pelo menos uma ou duas gerações para terem a chance de conquistar o acesso a algum tipo de propriedade rural que os mantivesse em suas atividades originais. Além disso, nos primeiros tempos da imigração, alguns deles empregaram-se como colonos, mas poucos meses depois fugiram para as cidades mais próximas, desmotivados pelo tratamento nas fazendas e pela falta de perspectivas de melhoria de vida. Seus relatos contribuíram, conta-nos Knowlton, para que outros se mantivessem afastados da agricultura.²⁴

Os dados relativos à profissão de imigrantes, coligidos quando da entrada destes pelo Porto de Santos e disponíveis para o período 1908–1939, apontam que os libaneses e sírios, entre as demais etnias, pouco se apresentaram como agricultores, provavelmente porque já tinham em mente trabalhar em atividades comerciais, aproveitando-se da inserção de parentes ou conterrâneos previamente estabelecidos. Apenas 18% deles se declararam agricultores.

Uma vez que vieram solteiros e quase sempre com a determinação de retornar à terra de origem depois de amearhar, durante alguns anos, algum capital que os fizesse viabilizar a vida, a maior parte deles não hesitou em optar por uma atividade que os mantivesse na condição de trabalharem para si próprios, escapando das agruras da condição de colonos ou operários. Como, em geral, vieram sem nenhum capital, essa atividade somente poderia ser a mascateação.

Portanto, o importante a se reter no caso dos libaneses e sírios no Brasil é que entre a manutenção original do ramo de atividade ou do tipo de inserção na estrutura ocupacional, a etnia em massa optou por esta última, ao reafirmar, desde o início, suas aspirações ao estabelecimento do próprio negócio, no dizer de um entrevistado;

²⁴ Clark Knowlton, *Op. cit.*, p. 136.

²⁵ Kurban, Taufik. *Os Sírios e Libaneses no Brasil*. São Paulo: Sociedade Imprensa Paulista Ltda., 1933, p. 65.

ao “optarem por cuidar de seus próprios narizes”, no dizer empreado de outros, “ao não se sujeitarem a ocupações servis”.²⁵

Essa vocação comercial significou algo mais específico que uma mera inserção urbana, não devendo ser confundida com esta condição mais ampla por dois motivos: em primeiro lugar, porque a zona rural constituiu uma base espacial importante às atividades do mascate e, em segundo lugar, porque eles não aderiram a outras ocupações tipicamente urbanas, fora do comércio.²⁶ Deffontaines observou que, desde o fim do século passado,

o campo de trabalho dos mascates se alargou consideravelmente, na mesma proporção em que o colono procurava se desembaraçar das compras nas lojas do fazendeiro e por isso os mascates representavam uma feliz concorrência ao armazém do patrão.²⁷

Em função disso, os mascates embrenharam-se sertão adentro, percorrendo fazendas onde eram bem recebidos pelos colonos, que preferiam com eles negociar. As condições de pagamento eram mais tolerantes, e as compras fora da venda da fazenda diminuía a dependência dos colonos em relação aos fazendeiros. Desta forma, a população rural constituiu importante mercado para os mascates. Almeida menciona que na minúscula Rio Preto de 1898, onde não havia

mais de 120 fogos para menos de 1000 habitantes, já o sírio estava dono do seu comércio. De 12 estabelecimentos existentes, 8 eram de propriedade deles. E havia, ainda, os mascates visitando todas as fazendas, indo a todos os recantos, farejando todas as casas, na oferta reiterada das quinquilharias e retalhos do seu baú.²⁸

²⁶ Ellis Jr., Alfredo. *Populações Paulistas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934, p. 203.

²⁷ Deffontaines, Pierre. “Mascates ou pequenos negociantes ambulantes do Brasil”. *Geografia*, 2:1, 1936, p. 27.

²⁸ Almeida, A. Tavares de, *Oeste Paulista - a experiência etnográfica e cultural*. Rio de Janeiro: Alba, 1943, p. 171.

Essa precoce disseminação de libaneses e sírios por todo o território nacional explica o estabelecimento de muitas famílias em pequenas cidades espalhadas ao longo de todo o interior brasileiro. Eles deitaram raízes em praticamente todas as regiões do país.²⁹

A atividade de mascateação tinha várias vantagens. Em primeiro lugar, ela dispensava qualquer habilidade ou soma de recursos significativa. Começavam carregando caixas e malas enormes dos já treinados e mal aprendiam as palavras e frases suficientes para efetuarem a venda, saíam por conta própria. Com ânimo e juventude, sempre esteve aberta a possibilidade de encher um tabuleiro ou mala de bugigangas variadas e vendê-las em bairros das capitais, do interior ou nas zonas rurais carentes das novidades do comércio. Por outro lado, isso não significa dizer que o trabalho não fosse duro, penoso.

De manhã cedo saíam os mascates percorrendo as ruas e procurando as casas, suportando o calor, o frio e a chuva, levando o pão e qualquer coisa que pudessem adquirir, de preferência queijo e banana, para a única refeição diurna. Ao escurecer, voltavam com a fêria do dia completamente exaustos, para fazer a conta com o patrão. O lucro diário apurado ia sendo gradualmente creditado ao vendedor, e muitos formavam assim o capital inicial, para tornarem-se por sua vez comerciantes e atacadistas.

Secando as vendas no centro, buscavam os mascates os subúrbios, afastando-se gradualmente até chegar às cidades do interior, e de lá às fazendas e até aos sertões, sempre em ondas mais crescentes. Houve mascates que empreendiam viagens com caixas nos ombros pesando de oitenta a cem quilos, esgotando o estoque entre ambas as capitais ida e volta e vice-versa. Na medida do crescimento do negócio e do poder de gastar, alugavam carregadores e mais tarde adquiriam burros de carga³⁰

Mesmo assim, a atividade era um bom começo na nova terra. O mais importante era que depois de não muitos anos de trabalho

²⁹ Knowlton, Clark. *Op. cit.*, p. 65-76.

³⁰ Duoun, Taufik *A emigração sírio-libanesa às terras da promessa*. São Paulo: Tipografia Editora Árabe, 1944, p. 93-4.

árduo, era possível acumular algum capital, o que nunca foi um dado seguro tanto para colonos como para operários na época. O desemprego por exemplo, um dos fantasmas perseguidores destes últimos, nunca os ameaçou. Os mascates, embora mais “soltos”, “desgarrados” no tecido econômico e social, nunca tiveram por isso mesmo um limite próximo, uma perspectiva de ascensão delimitada estruturalmente como a das classes trabalhadoras no campo ou fabris. À sua frente, um horizonte sempre relativamente mais amplo de possibilidades de melhoria de vida se abriu.

Além disso, os mascates em geral trabalhavam para patrícios já estabelecidos que lhes adiantavam as mercadorias a serem vendidas. O acerto de contas com o fornecedor podia ser feito, portanto, após a venda de parte dos produtos a serem comercializados. Um fornecedor era, em geral, um comerciante que já havia passado pela mascateação e que, graças ao trabalho de alguns anos, lograra se estabelecer com uma loja. Ele conhecia bem o ofício porque já passara por ele, o que de certo modo facilitava o relacionamento entre o fornecedor e o mascate. Muitas vezes, o mascate era apenas um parente ou um conterrâneo chegado há menos tempo que o fornecedor, o que lhes estreitava mais ainda os laços.

Trabalhando duro e gastando o mínimo para sobreviver, era relativamente segura a possibilidade de se amealhar um certo capital, sobretudo para os indivíduos solteiros, que vieram sem a família. Este cálculo deve ter sido feito e posto em prática por uma grande parcela de libaneses que, pelo menos até o final da Primeira Guerra Mundial, sempre acalentou o sonho de um retorno farto, bem sucedido à terra de origem.

De fato, voltar depois de algum tempo, com recursos que no contexto econômico da terra de origem eram até que bastante expressivos, não foi difícil. Essa alternativa esteve presente para muitos, que de fato o fizeram. Entretanto, difícil foi permanecer. A maioria dos que retornaram havia chegado ao Brasil na condição de solteiros, ganhou algum dinheiro e voltou; mas ao comparar as possibilidades do Brasil com as da terra natal, optou por constituir

família e migrar novamente. Daí o padrão de buscar a noiva na terra de origem, muito comum entre os pioneiros.

A afirmação como comerciantes

Na São Paulo de 1885, havia um pequeno núcleo de mascates trabalhando na praça do mercado, próxima do local onde mais tarde se construiu a estação terminal da estrada de ferro Cantareira. Solteiros e pobres, residiam em pensões baratas e cortiços localizados em suas imediações, constituídos, na maioria das vezes, nos porões de velhos sobrados dessa antiga zona da cidade.³¹

Pode-se imaginar a São Paulo de 1895. O bairro dos sírios imigrantes era o da 25 de março (...) Esses imigrantes saíam quase todos para mascatear, o que não era fácil, pois não tendo sido comerciantes em sua terra, tinham que aprender a profissão. Também não conheciam a língua e muito menos os bairros da cidade. Sujeitavam-se inicialmente a servir de ajudante, carregando uma caixa pesada de madeira cheia de armarinhos nas costas; a medida dessa caixa em forma de arca era de 40x50x80 centímetros; o dono do negócio carregava uma cesta grande cheia de armarinhos e, na outra mão, uma matraca para anunciar a sua presença, produzindo um som penetrante característico.³²

Talvez a principal razão para o desenvolvimento de uma colônia libanesa e síria na rua 25 de Março estivesse no fato de lá se terem estabelecido os pioneiros. Seus parentes, amigos e conterrâneos, ao chegar, instalaram-se perto deles. Outros imigrantes sem relações também foram para lá, porque encontravam patrícios que lhes davam a mão nos primeiros tempos, ajudando-os a ajustar-se à nova vida. À medida que chegavam navios em Santos, transportando imigrantes, os já instalados iam receber os seus amigos e compatriotas.

³¹ Oscar Egídio de Araújo. Op. cit.

³² Greiber, Betty Loeb et alii. *Memórias da Imigração – libaneses e sírios em São Paulo*. São Paulo: Discurso Editorial. p. 81.

Transportavam-nos para a rua 25 de Março em São Paulo, e lá lhes ensinavam os termos portugueses indispensáveis e os truques do comércio do mascate. Forneciam-lhes mercadorias a crédito e depois mandavam-nos para o interior ou para os subúrbios da cidade para mascatear. Gradualmente, desenvolveu-se uma colônia considerável em torno do mercado³³.

Por volta de 1880, muitas atividades econômicas – a maior parte delas tocadas por imigrantes – acabaram concentrando-se nesta região, favorecidas pelos efeitos da aglomeração. Os portugueses especializaram-se na venda de produtos agrícolas, armarinhos e tecidos; os alemães em máquinas e instrumentos metálicos; os italianos em materiais de construção em geral e lavanderias, padarias, barbearias e alfaiatarias.

Será somente no almanaque de 1893 que surgirá a primeira referência a casas de comércio (seis lojas de armarinho e uma mercearia) nas mãos de libaneses ou sírios. Estes se iniciavam aos poucos no comércio varejista. Entretanto, estima Knowlton que, já à esta época, mais de 90% dos mascates da cidade de São Paulo eram libaneses ou sírios. Eles haviam sido bem sucedidos no deslocamento dos mascates italianos e estavam preparados para inundar de pequenas lojas toda a região cortada pela rua 25 de Março. O *boom* foi acusado pelo almanaque de 1901, que registrou mais de quinhentos estabelecimentos cujos proprietários eram libaneses ou sírios. Havia também uma nítida concentração de seus negócios: os livros de lançamento de impostos de casas comerciais em 1907 apontaram que, das 315 firmas sírias ou libanesas em São Paulo, cerca de 80% (219) eram lojas de tecidos a varejo ou lojas de tecidos e armarinhos.³⁴

A rua 25 de março estava se tornando conhecida como a colônia libanesa. Os alemães haviam se retirado, praticamente, e os italianos estavam diminuindo. Alguns portugueses ainda moravam em torno do mercado. A vasta maioria de libaneses

³³ Knowlton, Clark. Op. cit., p. 114.

³⁴ Idem. Ibidem. p. 144.

viviam em casas de aluguel ou nos andares superiores dos prédios onde negociavam. Tinham se especializado em grande parte em armarinhos e fazendas. Diversos informantes declararam que escolheram esse ramo devido à falta de concorrência. Embora houvesse muitos estabelecimentos, por atacado e a varejo, de portugueses, alemães, italianos e ingleses, nenhuma nacionalidade se dedicara aos tecidos, ao contrário do que sucedera, por exemplo, com os produtos agrícolas, mercearias por atacado e a varejo, materiais de construção e ferragens. Os libaneses tinham enfrentado como mascates a dura competição dos italianos, e durante algum tempo dos portugueses, quando começaram a entrar no comércio de tecidos e armarinhos³⁵.

Durante a década de 1920, eles iniciaram a ocupação de posições mais favoráveis no comércio atacadista de fazendas e armarinhos e na indústria de confecções enriquecidos pelos bons lucros auferidos durante a guerra, quando a importação se interrompeu. Neste setor, o comércio por atacado era também dominado por firmas portuguesas estabelecidas em sua maior parte à Rua Florêncio de Abreu. Os livros de lançamento de impostos acima mencionados já registravam, em 1907, 11 lojas de tecidos por atacado pertencentes a libaneses. Certamente este número é menor que o real, dada a prática de sonegação, bastante comum à época. À medida que os negócios da colônia se multiplicavam com novos estabelecimentos que operavam no varejo, algumas firmas mais prósperas mudaram-se para essa rua a fim de operarem também no atacado.

A maior parte das fábricas também teve um início modesto, explorando a manufatura de

qualidades inferiores de fazendas, fitas, rendas, bordados, meias e confecções logo vendidos por mascates e viajantes. Eram todas indústrias que requeriam um capital mínimo. Podia-se instalar uma pequena fábrica com quatro ou cinco empregados numa

³⁵ Idem. Ibidem. p. 117-8.

sala alugada, usando máquinas de costurar de segunda mão. Era muito comum que irmãos ou parentes cooperassem no mesmo negócio. Um dirigia a fábrica enquanto outros viajavam para vender os produtos. Havia muitos revezes e falências, mas gradualmente essas indústrias prosperaram. Outros, observando o êxito, montavam fábricas idênticas³⁶.

O recenseamento de 1920 confirma os ramos preferenciais ocupados pela etnia: dos 91 estabelecimentos industriais libaneses e sírios anotados, 65 operavam no setor de confecções e 12 no setor de têxteis, dos quais 8 no subsetor de malharias e meias. Aqueles que, à época, deram esse passo, provavelmente não se arrependeram. Os anos 20 revelar-se-iam exuberantes para a indústria têxtil no Brasil. Fimada a guerra, houve farta importação de maquinários adquiridos em condições facilitadas por fabricantes ingleses ávidos por recompor seus fluxos comerciais.³⁷ A crise geral no final dos anos 20 fez que muitos tivessem de recomeçar do zero. Uma vez que os comerciantes da colônia em geral operavam com os maiores níveis de risco do mercado, uma boa parte foi à ruína em função do calote geral. Entretanto, ainda que fortunas tenham sido dilapidadas do dia para a noite, a posição econômica relativa da colônia manteve-se. É oportuno observar, por exemplo, que já em 1934, entre os grupos étnicos mais importantes em São Paulo, os libaneses e sírios serão aqueles cujas firmas apresentarão em média o maior porte.³⁸

Na verdade, ao longo dos anos 30 e 40, os libaneses e sírios consolidaram e ampliaram seus negócios, monopolizando praticamente o comércio varejista de tecidos e a pequena indústria de transformação ligada a este setor, ocupando a posição mais importante no comércio atacadista e investindo ao longo da década de 1940 metade do capital aplicado em toda a indústria têxtil em São Paulo.

³⁶ Idem. *Ibidem.* p. 143.

³⁷ Stein, Stanley J., *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil - 1850/1950*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

³⁸ Estatística Industrial do Estado de São Paulo, 1934, p. 28.

Também é significativo que, aos poucos, conforme mostrou Durand, o capital sírio e libanês tenha-se deslocado do varejo para aplicações no comércio atacadista e sobretudo na indústria. Esta é mais uma evidência do fortalecimento do poder econômico da colônia que passava, agora, a se interessar por posições mais maduras do tecido comercial e industrial.³⁹ Construiu-se, assim, um setor totalmente integrado verticalmente, em que industriais e atacadistas supriam as necessidades de uma rede ampla de varejistas e comerciantes ambulantes pertencentes à mesma etnia.

Elementos para uma trajetória de mobilidade bem sucedida

Qualquer balanço da bem sucedida saga da colônia síria e libanesa em termos de sua ascensão econômica não pode deixar de destacar três elementos básicos que deram sustentação ao processo como um todo.

Em primeiro lugar, os libaneses e sírios apresentam um perfil de distribuição demográfico-ocupacional singular. Diferentemente de outros grupos étnicos, os libaneses e sírios reúnem, simultaneamente, duas características que lhes emprestam essa singularidade: são razoavelmente bem distribuídos entre as diversas regiões do território brasileiro e ao mesmo tempo, apresentam um alto índice de ocupações urbanas. Essa combinação única de fatores decorre da especialização da colônia como um todo, ao longo de todo o Brasil, em atividades ligadas ao comércio, fazendo que “por menor que seja a cidade, a gente encontre ‘turco’ com loja”⁴⁰.

O segundo elemento significativo da trajetória dos libaneses diz respeito às relações de complementaridade e de entreaajuda estabelecidas no interior da colônia. Estas se manifestaram num sem-número de mecanismos que se desenvolveram desde a acolhida dos

³⁹ Durand, José Carlos. “Formação do pequeno empresariado têxtil em São Paulo (1880-1950)”. In: Henrique Rattner (org.) *Pequena empresa – o comportamento empresarial na acumulação e na luta pela sobrevivência*. São Paulo, Brasília: Brasiliense, CNPq, 1985.

⁴⁰ Entrevista a Guilherme Curban.

recém chegados pelos já aqui residentes até a ponta das relações de complementaridade que se estabeleceram entre industriais e grandes comerciantes. Entre esses dois extremos, encontraremos um conjunto de mecanismos facilitadores de crédito, de fornecimento e de entrefavorecimento que, ao acompanhar toda a cadeia de suas relações comerciais, acabou constituindo um sustentáculo importante de suas atividades econômicas.

Mesmo assim, tais relações não podem ser tomadas como absolutas, elas estão longe, por exemplo, de se traduzirem em obrigações. Conforme já mencionado, acima de tudo, esses imigrantes privilegiaram a autonomia individual, a abertura de seu próprio negócio; no limite um beneficiado hoje sempre será potencialmente o concorrente no amanhã. A tradução desse limite implícito na esfera das relações de parentesco cunhou um admirável provérbio na colônia: “todo libanês é *brimo* até a *brimeira* falência”⁴¹.

Por mais que os libaneses, ao operarem concentradamente em poucos ramos do comércio, fossem concorrentes entre si, é seguro que eles acabaram se beneficiando mais dos efeitos de tal concentração. No início, a concorrência com outras etnias, por exemplo, havia sido mais dura e absolutamente despojada de qualquer elemento de confiança nos negócios.⁴² Entre patrícios, os conflitos podiam ser resolvidos por um amigo ou conterrâneo comum ou ainda pelos ricos, chefes ou patriarcas da colônia. Além disso, operando em uma época de franca formação de um mercado de trabalho urbano, alimentado tanto pelas populações vindas do campo, como também por aquelas que deixaram de habitar vilas operárias fechadas das grandes empresas, havia espaço no comércio para todos aqueles que

⁴¹ A frase correta em português seria “todo libanês é primo até a primeira falência”, mas os imigrantes libaneses são reconhecidos pelo sotaque característico, que inclui a troca de algumas letras (*p* por *b*, entre outras).

⁴² Safady por exemplo, relata que em dezembro de 1904 “os comerciantes sírios de São Paulo, reagindo contra a boicotagem da companhia italiana Dell’Acqua, declararam-se contrários à atitude daquela companhia, comprometendo-se não negociar, directa ou indirectamente, com os tecidos por ela fabricados. (já) que a companhia italiana nega vender aos nossos patrícios, a pedido dos comerciantes, que se sentem ameaçados pela concorrência dos árabes.” Safady, Jamil. *Coleção Brasil-Líbano-Síria*, São Paulo: Editora Comercial Safady, 1949, p. 22.

procurassem se instalar, seja como comerciantes ambulantes, seja como varejistas.

Por último, cumpre ressaltar o contínuo processo de realimentação que representou a importação de parentes e conterrâneos pelos já estabelecidos. Não existem dados precisos a esse respeito no Brasil, mas tudo indica que este efeito “corrente” foi responsável por enormes parcelas de imigração síria e libanesa. Esse processo, por sua vez, acoplou-se perfeitamente ao primeiro, porque, graças a ele, a maior parte dos recém-chegados imediatamente contou com uma referência forte de parentes e conterrâneos em termos de como seria possível tocar a nova vida.

Assim sendo, a maioria dos imigrantes dessa origem não chegou aqui sozinha, desamparada. Eles haviam imigrado com base em decisões razoavelmente bem informadas sobre onde ir, onde encontrar trabalho e que tipo de trabalho os esperaria na nova sociedade. Sobretudo, desde o início, havia uma clara noção, fornecida pelos que chegaram antes, de por onde se deveria começar, do tipo de mobilidade a ser perseguida, de qual era o nicho onde a colônia havia se entrincheirado com sucesso, de onde, portanto, existia uma rede de conterrâneos funcionando efetivamente: provendo emprego, treinando e socializando o recém-chegado.

Além disso, por sobre as relações de conterraneidade, encontraremos as relações familiares. Entre os libaneses e sírios, a economia familiar sobreviveu e floresceu porque normalmente nas fases iniciais – como é típico entre outras etnias –, o negócio dependia fortemente do trabalho de toda a família. Organizar a família para cooperar e sobreviver em grande parte moldou a entrada desse imigrante na nova sociedade. Assim sendo, a célula familiar permaneceu como o modo tradicional de se compreender e de se ordenar a vida.

Freqüentemente um mascate sírio ou libanês da rua 25 de março encontrava uma rua ou um largo em que o negócio parecia particularmente proveitoso. No decorrer do tempo, as pessoas

da vizinhança começavam a reconhecê-lo como o mascate que passava diariamente pelas suas casas e davam-lhe preferência. Depois de economizar bastante dinheiro, o mascate procurava uma casa disponível num bom local ao longo da rota de sua freguesia, e abria uma pequena loja de armarinhos, fazendas e roupas feitas. Ganhando dinheiro, aumentava a sua loja e mandava buscar os parentes e patrícios para reunir-se a ele. O que muitos fizeram. Acumulando capital, eles por sua vez abriam um negócio na mesma zona. Com o tempo cada distrito e bairro de São Paulo chegou a ter um núcleo de libaneses originários da mesma aldeia ou cidade da Síria ou do Líbano.⁴³

É significativo, assim, o modo como, ao terem de cativar uma freguesia, os libaneses e sírios acabassem se enraizando na nova terra. Pelas características do negócio de que dependiam para viver, eram praticamente forçados a se socializar, a entrar em contato duradouro com as pessoas de uma rua, de um bairro, de um povoado, de uma região rural do interior do Brasil.

Por outro lado, traziam mais e mais parentes e conterrâneos que ampliaram as possibilidades de crescimento dos negócios da colônia, que, de outra forma, teriam permanecido limitados à capacidade de trabalho do núcleo familiar. Ao encorpar a colônia, o efeito corrente permitiu que ela pudesse se diferenciar, facultando aos patrícios já há mais tempo estabelecidos a possibilidade de alcançarem posições estratégicas do comércio atacadista ou da indústria ligada ao setor. É neste sentido que os grandes se fizeram sobre os muitos pequenos. Estes últimos, tomados em seu conjunto, abriram a possibilidade do domínio de um setor econômico em franca expansão na economia.

Em 1936, Deffontaines já observava que “o comércio de mascates representa um progresso sensível para uma economia essencialmente fechada e rotineira. Com o seu tino comercial criaram

⁴³ Knowlton, Clark. Op. cit. p. 118.

um grande negócio e ora estão em vias de participar ativamente no nascimento da grande indústria”⁴⁴.

Anos depois, Knowlton ficaria impressionado com suas qualidades comerciais.

Não tinham preço fixo, vendiam pelo que achavam que o mercado podia pagar, e viviam com muito pouco. Se o freguês não podia pagar a dinheiro, o mascate aceitava em troca borracha, gado, café, ouro, ou qualquer outro produto. Os libaneses também estavam dispostos a conceder crédito até por um ano de cada vez. Devido à sua flexibilidade e disposição de correr riscos, poucas nacionalidades podiam competir com eles⁴⁵.

Ellis Jr. acrescenta que “o sírio não demorou em desbancar o português de índole urbana, desse comércio miúdo, esse português trabalhador e honesto, mas carranço e tradicionalista, conservador e inimigo do progresso.”⁴⁶ Knowlton apurou que os sírio-libaneses conseguiram expulsar os italianos (a maior parte, calabreses) da mascateagem de fazendas e armazéns, adotando o sistema de crédito e barganha. Por volta da virada do século, estes tentaram convencer seus fornecedores a boicotar os mascates libaneses. Não sendo geral o boicote, a tentativa malogrou.⁴⁷

Não há dúvida, portanto, de que os libaneses e sírios operaram, na qualidade de pioneiros, uma verdadeira revolução nas práticas comerciais. De fato eles “arejaram” o comércio, redefiniram as condições de realização do lucro para todo o setor, ao adotarem uma política de vendas a crédito, ao buscarem compensar a redução da margem de lucro por unidade, aumentando a quantidade vendida, ao buscarem uma alta rotatividade no estoque, ao inaugurarem a

⁴⁴ Deffontaines, Pierre. Op. cit. p. 29.

⁴⁵ Knowlton, Clark. Op. cit. p. 138.

⁴⁶ Ellis Jr., Alfredo, Op. cit., p. 198; ver também Hajjar, Claude Fahd. *Imigração Árabe: 100 anos de reflexão*. São Paulo: Ícone, 1985, p. 99.

⁴⁷ Knowlton, Clark. Op. cit. p. 137. Os italianos, segundo Knowlton, passaram à comercialização de peixes e verduras.

promoção de liquidações, ao reinvestirem os lucros no próprio negócio e, finalmente, de um modo geral, ao dedicarem maior atenção às necessidades e condições do consumidor. Por tudo isso, não seria demais afirmar que foram eles que, no Brasil, “inventaram” o comércio popular, dando balizamento a seus parâmetros hoje tão comumente empregados.

O caso dos libaneses e sírios evidencia que esses imigrantes articularam redes de emprego, indicações, subcontratações e negócios preferenciais entre conterrâneos e parentes, acabando por constituir – não apenas em São Paulo, mas ao longo de todo o Brasil – verdadeiros feudos étnico-ocupacionais. À medida que o tempo passou, inevitavelmente, muitos viram-se alçados da condição de mascates e pequenos comerciantes para proprietários de indústrias e de redes de distribuição por atacado. Mas por maior que tenha sido o salto, suas origens como empreendedores devem ser, em última análise, referidas à teia de oportunidades anteriores, propiciada pela cooperação familiar nos negócios, pelas relações de parentesco e de conterraneidade oferecidas pela colônia e mobilizadas em favor de sucessos individuais.

Identities e imagens

O modo como se desenvolveram as identidades atribuídas ou compartilhadas pela colônia constitui, sem dúvida, um dos temas mais fecundos na história de libaneses, de sírios e de seus descendentes no Brasil. Do ponto de vista destes, muitas vezes os brasileiros foram encarados como indolentes, pouco trabalhadores, e, por causa disso, os casamentos mistos deveriam ser evitados. Além disso, os fiscais, inimigos por excelência dos mascates e lojistas, eram todos brasileiros.

Naquele tempo, os árabes tinham ódio dos brasileiros. Por quê? Porque o único brasileiro que eles conheciam era o fiscal ou eram as mulheres com quem eles se casavam, gente muito humilde. Dizem que chegou um camarada na loja de patrício, no interior. Chegou lá e disse: “– Desce daí, turco, desce daí.”

Desceu. Então ele disse: “– Dá uma bebida aí”. Bebeu, depois comeu, se fartou, tirou a peixeira e disse: “– Sabe com quem é que você está falando?” Ele disse: “– Não, não sabe quem é”. “– Sou Lampião.” “– Lampião? *Il an dinak pensei ocê fiscal!*” Ele tinha muito mais medo do fiscal do que do Lampião...⁴⁸

Já aos olhos da sociedade brasileira, ao grupo como um todo associou-se uma imagem muito nítida, de comerciantes, acima de tudo. Anos seguidos de comércio ambulante, o modo peculiar de regatear para fazer negócios, o aspecto e o sotaque forte característicos fixaram um estereótipo capaz de bem definir o modo como ganhavam a vida.

Pelas vias públicas, carregando, como bois, ao sol, suarentos e tardos, a canastra com bugigangas ou levando a tiracolo, como pratos de balança, as cestas com legumes ou com frutas, lá vão eles, os esforçados cooperadores do nosso progresso, decantando, na aspereza do idioma rude e desconexo, o seu reclame atraente.

Ou é de vê-los, – cabeça ogival, olhar penetrante e arguto, bigodes longos e negros, nas mãos e braços tatuagens maquiavélicas, – atrás do balcão da loja, tresandando cheiro de goma em fazenda nova, a insistir com o freguês, de metro em punho, nas “bachinchas”, para ao cabo de duas horas vender por 1\$350 o metro de pano pelo qual pedira inicialmente 5\$000, e cujo abatimento fora lento, em doses homeopáticas, com esgares, com chocarrice, com justificativas intermináveis. O lucro do negócio está, para eles, na proporção da paciência ou do bom humor do freguês.⁴⁹

Já nas primeiras décadas do século, aí estão os principais elementos que comporão a imagem mais comum, mais popular, a respeito dos sírios e libaneses: o aspecto e o idioma característicos, a

⁴⁸ Lampião foi o mais famoso e temido cangaceiro do Brasil, atuante nos anos 20 e 30 em várias regiões do nordeste do país. Greiber, Betty Loeb et alii, Op.cit. p. 153.

⁴⁹ Moura, Paulo Cursino de. *São Paulo de outrora: evocações da metrópole*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 3. ed., 1954, p. 138.

identificação com o comércio ambulante e o modo peculiar de regatear para fazer negócios. É até certo ponto compreensível, portanto, que, ao se dedicarem em massa a uma atividade indelevelmente relacionada ao comércio de bens de consumo popular, os sírios e libaneses tivessem, por esse motivo, recebido uma marca, uma apreciação que fixou deles uma imagem perante a sociedade. À imagem se sobrepôs um designativo: turcos.

Como até o final da Primeira Guerra Mundial quase a totalidade dos imigrantes da colônia veio ao Brasil com passaportes turcos, foram identificados com o seu dominador, o que lhes causou imenso dissabor. O fenômeno não se restringe ao Brasil. Também na Argentina (e provavelmente em outros países da América Latina), sírios e libaneses foram, e ainda são, comumente chamados de turcos. Essa primeira denominação se fixou. O assunto foi ponto obrigatório de quase todos os livros escritos pela colônia, motivo freqüente de reclamações.

Ao “turco”, empregado ora amigavelmente, ora pejorativamente, associou-se também a capacidade de fazer qualquer negócio. Hajjar menciona que a expressão mais dolorosa para os árabes do Brasil era a famosa “turco de prestação”, encontrada no dicionário. Mais tarde, o aposto seria estendido aos judeus, também mascates.⁵⁰ Certamente uma imagem assim tão nitidamente definida contribuiu para que a denominação mais vulgar de “turco” os tenha até hoje acompanhado, utilizada sempre por alguém externo ao grupo para designá-los. Essa primeira nomeação do grupo tratará de contrapô-lo a outras etnias e à sociedade nativa. Para tais frações, os libaneses chegados ao Brasil foram indistintamente chamados de turcos, embora a imigração turca propriamente dita para esse país tenha sido praticamente nula.

No clássico *Gabriela Cravo e Canela*, de autoria de Jorge Amado, o mais importante escritor brasileiro vivo, uma das figuras centrais é a de Nacib, assim caracterizada:

⁵⁰ Lesser, Jeff H. *Pawns of the Powerful: Jewish Immigration to Brazil (1904-1945)*. New York: New York University (PhD dissertation), 1989.

Era comum tratarem-no de árabe, e mesmo de turco, fazendo-se assim necessário de logo deixar completamente livre de qualquer dúvida a condição de brasileiro, nato e não naturalizado, de Nacib. Nascera na Síria, desembarcara em Ilhéus com quatro anos, vindo num navio francês até a Bahia. Naquele tempo, no rastro do cacau dando dinheiro, chegavam à cidade de alastrada fama, diariamente, pelos caminhos do mar, do rio e da terra, nos navios, nas barcaças e lanchas, nas canoas, no lombo dos burros, a pé abrindo picadas, centenas e centenas de nacionais e estrangeiros oriundos de toda parte: de Sergipe e do Ceará, de Alagoas e da Bahia, do Recife e do Rio, da Síria e da Itália, do Líbano e de Portugal, da Espanha e de ghettos variados (...)

De árabe e turco muitos o tratavam, é bem verdade. Mas o faziam exatamente seus melhores amigos e o faziam numa expressão de carinho, de intimidade. De turco ele não gostava que o chamassem, repelia irritado o apodo, por vezes chegava a se aborrecer:

– Turco é a mãe!

– Mas, Nacib...

– Tudo que quiser, menos turco. Brasileiro – batia com a mão enorme no peito cabeludo - filho de sírios, graças a Deus.

– Árabe, turco, sírio, é tudo a mesma coisa.

– A mesma coisa, um corno! Isso é ignorância sua. É não conhecer história e geografia. Os turcos são uns bandidos, a raça mais desgraçada que existe. Não pode haver insulto pior para um sírio que ser chamado de turco.

– Ora, Nacib, não se zangue. Não foi para lhe ofender. É que essas coisas das estranjas pra gente é tudo igual...⁵¹

Tal como no caso de Nacib, o restante da sociedade brasileira não dispunha de nenhum elemento para distinguir libaneses de sírios e suas respectivas origens. Nesse processo, foram agrupados numa categoria menos precisa e mais geral, fundidas suas identidades nessa

⁵¹ O livro foi traduzido em mais de 30 idiomas, entre elas o árabe e o francês, além de ter sido filmado em 1983, tendo no papel principal o ator Marcello Mastroiani. Consultar Amado, Jorge. *Gabriela Cravo e Canela*. São Paulo: Círculo do Livro S.A., 1975, p. 43-5.

coletividade maior, fruto da interação que o restante da sociedade mantinha com o grupo. Para os olhos de alguém postado externamente à colônia, fosse esse brasileiro ou pertencente a outro grupo étnico, as identidades das aldeias e províncias de origem, tão importantes para cada uma das coletividades de libaneses e sírios, desapareciam.

À imagem familiar de comerciantes, sobrepuseram-se, entretanto, algumas suspeitas: os “turcos” pouco se misturavam socialmente, falavam uma língua incompreensível e tendiam a casar entre si, muitas vezes importando a futura esposa da terra de origem. Somente na década de trinta diminuiu o costume de mandar os jovens para a terra natal, a fim de se casarem com parentes ou conhecidos.⁵² Mais uma vez, aí muito influíram os laços familiares e a teia de relações sociais da aldeia de origem ou da cidade natal, estimulando tal comportamento. Por outro lado, aqui, a escassez de moças da colônia nos primórdios da imigração certamente também está na raiz do fenômeno.

Além disso, é até certo ponto natural que a dedicação ao comércio – uma atividade que normalmente desperta a suspeita de lucros fáceis – resultasse na formação de preconceitos. E de fato, não há dúvida que estes existiram e tiveram que ser enfrentados. Para o freguês, entretanto, a comodidade de comprar mercadorias à porta de sua moradia, seja na cidade ou na zona rural, com prazos de pagamento facilitados, sobrepujou qualquer apreciação negativa. As queixas e os maiores preconceitos em relação aos “turcos” provieram sobretudo de quem tinha interesses a perder, em geral os negociantes de outras etnias, estabelecidos com lojas. No interior paulista, por exemplo, a queixa não raro freqüentou as sessões das câmaras de vereadores, como na verve inflamada de um edil do município de São Carlos, que atentava para o fato de que:

... nenhum dos turcos chegados ao Brasil havia pegado na enxada para deixar dez pés de café formados para o bem desse país. Que esperar pois da imigração turca? ... O trabalho destes calças largas é só mascatear, pagando apenas 10\$000 de licença, vender

gêneros de todas as qualidades (como lojistas) logrando os infelizes idiotas nos valores das notas, nos trocos, e, depois de terem arranjado dinheiro abandonam o Brasil, sem deixar ganho algum, porque nem comem, e aquela moeda não volta mais para cá porque o Brasil não tem comércio com a Turquia, nem com o sultão e nem com as suas 400 moças.⁵³

Embora libelos desse naipe tenham sido comuns, em seu conjunto pouco significaram em termos de bloqueio da ascensão econômica de frações crescentes da colônia, mesmo que para a sociedade nativa e para outras etnias houvesse uma identificação e uma imagem muito nítidas associadas aos libaneses, sírios e seus descendentes. Para a colônia, alvo dessa identidade tão marcante, difícil de ser anulada, a solução foi transformá-la em atributo positivo, em diferença legítima.

É exatamente nesse sentido que o mascate encarnou uma espécie de mito fundador da etnia. Celebrizado em prosa e verso pelos intelectuais da colônia,⁵⁴ de fato, a figura do mascate constituiu a única base possível de identidade coletiva de uma colônia fragmentada entre diferentes religiões e regiões de origem. Mais que isso, qualidades tais como o trabalho duro, a frugalidade e a perseverança num futuro melhor foram insistentemente reafirmadas e exibidas como exemplos de conduta. Sua perspicaz capacidade de adaptação à nova pátria impressionou a ponto de gerar narrativas em que fábula e realidade se confundiram, como no episódio relatado por Tanus Jorge Bastani, em seu livro *Memórias de um mascate*. Conta o autor o caso do libanês Kalil, que, julgado morto por seu companheiro Miguel, foi por este encontrado doze anos depois, feito cacique de uma tribo amazônica.⁵⁵

⁵² Hajjar, Claude F. Op. cit, p. 109.

⁵³ Apud Damiano, Octávio Carlos. *Imprensa São-Carlense. 1976-1995*. São Carlos, 1996 (impressão do autor), p. 26.

⁵⁴ Safady, Jamil. *O café e o mascate*; Féres, Assis. *O mascate*. São Paulo: Laiazul, 1970.

⁵⁵ Bastani, Tanus Jorge, *O Líbano e os libaneses no Brasil*. Rio de Janeiro: Artes Gráficas, 1945.

O espírito de aventura e o instinto comercial desses imigrantes surgem como construção adequada à exaltação de seus sacrifícios e proezas. O mito vira carne e osso na figura do mascate, invocado como autêntico bandeirante – do comércio, integrador e difusor das novidades da capital pelos sertões do Brasil afora. As apologias ao redor de sua figura enveredaram pelo terreno de um trabalho árduo, de um esforço contínuo e incessante na luta pela sobrevivência, sempre embaladas num tom de valorização de um passado de sacrifícios. Foi dessa forma que a identidade da colônia sírio-libanesa foi, aos poucos, sendo negociada com a sociedade inclusiva, valorizada e reinventada simbolicamente ao redor da figura do mascate.

Diferenciação e integração

Se aos olhos externos da sociedade brasileira fazia sentido apreciar os libaneses e os sírios como um conjunto uniforme, qualquer exame mais cuidadoso, interno ao grupo, seria capaz de revelá-lo estratificado, composto de frações em geral providas de recursos e habilidades desiguais, bem como de orientações divergentes. Uma complexa hierarquia de *status* e poder foi aos poucos se desenvolvendo no interior da colônia, não apenas como resultado de filiações religiosas, origens geográficas e acontecimentos políticos na terra de origem, mas sobretudo de performances econômicas diferenciadas entre as famílias na nova sociedade.

A esse respeito, como regra geral, o capital acumulado é função sobretudo da antigüidade da chegada ao Brasil. Assim, as grandes fortunas comerciais e industriais da colônia nas décadas de 1940 e 1950 sairão justamente das famílias que mais cedo se puseram a trilhar a cadeia mascate–varejista–atacadista–industrial. Entre os libaneses, será o caso dos Jafet.

A diferenciação espacial entre os locais de moradia dos membros da colônia talvez constitua o primeiro indício mais claro de sua própria diferenciação. Na São Paulo da virada do século, praticamente todos habitavam nas imediações da rua 25 de Março. Para o imigrante

recém-chegado, o alojamento típico foi o cortiço. Para aquele já instalado com uma loja, o envolvimento da família para tocar o negócio exigia um padrão habitacional típico: a família tinha que habitar o mesmo imóvel, seja no andar superior do sobrado ou nos fundos da própria loja. Alguns anos mais tarde, as famílias mais prósperas mudaram-se para a rua Florêncio de Abreu, centro do comércio atacadista de tecidos. Mais tarde, mudaram-se para a Avenida Paulista e, no caso dos Jafet, para o Ipiranga.⁵⁶

No início dos anos 20, ao mesmo tempo em que os mais ricos da colônia mudavam-se para a Avenida Paulista, freqüentavam as quadras dos clubes de elite e passeavam de limusines, o final da Primeira Guerra Mundial voltava a aquecer o fluxo de patrícios imigrantes que recomeçariam o percurso ocupacional típico da colônia, ora como mascates, ora como pequenos varejistas. Os pioneiros, muitos montados em verdadeiras fortunas, acenavam-lhes o caminho iniciado vinte, trinta anos antes, que os levou ao sucesso. O problema porém, para os recém-chegados, era precisamente essa defasagem no tempo, manifestada em oportunidades decrescentes, em uma competição mais forte dentro da própria etnia e também fora dela (em particular com os judeus), na necessidade de se garimpar espaços ainda não ocupados para se estabelecer uma freguesia.

A maioria dos chegados nessa fase jamais sobrepujaria a condição de pequenos lojistas, pessoas para quem “fazer a América” e amealhar uma fortuna acabou não representando mais que um sonho. Para uns poucos, geralmente beneficiados por relações de parentesco ou conterraneidade com patrícios já há mais tempo estabelecidos, a prosperidade, cada vez mais fugidia, pode ainda ter sorrido. Mas muitos tiveram que tentar a sorte em lugares distantes, longe ou do centro, ou da capital, ou muitas vezes do próprio Estado, construindo a popularidade dos “turcos” Brasil afora.

⁵⁶ Knowlton, Clark. Op. cit. p. 117; Toledo, Benedito L. *Álbum Iconográfico da Avenida Paulista*. São Paulo: Ex Libris. 1987, Barro, Máximo e Bacelli, Roney. *Ipiranga*. História dos bairros de São Paulo, vol.14, (s/d), p. 65 e 111.

Miguel Jorge estava de mãos na barriga quando desceu naquele porto de nome espichado, da boca do rio: Santa Maria de Belém do Grão Pará. Mas logo o escoraram: “Aqui já tem ‘turco’ demais”(...) Depois de mais de vinte dias, chegou noutra cidade, maiorzinha, Manaus. E outra vez vê que já havia patrícios de sobra, uns encostados noutros mais prósperos. Então deram-lhes algumas mercadorias, ensinaram os nomes e os preços e orientaram: “Vai por aí, rio acima. Sempre rio acima. Entra no primeiro paraná e daí para outro rio. Vai olhando para as margens. Vendo gente, se não estiver pelado, é freguês. Quando o sujeito não tiver dinheiro, faça trocas. Se for borracha, parta tudo em quatro, para não trazer pau dentro. Quando puder, volte para pagar o que levou.”⁵⁷

Além das defasagens no tempo da chegada, no nível de renda e da diferenciação espacial entre locais de moradia, tanto as associações de auxílio mútuo como as religiosas representariam outro sinal inequívoco de diferenciação interna da colônia. Os primeiros líderes da colônia não raramente conquistaram reconhecimento em suas comunidades por meio do estabelecimento e financiamento de instituições mutualistas ou religiosas. Ironicamente, porém, à medida que tais organizações se institucionalizavam, noções de *status* e poder foram criando raízes entre os membros da comunidade. Suas figuras mais proeminentes passarão a competir na busca de prestígio interno à colônia por meio dessas associações, criando-as com fartura e, de certa forma, instrumentalizando-as.

Como os libaneses e sírios constituíram, na terra de origem, um grupo relativamente bem marcado por identidades, de natureza tanto étnica, quanto religiosa, como regional, o critério e a justificativa utilizados para a criação dessas instituições normalmente incorporaram uma dessas dimensões. Do ponto de vista religioso, por exemplo, além das minorias muçulmanas e druzas, a preponderância de cristãos esfacelou-se entre maronitas, ortodoxos, melquitas e protestantes, todas ramificações competitivas entre si.

⁵⁷ Farhat, Emil. Op. cit. p. 54.

Às identidades religiosas e étnicas, sobrepuseram-se as diferentes extrações regionais. Esses dois fatores de afirmação da identidade estarão presentes na maior parte das instituições fundadas pela colônia. Sendo a inserção étnica, religiosa e regional tão decisiva em sua terra natal, a vinda ao Brasil não poderia significar, de uma hora para outra, a anulação de tantas tensões pregressas. De certa forma, a competição entre lideranças predispostas a mobilizar referências tão marcantes e decisivas em termos de identidade acabaram condicionando a sociabilidade da colônia, em torno de inúmeras associações de benemerência, escolas, clubes, entidades filantrópicas e jornais que, ao competirem, reproduziram-se com fartura um após o outro.

Ao longo do tempo, a tendência geral dessas entidades foi buscar um nicho de associados, definido cada vez mais pela classe e cada vez menos pela origem comum de certa cidade ou região. Mesmo assim, vários clubes de base geográfica persistem até hoje, muito embora, é claro, sem guardar critérios rígidos de filiação. Sobretudo à medida que, nos anos 30, os números da imigração foram diminuindo, parcelas ponderáveis dessas associações mais dedicadas a assistir o imigrante recém-chegado não tiveram maiores dificuldades em se reconverter em entidades com fins sociais e culturais, em clubes e grêmios que transcenderam os objetivos iniciais estritamente voltados à ajuda econômica, nuançando suas feições mutualistas e emprestando-lhes um definitivo caráter exclusivista, marcadamente de classe média, onde competições esportivas, bailes de debutantes e saraus literários passaram a predominar.

Para os novos ricos da colônia e seus descendentes de primeira e segunda geração, os clubes constituíram o *locus* por excelência das alianças matrimoniais. A seqüência “voltar à terra de origem para casar—casar entre primos—casar no clube”, associada às sucessivas gerações, indica que para os ricos a mistura com nativos ou com outras etnias de imigrantes processou-se mais lentamente do que para o restante da colônia. De modo geral, a partir da terceira geração, sobretudo, a integração ocorreu de modo exemplar.

Uma peculiaridade que ilustra a integração vigorosa entre as duas culturas é a incorporação de iguarias de origem árabe à culinária nacional. Trata-se de um fenômeno singular, que atingiu proporções muito maiores do que em qualquer outro país que recebeu contingentes de imigrantes libaneses, como os Estados Unidos e a Argentina. Ainda que muitas vezes adulteradas, hoje algumas receitas difundidas pelos imigrantes integram a dieta usual da classe média brasileira, como o quibe, a esfiha, o tabule, a coalhada, o babaganouche, o pão sírio e a lentilha. Além disso, redes de restaurantes especializados em cozinha árabe (ou em adaptações inspiradas nela) proliferaram no Brasil de tal forma que não há guia gastronômico sem uma seção a eles dedicada ou *shopping center* em cuja praça de alimentação um deles não esteja presente. Mesmo uma ocasião tão tradicional para os brasileiros, como a ceia de Natal, é passível de ser corrompida, como ilustra a sugestão, veiculada pelo maior jornal de São Paulo, de encomendar uma ceia no restaurante Arábia, cujo cardápio incluía: damasco turco recheado com ricota e avelã, esfirras e quibes, pasta de pimentão vermelho com nozes, salada fatuche, salada e favas verdes com alcachofra, alcachofra recheada, trigo com lentilhas e coalhada, peito de frango recheado com figo e molho de damasco, e doces árabes.⁵⁸

Doutores e políticos

O balcão comercial esteve longe de representar o ponto final da trajetória de ascensão socioeconômica trilhada maciçamente pela colônia. Paralelamente à expansão de seus interesses em atividades comerciais e industriais, a penetração de descendentes de libaneses e sírios nas chamadas profissões liberais (advocacia, medicina e engenharia) constituiu a outra alternativa perseguida com bastante êxito por significativas parcelas da colônia. Em São Paulo, um levantamento entre alunos de origem estrangeira formados na

⁵⁸ *Folha de São Paulo*, dez. de 1998.

Faculdade de Direito, de Medicina e Escola Politécnica entre 1880 e 1950 confirma a entrada vigorosa, a partir dos anos 30, de descendentes dos libaneses e sírios nessas escolas formadoras da elite dos profissionais liberais.

De certa forma, a rápida ascensão econômica propiciada pela cadeia mascate-pequeno comércio-comércio por atacado-indústria, explorada anteriormente, frutificou na busca de uma educação formal mais apurada de seus filhos, em escolas de melhor nível. É notável, no levantamento realizado nas escolas, o grau de incidência de futuros doutores, cujos pais começaram como mascates.

Assim, graças às condições relativamente favoráveis da inserção comercial dos libaneses, aos poucos, sobretudo a partir dos anos 30, começou a afigurar-se como um cenário possível a entrada de seus filhos no mercado (diga-se de passagem, então em plena formação) das profissões liberais. Seria inadequado afirmar que essa opção apresentou-se de modo irrestrito à colônia como um todo – é claro que houve dentro dela estratos que melhor se valeram da oportunidade – mas o que importa é frisar as condições excepcionais que a colônia reuniu no confronto com outras etnias.

Na verdade, é provável que a decisão a respeito de continuar o negócio do pai, ou estudar para uma carreira liberal envolvesse alguma avaliação sobre as perspectivas para o futuro da atividade original. Por um lado, muitos imigrantes que haviam passado pela mascateação e que conseguiram se estabelecer como lojistas não queriam para seus filhos os sofrimentos de uma atividade que no início lhes fora muito dura. Ver o filho como doutor soou-lhes como uma compensação a suas próprias vidas sacrificadas. Por outro lado, negócios muito prósperos, já bem patrimoniados, tinham de necessariamente contar com, no mínimo, um herdeiro masculino que não podia se dar ao luxo de estudar ou, pelo menos, deveria fazer cursos que o instrumentassem diretamente para tocar os negócios do pai. O drama era minorado, ou muitas vezes nem se estabelecia, em função do elevado número de filhos que os imigrantes costumavam ter.

A reconstrução das trajetórias familiares daqueles que se formaram como “doutores” nas escolas de elite acima referidas abriga um conjunto variado de casos interessantes e ilustrativos. O mais notável é que, ao cabo de apenas uma geração (o pico da imigração sírio-libanesa ocorreu antes da Primeira Guerra Mundial), o salto entre a mascateação e o diploma de doutor foi grande, conformando um mecanismo fundamental de mobilidade socioeconômica para a primeira e segunda gerações nascidas no Brasil.

Em São Paulo, entre as profissões liberais seguidas pelos descendentes – sobretudo do sexo masculino – da colônia, não há dúvida de que a medicina foi a mais importante. Em termos relativos, ela supera todas as outras. Alguns dados levantados entre biografias de médicos dessa etnia evidenciam que alguns deles já chegaram ao Brasil formados. A maior parte desses médicos chegaria no início da década de 1920 e salta aos olhos o fato de que quase todos estudaram na Universidade Americana de Beirute e fizeram estágios na Europa ou nos Estados Unidos. No Líbano, as possibilidades de estudo sempre se restringiram ao ensino religioso. No Brasil, de tão significativa essa escola para os que aqui chegaram, foi fundada em 1922 uma Associação de Ex-Alunos da Universidade Americana de Beirute. O número de sócios em São Paulo foi estimado em cerca de setenta dentre os aproximadamente cem residentes em todo o país. Nami Jafet e Said Abu Jamra foram, respectivamente, seus dois primeiros presidentes.⁵⁹

Esse transplante de profissionais já formados para o Brasil, com toda certeza, constituiu um atrativo suplementar às vocações médicas da colônia. Patrícios médicos, já estabelecidos, certamente facilitaram as inserções profissionais dos mais jovens, repassaram segredos do ofício e clientelas cativas, etc., num processo de energização da carreira no interior da colônia. Na lógica da manutenção preferencial de relações entre patrícios, não foram poucos

⁵⁹ Lacaz, Carlos S., *Médicos sírios e libaneses do passado – trajetória em busca de uma nova pátria*. São Paulo: Almed, 1982.

os profissionais liberais de peso que praticamente dispuseram da colônia como clientela cativa. Entre os médicos, são notáveis em São Paulo, a título de exemplo, as figuras de Said Abu Jamra, Fadlo Haidar, Alexandre Yazbek, Nagib Michalany e Chucri Zaidan. Com exceção de Yazbek, que integrou a primeira turma de formados da Faculdade de Medicina de São Paulo, todos os demais, tidos como pioneiros, formaram-se fora do Brasil.

Nessa entrada vigorosa de descendentes de libaneses no mercado de profissões liberais, seja conquistando posições preexistentes, seja criando novos espaços legítimos de inserção, valorizados socialmente, como no caso do Hospital Sírio-Libanês em São Paulo, a colônia, antes conhecida somente por suas habilidades comerciais, passou a abrigar também um número crescente de “doutores”, oriundos da medicina e de outros campos. A extrema relevância dessa passagem reside precisamente no fato de que os filhos da colônia que abraçarão as profissões liberais “limparão o sangue” da etnia, justamente porque passarão a exercer profissões de valor intrínseco mais universal, de saber mais legítimo, do que o comércio. O comércio pode trazer muito dinheiro, mas o título de doutor traz um reconhecimento da sociedade como um todo dificilmente atribuível ao primeiro. Sem esse passo prévio, a colônia jamais poderia, a partir de fins da década de 1940, colher parte dos dividendos desse investimento educacional no campo da política.

Neste âmbito, é interessante sublinhar aqui apenas os traços mais gerais que oportunizaram a entrada de descendentes de libaneses e sírios no campo da política formal. No início da imigração, para a maioria dos imigrantes de origem síria ou libanesa no Brasil, a atividade política soava como algo muito distante. A preocupação com o cotidiano, com as estratégias familiares de sobrevivência, sempre se mostrou infinitamente mais importante e, neste aspecto, há pouca diferença entre esse e outros grupos de imigrantes.

A maior parte daqueles que, após a segunda guerra mundial, lançaram-se em carreiras políticas procediam de famílias cujos pais haviam começado como mascates, há apenas uma geração atrás. Seus

filhos – muitos deles formados, como vimos anteriormente, em escolas de prestígio – ao postularem cargos políticos, de certa forma buscavam dar continuidade a trajetórias inseridas num processo vigoroso de ascensão social. Para tal, é claro que o voto da colônia, sobretudo no início, era bastante importante. Sobre esse alicerce inicial, essa base primeira de arregimentação eleitoral, é que foi construída a maior parte das carreiras políticas bem sucedidas, com o tempo, ampliadas em sua sustentação, à medida que os mandatos se sucediam.

Os primeiros da colônia a ingressar na política no pós-45, em geral valeram-se da condição de diplomados por escolas de elite. Em São Paulo, os bancos da Faculdade de Direito constituirão o celeiro preferencial de arregimentação de lideranças políticas. A partir dos anos 60, a entrada de descendentes de libaneses e sírios na política generalizou-se. Uma das chaves dessa sobre-representação da colônia, desproporcional à expressão de seu contingente numérico, reside na combinação peculiar de dois fatores. Em primeiro lugar, o padrão geográfico de dispersão da colônia, originalmente tributário da atividade de mascates, ou, em última análise, da crença de que qualquer lugarejo constituía um mercado em potencial para o mascate fixar-se como comerciante. Isso acarretou o fato de “que hoje existam patrícios em qualquer buraco do país”, na expressão de um entrevistado. Esse primeiro fator, acoplado a uma mobilidade ascensional forte, possibilitada pelo investimento educacional na segunda geração, muito rapidamente agiu como elemento que impulsionou a emergência de lideranças locais.

Assim sendo, é preciso relativizar a influência do voto da colônia, diminuindo-lhe o peso explicativo. Mais correto seria atribuir a entrada significativa no campo político ao profundo senso de enraizamento social da colônia que, sem perder sua identidade, soube se fixar de forma irreversível no tecido social.

Não há exemplos que revelem com maior eloquência tal fenômeno do que o caso dos políticos de origem libanesa que controlaram clubes de futebol em São Paulo ou o jogo-do-bicho e as escolas de samba no Rio de Janeiro. Todos eles, em algum grau, envolveram-se em cargos políticos. No primeiro caso, o pioneiro e

mais notável deles foi Athiê Jorge Coury. Filho de imigrantes, sua trajetória constituiu um dos maiores exemplos do profundo grau de enraizamento social alcançado por alguns descendentes que se tornaram políticos. Sua popularidade como “homem do esporte” inspirou outros, como Wadih Helou em São Paulo, Nabi Abi Chedid em Bragança e Jamil Gadia em Campinas. Entre os bicheiros e patronos de escolas de samba cariocas, é notável o caso de Aniz Abraão David, sem falar no afamado Joãozinho Trinta, idealizador de vários desfiles premiados, cuja mãe era libanesa, radicada no estado do Maranhão. Esse padrão redundou na disseminação de patrícios ao longo de todo o espectro ideológico. Essa sobre-representação da colônia no campo político parece que se fixou como tendência em todos os estados da Federação. Em 1987, uma publicação destinada a apresentar e a servir de referência para a comunidade libanesa do Brasil, com indisfarçável orgulho podia gabar-se da expressão numérica do assim chamado grupo parlamentar Brasil-Líbano: 33 deputados federais, 7 senadores e 2 governadores de Estado.⁶⁰

Por outro lado, cabe ainda mencionar que esse enraizamento social, freqüentemente alcançado por indivíduos na colônia, responsável, em ampla medida, pela entrada de contingentes significativos na política, somente foi possível dadas as características do “meio receptor”: uma sociedade heterogênea e relativamente aberta, em processo de expansão econômica e mudança, formada por diferentes estratos sociais pouco consolidados, e que colocava lado a lado brasileiros de várias gerações, imigrantes de variadas origens, filhos de imigrantes, descendentes da população negra e mestiça, etc. Um foco comparativo com a trajetória de descendentes de libaneses em outros países de destino como os Estados Unidos ou a Argentina, por exemplo, torna mais nítidas todas as facilidades de integração que a sociedade brasileira, de modo geral, por suas características, ofereceu.⁶¹

⁶⁰ Khodr, Hekmat *O Libanês no Brasil*, vol.3, 1987.

⁶¹ A esse respeito, consultar Truzzi, Oswaldo. “The Right Place at the Right Time: Syrians and Lebanese in Brazil and the United States, a Comparative Approach”. *Journal of American Ethnic History*, winter 1997, vol. 16, n. 2, p. 3-34.

No início dos anos 40, Stefan Zweig, em tons quase míticos, definia a impressão forte de um imigrante seduzido, ao mergulhar no Brasil.

Logo que alguém chega a essa terra, a primeira surpresa que depois, felizmente, a cada dia se renova, é a de ver a maneira amistosa e não fanática pela qual os seres humanos vivem neste gigantesco território. Sem querer, respira ele de novo, sente-se bem por haver saído do ar mefítico do ódio entre raças e classes inimigas e de se achar nesta atmosfera mais humana.⁶²

Não tardou para que o sentimento de gratidão de muitos imigrantes libaneses e sírios à nova pátria que os acolhera fosse expresso em numerosas oportunidades. Por causa disso, já em 1922, quando o Brasil comemorava o centenário de sua independência, a colônia libanesa de São Paulo, composta ainda à época de muitos imigrantes recém-chegados, resolveu oferecer um monumento, confeccionado em bronze, em homenagem à data. Na base deste, inscreveu-se um poema, selecionado em concurso entre tantos outros, cujo conteúdo proclamava:

Se cortássemos todos os cedros do Líbano
 e os cedros são nossa fonte de inspiração; e com eles
 erigíssemos aqui um templo
 cujas torres atravessassem as nuvens; se arrebatássemos de Baalbeck
 e de Palmira os vestígios de nosso passado glorioso;
 se arrancássemos de Damasco o túmulo de Saladino,
 e de Jerusalém o Sepulcro do redentor dos homens;
 se levássemos todos esses tesouros
 a esta grande nação independente
 e a seus gloriosos filhos;
 sentiríamos que, ainda assim, não pagamos tudo que devemos
 ao Brasil e aos brasileiros.

(Elias Farhat, setembro de 1922)

⁶² Zweig, Stefan. *Brasil, País do Futuro*. Ed. Guanabara, 1941, p. 8.

Para os que vieram muito jovens, como Nacib, a adesão aos valores da nova terra foi ainda mais inconteste:

– Na terra de meu pai... – assim começavam suas histórias nas noites de conversas longas, quando nas mesas do bar ficavam apenas uns poucos amigos.

Porque sua terra era Ilhéus, a cidade alegre ante o mar, as roças de cacau, aquela zona ubérrima onde se fizera homem. Seu pai e seus tios, seguindo o exemplo dos Aschcar, vieram primeiro, deixando as famílias. Ele embarcara depois, com a mãe e a irmã mais velha, de seis anos, Nacib ainda não completara os quatro. Lembrava-se vagamente da viagem na terceira classe, o desembarque na Bahia onde o pai fora esperá-los. Depois a chegada a Ilhéus, a vinda para a terra numa canoa pois naquele tempo nem ponte de desembarque existia. Do que não se recordava mesmo era da Síria, não lhe ficara lembrança da terra natal tanto se misturara ele à nova pátria e tanto se fizera brasileiro e ilheense. Para Nacib era como se houvesse nascido no momento mesmo da chegada do navio à Bahia, ao receber o beijo do pai em lágrimas.⁶³

Até hoje, mais de um século decorrido após a vinda dos primeiros imigrantes, nas entrevistas colhidas entre os mais velhos, entre aqueles capazes de olhar para trás, consciente das dificuldades enfrentadas e do caminho percorrido, o balanço da trajetória e da vida não deixa de registrar depoimentos emocionados. “Na vida brasileira a gente adquire desde a infância uma tolerância que não existe lá. ... Eu estou satisfeito da minha vida, confio no Brasil, aqui é minha terra.”⁶⁴

⁶³ Amado, Jorge. Op. cit., p.45-6.

⁶⁴ Greiber, Betty Loeb et alii. Op. cit.

A Fundação Alexandre Gusmão (Funag) realiza em boa hora o Seminário “Relações entre o Brasil e o Mundo Árabe: construção e perspectivas” visando a melhor compreensão e aproximação dos povos de língua árabe.

Não obstante os 22 países que compõem a Liga dos Estados Árabes possuem cada qual particularidades, ou seja, identidade cultural nobre e distinta, é forçoso reconhecer a existência de aspectos psicológicos e culturais comuns entre eles.

Os povos de língua árabe, mais conhecidos entre nós, assim se classificam pela ordem decrescente de sua presença, ou sejam, os libaneses, os sírios e os palestinos. Assim sendo, muito do que irei expor sobre o tema “Influência da Imigração e da Cultura Árabes no Brasil” tem que ver com esses três povos que, desde 1516 até o término da Segunda Guerra Mundial, vêm partilhando, inicialmente sob o domínio Otomano e mais tarde sob o mandato francês – Líbano e Síria – e sob o mandato inglês – a Palestina – destino comum.

Entendo cultura como um conjunto de atividades físicas, intelectuais, artísticas e espirituais que condicionam o comportamento humano. A cultura dos três grupos étnicos aqui enfocados é, portanto, fruto dos elementos que constituem o seu cotidiano, o principal dos quais o seu relacionamento com a família, com a sociedade em que vivem, em geral, e com sua comunidade religiosa, em particular. A sensibilidade às necessidades da família e de sua gente consiste em traço marcante da personalidade do libanês, do sírio e do palestino.

A família e a comunidade religiosa constituíram no passado – e até nossos dias – o primado das sociedades árabes. As atividades do dia-a-dia dos povos de língua árabe são marcadas pelas dificuldades a

* Presidente da Federação Nacional das Entidades Líbano-Brasileiras (Feliba). Presidente da União Libanesa Cultural Mundial para o Brasil.

vencer e pela hostilidade do meio ambiente a superar. Isto é válido para o habitante da montanha, do litoral ou do *hinterland* de seu país. Essas condições, longe de subjugar-lo, fazem dele um homem forte, responsável, um cidadão dotado, acima de tudo, de bom-senso.

Condições singulares a destacar, como as dificuldades de vida com que, de forma genérica, ele sempre se houve em seu país de origem, ou no início de sua vida nas terras da imigração, avivaram-lhe as qualidades da cordialidade, da generosidade e da hospitalidade. As dificuldades a vencer, aqui referidas, incutiram em sua personalidade uma sensibilidade apurada às necessidades do próximo.

Em que pese a notoriedade do apego dos árabes ao seu torrão natal – e aqui me refiro aos três grupos representados no Brasil pelas comunidades libanesa, síria e palestina, já que o tema proposto é sua influência na sociedade brasileira –, esse apego, acrescido do amor à liberdade, sempre foi sufocado pelas potências dominantes de seus respectivos países, que lhes negaram o culto cívico da pátria. Toda e qualquer manifestação libertária, toda e qualquer afirmação de identidade própria, ou de nacionalidade, eram combatidas “a ferro e fogo”.

Cabe aqui uma referência especial ao povo libanês, que não se conformando com a opressão otomana e favorecido por uma cadeia de montanhas inexpugnáveis, resistiu ao dominador a partir do século XVI, durante o regime do Emirado – 1515 a 1841 – comandado pelos príncipes druzos de duas dinastias Maan e Chehab. Esses governadores eram conhecidos como Príncipes da Montanha. Eles conseguiram que a Porta Sublime reconhecesse a autonomia da Montanha. Uma autonomia relativa, eis que vigiada, cumpre esclarecer. Essa autonomia redimensionou-se com o advento de outro regime, o dos governadores autônomos, que vigorou de 1860 a 1915.

Os países de origem dos três grupos aqui referidos sofrem o peso do colonialismo, até os dias atuais, já que enfrentam ocupações estranhas toleradas pela única grande potência mundial. Seus povos adquiriram a consciência de que não podem delegar a países outros a

solução de seus problemas internos. Têm reagido cada vez melhor às agressões contra eles.

Sua confiança só é ilimitada em Deus. Homens de fé inquebrantável, cristãos ou mulçumanos, eles consagram sua vida incondicionalmente a Deus. É, pois, no silêncio inspirado da montanha, é diante da magia do mar ou na imensidão insondável do deserto que eles oram e meditam. Sonham com a vida de dignidade e liberdade.

É esse sentimento que induziu libaneses, sírios e palestinos a singrar os mares em busca de uma nova realidade. Não temos como apurar a data da chegada do primeiro imigrante de língua árabe ao Brasil. Alguns estudiosos interpretam a menção da presença de cristãos do Oriente nas caravelas de Cabral como sendo marinheiros procedentes do Líbano. Não dispomos porém, de documento algum que confirme essa hipótese.

Maria Lúcia Mott, em seu livro *Brasil 500 anos de povoamento*, no capítulo dedicado à imigração árabe, refere-se a pesquisas realizadas por Heliana Prudente Nunes, que localiza a chegada do primeiro imigrante de língua árabe ao Brasil em 1880. Chamava-se Youssef Moussa e era originário da aldeia de Miziara, no Líbano. Mas o pesquisador Jorge S. Safady remonta esse pioneirismo a 1874, quando da chegada dos dois irmãos libaneses Zacharias.

Já Tanus Jorge Bastani, fundador e 1º presidente da União Nacional dos Advogados, entidade precursora da Ordem dos Advogados do Brasil, estudioso da presença libanesa no Brasil, relata em seu livro *Memórias de um Mascate* (p. 288) o encontro pitoresco de Dom Pedro I com o libanês Zacharias, às margens do rio das Velhas em Minas Gerais, mais provavelmente nos idos de 1823. Em outra obra sua: *O Líbano e os libaneses no Brasil* (p. 127-8), Bastani revela fato singular, fruto de uma longa busca por ele levada a efeito e confirmada por vários outros, que transcrevo a seguir:

Quando em 1808, D. João, El-Rei de Portugal, veio para o Brasil, não encontrou nenhum solar digno de sua pessoa. Um “turco” (como o povo chamava qualquer libanês naquele tempo),

aliás um libanês legítimo, já há muitos anos radicado no Brasil, e comerciante no Rio de Janeiro, onde além de um açougue de carne de carneiro possuía uma casa de negócios de secos e molhados, na Ponta do Caju, grande proprietário de terra na Prainha, e cujo nome de origem em língua árabe era Antun Elias Lubos, tendo depois de sua chegada ao Brasil e de ter vivido alguns anos em Portugal, adotado o seu nome em idioma português para o de Elias Antônio Lopes, imediatamente ofereceu sua quinta para residência imperial. Aceito o seu oferecimento passou Dom João a residir nela, transformando-a numa mansão, e ali fixou em definitivo a Casa Imperial Brasileira. Esse local tornou-se mais tarde conhecido como o Paço de São Cristóvão, e onde nasceu o Imperador Dom Pedro II, sendo atualmente o Museu Nacional conhecida a localidade como Quinta da Boa Vista. No Museu Histórico e Geográfico Nacional poderão ser vistos a fotografia e o documento relativos a essa cessão.

Os dados documentados, relacionados ao início da emigração dos libaneses para o Brasil, são raros e pouco esclarecedores. Somente investigando, procurando informes com veteranos emigrantes, em fontes históricas do nosso passado os museus, foi possível ao autor deste livro colher informes seguros e reais, assim mesmo raros e esparsos.

Esse acontecimento é confirmado no já referido livro de Maria Lúcia Mott.

Talvez o fato de Dom Pedro II ter nascido em mansão construída por um libanês explique a empatia que o monarca tinha com relação à gente libanesa, levando-o a visitar o país dos Cedros por duas vezes, em 1871 e 1876, ocasiões em que conclamou os jovens a emigrarem para o Brasil, classificando-o de “Terra da Promissão”.

Da integração dos povos de língua árabe no Brasil

A identificação dos nomes, das origens e das datas de chegada ao Brasil dos primeiros imigrantes de fala árabe é tarefa que está a exigir pesquisas mais profundas.

Bastani refere-se, ainda, em seu livro *O Líbano e os libaneses no Brasil*, à existência de importantes documentos sobre o assunto, nos arquivos da Real Academia de Lisboa.

Resta-nos, entretanto, nos dias atuais, a certeza da presença de imigrantes de fala árabe, perfeitamente incorporados à sociedade brasileira, há cerca de duzentos anos.

A presença de libaneses, sírios e palestinos entre nós é, em sua maioria, constituída de cristãos, que representam cerca de 90% do contingente emigrado para o Brasil.

Na Era Otomana islâmica, as comunidades cristãs do Líbano, da Síria e da Palestina viveram os horrores da opressão e da intolerância. É, todavia, importante reportar que muitos cidadãos de fé muçulmana, identificados como partidários da emancipação dos respectivos países, sofreram, por parte do governo turco, exílio, torturas e até a pena de morte.

Insurreições, conflitos internos, como o de 1860, que vitimou milhares de libaneses, e as discriminações humilhantes que libaneses, sírios e palestinos sofreram, constituíram motivos ponderáveis para deslançar o processo emigratório. Não se deve, entretanto, descurar de outra causa relevante: a atinente à precariedade das condições econômicas reinantes.

Oswaldo Truzzi, pesquisador e professor de História da Universidade de São Carlos – autor do livro *Patrícios, Sírios e Libaneses em São Paulo*, obra que se apresenta como um dos mais sérios estudos sobre a imigração libanesa e síria – atribui com justeza à estrutura agrária da Síria e do Líbano, constituída de pequenas propriedades familiares, como incapaz de suprir o sustento da prole que se multiplicava, e também ao cerceamento exercido pelas potências dominantes quanto à instalação de qualquer tipo de indústria que ameaçasse a comercialização de seus produtos no Líbano, na Síria e na Palestina.

A fácil integração desses imigrantes ao nosso meio, se de um lado tem-se revelado de grande valia para o Brasil, de outro, evidencia-se como fator de desvinculação de seus respectivos países de origem.

É importante ressaltar a índole antidiscriminatória, que o levou a constituir famílias da união com índias, negras e descendentes de imigrantes europeus. Isso, a par da tradução de seu nome árabe para o vernáculo ou a adoção de nomes e sobrenomes de famílias ilustres, levou-o, com o passar do tempo, à diluição de sua identidade original. Muitos dos Ferreira, Salles, Souza, Lage, Ananias, Alcântara, Pedreira, Lopes, Teixeira, Araújo, Amado têm sua origem no Líbano ou na Síria.

Essa nossa assertiva é fruto de longa observação pessoal e de inquirições sobre a presença libanesa e síria em todo o território nacional.

O professor Truzzi, a páginas 74 de sua citada obra, menciona dados coligidos por Alfredo Ellis Jr. e publicados no *Anuário Demográfico*, segundo os quais a proporção de casamentos endogâmicos, nos meios sírios e libaneses, era da ordem de 50,5%. Esses dados são seguramente válidos para São Paulo. Nas demais unidades da Federação, pelo fato de terem sido proporcionadas melhores condições de entrosamento do imigrante com as comunidades brasileiras, ele se casava com jovens independentemente de sua condição social ou racial. A integração do imigrante de língua árabe no Brasil não se limitou à sua adaptação aos costumes e ao estabelecimento de laços familiares.

Desde o primeiro momento e por força de seu espírito de liderança, teve de assumir responsabilidade de comando no espaço regional. Muitos se notabilizaram como chefes políticos, transformando-se nos chamados “coronéis”. E isso no âmbito de todas as unidades federativas do Brasil.

Emil Farhat, escritor e publicitário relata em seu livro *Dinheiro na Estrada – Uma saga de Imigrantes*, a participação efetiva e vitoriosa de regatões e seringalistas libaneses e sírios na Revolução Acreana de 1902, comandada por Plácido de Castro. O heroísmo do capitão-coronel Alexandre, natural de Kfarchima, Líbano, teve amplo destaque.

Nami Jafet, conhecido industrial do início do século, militou durante muitos anos no Partido Republicano Paulista. Foi amigo do presidente Washington Luiz, tendo sido seu representante em algumas solenidades oficiais. Fato curioso a registrar é que, valendo-se de uma lei que autorizava os estrangeiros a votarem, desde que comprovada sua condição de proprietários de bens imóveis, Jafet adquiriu uma área em Vila Ema, na capital paulista, e doou um lote a cada um de seus operários estrangeiros.

A década de 1940 é o marco da participação efetiva de filhos de libaneses e sírios no processo político eleitoral. Nos dias atuais, podemos identificar descendentes de libaneses, sírios e palestinos ocupando cargos políticos em níveis federal, estadual e municipal. Cerca de dez por cento dos membros do Congresso Nacional são filhos de libaneses e de sírios; entre eles destaca-se, a justo título, o ilustre senador da República, Pedro Simon, ex-governador do Rio Grande do Sul e ex-ministro de Estado da Agricultura. O presidente da Câmara dos Deputados, Sr. Michel Temer, é filho de libaneses. Também o é o representante do Brasil na Corte Internacional de Justiça de Haia, o jurista e ex-ministro de Estado das Relações Exteriores, José Francisco Rezek.

Os Estados do Pará, Ceará, Bahia e Santa Catarina são governados respectivamente pelos seguintes filhos de libaneses: Almir Gabriel, Tasso Jereissati, Paulo Souto e Esperidião Amin Helou.

Na diplomacia, temos vários ilustres representantes, entre os quais, o descendente de sírios embaixador Osmar Chohfi, e o de libaneses, embaixador Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdelnour. O número de deputados estaduais, prefeitos e vereadores também é bastante considerável.

Do pioneirismo

Conhecidos como bons comerciantes, libaneses e sírios conseguiram amealhar muitos bens, investindo na industrialização e na distribuição de seus produtos.

Capitães da indústria ou grandes comerciantes, tiveram suas fortunas, quase todas, iniciadas na lida da mascateação. É nessa árdua atividade que, se, de um lado, a imagem do libanês e a do sírio se degradava como analfabeto voltado exclusivamente para o lucro, de outro, permitia-lhe estabelecer laços de amizade e, muitas vezes, de consangüinidade com seu novo ambiente.

O trabalho sacrificante do mascate não tardara a valorizar-se em razão dos bons serviços prestados e à flexibilidade de seu relacionamento comercial. A correção com que sempre se houve pesou muito na transformação de sua imagem. Pouco a pouco, o mascate não era mais visto como o turco ignorante, mas como o sírio ou o libanês trabalhador, inteligente e amigo, procedente de uma terra de cultura milenar.

Cabe aqui um parêntesis quanto ao chamado analfabetismo do mascate: se o aprendizado da língua portuguesa com sua estranha pronúncia fora-lhe difícil, em razão da inexistência de vogais na língua árabe e das letras F, P e V, eles eram versados no idioma árabe. Se não, como explicar o fato de terem sempre com eles jornais e revistas da Terra, bem como livros de oração? Como explicar a correspondência epistolar mantida entre a maioria deles e respectivos familiares em seus países de origem? Como imputar ao mascate os epítetos de ignorante e analfabeto se ele fazia suas próprias contas e conservava anotadas todas as suas transações comerciais em perfeito estado? Como justificar os poemas que ele declamava e as centenas de provérbios que transmitia como fruto da sabedoria de seus ancestrais, ligando-os sempre à situações que vivia?

Lembro-me do testemunho dado pelo marechal Rondon ao meu saudoso pai, antigo empresário da navegação fluvial, e que fora por ele autorizado a suprir de víveres e mercadorias algumas comunidades indígenas de Mato Grosso. O bravo marechal Rondon contou-lhe, repetidas vezes, que por ocasião da implantação das linhas telegráficas não era raro encontrar jornais de língua árabe em localidades de matas fechadas e, portanto, de difícil acesso. Esse

espírito de luta do nosso mascate sempre despertou a admiração do respeitado marechal.

Nunca é demais falar sobre o mascate, que, assim que amalhava um pecúlio, cuidava de se estabelecer com pequeno comércio e o ampliava muitas vezes até abranger outros ramos de atividades. O desenvolvimento do comércio e da indústria deve muito a pioneiros como Nami Jafet – têxteis, metalurgia e siderurgia – a Simão Bittar, que em 1897 fundou a empresa Irmãos Bittar e que, a partir de 1929, começou a beneficiar a borracha nativa e fabricar os pneumáticos marca Bittar. A empresa localizava-se na vila de Mosqueiro, com acesso fluvial de Belém; tornou-se sociedade anônima em 1936. A seu serviço havia um técnico alemão e seus equipamentos eram importados da França e dos Estados Unidos. Os libaneses Mitri Moufarrege e Nagib Salameny fundaram, no ano de 1957, a primeira indústria “Refrigerantes Pioneiros”, na região em que se construía Brasília. Muitos outros imigrantes, pioneiros em vários setores da economia, como usinas elétricas e motorização de barcos fluviais, estão sendo objeto de uma pesquisa que a Federação Nacional das Entidades Líbano-Brasileiras leva a efeito.

Enfim, a influência dos libaneses e dos sírios ao longo dos últimos duzentos anos tem sido feliz e benéfica na sociedade brasileira. Nossos imigrantes revelaram-se ordeiros, trabalhadores e bons amigos.

Da cultura

Os imigrantes libaneses, sírios e palestinos, embora, na maioria, de pouca escolaridade, chegaram ao Brasil como depositários de um acervo cultural considerável. A história, a poesia, a religião, a música, o canto, a tapeçaria, a arqueologia, a arte culinária, enfim, a cultura geral eram familiares ao imigrante desses três países.

Benjamin Abraão, o libanês Jamil Ibrahim, amigo do Padre Cícero, com quem trabalhou alguns anos, dedicou-se, após o falecimento do sacerdote, ao levantamento da história do cangaço no Nordeste. Estabeleceu um bom relacionamento com o famoso

Lampião e conseguiu filmar seu bando em combates e no cotidiano. O filme que trata desse tema leva o título de “O Baile Perfumado”.

A cultura do Líbano foi amplamente divulgada entre nós por meio da erudição e dedicação do escritor líbano-brasileiro, Mansour Challita, tradutor da obra completa de Gibran Kalil Gibran, um dos maiores pensadores, poetas, escritores e pintores do século XX.

Os descendentes de libaneses, sírios e palestinos têm presença marcante no cenário brasileiro como escritores, jornalistas, poetas, pintores, escultores, músicos, cantores, diretores cinematográficos, professores universitários e diretores de museus, como é o caso do artista plástico José Alberto Nemer, e criadores de instituições culturais, como Pierre Challita, que deu seu nome à Fundação Pierre Challita de Maceió, Alagoas.

Na área de Letras, dois nomes de primeira grandeza se impõem ao nosso respeito: o do filólogo Said Ali, falecido em 1953, e o de Antônio Houaiss, escritor e membro da Academia Brasileira de Letras, que morreu recentemente.

Nas Ciências Econômicas, destacamos os ex-ministros João Sayad e Paulo Roberto Haddad. No Jornalismo Econômico, Luis Nacif representa uma promissora geração de jornalistas descendentes de libaneses e sírios.

Nas Ciências Jurídicas há que se fazer referência aos saudosos ministros Alfredo Nasser, Alfredo Buzaid e ao atual deputado federal Ibrahim Abi-Ackel, ex-ministro da Justiça.

Nas Ciências Médicas, é indispensável valorizar e homenagear o trabalho levado a efeito, em todo o Brasil, por milhares de profissionais das mais variadas especialidades, nas pessoas do cirurgião e ex-ministro da Saúde, professor Adib Jatene e do veterano cirurgião, ainda na ativa no Hospital Sírio Libanês, professor Daher Cutait.

Há que se lembrar da legião de filhos de libaneses, sírios e palestinos que contribuíram, decisivamente, para o desenvolvimento da ciência brasileira, ressaltando o nome do ex-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, SBPC, o pesquisador e geógrafo Aziz Ab’Saber.

No campo do esporte, foi no futebol que, embora não sendo da tradição dos países de origem dos imigrantes aqui tratados, aflorou a primeira manifestação importante de sua aculturação. Nos grandes clubes de São Paulo (Corinthians), Rio de Janeiro (Flamengo), Belo Horizonte (Atlético) e nos demais Estados da Federação é comum encontrar os descendentes de nossos imigrantes como dirigentes executivos. Vale lembrar que devemos ao falecido Athié Jorge Cury, quando na presidência do Santos Futebol Clube, a descoberta de Pelé.

Na organização da sociedade civil brasileira, os filhos de nossos imigrantes têm dado repetidos exemplos de liderança no campo da filantropia e da representação empresarial. São várias as entidades espalhadas por todo o Brasil que poderiam ser citadas. Limitar-nos-emos, contudo, a algumas delas, como o Hospital Sírio Libanês, o Incor e a Sociedade Cedro do Líbano de Proteção à Infância em São Paulo; a Fundação Libanesa de Minas Gerais (pioneira no tratamento ambulatorial de dependentes de drogas), que teve como seu primeiro diretor e incentivador o conhecido médico e cientista José Elias Murad; a Sociedade Líbano Brasileira de Saúde de Jovens de Belo Horizonte, presidida pela doutora Marília de Freitas Makaroun. Em São Luís do Maranhão, a Sociedade Beneficente Feminina vem prestando, sob a presidência da senhora Admée Duailibi, serviços inestimáveis a doentes, jovens e idosos carentes. Em Porto Alegre, a União das Senhoras Monte Líbano dedica-se ao amparo da velhice.

Já as entidades de classe empresariais brasileiras têm há muitos anos como norma eleger dirigentes e presidentes filhos de sírios e libaneses.

Um dos grandes fatores da integração de nossos primeiros imigrantes na sociedade brasileira está ligado a um aspecto relevante da sociologia dos povos a que eles pertenciam: a boa mesa.

A culinária levantina tem, pois, hoje, grande aceitação nos meios da população brasileira, como saborosa e saudável.

Enfim foi uma longa caminhada a que todos nós, imigrantes pioneiros e seus descendentes, vimos percorrendo nestes últimos duzentos anos.

Todos os nossos antepassados têm seus ossos sepultados no Brasil. Nem todos foram vitoriosos na construção de riquezas. Todavia o foram, certamente, na lição de vida que nos legaram.

Pertencemos, com certeza, a uma gente santa e pecadora. Mas o que nos orgulha a todos nós é que nossa comunidade, em sua maioria, engrandece, por todos os títulos, a pátria brasileira.

Acho oportuno concluir esta minha exposição com o depoimento do professor Aloíso Pimenta, ex-ministro de Estado da Cultura, sobre os chamados comerciantes turcos de São João Evangelista, no interior de Minas Gerais:

Os imigrantes turcos que identifiquei mais tarde como libaneses e com quem convivi desde a infância transmitiram a nós brasileiros o exemplo vivo da primazia dos valores familiares; da importância da educação dos filhos; do trabalho honrado e incansável e da absoluta fidelidade à nova Pátria.

Senhoras e senhores, é na certeza da aplicabilidade desse conceito a todos os rincões brasileiros que nós, descendentes desses bravos imigrantes, assumimos o compromisso de construir a identidade brasileira com dignidade. Só assim poderemos honrar os países de origem de nossos pais.

Começo dizendo que há uma tradição popular, no Brasil, em relação a descendentes de árabes, que os classifica num processo de hierarquia e valor. Aquela velha história segundo a qual, quando o imigrante árabe chega é pobre, identifica-se com a condição de turco. Se melhora um pouco, consegue uma lojinha, passa a ser sírio. E, se fica um pouco mais abastado, transforma-se em libanês.

Eu, que cometo o pecado da literatura e da poesia, andei com alguns descendentes de árabes, tentando encontrar uma classificação para nós. E, de modo bem humorado, e sem maiores compromissos, chegamos à conclusão que o descendente de árabes que se mete a escritor, intelectual e, o que é pior, a poeta, pode ser considerado um franco-egípcio.

Então, nessa condição bastarda, de franco-egípcio, gostaria de fazer alguns comentários. Não tanto em relação às duas substanciosas comunicações que acabaram de ser feitas, de modo tão preciso, de modo tão brilhante. Eu começaria dizendo que há uma influência imigratória material, caracterizada pela movimentação de pessoas que se deslocam de seus países e procuram outras terras. Mas há, também, a influência imigratória cultural, caracterizada pela transmissão e tradição de valores, idéias, saberes e conhecimentos que vão-se fazendo ao longo do tempo.

As duas intervenções, de certo modo, lidaram com as duas formas imigratórias. Talvez com destaque maior para a influência imigratória material, com levantamentos e inventários de desdobramentos de presença física na paisagem social freqüentada pelo imigrante. Tanto numa como noutra percebemos as ondas imigratórias de sírios, libaneses e palestinos, que tiveram início no fim do século passado.

* Doutor em Ciência da Literatura, pela Universidade do Rio de Janeiro. Professor Titular de Comunicação Comparada da Escola Superior de Propaganda e Marketing de São Paulo. Criador da vanguarda nova brasileira, o movimento da Poesia Práxis

Faço, agora, algumas considerações sobre a influência imigratória cultural dos árabes, na cultura social, literária e artística do ocidente e, por conseqüência, na formação de nosso país.

Para tanto, socorro-me, já que estou aqui na condição de poeta, de um poema e de um poeta português. O poema é de Fernando Pessoa, está no livro *Mensagem*. Como sabemos, esse livro foi escrito para situar o mundo de língua portuguesa entre a vitória de Aljur Barrota e a derrota de Al-Kasser Kibir.

O poema, se não me falha a memória, diz o seguinte:

A Europa jaz, posta nos cotovelos. De Oriente ao Ocidente jaz fitando. E toldam-lhe o rosto românticos cabelos, olhos gregos, lembrando. O cotovelo esquerdo é recuado. O direito, é em ângulo disposto. Aquele diz: Itália, onde é pousado. Este diz: Inglaterra, onde é afastado, a mão sustenta e se apóia o rosto. Fita, com olhar esfíngico e fatal, o Ocidente, futuro do passado. O rosto com que fita é Portugal.

Fico-me perguntando, como poeta bisbilhoteiro, que Oriente seria esse, de Fernando Pessoa. O Oriente que está atrás do Ocidente e parece dar suporte a esse Ocidente. Depois de leituras, pesquisas, entrevistas, algumas visitas a amigos em Portugal, etc. – já que tenho uma paixão especial por Fernando Pessoa – passei a defender a tese, não sei se fundamentada, de que este Oriente de Fernando Pessoa é o Oriente islâmico, instalado na Península Ibérica. Mais especificamente, o Oriente instalado em Córdoba, capital do Califado Omíada. Por quê? E, mais ainda, especificamente, num período que vai do século IX ao século XII.

Esse Oriente, na verdade, é a preparação do renascimento ocidental. É ali que o saber passa a adquirir os contornos de ocidentalidade, por meio, por exemplo, de um hispano-árabe, Avehóis, ao interpretar, comentar e interpolar, de uma ótica islâmica, tendo por trás o Alcorão, o pensamento de Aristóteles, no sentido de introduzir a razão no mundo da fé, o que vai influenciar diretamente São Tomás de Aquino.

No mundo da ciência, apenas como exemplo, a Vicena, o Canon, famoso Canon, traduzido para o latim e inúmeros idiomas, vem até o século XVII. A Universidade de Medicina de Paris o consagra como um emblema. No plano, até mesmo, da astronomia, os árabes, contrariamente aos princípios ptolomaicos dominantes, lidavam, em seus livros, com a concepção da terra redonda, o que vem a influenciar Cristóvão Colombo, que, em 1410, toma conhecimento dessas informações e concebe a terra como uma pêra, imaginando que a terra tem um centro equidistante dos pontos cardeais e que, portanto, Arim, o único hemisfério existente, poderia ser complementado pelo Hemisfério Ocidental.

No plano do imaginário e da literatura, são os árabes desse período que concebem uma narrativa poética e literária que vai marcar a organização do discurso, por exemplo, de um Dante Alighiere, na *Divina Comédia*. A famosa viagem ou subida de Maomé, do Muro das Lamentações ao céu, está como uma espécie de protótipo antecipado dos círculos de subida de Dante ao paraíso, guiado por Beatriz; mesmo tendo Dante posto o divino profeta Maomé num recanto do inferno, por achar que ele era um provocador de cismas religiosos. Mas adotando, sem dúvida alguma, este princípio.

Da mesma forma, a universidade, que já se desenha, exatamente nos hospitais-biblioteca de Granada, Córdoba, Toledo, Málaga. Isso tudo como dado real, histórico. Naturalmente, dados encobertos pelos caminhos das leituras históricas, as velhas considerações em torno de que o vencedor escreve ao bel-prazer do triunfo.

Ora, esse Oriente, que prepara o renascimento, trabalha, também, com a visão do homem integral. Avehois não era só filósofo, era astrônomo, alquimista. Avicena, a mesma coisa, poeta. Como Achaiaim, ou Omar Caiam, se quisermos, além de poeta era matemático, alquimista, entendia de álgebra. Esse modelo do homem integral vai encarnar-se na figura, por exemplo, de Leonardo da Vinci, que também é anatomista, é pintor, é físico e é cientista.

Então, o Oriente que está por trás deste Ocidente, “a Europa jaz de Oriente a Ocidente, jaz fitando”, é esse Oriente islâmico, que, no mundo da Idade Média representa as únicas luzes possíveis.

Ora, se o Oriente é esse, que futuro do passado, que futuro desse passado ocidental seria o nosso? Não tenho muita dúvida em admitir que o futuro do passado eram as terras, passaram a ser as terras descobertas. E, entre estas, particularmente, o Brasil. Quando Fernando Pessoa diz que “A Europa jaz nos cotovelos, de Oriente a Ocidente, jaz fitando. Toldam-se o rosto românticos cabelos, olhos gregos lembrando”, e diz: “Fita com o olhar esfíngico e fatal o Ocidente, futuro do passado, e o rosto com que fita é Portugal”, é evidentemente Portugal, na esquina do planeta – como diria o poeta Antônio Nobre – olhando para o Atlântico, olhando para os caminhos possíveis, na expectativa do futuro desse passado subministrado pelo Oriente e que forma, finalmente, uma cultura ocidental.

Como o Brasil é extensão dessa cultura ocidental, quer queiramos ou não, é interessante verificar que essa influência é, portanto, árabe. E quando digo árabe estou pensando, exatamente, no milagre da língua árabe, tanto quanto no milagre da língua portuguesa. Milagre da língua portuguesa, que é única, num país-continente como o Brasil e o milagre da língua árabe, que passou a ser única na Península Arábica, depois de Maomé. Daí, podemos falar em muçulmanos, maometamos, mouros, moçárabes, etc.

Então, dando um salto, a influência árabe, cultural, neste sentido mais ou menos oculta, mas como alguma coisa que entrou na corrente sangüínea da nossa história, começa com a chegada dos portugueses, em 1500. Quem ler a carta de Pero Vaz de Caminha vai perceber que as primeiras manifestações, os primeiros registros do que ele vê, ou do que lhe parece ver, vêm já com a primeira presença, em nossa terra, de palavras como *almadia*, para referir-se a uma embarcação simples dos indígenas; *alcatifa*, para seduzir o indígena; *albarada*, *aljôfar* e assim por diante.

E o processo de colonização portuguesa é um processo fundado na estrutura da colonização árabe, exatamente na Península Ibérica, ou da colonização árabe de modo geral, no sentido de a colonização não se confundir com colonialismo. O colonialismo, atuando por processos excludentes; por exemplo, o colonialismo anglo-saxão, o

colonialismo belga, o colonialismo holandês, o colonialismo francês. E, ainda, a colonização, ou seja, um processo de ação e interação entre colonizados e colonizadores. daí o princípio de miscigenação, tão característico ou tão caracterizado, pelo menos, entre nós.

Basta nos lembrarmos, neste ano, do centenário de nascimento de Gilberto Freyre, e verificar que ele se tornou num verdadeiro teórico, certo ou não, teórico desse processo mouro de colonização, ou seja, de nós nos integrarmos, de haver a mistura, de haver a interação entre o que chega e o que está aqui, criando sincretismos culturais que vêm até os nossos dias.

Isso é tão extraordinário que até mesmo no plano da literatura, onde eu poderia me demorar mais, o nosso maior escritor, Machado de Assis, paga um tributo extraordinário a esse processo civilizador, cultural, de influência de extração islâmica e árabe.

Sabe-se, hoje, que a obra madura e mais importante de Machado de Assis funda-se quase que totalmente no princípio da sátira menipéia. Ou seja, num processo de compreender as coisas, um processo moral e artístico de compreendê-las, sem condená-las ou julgá-las. Tem-se um olhar irônico, bem-humorado, apresentam-se os fatos, mas, diante deles, mantém-se uma atitude de equidistância, para a melhor compreensão desses fatos.

Menipo de Gadara, um sírio helenizado, criou este conceito de sátira, para se opor à sátira romana. A sátira romana, de Sêneca e de outros, é aquela que condena. O famoso adágio: “Ridendo castigat mores”, “Rindo, eu corrijo os costumes”. Eu julgo aquele que analiso e eu aponto os vícios, os defeitos e condeno pelos vícios e defeitos. A sátira menipéia, uma sabedoria árabe aí, aponta os vícios e deixa em aberto, para cada um de nós tomarmos a posição que se justifique em si mesma.

Hoje, quem visitar a Academia Brasileira de Letras, vai encontrar os dois volumes de Luciano de Samosata, outro sírio helenizado. As fábulas de Luciano, comentando os trabalhos de Menipo, um sírio comentando outro sírio, são retrabalhadas por Machado de Assis, como foram retrabalhadas por outros influenciadores, também, de

Machado de Assis, como Stern Swift, na Inglaterra e por Erasmo de Roterdam, no *Elogio da Loucura*, que se baseia na sátira menipéica, por meio de cênica.

Então, quem ler *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, *Dom Casmurro*, *Quincas Borba* e alguns contos terá a oportunidade – a partir, até, dos estudos recentes de Jean Michel Massat, um pesquisador francês – de ver que o que Machado de Assis fez foi redimensionar, genialmente, e introduzir, para uma sensibilidade nossa, brasileira, os princípios do olhar humano sobre as contradições humanas, provindas de dois sírios helenizados.

Isso significa, portanto, que podemos fazer alguns outros tipos de estudos de influência que não sejam meros arrolamentos quantitativos, de presenças e de atividades. Isso, sem dúvida alguma, é de suma importância. Isso, sem dúvida alguma, anda junto com outro tipo de presença cultural, na inter-relação dos povos.

A influência árabe é histórica, itinerante, que se reflete, depois, em atividades concretas, como a de Benjamin Abrão, ao filmar “Napoleão”, para dar origem, depois, às obras-primas do cinema novo brasileiro, particularmente de Glauber Rocha: “Deus e o Diabo na Terra do Sol”, que se inspira – conversei com o autor sobre isso – exatamente nos documentários de Benjamin. Senão, não teríamos o imaginário cênico da vida de lampião e dos seus cangaceiros.

E, curiosamente, o fotógrafo que vem a registrar isso é, também, um descendente de libanês, Dib Lufti, talvez parente do nosso prezado Charles. E a música, de outro Lufti, que é a de Sérgio Ricardo, o compositor irmão de Dib. Sem falarmos num imaginário literário, como “A Moura Encantada”, no mundo das lendas, etc., etc. Sem falarmos, também, numa música popular brasileira que, por meio de um Egberto Gismondi, que é descendente de libaneses, talvez trabalhe com isso por processos atávicos, ou um João Bosco, que também é descendente de libaneses.

Assim, creio que o mais importante é nós voltarmos os olhos para outras formas de interpenetrações entre o Mundo Árabe e uma cultura brasileira viva.

Podemos caracterizar este Seminário como um diálogo Brasil – Mundo Árabe. E o diálogo, para ser frutífero, deve-se basear na análise da representação ou idéia que cada sociedade tem da outra.

Depois que D. Pedro II assinou um tratado com o sultão da Turquia, iniciou-se a primeira leva de árabes vindos da Síria e do Líbano, países subjugados pelo Império Otomano e que viviam sob constante opressão política, militar e econômica. Essa primeira leva migratória era formada, em sua maioria por trabalhadores simples, lavradores e pastores que passaram a ser chamados, erroneamente, de “turcos”, pois aqui chegaram com passaportes do Império Otomano.

A segunda leva migratória, desta vez sírio-libanesa e palestina, aconteceu entre as duas grandes guerras, quando para aqui vieram pessoas com nível cultural e político mais alto, e desta forma, surgiram suas primeiras sociedades e associações, como também revistas e jornais em língua árabe, expressando a participação dos árabes do Brasil na vida cultural e no movimento de independência do Mundo Árabe.

A terceira onda migratória iniciou-se ao final da Segunda Guerra Mundial, seguida, em 1948, pela guerra da Palestina; em 1956, pela guerra do Canal de Suez; e, em 1967, pela guerra conhecida como dos “Seis Dias”. Essa leva migratória trouxe para o Brasil um grande número de intelectuais e de profissionais liberais, que se estabeleceram diretamente no comércio, na indústria, assim como na área de serviços.

Uma característica comum a todas essas diferentes levas migratórias é que todas elas adotaram rapidamente o Brasil como pátria, devido à perfeita integração sem a formação de quistos populacionais.

* Membro do Conselho Nacional Palestino. Membro do Conselho Central Palestino. Professor Adjunto 4 da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Secretário-geral da Coplac. Secretário-geral da União das Instituições Árabe-Palestinas Latino-Americanas.

A imagem do Brasil no Mundo Árabe era, no início, devido às notícias de riqueza do Novo Mundo, a imagem de um El Dourado, país de muitas oportunidades, em resumo, um país de imigração. Depois da Segunda Guerra Mundial, apesar dos nossos problemas sociais, que passaram a ser conhecidos no exterior, o Brasil manteve a imagem de um país hospitaleiro, e o brasileiro representava o amigo cordial, cheio de alegria de viver, esportista – com especial destaque no futebol – e possuidor de uma dimensão artística bem apreciada no Mundo Árabe, notadamente na música e no carnaval.

Em contrapartida, a análise da imagem do árabe no Brasil é mais complexa. É bem conhecido que os portugueses, os “moçárabes”, que chegaram ao Brasil no século XVI, eram muito influenciados pela cultura árabe que dominou a Península Ibérica por sete séculos. Desta maneira, essa cultura – sob todas as suas formas, lingüística, literária, artística e científica – esteve presente no continente ibero-americano desde o início, influenciando, assim, o seu pensamento e comportamento social.

A partir da segunda metade do século XIX, com o início da imigração árabe, especialmente sírio-libanesa, para as Américas, a imagem do árabe no Brasil sofreu várias mudanças. O árabe, no Brasil, desenvolveu basicamente a atividade comercial conhecida como “mascateação”, especialmente por meio de viagens ao interior do Brasil. Desta maneira, participaram ativamente de todos os ciclos do desenvolvimento econômico do Brasil, a saber: do açúcar, do gado, do ouro, do café, do cacau, da borracha, etc. – atividades que eram desenvolvidas no interior, longe dos centros urbanos. O mascate árabe era o elo entre esses centros produtivos do interior e as cidades. Ele, além das mercadorias levava as novidades e contava as histórias ouvidas ou vivenciadas.

O árabe representava a imagem do negociante econômico, bonachão, mediador de conflitos e a de grande trabalhador na sua luta cotidiana por conquistas socioeconômicas.

Na primeira metade do século XX, entre as duas guerras mundiais, o brasileiro conhecia pouca coisa sobre o Mundo Árabe,

mas tinha uma imagem positiva deste, na qual a sabedoria, o mistério e o romantismo se misturavam. Imagem esta calcada na filosofia de vida de Khalil Gibran, nas poesias e no pensamento filosófico do persa Omar Khayam como também nos deliciosos livros sobre a cultura árabe, tais como: *O homem que calculava* e *Maktub* de Melo e Souza, professor de matemática no Rio de Janeiro, cujo nome literário é Malba Tahan.

Depois da Segunda Guerra Mundial e da declaração de um ministro do governo Dutra de que “tudo que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil” – juntamente com o papel do chanceler Oswaldo Aranha na presidência da Assembléia-Geral da ONU, em 1947, quando do voto da partição da Palestina – a situação modificou-se e a mídia, influenciada pelos Estados Unidos, conseguiu passar aos brasileiros o sentimento de que foram eles, por intermédio de Oswaldo Aranha, que deram o embasamento jurídico para a criação do Estado de Israel.

A mídia brasileira, na época, bem mais restrita que atualmente, mas já com um forte poder de formadora de opinião, não apresentou devidamente a expulsão brutal e sistemática do povo palestino de sua terra natal, por colonos vindos principalmente da Europa, apoiados pelos países coloniais, tornando-os os excluídos e párias da sociedade mundial, privando-os, ainda, do direito de contar a verdadeira história e de compartilhar a sua agonia. O mundo reagiu aos palestinos, nesta histórica tragédia, com indiferença e rejeição.

Não é um exagero afirmar que para o povo e a diplomacia brasileira o Mundo Árabe foi reduzido ao mero papel de oponente e inimigo do Estado de Israel; conseqüentemente, a imagem do árabe passou a ser muito negativa, identificada ao fundamentalismo, ao terrorismo, ao radicalismo e à violência.

No Brasil não se tem registro de um outro grupo étnico ou cultural que tenha sido associado, pela população de um modo geral, a uma imagem tão negativa como os árabes o foram nessa fase. A mídia só tinha uma versão dos fatos – aquela de Israel. Os combatentes palestinos mortos heroicamente em defesa de seu direito inalienável

a uma pátria eram descritos como pessoas sem identidade, sem família, sem ninguém para chorar por eles e que teriam cometido uma atrocidade aos olhos do mundo inteiro.

Até a década de 1970, a maioria da população brasileira, incluindo a sua intelectualidade, desconhecia a história e a cultura do Mundo Árabe, chegando a tomar posições contra a luta do povo palestino pelos seus direitos, enquanto, de maneira justa, assumia posições a favor da democracia, contra o *apartheid* e o racismo de um modo geral, contra a Guerra do Vietnã, a favor das lutas pela independência dos países do Terceiro Mundo...

No início dos anos 70, o chanceler Mário Gibson Barbosa, numa atitude de independência da política dos Estados Unidos, tomou as primeiras posições, visando à aproximação do Brasil com os países árabes. Política esta que se fortificou durante e após a Guerra do Petróleo de 1973 e se concretizou em importante intercâmbio econômico e comercial entre o Brasil e esses países.

A mídia e a opinião pública brasileira começaram, então, a rever a imagem que tinham do Mundo Árabe. A invasão do Líbano em 1982, por Israel, foi um divisor de águas a partir do qual a opinião pública passa da condenação para a compreensão e, enfim, ao apoio à causa árabe, de tal forma que a Intifada Palestina passa a ser considerada um símbolo de heroísmo de um povo.

Assim, na década de 1980, a questão do Oriente Médio torna-se importante para o Brasil, expressando-se então na formação de uma Liga de Parlamentares a favor da questão árabe, bem como na tomada de posições favoráveis do governo brasileiro nos fóruns internacionais.

Uma vez que as imagens recíprocas dos dois atores (o povo brasileiro e o povo árabe) chegaram a corresponder à realidade de cada um, sem preconceitos nem distorções, o diálogo passa a ser uma etapa fundamental no descobrimento mútuo, a fim de que, unindo seus esforços, possam se enriquecer em todos os campos.

Para alcançar maior aproximação entre os dois povos, além dos interesses econômicos, será preciso fortalecer as relações culturais

e científicas entre si. Vários fatores são importantes para atingirmos estes objetivos: o turismo; a realização, em conjunto, de eventos culturais, científicos e esportivos, tais como: festivais de cinema e de música, tradução recíproca de livros editados; exposições artísticas, e de artesanato, bem como apresentações folclóricas e competições desportivas, etc. por meio dos quais os povos possam se descobrir, se conhecer e interagir de forma mais efetiva. Nessa perspectiva, será fundamental a realização de intercâmbio científico entre as universidades e a efetivação de projetos de pesquisa em comum em todas as áreas do conhecimento que sejam do interesse dos dois povos.

A concretização dessas idéias necessita de decisão política de ambas as partes e da formação de comissões para preparar os devidos projetos específicos.

Muito obrigado.

PAINEL VIII

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS NO BRASIL E NOS PAÍSES ÁRABES

Expositores

Paulo Sérgio Pinheiro – Brasil
Khalid Naciri – Marrocos

Debatedores

Tullo Vigevani – Brasil
Ahmad Hasan Soboh – Autoridade Palestina

Líderes democráticos, durante transições políticas no Brasil, tiveram uma visão excessivamente otimista de que o governo civil e o fortalecimento da sociedade civil seriam suficientes para consolidar o estado de direito. Governos civis recentes subestimaram o vigor do legado autoritário e mostraram-se incapazes de reformar instituições herdadas dos regimes militares. Apesar da governabilidade democrática, o estado de direito está longe de encontrar-se estabelecido e a cidadania não está garantida para grandes segmentos da população, que vivem em situação precária de pobreza e desigualdade social. No Brasil, a violência está profundamente arraigada na grande distância que existe entre as elites e a população em geral, na longevidade da escravidão, na discriminação racial e em profundas desigualdades sociais. Mas a violência contemporânea não pode ser explicada pela referência exclusiva a esses elementos; a incapacidade da governabilidade democrática de reformar instituições certamente é responsável por um impacto maior sobre a conjuntura. Mais do que em qualquer outra sociedade da América do Sul – excetuando-se a Colômbia e o Peru, desgastados por rebeliões – o (não-)estado de direito continua a prevalecer para os destituídos.

Esforços para implementar políticas específicas que tratem dessa violência endêmica (expressa por taxas altíssimas de homicídios, graves violações dos direitos humanos, tortura e execuções sumárias) provaram ser pueris e a impunidade prevaleceu. Quais são as características principais desta complexa realidade sociopolítica? O que ocorre no Brasil e em sua sociedade que torna tão difícil impor a prestação de contas (*accountability*)?

* Professor titular de Ciência Política, coordenador no Núcleo de Estudos da Violência e titular da Cátedra de Direitos Humanos da Unesco da Universidade de São Paulo.

O legado do autoritarismo

Por mais de duas décadas, de 1964 a 1985, o Brasil foi governado por uma ditadura militar. Sempre houve uma aquiescência quanto ao poder arbitrário, que pode explicar o baixo grau de repressão intensiva sob a governabilidade militar. Quando comparada com as ditaduras contemporâneas, a repressão militar no Brasil regeja-se das mais baixas taxas de desaparecimentos, prisões e mortes. Na Argentina, mais de 20.000 pessoas foram mortas ou desapareceram; no Chile, 3.000 pessoas desapareceram e milhares foram presas e executadas; e no Uruguai, encontra-se a maior incidência de prisões *per capita* do Cone Sul. No Brasil, por outro lado, houve milhares de casos de tortura e aproximadamente 7.367 pessoas foram presas¹, mas houve menos de 360 casos de desaparecimentos políticos.²

No início da ditadura militar em 1964, muito poucas vozes ousaram condenar as detenções arbitrárias e a tortura imposta sobre militantes políticos, defensores do regime constitucional anterior e membros de sindicatos e organizações estudantis. Entretanto, à medida que a intensificação de repressão política começou a afetar membros da elite, clamores e protestos explodiram, invocando temas de direitos humanos em casos de abusos militares. Na década de 1970, a ênfase recaiu sobre as violações dos direitos civis cometidas pela polícia e o aparato repressivo paralelo estabelecido pelas forças armadas.

Na década de 1980, uma rede dinâmica de movimentos sociais começou a se organizar por meio do país, em áreas urbanas e rurais. Foi quando os novos conceitos de direitos humanos emergiram, com a criação de novos temas políticos. Movimentos inesperados surgiram, tais como a luta pelos direitos indígenas, que, de certa forma, substituiu ou prolongou o tema da reforma agrária. Progressivamente,

¹ Ver Arquidiocese de São Paulo, *Brasil Nunca Mais*. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 85-88.

² Miranda, Nilmário e Tibúrcio, *Carlos dos filhos deste solo, Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu. Bontempo Editorial, 1999, p.15-16. A comissão especial do governo sobre desaparecidos políticos, no Ministério da Justiça, estabelecida pela Lei nº 9.140/95, reconheceu que o Estado brasileiro era responsável pelo desaparecimento de 148 pessoas até maio de 1998 (além das 136 já reconhecidas no anexo daquela lei). A comissão continuou seu trabalho em 1999.

vários movimentos voltaram-se para a promoção de direitos sociais e econômicos entre os segmentos pobres da população. Vários grupos começaram igualmente a promover os direitos de moradia, saúde, educação e um ambiente despoluído, bem como os direitos das minorias, mulheres e crianças.

Assim, paradoxalmente, foi sob o regime militar que novas formas de mobilização se desenvolveram. Não foram simplesmente idéias que foram importadas de outros países, mas também novas práticas sociais, um novo discurso, manifestando a exigência de consolidação do estado de direito para toda a população.

No entanto, a emergência de movimentos da sociedade civil não pode ser exclusivamente interpretada como uma contribuição para a estabilidade e a coesão social. Uma sombra inexorável da sociedade não-civil segue o fortalecimento da sociedade civil. Os valores da solidariedade e do “espírito-público” da sociedade civil revelados durante a luta pela democratização constituem uma dimensão relevante do sistema social, mas esferas contíguas continuamente desafiam estas propriedades positivas em que interesses funcionais diversos e objetivos contraditórios estão expressos. Esta situação provoca relações sociais de uma natureza completamente diferente.³ Isto pode explicar a tendência comum de aumento da violência após as transições democráticas em lugares tão diferentes como o Leste Europeu, a Rússia, a África do Sul, o Brasil e outros países da América do Sul.

Embora a transição e a consolidação democráticas tenham fornecido as condições básicas para novas formas de convívio e pacificação, o retorno à democracia coincidiu com o aumento da violência e o crescimento de gangues, mafiosos e outras organizações do crime. Todas as classes de vigilantes em várias cidades brasileiras existem, de certa forma, como a continuação dos esquadrões da morte e outras organizações e práticas repressoras clandestinas que predominaram durante a ditadura.

³Alexander, Jeffrey. Aspectos não-civis da sociedade. Espaço, tempo e função. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 33(12) February, 1997:175-176.

A transição “lenta, gradual e assegurada” para a democracia, no Brasil, foi a mais longa de todas as transições políticas da década de 1980 e, por causa disto, os líderes militares puderam negociar suas saídas do governo e uma anistia plena “geral, ampla e irrestrita” para seus crimes políticos, garantindo a impunidade. Em 1985, o país retornou ao regime civil e, três anos mais tarde, uma constituição democrática com uma abrangente “carta dos direitos” foi adotada.

Apesar do constitucionalismo democrático, entretanto, há um legado evidente no aparato do estado, deixado pelo regime autoritário. Esse regime promoveu a militarização da segurança pública e a unificação das forças policiais.⁴ Uma impunidade virtual para a polícia militar foi também estabelecida por meio das cortes militares, em cada estado, para crimes comuns, que continuam, com algumas limitações, até hoje. De fato, quase quinze anos após a transição, a polícia continua a ter a mesma organização estrutural definida durante a ditadura e preservada na Constituição de 1988.

Violência ilegal e crime

Há uma percepção geral de que os crimes comuns vêm aumentando desde o retorno à democracia. O Brasil não constitui caso isolado no mundo, se considerarmos a violência e o medo do crime. Após a década de 1960, estatísticas sobre o crime, compiladas em todo o mundo, apontaram um padrão de crescente criminalidade, especialmente de crimes violentos. Esta tendência foi testemunhada na Europa e nos Estados Unidos.⁵ A situação no Brasil agravou-se por excessivamente altas taxas de homicídios combinadas com a impunidade prevalente sob a governabilidade democrática.⁶

⁴ Adorno, Sérgio. Insegurança versus direitos humanos: o governo FHC (1985-1998) entre a lei e a ordem. *Tempo Social* (mimeo), passim.

⁵ Idem. O Gerenciamento Público da Violência Urbana: a justiça em ação. In: Pinheiro, Paulo Sérgio et al., *São Paulo sem medo*. São Paulo: Garamond, 1998, p. 227-246.

⁶ Ver, por exemplo, Robert Sampson: “Assim que o crime atinge um certo nível, um alto grau de violência de gangues é recíproco... Atos de violência levam a outros atos de violência. Você obtém a posse de uma arma para defesa. Você obtém retaliação. É um fenômeno não-linear. Com a troca de tiros de gangues, você toma uma ação específica e, em seguida, uma contra-resposta.” Em Malcolm Gladwell, *The Tipping Point*. *The New Yorker*, 3 June 1996, p.32-38.

Isto talvez explique porque os brasileiros dão tanto valor à manutenção da ordem. De fato, em pesquisa recente, compilada pelo Centro de Estudo da Violência, da Universidade do Estado de São Paulo, dez capitais de estados do Brasil confirmam essa percepção. Quando perguntados sobre “o que era mais importante – manter a ordem, aumentar a participação, controlar inflação, ou proteger a liberdade de expressão,” 31% das pessoas declararam que “a manutenção da ordem” era o mais importante. Foi a segunda escolha depois da necessidade de “aumentar a participação popular” (34%); 24% consideraram o “controle da inflação” a mais importante preocupação para elas, enquanto 9% escolheram “a proteção da liberdade de expressão” como a mais importante.⁷

O Brasil tem a oitava maior economia do mundo. Contudo, quando comparamos a taxa anual de homicídios por cem mil – que cresceu de 13 em 1980 para cerca de 25 em 1996⁸ – com as taxas de sete economias que a precedem, o Brasil pertence a uma categoria completamente diferente. De fato, a taxa anual de homicídios em 1996, nos Estados Unidos, foi de 8,22 e, em 1997, na Alemanha, foi de 4,86; na França, 4,11; no Reino Unido, 2,43; na Itália, 4,90; no Canadá, 1,99; e, na Espanha, 2,43.⁹ Entre os países da América do Sul, o Brasil coloca-se em segundo lugar (somente atrás da

⁷ Certamente, esta percepção pode ser influenciada por uma crescente exposição à violência, notadamente por meio da mídia. Mas, apesar disso, é extremamente revelador da percepção da segurança e da ordem como um problema não-resolvido. Ver Cárdua, Nancy, coord. *Atitudes, Normas Culturais e Valores em relação à violência em 10 capitais, em capitais brasileiras*. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 1999, passim.

⁸ Embora os crimes de homicídio possam ter sido afetados pela falha de registros que caracteriza as informações sobre crimes, os dados, moralizados e razoavelmente sistematizados sob o mesmo critério em todo o país, oferecem situação extremamente próxima da realidade. Ver Ministério da Saúde, Fundação Nacional de Saúde, Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde, SIM, IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais, *Síntese de Indicadores Sociais 1998*. Rio de Janeiro: IBGE, 1999, p. 49.

⁹ Para dados sobre a França, ver Ministère de l'Intérieur, France, *État de la Criminalité et la Délinquance en France et dans l'Union Européenne*. Paris, 1997; para dados sobre os Estados Unidos, ver U.S. Department of Justice, *Uniform Crime Reports*. Washington, D.C.: Government Printing Office, 1996.

Colômbia) em mortes resultantes de homicídios: estes aumentaram de 11, 190, em 1979, para 40,470, em 1997.¹⁰

Devemos ter em mente que o Brasil é um país, em sua grande parte, urbano: em 1997, 79,6 % da população viviam em cidades.¹¹ Uma grande proporção da população urbana, em muitas das cidades grandes vive em bairros pobres e favelas, naquelas áreas que Ignacy Sachs chama de “pré-cidades geográficas e sociais”. Essa população não vive com as mínimas condições do que se poderia chamar de uma “vida urbana”. Ela não possui moradias adequadas, tem limitado acesso a empregos estáveis bem como dificuldades em obter os mais básicos serviços públicos. Em 1997, metade dos homicídios (51%) estava concentrada em 1,8% das cidades com uma população de mais de vinte mil, sendo que 74 dessas cidades estavam localizadas em apenas três estados: 28 em Pernambuco, na região nordeste do país; 26 em São Paulo e 20 no Rio de Janeiro.¹² Se considerarmos os índices de mortalidade por homicídio, de pessoas com idades de 15 a 29 anos, em 1995 houve quase uma duplicação na taxa nacional (44,8 % por mil), alcançando 83,1 para homens e 7,1 para mulheres. No Rio de Janeiro, durante 1996, armas de fogo causaram 87% dos homicídios.

Quando as estatísticas de crimes são distribuídas por áreas, uma correlação aparece entre os bairros pobres e o risco de vitimização. Nas cidades de São Paulo, Salvador e Curitiba, as áreas violentas, onde em certas comunidades as taxas de homicídio alcançaram nível epidêmico, são também aquelas com os mais baixos níveis socioeconômicos. Da mesma forma, as áreas com os maiores indicadores socioeconômicos também apresentam as mais baixas taxas de homicídio. Portanto, os membros de comunidades com os mais baixos indicadores socioeconômicos têm maior risco de serem mortos do que aqueles que vivem em bairros menos carentes. No Rio de

¹⁰ Arquitetura da Violência. *Folha de S. Paulo*, 17 de outubro de 1999, 3-3.

¹¹ IBGE, *Síntese de Indicadores Sociais*, 1998, p.19.

¹² No estado de São Paulo (54,7 homicídios por mil) e, no Rio de Janeiro...

Janeiro, o mapeamento parece, em princípio, ser mais complexo, as favelas, localizadas principalmente em morros, e os bairros afluentes podem coexistir na mesma área geográfica. Entretanto, uma observação mais apurada confirma a correlação já verificada no caso de São Paulo: há uma grande disparidade entre as duas áreas em termos de suas taxas de homicídio e de seus indicadores socioeconômicos. A zona sul, que é a mais afluyente, tem as mais baixas taxas de violência, ao passo que a zona norte, a mais pobre da cidade, tem a mais alta taxa de mortes; a correlação entre a taxa de homicídios e a qualidade de vida é clara. Estes dados confirmam a observação de Amartya Sen sobre a violência como um elemento de depreciação social.

Essas áreas de alto risco estão marcadas por várias necessidades não-atendidas: uma ausência ou insuficiência de serviços públicos (escolas, organizações culturais e esportivas, transporte, água potável e iluminação pública), uma falta de infra-estrutura comercial e isolamento, ou acesso muito limitado, a outros bairros, transformando-os em enclaves. Nesses espaços, a violência física é uma realidade concreta que afeta cada aspecto da vida diária. A frequência de homicídios, roubos, assaltos e agressão, em geral, é tal que provocou o desaparecimento virtual dos espaços públicos. Nessas áreas, onde a maioria dos homicídios ocorre e onde a presença da polícia é extremamente esparsa, para não dizer ausente, o monopólio do estado da violência física foi relaxado. A sobrevivência do indivíduo pode, na verdade, depender de sua habilidade de representar uma “ameaça crível de violência”. Isto pode também ser explicado pelo fato de que, num ambiente em que a violência é considerada legítima, uma “perda de estrutura da sociedade” freqüentemente ocorre. No Brasil urbano, os controles sociais foram, na verdade, relaxados e a violência é cada vez mais percebida como um meio legítimo de resolver conflitos.

Todavia constituiria um engano considerar essas populações como excluídas (como na expressão francesa, *exclusion sociale*), ou mesmo marginalizada, porque sua maioria é composta de cidadãos que obedecem às leis, trabalhadores que possuem os mesmos valores

e vivem a mesma cultura urbana; assistem às mesmas novelas na televisão e têm as mesmas ambições (frequentemente inatingíveis). Deve-se enfatizar que, no Brasil, mais de 97 % das casas nesses bairros pobres têm eletricidade, 90 % têm rádios, 85 por cento têm aparelhos de televisão (que é mais do que 80 % dos que têm geladeiras), 78 % têm acesso à rede de distribuição de água, 70 % têm sistema de esgoto (conexões ou fossa séptica), mesmo se apenas 25 % têm telefones.

Essas populações confrontam-se todos os dias com o controle e o terror do crime organizado e o poder arbitrário da polícia (a única face do Estado que a maioria de pobres conhece). Podemos dizer que o estado de direito não existe nessas áreas. Mas essas populações não vivem fora-da-lei e tentam remediar o terror imposto sobre elas por criminosos que vivem em suas comunidades.

Uma grande variedade de criminosos é ativa nas áreas urbanas onde os pobres vivem. Esses criminosos podem agir individualmente ou em grupos; podem ser cidadãos comuns ou agentes do Estado. Deve-se notar que a diferença entre as duas categorias – justiceiro (vigilante) e matador (atirador) – não está sempre evidente. É de conhecimento comum que as polícias civil e militar, ambas em serviço e fora dele, participam de esquadrões da morte particulares. Durante a ditadura militar, os esquadrões da morte eram formados com o apoio das autoridades para raptar ou matar policiais dissidentes em São Paulo e no Rio de Janeiro. Após a ditadura, muitos desses grupos foram desmantelados, contudo suas práticas sobreviveram de várias formas. Os esquadrões que envolviam a polícia continuaram ativos em vários estados como, por exemplo, no Acre, Espírito Santo e ao longo da fronteira com o Paraguai e no Estado do Mato Grosso do Sul. Neste último caso, a divisão especial de fronteira da polícia do Estado é suspeita de tomar parte em ações criminosas.

Na década de 1990, o uso da cocaína teve crescimento dramático nas principais metrópoles da costa leste do país, assim como nas principais cidades localizadas nas rotas de trânsito do tráfico de drogas entre a Bolívia, São Paulo e o Rio de Janeiro. O Brasil

contemporâneo constitui um importante mercado para a cocaína produzida na Bolívia, além dos grandes mercados dos Estados Unidos e da Europa. O Brasil já é o segundo maior consumidor de cocaína do mundo. Se considerar a logística do tráfico da cocaína, torna-se aparente que as condições encontradas nas grandes bacias hidrográficas da América do Sul oferecem um sistema natural ideal para a circulação da cocaína. Os traficantes de drogas podem contar com grandes sistemas de rios, de estradas e aéreos, que funcionam com uma ligação confiável entre a Costa do Pacífico e o Oceano Atlântico. O fortalecimento e a infiltração crescentes dessas organizações criminosas nas instituições públicas, como a polícia, o judiciário e as legislaturas federal, estadual e municipal, revelam as fraquezas do estado democrático.

Graves violações dos direitos humanos sob o regime democrático são muito mais visíveis quando ocorrem em áreas urbanas graças, em parte, à exposição da mídia. Mas a brutalidade e os massacres policiais são também frequentemente cometidos em áreas rurais. Várias áreas de conflitos rurais tornaram-se territórios de confrontação entre trabalhadores e militantes rurais, polícia militar estadual e milícias de donos de terras. Durante a década de 1990, os sem-terra, liderados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), intensificaram a ocupação de terras visando a pressionar o governo a acelerar a reforma agrária, o que resultou no aumento da violência dirigida aos líderes e participantes desse movimento.

A incapacidade da governabilidade democrática de criar e reformar as instituições a fim de construir um Estado capaz de proteger os direitos dos cidadãos certamente gera impacto sobre a violência e a criminalidade descritas acima e deve ser levadas em consideração na tentativa de entendermos o Brasil contemporâneo.

Um Estado útil?

O papel desempenhado pelas instituições públicas no contexto existente da violência mantém-se extremamente precário, na melhor das hipóteses. “Infelizmente, é um país cronicamente violento. A

polícia não é eficiente, não combate o crime e é, em si mesma, violenta. O sistema da justiça é lento”, foi a declaração franca recentemente feita por José Gregori, Secretário de Estado dos Direitos Humanos. A polícia e outras instituições do sistema de justiça penal tendem a agir como guardas de fronteiras protegendo as elites dos pobres. A violência policial, tal como a tortura, permanece impune, uma vez que é em grande parte dirigida às “classes perigosas” e raramente afeta as vidas das classes afluentes. Em todo o país, a impunidade é virtualmente assegurada por aqueles que cometem abusos contra as vítimas consideradas “indesejáveis” ou “subumanas”.

Assim, apesar do vigor da resistência à ditadura e da capacidade criativa das Organizações da Sociedade Civil (OSCs), formadas na década de 1970, um aparato coercivo do Estado para proteger os direitos de todos ainda não está disponível a toda a população. O Estado – principal defensor dos direitos, o *defensor pacis*, o principal garantidor da pacificação – simplesmente não é percebido como acessível a todos os cidadãos. Em termos de proteção dos direitos e da segurança pública, não existe um estado útil acessível – requisito básico de uma democracia consolidada. Quinze anos após a ditadura, muitas pesquisas indicam que as pessoas ainda consideram perigoso ir a uma delegacia de polícia, ainda que para fazer uma simples queixa. Um estudo recente no Rio de Janeiro indicou que apenas 20 % das pessoas roubadas foram à polícia. Dessas, apenas 13% efetivamente registraram queixas e, em 5% dos casos, a polícia teve sucesso em suas investigações.

A polícia tende a ver o estado de direito como um obstáculo ao invés de uma garantia efetiva da segurança pública. Acredita que seu papel é proteger a sociedade dos “marginais”, de qualquer forma possível, mesmo que ilegalmente. A detenção ilegal pela polícia civil (judiciário) continua a ser prática comum. O retorno à democracia constitucional, em 1985, marcou avanço significativo que possibilitou à sociedade e aos órgãos das procuradorias públicas estaduais e federais combater as práticas arbitrárias das instituições públicas. Entretanto, as práticas arbitrárias ainda não foram totalmente erradicadas.

Um dos principais obstáculos à mudança do sistema de polícia são os governos de estados que, apesar das diferenças regionais referentes aos problemas de segurança que enfrentam, não são autorizados pela constituição federal a definir a estrutura de polícia mais adequada para que possa atender às suas respectivas necessidades. Os estados não podem unificar a polícia militar (com o encargo do patrulhamento) e a polícia civil (encarregada da investigação), ou extingui-las, ou modificar o papel de ambas. Este aspecto torna difícil (senão impossível) coibir a autoridade da polícia e dá-lhes maior grau de autonomia. Durante os últimos quinze anos, várias propostas de governos foram apresentadas ao Congresso Nacional para alterar a estrutura da polícia, herdada do regime militar. Entre elas estava a separação da polícia militar das forças armadas, a extinção da polícia militar, a transferência das atividades de patrulhamento da polícia militar para a polícia civil e a autonomia garantida aos estados para organizar suas forças policiais e eliminar a condição de militar da polícia militar. Nenhuma única dessas alterações à constituição foi votada. Ao contrário, em 1998, sob pressão das forças armadas e do *lobby* da polícia militar, o Congresso aprovou a Emenda Constitucional 18, que define a polícia militar como “forças armadas [militares] dos estados”, reforçando sua condição militar e fazendo que a reforma do sistema de segurança pública pareça cada vez mais distante.

Os policiais não recebem treinamento suficiente, são mal-pagos e muitos não respeitam o estado de direito. A tortura é usada na maioria das investigações policiais em todo o Brasil. A tortura tornou-se um crime em 1997, mas essa prática horrenda é protegida pela ausência de sistemas efetivos de prestação de contas (*accountability*). Acusações de tortura raramente são investigadas e, quando são, os responsáveis freqüentemente escapam à punição. Em 1998, havia vários casos, de alta visibilidade pública, em que a polícia extraiu confissões dos detentos, que mais tarde provaram ser inocentes.

Além da tortura, a execução sumária de suspeitos e acusados de crimes tornou-se prática comum em vários estados. Justifica-se como meio de controle de crimes comuns em bairros pobres e as

vítimas pertencem aos grupos mais vulneráveis da sociedade – os pobres, sem-tetos e aqueles de origem africana. Este quadro torna-se ainda mais complexo à luz da aquiescência da maioria da população a essas práticas. Tais mortes recebem amplo apoio das elites bem como dos pobres – que são os alvos primários de abusos e crimes.

Desde a década de 1970, as mortes de jovens, pobres e não-brancos suspeitos pela polícia militar têm sido comuns nas principais capitais do Brasil, tais como o Rio de Janeiro e São Paulo. Em São Paulo, por exemplo, de 1990 a 1998, 6.218 civis foram mortos pelas polícias militar e civil – uma média de 691 por ano e 58 por mês. O número de civis mortos pela polícia chegou ao seu ápice em 1992, quando 1.458 civis foram mortos pelas polícias civil e militar. Em 1997, as polícias civil e militar mataram 1.008 civis e, em 1997, o número caiu para 546. No Rio de Janeiro, 595 civis foram mortos pela polícia, de janeiro a outubro de 1998, numa média de 59 mortes por mês.

Algumas cidades demonstraram melhoria recentemente: a polícia do Rio de Janeiro matou menos civis em 1999, sob uma nova administração estadual. Em São Paulo, os números apresentados pela secretaria estadual de segurança pública mostraram que a polícia matou 317 civis nos primeiros sete meses de 1999, sugerindo que, até o final do ano, o número aumentaria pelo terceiro ano consecutivo. Em anos recentes, apesar das medidas tomadas pelas autoridades civis de São Paulo para controlar o abuso da polícia, após apresentar sensível redução, as mortes pela polícia vêm novamente aumentando.

A Constituição Democrática de 1988 não reformou o sistema estabelecido durante a ditadura militar, quando crimes cometidos pela polícia militar eram julgados em cortes da polícia militar. Essas cortes eram compostas de oficiais militares e baseavam suas sentenças em investigações criminais precárias. Elas frequentemente concediam impunidade por atos como mortes por polícias e outros crimes violentos. Em 1996, a competência de examinar e julgar homicídios perpetrados pela polícia militar foi transferida para cortes civis e júris populares. Esta transferência ocorreu em conseqüência a iniciativa

legislativa que o presidente Fernando Henrique Cardoso propôs, no contexto do Programa Nacional dos Direitos Humanos. A reforma judiciária, Lei nº 9.299/96, sendo de natureza processual, foi retroativa a todos os casos ainda em aberto. Cortes civis estão agora examinando casos que envolvem a polícia militar. Entre tais casos, encontra-se o massacre de Eldorado dos Carajás, que deixou dezenove sem-terras mortos no estado do Pará, em abril de 1996. Aquele incidente, descrito em relatórios de médico legal independente, indicado por Nelson Jobim, então Ministro da Justiça, demonstrou que a polícia torturou vários sem-terras até a morte, com suas próprias ferramentas agrícolas, e atirou em outros à queima-roupa.

Não obstante essa importante mudança, as autoridades judiciais continuam a fracassar na tentativa de levar a julgamento as recentes violações, apesar das evidências avassaladoras. Sete anos após o massacre de Carandiru, os réus ainda não foram levados a julgamento. Apesar da transferência do caso do Eldorado dos Carajás para a capital do Estado, a fim de assegurar jurados independentes, um júri de sete pessoas, em Belém, inocentou três dos réus de todas as acusações, em 19 de agosto. Os esforços para processar os oficiais da polícia militar responsáveis pela extrema brutalidade policial na favela Naval, bairro de Diadema, em São Paulo, no início de março de 1997, têm também sofrido atrasos. Um filme, feito por cinegrafista amador e mostrado na mídia em todo o Brasil e o mundo, mostrou policiais exortando, batendo, torturando e atirando em pessoas paradas, sem critério, em um bloqueio de estrada. Em certo momento, após bater e humilhar os ocupantes de um carro, Otávio Lourenço Gambra atirou no veículo que partia, matando Mário José Josino. O Tribunal de Justiça de São Paulo, a mais alta corte de apelação do Estado, derrubou a condenação de Gambra por assassinato em junho.

O acesso à justiça no Brasil, especialmente para os pobres, tem-se mostrado sempre extremamente precário. Historicamente, o judiciário não é percebido como um corpo que protege os direitos das classes destituídas, mas como uma instituição responsável pela

criminalização e repressão dessas classes. Há uma percepção extremamente desfavorável quanto ao sistema legal, que se reflete na baixa freqüência com que a população recorre ao judiciário. A operação do judiciário é marcada por legados do passado autoritário: estes estão talvez mais presentes no judiciário do que em qualquer outra instituição pública. O sistema de justiça penal é também caracterizado por forte discriminação racial. Não-brancos confrontam-se com maiores obstáculos no acesso à justiça e encontram maiores dificuldades em ter seus direitos protegidos. Em razão disso, eles tendem a ser punidos e a receber tratamento penal mais rigoroso.

Em 1990, havia apenas 5.164 juízes no Brasil. A proporção entre o número de juízes e o tamanho da população é a mais baixa em todos os estados onde a impunidade é mais flagrante: no estado de Alagoas, há um juiz para 44.000 pessoas; em Pernambuco, um para 40.228 pessoas; no Maranhão, um para 39.383 pessoas; na Bahia, um para 58.774 pessoas. A média nacional brasileira é de um juiz para cada 29.452 habitantes; a deficiência torna-se mais visível quando essa proporção é comparada com a dos países desenvolvidos. Na Alemanha, há um juiz para cada 3.448 habitantes; na França, um para cada 7.142 habitantes; na Itália, um para cada 7.692 habitantes. Nesse contexto, o Brasil segue o padrão típico dos países em desenvolvimento, que alocam maior proporção de recursos humanos à polícia, em último caso em detrimento do judiciário. Nos países em desenvolvimento, o número de juízes e pessoal do judiciário na área da justiça penal, em comparação com o pessoal da polícia, é extremamente baixo: chegou a 2% para 76% de policiais em 1986. Nos países desenvolvidos, a proporção era de 8% para 76%. Um claro indicador da falta de juízes no Brasil é o fato de que em cada estado há uma grande percentagem de cargos de juízes não preenchidos: a média nacional de posições vagas é de 26%, chegando a 50% em alguns estados.

Um outro aspecto de crise no judiciário é a grande discrepância entre o volume de casos levados a julgamento e o número de casos resolvidos na corte. Em 1990, 4.209.623 de casos foram apresentados

perante juízes em todo o Brasil; apenas 2.434.542 foram resolvidos no mesmo período. Este nível extremamente baixo reflete o resultado do judiciário em anos recentes. Ademais, desde que o número de processos tende a crescer e a rapidez de resolução permanece a mesma, esta discrepância continua a crescer. Devido ao acúmulo de processos, muitos julgamentos não são conduzidos dentro do limite de tempo processual e as acusações são, portanto, arquivadas. Conseqüentemente, a impunidade é estabelecida. Alguns juízes que são corruptos e controlados por interesses locais intencionalmente deixam que algumas acusações atinjam o prazo de arquivamento. Em muitos casos, no Norte e Nordeste, há freqüentemente um juiz, mas nenhum promotor, ou vice-versa.

Muitos juízes e promotores, em áreas rurais de conflitos, receberam ameaças de morte e vivem sob proteção da polícia federal. O sistema de justiça penal deixou de investigar e julgar numerosos casos de violência contra trabalhadores rurais. Isto é explicado em parte pela repetição de massacres rurais – a ponto de que agora sejam percebidos como fenômeno comum – e pela falta de medidas efetivas para a investigação da maioria desses crimes. De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), das 1.730 mortes de trabalhadores rurais, líderes de sindicatos, trabalhadores religiosos e advogados, registradas entre 1964 e 1992, apenas 30 foram levadas a julgamento em 1992 e somente 18 resultaram em condenações. A ausência de efetividade testemunhada na polícia e no judiciário existe também em instituições penais. As condições carcerárias continuam a violar normas internacionais, tais como grave superpopulação, instalações sanitárias extremamente precárias e a falta de assistência médica e legal provocaram rebeliões em estabelecimentos policiais, delegacias e penitenciárias por todo o ano. Alimentação, condições de saúde e assistência médica são precárias para os 170.208 detentos em prisões brasileiras, que têm a capacidade para apenas 74.000. Comumente, a administração desses estabelecimentos é arbitrária e opressora e a administração interna é freqüentemente deixada para os próprios detentos. É difícil imaginar o impacto dessas circunstâncias sobre

centenas ou milhares de detentos concentrados em espaços limitadíssimos. Nas delegacias – estabelecimentos policiais de detenção inicialmente usados para detenções de curto-prazo, mas transformados em prisões de longo-prazo na cidade de São Paulo – há mais de 9.000 detentos vivendo em condições subumanas. Rebeliões de detentos, que tomam reféns, bem como greves de fome são ocorrências rotineiras em todos os estados e constituem-se meios pelos quais os detentos exigem que as mínimas condições humanas de carceragem sejam providenciadas ou que eles sejam transferidos de delegacias para penitenciárias.

Todos os anos, há dúzias de mortes em prisões, resultantes de violência carcerária e policial. Os detentos vivem sob a constante ameaça de serem espancados ou torturados por guardas penitenciários e policiais, métodos comuns usados no controle da população carcerária. Suspeitos de crimes e detentos são vítimas esquecidas das graves violações dos direitos humanos no Brasil. A tortura é comum também nas delegacias. Os detentos são sujeitos à opressão de guardas e à violência sexual de outros detentos. Conseqüentemente, rebeliões e protestos são freqüentes. A reação da polícia a esses distúrbios tem, em geral, sido o uso de “massacres para restaurar a ordem”.

As condições de detenção de jovens também permanecem muito abaixo dos padrões internacionais, assim como do mínimo de garantias estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, do Brasil. Uma serie de rebeliões, durante 1999, em instituições de detenção para adolescentes, em São Paulo, demonstrou a inabilidade do governo estadual de manter a segurança das instituições ou de garantir padrões mínimos de acomodação decentes para os jovens lá detidos. Em setembro de 1999, cerca de 500 detentos escaparam do Centro Imigrantes durante dois dias de rebeliões. Na ocasião, o centro mantinha mais de 1.300 jovens em espaço estabelecido para 400. Em meio à rebelião de setembro, cenas de câmeras de repórteres mostraram guardas nesses centros de detenção usando cacetetes para bater em jovens que já tinham sido controlados e despidos até ficarem só com as roupas íntimas.

Governabilidade civil e a sociedade civil

Não obstante a inabilidade do estado brasileiro de implementar garantias do estado de direito para a maioria dos cidadãos, o retorno à governabilidade democrática trouxe importantes mudanças, tornando o cenário nacional hoje muito diferente daquele de quinze anos atrás. O regime democrático atual funciona em um país onde três quintos da população estão inseridos no contexto social, 80% vivem em áreas urbanas e mais da metade dos trabalhadores está no setor de serviços. Houve um significativo crescimento de 12% no eleitorado entre 1994 e 1998, principalmente nas áreas Norte e Centro-Oeste. Em 1998, houve mais de 106 milhões de eleitores, correspondendo a 65% da população rural, tornando o Brasil um dos países com maior eleitorado. Entretanto, os estados da federação em que mais eleitores estão concentrados continuam a ser aqueles localizados na costa da região Sudeste: seis desses estados – São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul e Paraná – têm mais de 60% de eleitores.

Várias mudanças foram feitas no que tange a relevantes direitos civis e políticos. O processo de democratização contribuiu para garantir muitos dos direitos políticos, tais como eleições justas e transparentes, liberdades de partidos e de candidatos para fazer campanhas (embora tenha havido casos de assassinatos de cunho político) e alternância no poder. Um outro importante elemento foi a crescente atenção que várias administrações federais – de José Sarney, Fernando Collor e Itamar Franco – deram à ratificação de tratados e convenções dos direitos humanos durante as décadas de 1980 e 1990. O Congresso Federal votou o reconhecimento da jurisdição da Corte Interamericana dos Direitos Humanos e o presidente Cardoso, em 9 de dezembro de 1998, em comemoração ao cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, anunciou esta importante decisão. O estado brasileiro tem agora ratificados todos os instrumentos principais do direito internacional dos direitos humanos. O reconhecimento oficial daquelas normas internacionais

contribuiu para fortalecer e empoderar grupos que lutam no país – legal e politicamente – e para a criação de incentivos materiais de pressões normativas para a internacionalização dessas normas nos sistemas legal e político.

O reconhecimento oficial do aparato internacional dos direitos humanos será um importante elemento para o julgamento de agentes de graves violações dos direitos humanos, aumentando o “poder de constranger” governos pelas OSCs, que têm sido extremamente efetivas em fazer os governos cumprirem os requisitos dos direitos humanos. As OSCs aprenderam que, quando incapazes de chamar a atenção de seus governos, elas podem desviar-se do aparato público e contatar seus aliados internacionais para fazerem pressão junto ao governo, de fora do país. Depois que muitos dos tratados principais sobre os direitos humanos foram ratificados pelo governo brasileiro na década de 1990, essas organizações começaram a apelar a instituições internacionais – como a Comissão Interamericana dos Direitos Humanos – responsáveis por dar assistência na implementação de tais tratados. Essas instituições expressam a preocupação ao governo nacional e fazem pressão condenando-as no cenário internacional. O governo federal na década de 1990 começou a exercer papel decisivo na promoção e proteção dos direitos humanos, com o objetivo de pôr fim às persistentes práticas ilegais e violentas.

Durante a transição política da década de 1980, movimentos sociais – como sindicatos de trabalhadores e associações de profissionais liberais, por exemplo, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a nova associação dos direitos humanos – puderam redesenhar a face da política, ajudando a dismantelar regimes autoritários. No novo cenário democrático, as OSCs rapidamente desenvolveram-se enquanto avançavam além de seu papel de resistência à ditadura, tornando-se capazes de estabelecer novas conexões entre esferas autônomas da sociedade e instituições políticas. O novo sistema constitucional abriu espaço para novos movimentos e organizações, defendendo os direitos das mulheres, dos negros, índios, trabalhadores rurais e de grupos de diferentes orientações sexuais.

A população e sociedade civil brasileiras atuais são muito mais ativas, bem informadas e mais participantes do que nunca. Uma evolução relevante, neste contexto, é que as OSCs puderam acumular um grande número de experiências, adquirir mais conhecimento e criar melhores redes de contato. Um exemplo notável é a Rede de Informação do Terceiro Setor (RITS).

As OSCs começaram a funcionar como “sistemas de prevenção”, funcionando como sensores que ouvem a opinião e preocupação públicas e tentam introduzir diferentes pontos de vista no processo político. São capazes de provocar visibilidade e transparência políticas, contribuindo para o controle do poder político e de grupos sociais poderosos, forçando-os a agir de acordo com a lei. De todas essas formas, as OSCs são capazes de contribuir para a amplificação e democratização do processo político.

Os Movimentos Nacionais dos Direitos Humanos, o Movimento Nacional dos Meninos de Rua e as conferências nacionais dos direitos humanos promovidas pela Comissão dos Direitos Humanos da Câmara dos Deputados puderam, na década de 1990, estabelecer-se como monitores do cumprimento, pelo Estado, dos padrões internacionais ratificados pelo Brasil, propondo mudanças em instituições públicas e questionando os verdadeiros interesses destas na defesa dos direitos humanos. A *Human Rights Watch/Americas*, juntamente com uma dúzia de OSCs latino-americanas e com o Centro de Estudos da Violência da Universidade do Estado de São Paulo, apoiou a criação do Centro de Justiça e Direito Internacional (*Center for Justice and International Law – CEJIL*), uma firma de advocacia em Washington, que prepara as queixas de violações dos direitos humanos para a Comissão Interamericana dos Direitos Humanos e para a Corte Interamericana dos Direitos Humanos.

Qual é a saída da violência endêmica?

Como saímos deste mundo de violência, de graves violações dos direitos humanos e da impunidade? Quais são as perspectivas

possíveis? Aprendemos que no sistema federal a “vontade política” do Executivo não é suficiente para fazer as mudanças. O governo federal está convencido da necessidade de melhorar os registros referentes aos direitos humanos, não só para melhorar a imagem do Brasil – como alguns sugerem – mas como um requisito para estabelecer a governabilidade e a eficiência dentro do aparelho do Estado. No entanto, uma certa tolerância à violência permanece nos órgãos governamentais e na sociedade em geral – uma tendência que contribui para a resistência às políticas dos direitos humanos.

Foi reconhecido que o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso avançou na adoção de um Programa Nacional dos Direitos Humanos, em 1996, preparado com a participação de OSCs. Desde então, o Prêmio Nacional dos Direitos Humanos (anual) foi estabelecido, a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos foi criada em 1997 e, em 1998, esta tornou-se uma secretaria de Estado. Documentos importantes de legislação foram introduzidos e aprovados, a desigualdade racial foi oficialmente enfocada e a luta contra o trabalho escravo e de crianças foi intensificada. Tem havido mudanças e avanços nas políticas do governo para proteger e promover os direitos humanos no contexto de um Programa Nacional dos Direitos Humanos. Várias parcerias foram constituídas com o Movimento Nacional dos Direitos Humanos, as OSCs, as ONGs dos direitos humanos, os centros de pesquisa e as universidades, por meio da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. Estes são grandes avanços na história da proteção dos direitos humanos no Brasil.

Uma sociedade civil, cada vez mais mobilizada, contribuiu para a realização destas recentes mudanças positivas. Embora o número de brasileiros que participam dos trabalhos das OSCs seja muito limitado, em proporção à população, é importante observar que a violência e o crime estão sendo denunciados por novas associações e organizações que se entusiasmam mesmo com pequenos progressos e não se intimidam com numerosos obstáculos. Exemplos desta tendência estão nos muitos grupos de direitos humanos, na campanha contra a fome, nas parcerias entre governo e sociedade civil lançada

pelo Programa Comunidade Solidária, na mobilização do Viva Rio contra a violência no Rio de Janeiro e nos Movimentos dos Sem-Terra.

Não devemos subestimar as mudanças na Constituição de 1988, aumentando os poderes dos promotores públicos, que se tornaram defensores dos direitos dos povos indígenas. Na ocasião, eles foram até mesmo capazes de agir contra a União em nome daqueles povos. Existe hoje, em cada estado da federação, um promotor público federal que prescreve a promoção e a proteção dos direitos humanos. Em junho de 1999, um projeto para reformar o judiciário foi elaborado na Câmara dos Deputados, ao mesmo tempo em que uma Comissão de Investigação foi estabelecida para investigar casos de corrupção, nepotismo e apropriação indébita de fundos, em ambas as casas do Congresso.

Os governos estaduais também contribuíram com importantes inovações para este movimento. Nas capitais de São Paulo, Fortaleza, Belo Horizonte e Rio, a polícia agora está sujeita ao controle de uma Ouvidoria. O ouvidor tem um mandato preciso. Oficiais independentes e respeitados que recebem e processam queixas compõem o quadro. Em 1998, o ouvidor de São Paulo pôde demonstrar que a violência policial não tinha sido suficientemente reportada em cerca de 30% na década. Como resultado desta observação, o governador de São Paulo declarou que as mortes por policiais deverão ser publicadas no Diário Oficial.

Há obstáculos estruturais que o governo brasileiro terá de enfrentar. O primeiro passo é claramente a implementação de reformas institucionais. O sistema da corte judiciária, talvez o mais evidente por sua inadequação, deve ser repensado e sua ideologia revisada. A promoção dos direitos humanos, especialmente entre os pobres, nunca recebeu a atenção e consideração necessárias dos juízes brasileiros. É fato raro que esses juízes tenham mesmo um conhecimento básico das obrigações internacionais dos direitos humanos, apesar de que a Constituição de 1988 reconheça essas obrigações como legislação doméstica.

Como qualquer processo de reforma, o estabelecimento do estado de direito e da sociedade civil no Brasil é multidimensional e requer mais do que reestruturação institucional. Mudanças devem ser feitas simultaneamente no código penal e no processo penal. É crucial, por exemplo, que se removam do código as provisões que delongam os procedimentos legais e que são ocasionalmente usadas para escapar à punição por aqueles que possuem meios de contratar um advogado. O Brasil não deve ser caracterizado pelo simples funcionamento da lei criminal, precisamente porque uma das características básicas de qualquer lei criminal é sua natureza discriminatória. De fato, a maioria daqueles que são punidos ou detidos na sociedade latino-americana são os desprovidos de poder e os destituídos, exatamente aqueles que deveriam ser protegidos pelo estado de direito em uma democracia.

A possibilidade de remediar esta situação urgente de violência endêmica, altas taxas de criminalidade e homicídio existe para o Brasil em um futuro próximo? É difícil imaginar que num país de proporções continentais, a multiplicidade de problemas que se apresentam possam ser resolvidos em todas as diferentes regiões geográficas. Existem muitas práticas positivas sendo implementadas por vários governos estaduais em áreas como segurança pública e cidadania. Contudo, para que esses esforços sejam plenamente efetivos e que se alcance uma reforma verdadeira, o governo federal deve ter papel ativo, uma vez que muitas das mudanças necessárias, tais como da polícia e do judiciário, dependem de emendas constitucionais. Para que se construa um apoio sólido a essas transformações, algumas reformas políticas são fundamentais – como controle do poder econômico durante o período eleitoral, a limitação de privilégios parlamentares (que agora concedem imunidade de processo criminal), a redução da representação excessiva de Estados menos populosos e a confrontação da corrupção e da infiltração do crime organizado no aparelho do Estado.

Os estados democráticos fracassaram na promoção da prestação de contas (*accountability*), essa palavra mágica que não existe em

espanhol ou português. Conseqüentemente, as OSCs precisam aumentar sua pressão sobre os estados a fim de que possam criar a prestação de contas por meio de sérias investigações, processo e punição de agentes criminosos, sejam eles civis, funcionários públicos ou agentes do governo, sem interferência de política partidária.

De acordo com o que foi dito aqui, uma das estratégias básicas para as OSCs deveria ser o fortalecimento de controles sociais locais sobre as políticas públicas do Estado. Além de monitorar graves violações dos direitos humanos, é imprescindível monitorar a atuação das instituições públicas. Um dos principais problemas no Brasil, como resultado da corrupção, ineficiência e da ausência de prestação de contas é que o investimento social freqüentemente não chega aos mais destituídos. A descentralização do poder público abriu novas possibilidades para melhor definir o mecanismo adequado para o controle social local.

De qualquer forma, o primeiro e mais básico problema na próxima década para o governo e a sociedade civil é conviver com a violência. Os direitos são sistematicamente violados no regime democrático, assim como ocorreu sistematicamente durante o período republicano desde 1889. É uma marca da história política do Brasil: práticas abusivas contra cidadãos (hoje, especialmente, contra os jovens), entrincheiradas no sistema político. A tortura em investigações policiais e as condições abomináveis de carceragem persistem sem mudanças dramáticas.

Portanto, o reforço do estado de direito continua a ser extremamente relevante para a governabilidade democrática efetiva. A fim de que todos entendam que os direitos humanos são direitos de todos, e não somente das elites, é imprescindível que as OSCs possam mobilizar, organizar e lutar pela realização dos direitos sociais, econômicos e culturais sem a ameaça de tortura ou morte. Garantias constitucionais e os princípios básicos da democracia, tais como a liberdade de expressão, de reunião e de associação, constituem a base de uma sociedade civil ativa. As OSCs questionam o poder do estado, mas é somente num estado democrático que uma sociedade civil

democrática pode prosperar, uma vez que somente uma sociedade civil democrática pode efetivamente preservar o estado democrático.

Assim, a sociedade brasileira chega à virada do século obrigada a conviver com o crime e a morte violenta que se instalaram. Os obstáculos são imensos; os impedimentos às vezes parecem insuperáveis. É preciso não apenas a implementação dos direitos como também a institucionalização das políticas públicas, capazes de prevenir as práticas de graves violações dos direitos humanos. Embora no Brasil o passado pareça nunca morrer, o constitucionalismo democrático pode abrir novas perspectivas no próximo século para garantir o controle das elites pelas não-elites – requisito primordial e essencial para uma democracia efetiva.

Problemática universal “moderna” na longa história da humanidade, a preocupação pela preservação e pela proteção dos direitos do homem interessa, inevitavelmente, a todas as esferas culturais do mundo. O mundo árabe não poderia ficar à margem deste movimento que envolve, desde então, todo o planeta.

A Carta da Liga Árabe (1945) omitiu qualquer referência aos direitos do homem, pois o assunto não parecia ser, então, “prioritário”. A partir de 1971, a Liga passou a dedicar-se ao tema, tornando possível a realização, em setembro de 1994, da “Carta Árabe dos Direitos do Homem”.

Longa e lenta progressão, da ainda inacabada questão dos direitos do homem que, de fato, não é uma simples reflexão de filósofos ou uma construção moralista banal. A questão está vinculada, em sua origem e em seu desenvolvimento, aos parâmetros sociais, históricos, culturais e políticos.

I – Processo Associado ao Desenvolvimento Histórico das Nações

1 – Associação com os direitos do homem, democracia e progressão cultural e social (diferentes níveis de consciência e de prática política).

2 – Associação com o desenvolvimento econômico (divisão desigual das riquezas nacionais nos diversos países trava a promoção da democracia madura e dos direitos do homem).

II – Problemática Associada à Resolução das Escolhas da Sociedade

1 – Relação satisfatória com a dualidade identidade/modernidade e seu corolário, e a dialética especificidade/universalidade. Esta questão transcende o âmbito moral e filosófico para ascender ao *status* de dificuldade política.

* Professor Universitário da Mohamed V. Rabat. Secretário da Liga Árabe dos Direitos Humanos.

2 – Como integrar a cultura dos direitos do homem no apego ao referencial muçulmano. Como combater a hostilidade aos direitos do homem e à tolerância em nome da falaciosa “legitimidade” religiosa.

III – Preocupação Projetada em Múltiplos Parâmetros

1 – Parâmetros internos: políticas econômicas (democratização da sociedade) e sociais (justiça social, solidariedade, segunda geração dos direitos do homem...).

2 – Parâmetros externos: vários povos árabes (Palestina, Iraque, Sudão, Líbia, Síria) submetidos a duras pressões externas, que afetam os direitos do homem.

Perspectivas:

1 – A defesa e a promoção dos direitos do homem no mundo árabe passa pelo enfoque objetivo integrando não apenas a luta contra as violações dos direitos do homem causada por forças externas (USA, Israel...), mas também por aquelas ocasionadas pela debilidade da cultura dos direitos do homem em escala interna nas sociedades árabes.

2 – O avanço da causa dos direitos do homem em um país como o Marrocos, nos últimos dez anos, prova que as sociedades árabe-muçulmanas podem progredir de modo significativo neste campo.

Creio que no debate sobre desenvolvimento social e direitos humanos, há questões, de caráter conceitual, que precisamos entender bem. Em boa medida, já foram desenvolvidas pelos dois expositores que me antecederam. Uma dessas questões refere-se à própria razão da universalização do debate sobre direitos, neste caso, os direitos sociais e humanos.

Pinheiro assinalou que o debate sobre direitos humanos desenvolveu-se, no Brasil, a partir de 1964, ganhou *status* de tema de Estado a partir de 1985 e, talvez, mais ainda, a partir de 1990. Porém, isso não é especificidade apenas brasileira. Diria que é o resultado de certos desenvolvimentos internacionais, nos quais o Brasil e outros países se inserem profundamente.

Como lembrou Naciri, os direitos humanos têm origem precisa. Em português, costuma-se dizer que têm identidade definida, sendo conhecida a matriz intelectual, cultural e nacional. Esses direitos têm origens na cultura ocidental, como foi dito. Certamente, isso criou uma série de problemas, de dificuldades e de perplexidades. Não me refiro apenas ao Brasil. Penso em outras civilizações, onde os valores conexos aos direitos humanos podem surgir como associados – e podem estar efetivamente associados – a características históricas consideradas por esses povos como negativas, entre as mais negativas. De fato, muitas vezes esses valores surgiram ligados ao antigo colonialismo e ao imperialismo. Cabe reconhecer que, realmente, não teria sentido histórico e político buscar a separação de fenômenos intrinsecamente vinculados. Ao mesmo tempo, cabe reconhecer que os acontecimentos do século XX permitiram que, a partir da experiência histórica própria de cada povo – e o brasileiro

* Professor Universitário do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (Unesp) Campus de Marília. Pesquisador do Cedec (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea).

poderia ser citado como exemplo –, a idéia de direitos sociais e humanos ganhasse novos conteúdos, vinculando-se à idéia de direitos nacionais.

Cabe, portanto, entender que a universalização dos direitos humanos, sem esquecer o diagnóstico de sua origem, é um movimento de caráter profundo. Provavelmente, no limiar dos séculos XX e XXI possamos afirmar que é um movimento que, total ou parcialmente, é assimilado pelas mais diferentes culturas. Certamente, as razões dessa assimilação são múltiplas, e não podemos ser tão ingênuos para não perceber que a hegemonia da cultura ocidental faz parte da disseminação. Ao mesmo tempo, não seria justo esconder que essa mesma assimilação pela humanidade, nas últimas décadas, é um movimento de sentido profundo e que interessa ou, pelo menos, pode interessar a todos os povos.

Pergunto: o direito à vida, um direito que está nos textos sagrados de várias religiões, reintroduzido nos momentos fundacionais do pensamento político ocidental, no século XVII, por Locke, ou mesmo por pensadores nem democráticos, nem liberais, não constitui valor que pode ter características universais? Portanto, esse direito à vida, apesar de sua origem, poderia servir como exemplo de direito com origem determinada, mas que se universaliza.

Assim, a idéia de direitos humanos é uma idéia que tem origem precisa, podendo ser historicamente vista com as características negativas às quais fiz referência, mas, ao mesmo tempo, tem valores intrínsecos que a tornam apta à universalização. Provavelmente, essa capacidade de universalização deva atribuir-se, por um lado, à hegemonia ocidental, mas por outro, particularmente, depois de 1945, à incorporação das chamadas novas gerações de direitos, os sociais, os econômicos, os culturais, os dos valores. As Nações Unidas, em várias ocasiões, debateram esses temas e lhe deram *status* internacionalmente reconhecido.

Definido o terreno em que estamos discutindo, qual é o problema que apresenta, até para sociedades como a brasileira? No campo dos direitos, o que se apresenta é a necessidade de conjugar,

de compartilhar o respeito aos direitos humanos e às sucessivas gerações de direitos – com as especificidades culturais, nacionais, religiosas – com as tradições de cada povo.

Essa conjugação está em desenvolvimento. Vista numa perspectiva histórica, a conjugação parece caminhar de forma razoavelmente rápida, assimilada pelas diferentes culturas que compõem a comunidade das nações. Neste sentido, um tema central no relacionamento internacional, mas também nas relações do Brasil com os países árabes, diz respeito ao reconhecimento das particularidades nacionais. Elas têm um papel destacado no destino da humanidade. Se a globalização e a idéia de universalidade se basearem na imposição de valores e não na capacidade de respeitar todos aqueles que compõem a sociedade internacional, considerando-os, positivamente, componentes da civilização que se quer construir, então, a própria idéia de universalização dos valores ficará prejudicada irremediavelmente. É por isso que qualquer sociedade ou grupo social que não sabe reconhecer o outro, respeitando-o e reconhecendo-lhe os direitos, contribui para o debilitamento do convívio entre os povos.

Ao mesmo tempo, na sociedade brasileira, há um razoável consenso no reconhecimento de que essas particularidades nacionais e culturais não podem encobrir – e não seria justo que encobrissem – fenômenos de violação dos direitos humanos. No mínimo, essas particularidades não podem encobrir aqueles direitos que, nos organismos internacionais, têm tido um reconhecimento unânime como mercedores de respeito, supondo-se, portanto, como assimilados pela cultura e pela lei de cada povo.

Outra reflexão estimulada pela leitura do *paper* de Naciri, refere-se à relação entre os direitos humanos e o processo conhecido como globalização. Há, no sistema internacional, uma busca de construção de legitimidade, ou ao menos tentativas nesse sentido, por meio da conjugação de regras que fundem temas políticos e econômicos com os temas do âmbito dos direitos humanos e sociais.

Vejamos exemplos concretos. Em todas as negociações internacionais relevantes, a começar por aquelas que se dão no âmbito

da Organização Mundial do Comércio, está sendo paulatinamente incluído o tema dos direitos sociais, da chamada cláusula social e o tema da proteção ao meio ambiente. Em alguns acordos globais ou regionais, a cláusula democrática está sendo também incluída. Por exemplo, nas relações da União Européia com os países mediterrâneos e com a África subsaariana, esses pontos foram explicitamente incorporados. É evidente que existe relação entre os temas dos direitos sociais, da proteção ambiental, dos direitos democráticos e o tema das relações econômicas e políticas internacionais. Ao mesmo tempo, deve-se assinalar que esse argumento tem sido de fato utilizado, muitas vezes, pelas potências maiores, pelos países mais fortes, como instrumento de fortalecimento das suas próprias posições e de suas próprias condições nas negociações internacionais. A diplomacia brasileira tem-se batido em diferentes fóruns para distinguir as questões.

Dito isso, tampouco podemos silenciar sobre a necessidade que os países pobres, os países em vias de desenvolvimento, têm de elaborar estratégias por meio das quais possam retrabalhar as relações entre direitos humanos, sociais, ambientais e democráticos com o ordenamento político e econômico internacional. A adesão a valores universais incorporados pela comunidade das nações pode ser um sólido terreno do qual partir. Portanto, deveria ser fortalecido o campo de reflexão e mesmo o esforço de equacionamento conceitual, visando a compatibilizar os diferentes direitos com uma ordem internacional desejada. É evidente que a defesa de direitos fundamentais é de interesse de todos os povos, em particular dos trabalhadores e dos mais desfavorecidos, mas o atendimento desse objetivo passa por regras equitativas, que permitam, ao menos, a diminuição das assimetrias. Economias como as dos países árabes, a do Brasil e a dos demais países do Mercosul seriam beneficiadas, não pela resistência a *standards* mínimos, mas pela sua incorporação num contexto mais amplo de relações internacionais redefinidas. O objetivo do equacionamento conceitual e da compatibilização é, certamente, difícil, mas torna-se necessário, não apenas pelos benefícios que

poderão advir, mas também em razão das assimetrias existentes. Enfim, o que se quer indicar é um terreno de colaboração entre nossos países, que exige um esforço criativo, não apenas de resistência. Em resumo, tratar-se-ia de aceitar a idéia de *standards* mínimos, desde que estabelecidos com base em regras que aumentassem significativamente as vantagens dos países em desenvolvimento.

As intervenções do embaixador Ahmed e de Naciri no tema do desenvolvimento social e de direitos humanos têm relação direta com as perspectivas de cooperação entre Brasil e países árabes. O fato de eles assinalarem a importância da participação da sociedade civil, assim como de seu fortalecimento em cada um dos países da região, pode estar sinalizando formas de desenvolvimento dessas relações.

Nos painéis havidos neste Seminário sobre as “Relações entre o Brasil e o Mundo Árabe”, particularmente nos que trataram dos temas econômicos, surgiu, sob forma de interrogação, a preocupação em explicar por que relações potencialmente amplas, que poderiam ser maiores, entre o Brasil e o Mercosul, por um lado, e os países árabes, pelo outro, não se desenvolvem adequadamente.

Há dificuldades de diferentes ordens, algumas determinadas pela posição periférica das economias de nossos países, outras determinadas por deficiências específicas, como sinalizaram Paulo Sérgio Atallah e Luiz Fernando Furlan. O que cabe destacar no contexto deste painel é que o fortalecimento da sociedade civil em cada um desses países, a começar pelo Brasil, pode ser um fator de estímulo ao crescimento dessas relações. Fortalecimento da sociedade civil tem conseqüências em diferentes campos: político, cultural, acadêmico, científico e tecnológico, e teria conseqüências, ainda que indiretas, no plano econômico.

Quando falamos de sociedade civil, devem ser considerados todos os atores potencialmente intervenientes, a começar pelo próprio Estado. Será difícil imaginar uma intensificação das relações se não houver possibilidades de benefícios econômicos bilaterais, mas também será difícil a intensificação se não tivermos grupos sociais interessados. No caso brasileiro, a participação de empresários, de

sindicatos, de movimentos sociais e de organizações não-governamentais, mesmo que limitadamente, como discutido por Pinheiro, está crescendo em algumas negociações internacionais. Alguns segmentos tiveram papel significativo nas formulações do Brasil, até na ocasião da Conferência sobre os Direitos Humanos, realizada em Viena em 1993. Em outros casos, mesmo de negociações econômicas, setores sociais fazem ouvir sua voz e acabam incidindo nas políticas do Estado.

Outro instrumento importante de ação, que sinaliza campos de possível intervenção da sociedade civil, é o representado pela universidade e pela pesquisa. Os temas referentes aos direitos humanos, sociais ou políticos, ganhariam mais força se tivessem possibilidade de tratamento sistemático, com a participação de pesquisadores em sua análise e formulação, passando de uma situação onde se afirmam princípios para uma situação de compreensão detalhada das especificidades nacionais e dos problemas que se colocam para a aceitação desses mesmos valores. Desta forma, haveria uma concreta contribuição ao conhecimento do outro.

Experiência restrita, mas que entendemos significativa, da qual participaram, entre os integrantes deste Seminário, o embaixador Musa Amer Odeh, da Palestina, e o embaixador José Vicente de Sá Pimentel, realizada em abril de 2000, no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, onde se discutiu o processo de paz entre Israel e Palestina, demonstrou a potencialidade do trabalho acadêmico. Neste cenário, mesmo quando paixões e tensões estão presentes, procura-se, por meio da reflexão, a razão profunda dos fenômenos sociais, políticos e econômicos. As relações entre os países árabes e o Brasil poderiam ser estimuladas pela presença de centros de estudos com capacidade de pesquisa específica no tema, da mesma forma que o fortalecimento dos estudos da língua e da cultura árabe, já presentes em algumas universidades.

Nas questões do Oriente Médio, talvez pudesse o Brasil vocalizar mais fortemente a defesa dos processos de paz e, também, intervir mais decididamente nos fóruns internacionais com o objetivo

de viabilizar, com base no reconhecimento das diversidades, o desenvolvimento social e os direitos humanos, sempre com o pressuposto da necessidade de instrumentos adequados e de relações internacionais menos assimétricas. Cabe reconhecer, porém, que essa ação é difícil, até para Estados mais poderosos.

No caso brasileiro, como Pinheiro já o sinalizou com mais autoridade, temos dificuldades para uma ação de perfil mais elevado, pela existência, entre nós, de inúmeros pontos débeis, nas áreas dos direitos humanos e sociais, aqui examinadas.

Do ponto de vista institucional, a assimilação, pela sociedade e pelo Estado brasileiro, das regras universais dos direitos tem-se acentuado de forma corajosa. Isso se refletiu na ação internacional, quando nas gestões dos ministros Rezek, Lafer, Cardoso, Amorim e Lampreia se reconheceram claramente as debilidades brasileiras no campo dos direitos. Porém, as dificuldades e os fenômenos contraditórios com que digladia a sociedade brasileira, impedem uma mobilização nacional que fortaleça as próprias posições internacionais do Brasil. É certo que o Estado, e a sociedade por seu intermédio, endossou, encampou e assinou os principais documentos internacionais sobre os direitos. Mas, ao mesmo tempo, assistimos a perigosos fenômenos de degradação desses mesmos direitos no Brasil; alguns chegam a considerar a existência de possíveis elementos de anomia, como os que encontramos em outras sociedades latino-americanas. Portanto, o cenário não é de todo otimista e, por isso, torna o desenvolvimento social e dos direitos humanos tema obrigatório, tanto para os países árabes quanto para o Brasil.

A pesar da passagem de cerca de 52 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, crescem e se espalham, cada vez mais, as violações. Torna-se necessário um acompanhamento minucioso e global para garantir o devido respeito aos termos da Declaração.

Em princípio, vale mencionar o seguinte:

1. É muito importante o respeito às particularidades culturais e nacionais na leitura e no acompanhamento da situação dos direitos humanos.
2. É de suma importância o respeito à soberania nacional.
3. Não se deve reduzir os direitos humanos a meras formalidades ou obrigar povos a seguir critérios e considerações de outros povos em termos de forma de governo ou de pluralismo, sem olhar as necessidades básicas de educação, saúde e direito ao trabalho como direitos essenciais do homem.

Neste tocante, a Palestina considera que:

1. O acompanhamento dessa importante questão só pode ser realizado pela Organização das Nações Unidas, por seus órgãos e agências competentes. Um relatório anual do Ministério das Relações Exteriores de um dado país não pode ser transformado em instrumento de pressão nessa área.
2. As sociedades árabes, vistas sob a ótica histórico-cultural são paternalistas. Os conceitos verticais de tribo, clã e família ainda constituem o eixo das relações sociais, o que se reflete, com a mesma intensidade, nos regimes políticos.

* Assistente do ministro para a Cooperação Internacional da Autoridade Palestina.

Temos plena convicção da necessidade de mudanças em busca da abertura que conduz a um desenvolvimento social geral que libere as capacidades, potencialidades e a criatividade individual e coletiva. Essa questão vital vai além do mero atendimento a uma pressão política externa.

3. Apesar de a sociedade palestina sofrer as mesmas conseqüências de suas “irmãs” árabes, a fase de transição para a independência é marcada pelo papel ativo exercido pela sociedade civil, com a discussão, aprovação e homologação da lei dos organismos não-governamentais na Palestina e a existência de mais de 1.200 organizações não-governamentais registradas, que representam uma ativa participação no processo de construção e desenvolvimento.
4. A educação representa a pedra angular para novos conceitos culturais no campo dos direitos humanos, com base no respeito à opinião própria e alheia, na não-discriminação à cor, raça ou etnia e no respeito ao Estado e ao direito à igualdade perante a lei. Em setembro próximo, iniciaremos, na Palestina, a implantação de um programa educacional palestino que esperamos ser um avanço nessa área.
5. É importante que a comunidade internacional nos ajude a pôr fim ao sofrimento histórico e às inúmeras violações israelenses no campo dos direitos humanos do povo palestino, e a pôr fim também à ocupação e à política de assentamento de colonos e de confisco de terra, assim como à libertação de todos os presos.

Com relação a esse assunto, Israel continua impedindo uma missão, criada pelo Comitê de Direitos Humanos da ONU, de entrar em nossos territórios para colher, no local, testemunhas, depoimentos e evidências sobre as práticas da ocupação. Portanto, neste ano, como nos anos anteriores, essas informações estão sendo recolhidas em Amã e no Cairo.

A mesmo tempo, foi criada uma comissão nacional para elaborar um plano nacional para os direitos humanos, que incluía as

diretrizes educacionais, de ensino e sociais nessa área vital para o desenvolvimento da Palestina.

Em suma, os direitos humanos são o exercício individual de cooperação entre o Mundo Árabe e o Brasil na era da globalização, para que ela se concentre em programas, coletivos e internacionais, do direito próprio e alheio. Existem inúmeras perspectivas educacionais nessa área.

Programa do Seminário:

Relações entre o Brasil e o Mundo Árabe: construção e perspectivas

Abertura

Vice-Presidente da República Federativa do Brasil
Marco Antônio de Oliveira Maciel

Painel I – Desenvolvimento das relações árabe-brasileiras

José Vicente de Sá Pimentel (Brasil) – Moderador
Aziz Nacib Ab´Saber (Brasil) – Expositor
Ismail Mohamad Dib Majzoub (Líbano) – Expositor
Rezkalla Tuma (Brasil) – Debatedor
José Galizia Tundisi (Brasil) – Debatedor
Mamoud Samir Ahmed (Egito) – Debatedor

Painel II – Globalização e regionalização: perspectiva árabe e perspectiva brasileira

Kamel S. Abu Jaber (Jordânia) – Moderador
José Alfredo Graça Lima (Brasil) – Expositor
Jabr Hussein Dib Haj Omar (Autoridade Palestina) – Expositor
Renato Coelho Baumann das Neves (Brasil) – Debatedor
Larabi Jaidi (Marrocos) – Debatedor
Hélio Jaguaribe (Brasil) – Debatedor

Painel III – Processo de paz no Oriente Médio

Márcio Moreira Alves (Brasil) – Moderador
Paulo Gabriel Godinho Delgado (Brasil) – Expositor
Ahmad Zid Ghnaim (Autoridade Palestina) – Expositor
José Carlos Brandi Aleixo (Brasil) – Debatedor
Abdel Raouf El Reedy (Egito) – Debatedor

Painel IV – Paz e segurança internacionais e desarmamento

Ahmad Hasan Soboh (Autoridade Palestina) – Moderador
Antônio José Vallim Guerreiro (Brasil) – Expositor
Abdullah Fahad Al-Lehaidan (Arábia Saudita) – Expositor
Antônio Carlos Pereira (Brasil) – Debatedor
Abdel Raouf El Reedy (Egito) – Debatedor

Painel V – A dimensão econômica da globalização: visão dos países em desenvolvimento

Usamah M. M. Al Kurdi (Arábia Saudita) – Moderador
Marcos Bezerra Abbott Galvão (Brasil) – Expositor
Larabi Jaidi (Marrocos) – Expositor
Clóvis Eugênio Georges Brigagão (Brasil) – Debatedor
Rashed Tareh Al Qubaisi (Emirados Árabes Unidos) – Debatedor

Painel VI – Instrumentos para cooperação econômica: o petróleo e outras oportunidades

Jorge Marques de Toledo Camargo (Brasil) – Moderador
Paulo Sérgio Atallah (Brasil) – Expositor
Mustafa Hanifi (Argélia) – Expositor (representado por Shihab Ghanem)

Luiz Fernando Furlan (Brasil) – Debatedor

Shihab M. Ghanem (Emirados Árabes Unidos) – Debatedor

Painel VII – Cultura e imigração árabes: influência na sociedade brasileira

Pedro Simon (Brasil) – Moderador

Oswaldo Mário Serra Truzzi (Brasil) – Expositor

Charles Lotfi (Líbano) – Expositor

Mário Chamie (Brasil) – Debatedor

Hanna Yousef Emile Safieh (Autoridade Palestina) – Debatedor

Painel VIII – Desenvolvimento social e direitos humanos no Brasil e nos Países Árabes

Samir Ahmed (Egito) – Moderador

Paulo Sérgio Pinheiro (Brasil) – Expositor

Khalid Naciri (Marrocos) – Expositor

Tullo Vigevani (Brasil) – Debatedor

Ahmad Hasan Soboh (Autoridade Palestina) – Debatedor

Siglas

Aaem	Acordo da Associação Euro-Mediterrâneo
Abacc	Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleraes
ABI	Associação Brasileira de Imprensa
ACRs	Acordos Comerciais Regionais
Aiea	Agência Internacional de Energia Atômica
Aladi	Associação Latino-Americana de Integração
Alalc	Associação Latino-Americana de Livre Comércio
ALC	Área de Livre Comércio
Alca	Área de Livre Comércio das Américas
Apec	Conselho Econômico da Ásia e do Pacífico
CCA	Conselho de Cooperação Árabe
CCG	Conselho de Cooperação do Golfo
Cepal	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CNEN	Comissão Nacional de Energia Nuclear
Cnual	Comissão das Nações Unidas para a América Latina
Cpab	Convenção para a Proibição de Armas Biológicas
Cpaq	Convenção para a Produção de Armas Químicas
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EAU	Emirados Árabes Unidos
Ecowas	Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
ED	Economias Diversificadas
FMI	Fundo Monetário Internacional
FPE	Fórum de Pesquisa Econômico
Gafta	Zona Árabe Ampliada de Livre Comércio (<i>Greater Arab Free Trade Area</i>)
Gatt	Acordo Geral de Tarifa e Comércio
Geao	Grupo Econômico da Ásia Oriental
Ipen	Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares
MC	Mercado Comum

Mena	Conferência Econômica do Oriente Médio e África do Norte (<i>Middle East and North Africa</i>)
MTCR	Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis
Nafta	Acordo de Livre Comércio da América do Norte
NMF	Nação Mais Favorecida
OCDE	Organização para o Cooperação Econômica e o Desenvolvimento
OLP	Organização para a Libertação da Palestina
Oman	Oriente Médio e África do Norte
OMC	Organização Mundial de Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
Otan	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OSC	Organização de Sociedade Civil
PP	Produtos Primários
PPM	Produtores de Petróleo Misto
Rits	Rede de Informações do Terceiro Setor
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
UA	União Aduaneira
UE	União Econômica
UEC	União Econômica Completa
Unctad	Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento
ZLC	Zona de Livre Comércio
ZPC	Zonas Preferenciais de Comércio

<i>Título</i>	Relações entre o Brasil e o Mundo Árabe: construção e perspectivas
<i>Coordenação editorial</i>	Ednete Lessa
<i>Preparação dos originais e revisão de texto</i>	Regina Maria Furquim Freire da Silva
<i>Editoração eletrônica e projeto gráfico</i>	Samuel Tabosa
<i>Secretaria editorial</i>	Ana Cláudia B. Filter
<i>Formato</i>	150 x 215 mm
<i>Mancha</i>	107 x 193 mm
<i>Tipologia</i>	AGaramond (textos) e Gill Sans (títulos, subtítulos e aberturas)
<i>Papel</i>	Cartão supremo 250g/m ² , plastificação fosca (capa) Pólen. 80g/m ² (miolo)
<i>Número de páginas</i>	412
<i>Tiragem</i>	1.000 exemplares
<i>Impressão e acabamento</i>	PAX Gráfica e Editora Ltda.